

Relatório da
Administração

2023



IFRS





Caro leitor,

Em 2023, registramos lucro líquido de R\$ 33,2 bilhões, evolução de 10,5% comparado a 2022. Renovamos o nosso recorde de geração de resultados robustos, calcados pela sustentabilidade na geração de negócios e no relacionamento com nossos clientes.

Além de um resultado forte que remunera acionistas e sustenta o crescimento do crédito, alcançamos R\$ 76,7 bilhões, em valor adicionado à sociedade, quando consideramos impostos, salários, dividendos e demais componentes, o que representa uma elevação de 7,2% em um ano.

A carteira classificada alcançou a cifra de R\$ 964,0 bilhões, fruto do relacionamento que temos com nossos clientes e da qualidade das soluções ofertadas de forma personalizada para todos os segmentos. Já a carteira de negócios sustentáveis

alcançou R\$ 343,1 bilhões, alta de 4,8% em relação a dezembro/2022. Esse total representa 35,6% da nossa carteira classificada. Desses recursos, R\$ 66,1 bilhões estão destinados à agricultura de baixo carbono e R\$ 55,8 bilhões ao Pronaf¹, que apoia a agricultura familiar.

Como reconhecimento à nossa contribuição para uma economia mais sustentável, estamos classificados novamente como o banco mais sustentável do planeta pelo ranking das 100 Corporações Mais Sustentáveis do Mundo 2024 – Global 100, da Corporate Knights. Em 2024, além da posição de liderança entre os bancos, o BB é a única empresa brasileira classificada. Na última década, fomos listados em oito edições, sendo reconhecido como banco mais sustentável do mundo em cinco delas (2019, 2021, 2022, 2023 e 2024).



¹ Pronaf Mais Alimentos e Pronaf Custeio



Ampliamos nosso portfólio de produtos que trazem externalidades sociais, ambientais e climáticas positivas. Dentre eles, passamos a atuar no mercado de carbono, aliando viabilidade financeira à preservação de florestas. Lançamos o primeiro ETF (*Exchange Traded Fund*) do Brasil com temática Diversidade, assinamos protocolo de intenções para a materialização de nossa primeira operação de crédito com clientes vinculada a desempenho ambiental (*sustainability-linked loan*) e buscamos parcerias para atuação na cadeia de valor da bioeconomia na região amazônica. Além disso, captamos recursos no mercado internacional a fim de financiar o crescimento das operações de crédito sustentável.

Mantemos nosso engajamento com a diversidade, equidade e inclusão e como resultado disso, fomos selecionados a compor o primeiro índice latino-americano que mede critérios de gênero e raça em empresas brasileiras listadas na bolsa de valores (iDiversa da B3), estando na melhor posição entre as empresas financeiras. Neste ano, ampliamos a participação das lideranças femininas em posições de alta liderança, totalizando 44% do Conselho Diretor e 50% do Conselho de Administração, o que foi reconhecido durante o Congresso Sustentável 2023 do CEBDS (Conselho Empresarial Brasileiro para o Desenvolvimento Sustentável).

Reafirmamos nosso compromisso junto às microempresas e empresas de pequeno porte. No Pronampe atingimos mais de R\$ 34,5 bilhões em saldo de carteira em dezembro/2023, com operações junto a cerca de 322 mil Micro e Pequenas Empresas (MPE). Avançamos na oferta de soluções digitais para as MPEs com o Painel PJ, uma plataforma *on-line* multisserviços que unifica e apresenta, em uma visão Open Finance, todas as informações comerciais e financeiras relevantes desses clientes. Outro destaque foi o crescimento da carteira de Grandes Empresas, que encerrou

dezembro/23 com saldo de R\$ 213,7 bilhões, ante R\$ 197,8 bilhões em setembro/23.

Ampliamos nossa proximidade também com o setor público, totalizando mais de R\$ 59,6 bilhões em crédito para estados e municípios, crescimento de 11,9% na comparação com 2022.

No agronegócio e na agricultura familiar, mantivemos a nossa posição histórica como o principal agente financeiro no país, contribuindo de forma expressiva para o atendimento da demanda de crédito do segmento e de sua cadeia. Com isso, alcançamos uma carteira de crédito classificada de R\$ 320,2 bilhões. Em julho/2023, anunciamos o maior Plano Safra de nossa história, destinando R\$ 240 bilhões, dos quais R\$ 120,1 bilhões já foram desembolsados, aumento de 5,4% sobre o mesmo período da safra passada. Destaque para as contratações no Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) e no Programa Nacional de Apoio ao Médio Produtor Rural (Pronamp). Foram 371 mil operações contratadas no Plano Safra 2023/2024, em mais de 4,9 mil municípios.

No segmento pessoa física, destacamos o crescimento de 9,8% na carteira de crédito consignado, que alcançou R\$ 126,4 bilhões, refletindo o atendimento próximo e especializado aos nossos mais de dez milhões de clientes proventistas.

Com objetivo de estarmos cada vez mais conectados com as novas gerações, celebramos o primeiro ano da BB Cash, nossa conta digital para adolescentes, que agora pode ser utilizada pelos clientes a partir dos 10 anos de idade. Também disponibilizamos a solução “Minhas Missões” no App BB, com a qual apoiamos jovens de 18 a 25 anos em sua jornada financeira por meio da gamificação, além de oferecer educação financeira via redes sociais para esse público.



Investimos na aceleração digital para sermos um banco ainda mais próximo, completo e disponível para os nossos mais de 83 milhões de clientes. Com isso, eles têm à disposição, em nossa plataforma integrada de canais, soluções adequadas ao seu perfil e momento de vida.

Destacamos que neste ano a satisfação dos nossos clientes foi ampliada, o que foi refletido na nossa melhor colocação no *ranking* de reclamações no Banco Central em dezembro.

Avançamos na transformação cultural. Evoluímos no modelo operacional de trabalho das nossas equipes que tem se tornado cada vez mais ágil. Realizamos a contratação de mais de 800 profissionais de TI e investimos em treinamentos e capacitação com foco nas habilidades digitais.

Crescemos em nossas práticas de inovação interna com laboratórios de experimentação para novas tecnologias e desenvolvimento de soluções de dados e analytics, além das parcerias com fintechs e startups que cocriam conosco.

No ano de 2024, renovamos o compromisso de continuar a entregar resultados sustentáveis para os nossos acionistas, adicionando valor à sociedade e cumprindo o nosso propósito de ser próximo e relevante na vida das pessoas, em todos os momentos, contribuindo, desta maneira, para o desenvolvimento do Brasil. Convidamos você a conhecer mais sobre as nossas entregas nas próximas páginas.

Boa leitura!

Resultado das Demonstrações Contábeis Consolidadas

Lucro Líquido
de **R\$ 33,2 bilhões**
crescimento de 10,5%
em relação a 2022

O lucro líquido de R\$ 33,2 bilhões em 2023 foi reflexo do bom desempenho comercial nas diversas linhas de negócios, especialmente na oferta de crédito com qualidade, na diversificação de produtos e serviços e na disciplina na gestão das despesas.

Nossa carteira de crédito classificada atingiu R\$ 964,0 bilhões, crescimento de 9,2% em relação a dezembro/22. A carteira para pessoas físicas, sem

Valor Adicionado
de **R\$ 76,7 bilhões**
crescimento de 7,2%
em relação a 2022

considerar produtores rurais, cresceu 7,9% com destaque para o crédito consignado. Já a carteira PJ, sem empresas do agro, cresceu 9,7% com destaque para o saldo com clientes Grandes Empresas que avançou R\$ 117,2 bilhões. As operações de crédito com os produtores e as empresas do agro apresentaram crescimento de 12% no mesmo período.



O Índice de Basileia alcançou 15,47% e o Índice de Capital Principal e finalizou dezembro em 12,12%.

Para saber mais detalhes sobre os itens de resultado e patrimoniais do período, consulte as Notas Explicativas constantes das Demonstrações Contábeis e o Relatório Análise do Desempenho.

Resultado (R\$ milhões)	Exercício/2023	Exercício/2022
Lucro Líquido	33.166	30.001
Resultado da Intermediação Financeira	88.749	74.347
Receita de Prestação de Serviços	25.000	24.645
Despesas Administrativas e de Pessoal	(35.591)	(33.344)
Patrimoniais (R\$ milhões)	31/12/2023	31/12/2022
Ativos	2.153.878	2.008.169
Empréstimos a Clientes (Carteira Classificada)	964.043	883.126
Recursos de Clientes	811.944	753.263
Patrimônio Líquido	173.570	163.518

Acionistas

Contamos com uma base de mais de um milhão de acionistas, sendo 98,6% de pessoas físicas e 1,2% pessoas jurídicas. Ao final de dezembro, nossa composição acionária estava distribuída entre 50% de ações em poder da União Federal, 49,6% em circulação (free float) e 0,4% mantidas em tesouraria. Os investidores locais detinham 73,7% das ações, e os estrangeiros 26,3%. Nossas ações (BBAS3) representaram 3,440% do Ibovespa no último quadrimestre. As ações do Banco do Brasil encerraram o último pregão do ano de 2023 em sua máxima histórica, cotadas a R\$ 55,39, um crescimento de 59,44% no ano.

Remuneração aos Acionistas

A Política de Remuneração aos Acionistas busca garantir a devida valorização do acionista, aliada à perenidade e à sustentabilidade financeira do

Banco no curto, médio e longo prazos, tendo como premissa a flexibilidade e solidez financeira que asseguram a sustentabilidade dos negócios.

Para o exercício de 2023, foi aprovada a distribuição de dividendos e/ou Juros sobre Capital Próprio (JCP) correspondente a 40% do lucro líquido, ajustado conforme disposto nas letras "a" e "b" do inciso I do artigo 202 da Lei 6.404/76, tendo como base o resultado do Banco, sua condição financeira, a necessidade de caixa, o Plano de Capital e suas metas e respectivas projeções, a Declaração de Appetite e Tolerância a Riscos, perspectivas dos mercados de atuação presentes e potenciais, oportunidades de investimento existentes e a manutenção e expansão da capacidade operacional. O total destinado aos acionistas em 2023 foi de R\$ 13,0 bilhões e o valor por ação foi de R\$ 4,566.



Estratégia Corporativa

Nossa Estratégia Corporativa (ECBB) tem um horizonte temporal de cinco anos e é revisada a cada ano, por meio de um processo estruturado, participativo e com uso de metodologias consolidadas.

A última revisão, com foco no período de 2024-2028, foi aprovada em setembro de 2023, ficando estabelecidos os seguintes objetivos estratégicos: (a) proporcionar a melhor experiência aos clientes em todos os momentos; (b) criar valor e gerar resultados sustentáveis; (c) ser protagonista em sustentabilidade e na promoção de negócios e práticas ASG; (d) evoluir nosso jeito de trabalhar para acelerar a transformação digital e a inovação; e (e) ter as pessoas engajadas com os valores do BB e promotoras da colaboração, respeito e inclusão.

A construção da ECBB 2024-2028 contou com uma dinâmica inovadora, sendo essa edição a mais colaborativa até aqui. O início do processo foi construído com a participação direta de funcionários de todo o país. As contribuições foram significativas. Nossa matriz SWOT, por exemplo, foi formulada a partir das mais de sete mil interações recebidas, com as percepções dos funcionários sobre a nossa Empresa, os desafios, oportunidades e tendências para o futuro.

Na etapa de refinamento, os integrantes da diretoria executiva, presidentes de entidades ligadas ao BB, executivos e um grupo de superintendentes debateram e construíram, de forma conjunta, a definição dos indicadores e resultados chaves para cinco perspectivas: Clientes, Financeira, Sustentabilidade, Transformação Digital e Processos e, Pessoas e Cultura. Em setembro, a ECBB foi aprovada de forma colegiada, tanto pelo Conselho Diretor quanto pelo Conselho de Administração.

Nosso propósito é “Ser próximo e relevante na vida das pessoas em todos os momentos”. Por isso

existimos, para estarmos sempre juntos, apoiar e manter relacionamentos estreitos com as pessoas, independentemente do canal. Somos relevantes, pois nossa maior aspiração é gerar valor e sermos imprescindíveis na vida das pessoas com quem nos relacionamos. Desejamos que esse propósito esteja presente em nossas relações em todos os momentos, pois oferecemos soluções completas para que as pessoas possam contar conosco durante todas as fases de sua vida pessoal e profissional.



Alinhados ao nosso propósito e reforçando a identidade organizacional da Empresa, aprimoramos nossos valores para deixar ainda mais claros os princípios únicos que orientam a nossa atuação e inspiram as entregas do nosso time, com destaque para o novo valor incluído: a diversidade. Assim, nossos valores são: Proximidade, Inovação, Integridade, Eficiência, Compromisso com a Sociedade e Diversidade.

O Mapa Estratégico, composto pelos Objetivos Estratégicos e o Plano Diretor, delinea os norteadores estratégicos, indicadores e respectivas metas para os próximos cinco anos, distribuídos nas cinco perspectivas. O cliente está no centro da nossa atuação e decisões em todos os níveis



organizacionais, recebendo soluções completas e uma experiência adequada. Somos um banco competitivo, rentável, eficiente, inovador, referência em sustentabilidade e negócios ASG. Tudo isso é resultado de excelência na alocação otimizada de capital, na alta eficiência operacional, em uma estrutura organizacional racional, no desenvolvimento de novos negócios e em fontes de receita diversificadas.

Clientes

Olhamos para os nossos clientes de forma ampla, quebrando as barreiras tradicionais de segmentação e conhecendo seus interesses, hábitos de consumo, estilo de vida, valores e afinidades. Com o uso eficiente de dados, conhecemos e valorizamos o que é importante para cada cliente, promovendo um relacionamento próximo que vai além do core bancário.

A inteligência analítica aplicada nos permite a maior personalização do relacionamento, gerando boas experiências e relevância, para que os clientes tenham acesso a um Banco altamente

aceleramos a transformação digital e a inovação, utilizando inteligência analítica e ao mesmo tempo mantendo o foco no aperfeiçoamento de modelos, processos, produtos e canais, com o objetivo de torná-los mais simples, ágeis e responsivos, e assim criando um banco para cada cliente.

especializado, com produtos, serviços e assessoria adequados às suas necessidades.

Nos últimos anos, houve uma evolução significativa da migração das transações para canais digitais. Ao mesmo tempo, mantém-se relevante o contato humano, por meio físico ou remoto, para assessoria, realização de negócios e demandas de maior complexidade. A complementaridade é necessária para que a experiência seja fluida, tanto no autosserviço digital, como no atendimento presencial ou remoto.





A escuta ativa e o entendimento das necessidades dos nossos clientes estão no centro das nossas ações. Após cada atendimento realizado, encaminhamos uma pesquisa de avaliação para o cliente e a nota recebida é atrelada à avaliação da performance semestral dos colaboradores, para garantir que a qualidade do atendimento e a satisfação do cliente sejam um objetivo comum a todos. A consequência do monitoramento constante das necessidades e da satisfação dos clientes se reflete na diminuição de reclamações no SAC, na Ouvidoria BB e no melhor posicionamento no *ranking* do Banco Central.

Buscando entregar uma experiência única, integrada e alinhada aos objetivos e momento de vida dos clientes, em 2023, adquirimos uma ferramenta de mercado para aprimorar a gestão do nosso CRM. Com isso, abrimos um leque de novas formas de relacionamento e engajamento. Construímos jornadas mais inteligentes de comunicação, utilizando Inteligência Artificial. Adotamos mais decisões baseadas em dados e exploração da base de clientes para gerar novas oportunidades de negócios. A ferramenta traz uma visão 360° dos clientes e permite um novo nível de integração de dados e informações para gerar valor sobre eles, numa visão omnichannel.

Ainda em 2023, fizemos mudanças em nossas estruturas internas com o objetivo de evoluir no nosso modelo de relacionamento e entrega de uma proposta de valor melhor para o nosso cliente. Estamos focados na hiperpersonalização e na transformação do varejo.

Seguimos avançando na migração da estrutura de atendimento para modelos mais leves, eficientes e

especializados. Como resultado, podemos oferecer uma experiência integral nos canais e ampliando a nossa capilaridade e garantindo a melhor conveniência para os clientes. O BB viabilizou negócios e inovações para estar sempre próximo e disponível aos clientes, estejam eles nas agências, no App, nas redes sociais ou no metaverso.

As nossas iniciativas para aprimorar a experiência dos clientes têm mostrado resultados positivos em termos de satisfação, que vem se refletindo no nosso Net Promoter Score (NPS), que ao longo de 2023 demonstrou evolução de mais de 10% no índice em relação ao 4T22.

Ficamos entre as três instituições com menor índice de reclamações no Ranking Bacen do 4T23 e nos tornamos o primeiro Banco, dentre os quatro maiores Bancos do País, a reduzir o número de reclamações procedentes para menos de 500 em um trimestre. Considerando os Bancos com mais de 60 milhões de clientes, tivemos o menor índice de reclamações do período.

O Conselho de Clientes é um encontro dedicado à escuta ativa em que participam representantes da Administração do Banco do Brasil e clientes de todos os modelos de relacionamento. O objetivo é amplificar a voz do cliente nos diversos níveis do Banco e trazê-la para o centro da tomada de decisão, para garantir a melhoria contínua do relacionamento e uma melhor entrega da Proposta de Valor para os diferentes perfis de clientes. Nessas iniciativas, os clientes têm a oportunidade de compartilhar suas percepções, experiências e anseios sobre o atendimento, os serviços e soluções do Banco do Brasil.



Tecnologia e Inovação

Estamos atentos aos movimentos e inovações de mercado e monitoramos tendências e tecnologias emergentes, para aprimorar nossa atuação e acelerar a nossa transformação digital.

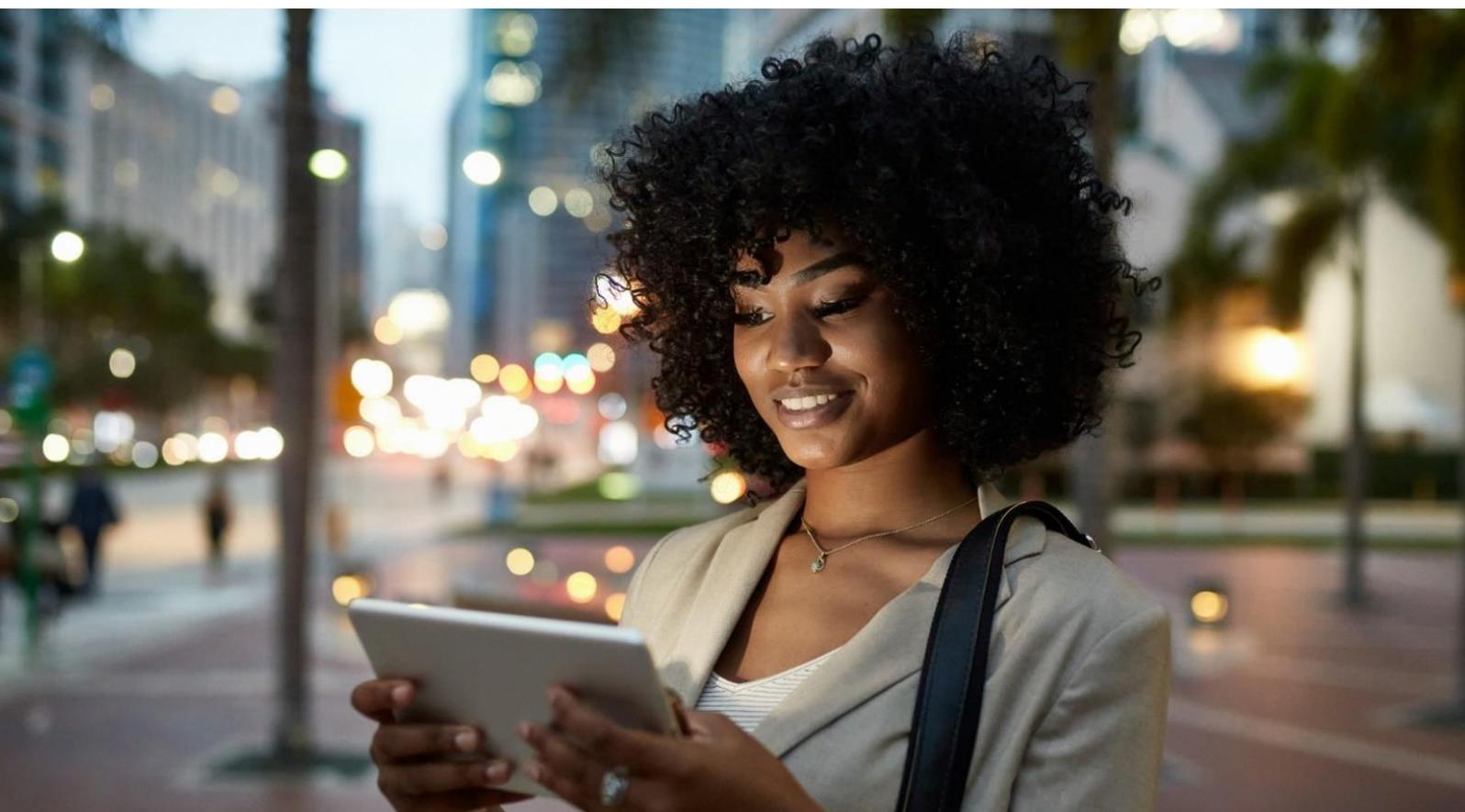
Trabalhamos com plataformas viabilizadoras, através das quais construímos os produtos e serviços do Banco do Brasil. São mais de 20 plataformas, dentre elas a Analítica, Mobile, Inteligência Artificial, LowCode e Cloud. Esse modelo de gestão permite acelerar e escalar novas tecnologias, padronizar e imprimir maior qualidade às entregas, impactando positivamente nossa capacidade de responder mais rapidamente às mudanças de mercado e necessidades dos nossos clientes. Com a Plataforma Mobile, por exemplo, reduzimos em 54% o tempo de entrega de soluções nessa esteira nos últimos dois anos.

Essa estratégia é complementar à escalada contínua de um modelo de trabalho mais integrado entre todas as áreas do BB, que segue expandindo, suportado por nossa transformação cultural. Em 2023, recebemos mais de 800 funcionários de TI, oriundos de seleção externa, e seguiremos

aumentando nosso quadro de profissionais de tecnologia, reforçando nosso compromisso de sermos cada vez mais ágeis e focados em entregar mais valor aos nossos clientes e a sociedade.

Possuímos um dos maiores parques tecnológicos da América Latina e investimos em automação e expansão da nossa capacidade de processamento, atuando para entregar um ambiente cada vez mais resiliente. Em 2023, executamos quase 4 trilhões de transações de TI que viabilizaram grandes movimentos, como o Pix e o Open Finance.

Adotamos uma estratégia multi Cloud híbrida, com provedores líderes de mercado, além da nossa nuvem privada. Incrementamos o número de aplicações e serviços nessa plataforma em 47% no último ano, refletindo em maior flexibilidade e rapidez na entrega de soluções para o cliente e na expansão da capacidade de processamento sem perda de desempenho e na maior disponibilidade de recursos. Soluções como Pix, Open Finance, Chatbots e Monitoramento de Fraudes estão sendo executadas nesse tipo de arquitetura.

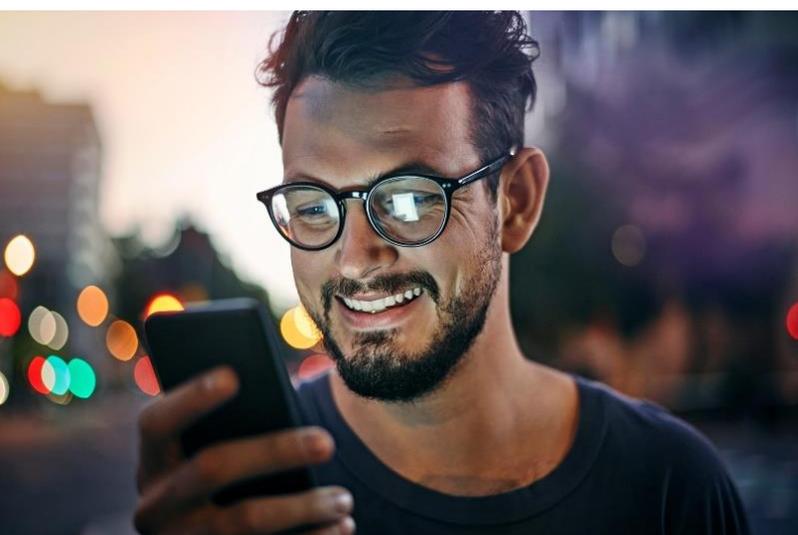




São mais de 5.000 aplicações e serviços executando milhões de operações por dia.

Percebemos o valor dos dados como ativos estratégicos e entendemos que o uso de Inteligência Analítica contribui para o conhecimento mais aprofundado sobre o cliente, para o desenvolvimento de novos negócios e para a melhoria e ampliação dos produtos e serviços existentes.

Nossas soluções analíticas compõem um ecossistema robusto, adaptando ferramentas às demandas dos usuários e incorporando as melhores práticas do mercado. Em 2023, foram 333 bilhões de interações de clientes capturadas nos canais digitais, contemplando mais de 25 milhões de clientes, com dados processados em tempo real, um crescimento de 73% comparado a 2022.



O uso da Inteligência Artificial é uma realidade no Banco do Brasil há alguns anos, fazendo parte dos processos comerciais, de atendimento e de segurança. O chatbot no Whatsapp, Minhas Finanças e Monitoramento de Lavouras são alguns exemplos de ferramentas que com uso de IA garantem a melhor experiência dos nossos clientes e funcionários e contribuem para a eficiência operacional. Além disso, o BB já tem diversas iniciativas internas de IA Generativa em andamento, sendo testadas e avaliadas, com o objetivo de alavancar o uso dessa tecnologia.

Alcançamos o número recorde de 22,9 milhões de usuários no App, que segue como um dos mais bem avaliados do mercado financeiro (avaliação de 4,6 no Google Play, realizada por mais de 6,18 milhões de usuários, e 4,7 na App Store (Apple), com 2,95 milhões de avaliações), em uma escala com pontuação máxima de cinco estrelas).

Em dezembro de 2023, superamos 29,5 milhões de clientes ativos nas plataformas digitais. As transações realizadas nestes canais representaram 93,0% das operações de nossos clientes no 4T23. No Whatsapp, são 19,6 milhões de usuários e, em 2023, foram realizados mais de R\$ 200 milhões de desembolso em CDC nesse canal. Além disso, 30,9% das operações de serviços (tais como investimento, solicitação de cartão, abertura de contas e negócios com capitalização, seguros e consórcios) foram realizadas por meio das plataformas digitais.

Continuamos em posição de destaque como um dos atores mais relevantes do Open Finance no Brasil e exterior. Fomos a instituição mais premiada pelo segundo ano consecutivo no Open Summit Awards 2023, considerado o maior evento de Open Finance do Brasil.

No 4T23, alcançamos a marca de R\$ 3,4 bilhões em incremento de limites de crédito para pessoas físicas a partir das informações compartilhadas via Open Finance, um aumento de 50% em relação ao trimestre anterior. Com novos casos de uso dos dados compartilhados com o Banco do Brasil, a adesão de novos clientes ao Open Finance seguiu em ritmo acelerado. Ao final de 2023, contávamos com 11,1 milhões de clientes únicos compartilhando dados e mais de três milhões de consentimentos.

Em novembro/2023, foi realizada a BB Digital Week – BBDW – evento de tecnologia, inovação, negócios e sustentabilidade que aconteceu no Centro de Convenções Ulysses Guimarães, em Brasília. Durante os 3 dias de evento, foram mais de 13 mil participações, das quais 5.000 foram de público



externo ao BB, 70 palestras, 42 painéis e 20 ambientes compuseram o evento, avaliado positivamente com nota 4,7, numa escala de 1 a 5, reforçando nosso posicionamento de uma empresa tecnológica e inovadora.

Reconhecimentos em Tecnologia e Inovação

- "Bank of the Year 2023", fomos premiados como o melhor banco do Brasil neste ano. O evento é organizado pelo Financial Times e é considerado o "Oscar da Indústria Financeira". A premiação evidencia a capacidade em apresentar um forte desempenho financeiro e, ao mesmo tempo, transformar desafios em oportunidades, em um ambiente de negócios concorrido e em constante evolução.
- Prêmio Inovação no Setor Público com foco no cidadão, reconhecido pelo Instituto Brasileiro de Governança Pública (IBGP), com a solução SisconDJ-WEB contemplada na Categoria Empresas Estatais. Por meio da solução de Interligação com os Tribunais de Justiça e Tribunais Regionais do Trabalho, todo o processo de pagamento de alvarás para os beneficiários é feito diretamente pelos servidores públicos e juízes, sem a intervenção da rede de agências.
- Premiado como o "Banco mais conectado do País" pela Aberimest Brasil, na abertura do Global Smart Summit 5G Tech. A premiação dos melhores do setor de Comunicações do Brasil teve o BB premiado com o projeto resultado da parceria com a Claro e Embratel – em parceria com a Plataforma de redes – para a ativação da tecnologia 5G no BB, que já está disponibilizado na sede do Banco em Brasília. Com isso, o BB saiu na frente e é o primeiro banco público do País a ter tecnologia 5G.
- Prêmio Global Finance – The Innovators - Top Innovations in Finance 2023 – Marketing - Metaverse Brablox.
- Prêmio Global Finance – Best Digital Bank - Best info Security & Fraud Management.
- Prêmio Banking Transformation 2023 (Catarino Brasileiro) – (i) Aceleração de implementação de soluções nos canais digitais (Categoria Eficiência Operacional); (ii) Registro cartorário eletrônico nas operações rurais (Categoria Inovação com IA).
- No Open Summit Awards, o BB foi vencedor nas categorias "Instituição Financeira (S1 e S2)"; "Caso de uso em Crédito" com o case Personalização de Taxas PJ com dados Open Finance; e "Caso de uso para Pessoa Física", com o case Minhas Finanças no WhatsApp.



Agenda ASG (Ambiental, Social e de Governança)

Em 2023, consolidamos nossas melhores práticas em sustentabilidade. Aprimoramos a gestão, ampliamos a carteira de negócios sustentáveis, expandimos a oferta de produtos com características sociais e ambientais e reforçamos a nossa estrutura interna que cuida do tema ASG, enfatizando a atuação nos temas de diversidade, equidade, inclusão e negócios sustentáveis.

Atualizamos os 12 Compromissos para um Mundo mais Sustentável e nos tornamos embaixadores de 3 movimentos do Pacto Global da ONU: Elas Lideram 2030, Raça é Prioridade e Salário Digno.

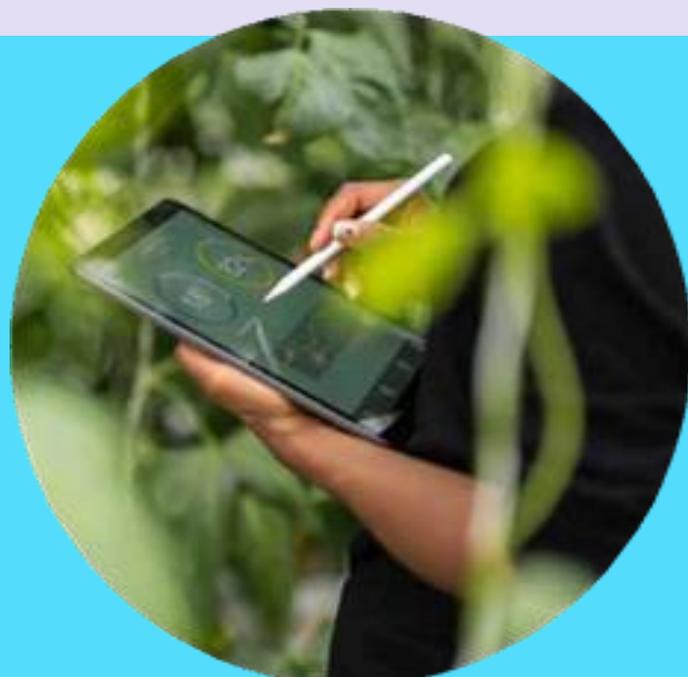


Divulgamos o Plano de Sustentabilidade - Agenda 30 BB (2023-2025), que resultou em 47 ações e 100 indicadores, já refletindo as premissas da Agenda 2030 global e o chamado internacional para a construção de um mundo direcionado pela gestão adequada dos recursos naturais, respeito aos direitos humanos e geração de valor para a sociedade e o meio ambiente.

O nosso compromisso de desenvolver soluções negociais com aspectos sociais, ambientais e climáticos é orientado e declarado em nossa Política de Responsabilidade Social,

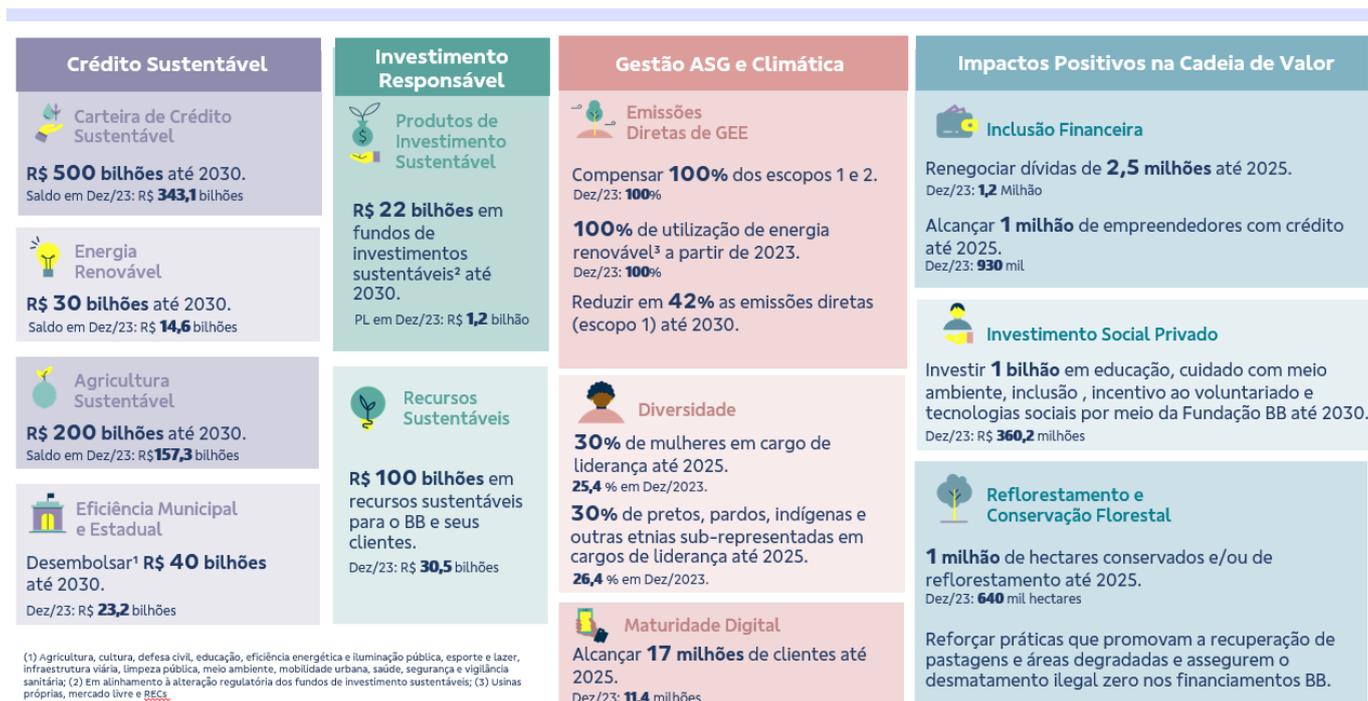
Ambiental e Climática (PRSAC) e embasado também nas Diretrizes de Sustentabilidade BB para o Crédito, que estão em sinergia com os compromissos internacionais assumidos pelo Governo Federal, entre eles os relacionados à mitigação e à adaptação aos efeitos das mudanças climáticas.

Em 2024, a sustentabilidade continuará protagonista na nossa marca e nos nossos negócios.





Compromissos BB 2030 para um Mundo + Sustentável



Atualizados em agosto, os Compromissos BB 2030 para um futuro sustentável trazem objetivos em quatro frentes de atuação: (i) crédito sustentável, (ii) investimento responsável, (iii) gestão ASG e climática e (iv) impactos positivos na cadeia de valor. As metas definidas estão em sintonia com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Organização das Nações Unidas (ONU) e compõem o nosso Plano de Sustentabilidade.

O cumprimento dos indicadores e metas de sustentabilidade são refletidos na remuneração de todo o corpo funcional, incluindo a alta administração, o que garante o alinhamento entre negócios, pessoas e questões sociais, ambientais e climáticas.

Captações Sustentáveis

Em abril de 2023, foi lançado o primeiro Relatório de Alocação de Recursos e Impactos Socioambientais do Social Bond emitido pelo BB em janeiro de 2022. O documento atende às premissas do nosso *framework* de Finanças Sustentáveis e recebeu o parecer da asseguuração limitada do auditor independente.

Ainda em abril, o BB emitiu seu segundo bond internacional no escopo do *framework* de Finanças Sustentáveis. A captação internacional de dívida sênior, do tipo *sustainability bond*, no montante de US\$ 750 milhões, tem vencimento em 18 de abril de 2030 e cupom de 6,250% a.a. Os recursos captados serão alocados em projetos de energias renováveis

e no financiamento de micro e pequenas empresas, especialmente aquelas lideradas por mulheres.

Em setembro de 2023, o Banco do Brasil e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) assinaram uma carta de intenções para viabilizar uma parceria para financiamento no valor de US\$ 250 milhões que faz parte de uma linha de Crédito Condicional para Projetos de Investimento (CCLIP) no valor global de até US\$ 1 bilhão (recursos do BID e do Fundo Verde do Clima). A iniciativa visa promover um modelo de desenvolvimento inclusivo e sustentável na região Amazônica, apoiando empresas e produtores rurais que fazem

parte das cadeias de valor da bioeconomia na região.

Além disso, avançamos em cooperação com o Banco Mundial (BM) voltada à transição para uma economia de baixo carbono e fomento a projetos de recuperação de áreas degradadas na região da Amazônia Legal. Essa frente de atuação busca a identificação de soluções sustentáveis para a restauração florestal e promoção da agricultura sustentável de baixo carbono, com foco geográfico especial na região da Amazônia Legal em apoio ao Plano Nacional de Combate ao Desmatamento na Amazônia (PPCDAM).

O objetivo é identificar e explorar oportunidades financeiras para assistência técnica, juntamente com outros parceiros públicos e privados em nível regional, estadual e nacional, além do desenvolvimento de cadeias de valor, aumento das oportunidades econômicas, mantendo a

diversidade biológica, cultural e social, além da redução de emissões de gases de efeito estufa.

Durante a Semana do Clima em Nova Iorque, o Banco do Brasil e o BMO Financial Group (BMO) assinaram um Memorando de Entendimento para conceder *Sustainability Linked Trade Loans* (empréstimos comerciais vinculados à sustentabilidade) para Adiantamentos sobre Contratos de Câmbio (“ACC”) e Adiantamento sobre Cambiais Entregues (“ACE”), com ênfase em exportação de produtos oriundos de sistemas de produção e agricultura sustentáveis.

A nova operação, inédita no mercado brasileiro, busca fomentar a cadeia de exportação de produtos sustentáveis e do Brasil, incentivando melhores práticas de trade finance e apoiando o fornecimento de produtos certificados e de qualidade para os principais mercados mundiais. Entre as inovações, serão oferecidas condições diferenciadas para as operações do ACC/ACE, desde





que se comprove o atingimento de metas de sustentabilidade alinhadas ao compromisso do BB com a agricultura sustentável e acordadas entre as instituições.

Alinhado às boas práticas de ASG, adotamos medidas para minimizar nosso impacto no mundo, além de incentivar ações sustentáveis e apoiar empresas verdes. Com isso em mente, disponibilizamos o Yankee CD – ESG, um título de renda fixa de emissão exclusiva da agência de Nova Iorque. O papel tem como finalidade captar

recursos de médio prazo para financiar projetos verdes ou sociais gerenciados pelo BB no Brasil. Além disso, a agência do BB em Tóquio quantificou e viabilizou a compensação voluntária de suas emissões de carbono durante o ano de 2022. A Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre a Mudança do Clima, vinculada à ONU, concedeu o certificado ao BB Tóquio, que contou com a ajuda de uma usina localizada na região do Delta do Rio Parnaíba, no Piauí, para que a operação fosse consolidada.

Carteira de Crédito Sustentável

Em nossos Compromissos BB 2030, declaramos o objetivo de alcançar R\$ 500 bilhões em crédito sustentável até 2030. Ao final de 2023, atingimos uma carteira de R\$ 343,1 bilhões em operações de crédito sustentáveis, um crescimento de 4,8% em 12 meses. Esse montante foi contratado em linhas de crédito com grande enfoque ambiental e/ou social ou para financiar atividades e/ou segmentos que tragam impactos socioambientais positivos como os setores de energias renováveis, eficiência energética, construção, transporte e turismo sustentáveis, água, pesca, floresta, agricultura sustentável, gestão de resíduos, educação, saúde e desenvolvimento local e regional, para assim reforçar nosso papel transformador no desenvolvimento do país e na construção de um futuro cada vez mais sustentável.

A nossa Carteira de Crédito Sustentável é submetida a uma avaliação independente, que considera as principais taxonomias ASG nacionais e internacionais na classificação dos clientes e das linhas de crédito que a compõem.

Durante a COP 28, nos Emirados Árabes Unidos, assinamos protocolo de intenções para a materialização de nossa primeira operação de crédito com clientes vinculada a desempenho ambiental (*sustainability-linked loan*) e buscamos parcerias para atuação na cadeia de valor da bioeconomia na região amazônica. Assinamos também um protocolo de intenções com o Ministério do Meio Ambiente para fomento e desenvolvimento da bioeconomia no país.



Ecoeficiência Energética

Considerando o compromisso “BB 2030 para um mundo mais sustentável”, estamos investindo em descarbonização e garantimos que 100% da energia elétrica consumida pelo BB provém de fontes renováveis. Migramos 71 prédios administrativos para o Ambiente de Contratação Livre (ACL), garantindo o consumo de energia limpa e obtendo uma economia acumulada de R\$ 65,1 milhões, com previsão de R\$ 120,4 milhões até 2025. Em 2023, inauguramos seis usinas solares alcançando um total de treze construídas desde 2020. Neste momento, temos mais 11 usinas em construção, com previsão de inauguração ainda para 2024.

As usinas solares do BB já geraram cerca de 66 GWh, deixando de emitir mais de 20 mil toneladas de CO₂ na atmosfera, equivalente ao plantio de uma pequena floresta de duas mil árvores. Além dos ganhos ambientais, poupamos R\$ 18,2 milhões, uma economia de 32% em relação ao mercado cativo. O objetivo é atingir uma redução prevista de R\$ 629 milhões em 15 anos.



Governança Corporativa

Adotamos as melhores práticas de governança corporativa, mantendo nosso compromisso com os princípios de transparência, prestação de contas, equidade e responsabilidade corporativa. Desde 2006, estamos listados no Novo Mercado da B3, segmento com o mais elevado padrão de governança corporativa.

As decisões são tomadas de forma colegiada em todos os níveis. Assim, a administração conta com uma estrutura de comitês, subcomitês e comissões estratégicas que garantem agilidade, qualidade e segurança à tomada de decisão.

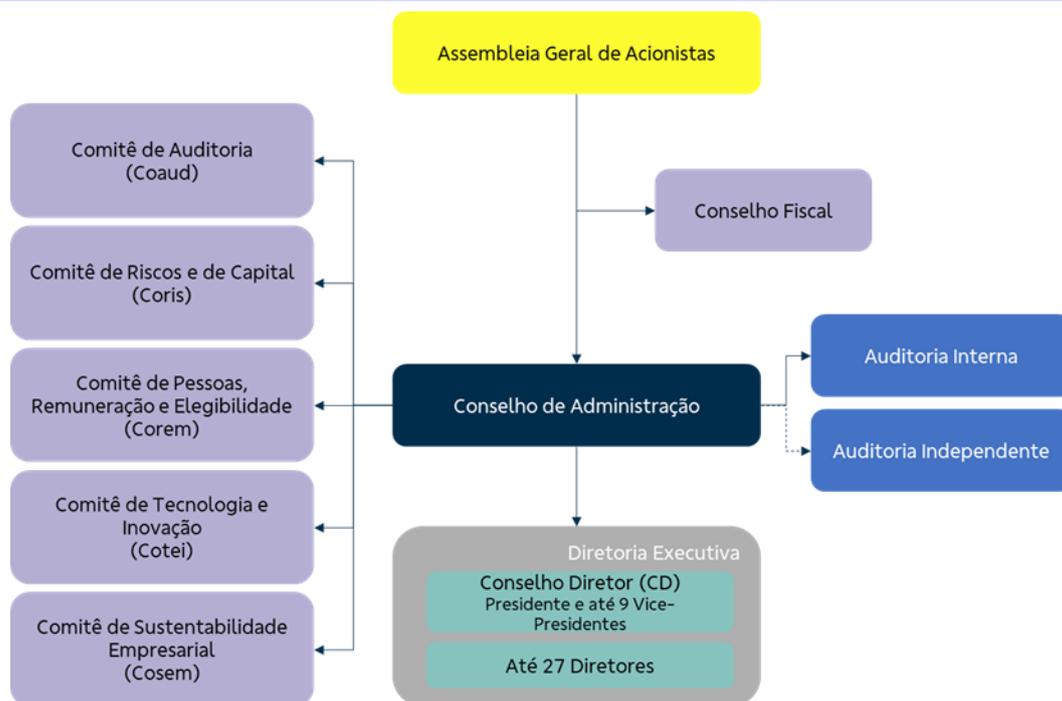
Nossa estrutura de governança é composta pela Assembleia Geral de Acionistas; pelo Conselho de Administração (CA) e seus comitês de assessoramento – Comitê de Auditoria (Coaud); Comitê de Pessoas, Remuneração e Elegibilidade (Corem); Comitê de Riscos e de Capital (Coris), Comitê de Tecnologia e Inovação (Cotei) e Comitê de Sustentabilidade Empresarial (Cosem); pela Diretoria Executiva, composta pelo Conselho Diretor (Presidente e Vice-presidentes) e demais Diretores; e pelo Conselho Fiscal. O Conselho de Administração conta ainda com o assessoramento



da Auditoria Interna e de uma Auditoria Independente.

O CA, órgão independente de decisão colegiada, tem, na forma prevista em Lei e no Estatuto Social atribuições estratégicas, orientadoras, eletivas e fiscalizadoras. No mínimo 30% dos membros são independentes, assim definidos na legislação e no Regulamento do Novo Mercado da B3.

Em abril/2023, realizamos Assembleia Geral de Acionistas para eleição dos conselheiros de administração para o mandato 2023/2025, momento em que foram eleitos os indicados pelo acionista controlador e pelos acionistas minoritários.



Diversidade, Equidade e Inclusão

Em setembro, o nosso Conselho Diretor foi convidado a falar sobre a importância da pauta ASG e Diversidade na sede da ONU, em Nova Iorque. Lá, promovemos ação na Times Square em prol da Amazônia e povos originários. Em novembro, participamos da Plenária de Abertura do 12º Fórum Global de Empresas e Direitos Humanos da ONU, em Genebra, onde pudemos expressar internacionalmente o nosso compromisso em promover a equidade étnico-racial e combater o racismo estrutural no país, mencionando a Carta aberta do BB aos movimentos negros.

Realizamos, ao longo do segundo semestre, seis edições do Conselho Consultivo de Diversidade, Equidade e Inclusão, que contou com a presença de membros da diretoria executiva do BB e representantes da sociedade civil, especialistas de mercado e referências no tema. Em cada um dos encontros, aprofundamos as reflexões sobre os desafios, oportunidades e melhores práticas para cada grupo dos marcadores sociais de diferença priorizados em nosso programa: LGBTQIAPN+, Gênero, Neurodivergentes, Gerações, Raça e Etnia e Pessoas com Deficiência.

Toda a experimentação e aceleração que promovemos acerca do tema, ao longo de 2023, resultou ainda na proposição e aprovação da revisão e ampliação do Programa de Diversidade, Equidade e Inclusão e o lançamento do BB Ações Diversidade IS, um fundo que tem como objetivo





alocar seus recursos em ações de empresas que adotam as melhores práticas de diversidade, tendo como referência o novo índice da bolsa de valores brasileira (B3).

Avançamos na diversidade da gestão do BB. Atualmente, contamos com 50% de mulheres entre os oito membros do Conselho de Administração e 44% de mulheres no Conselho Diretor.

Outro avanço importante, no trimestre, foi a inclusão de cláusula de fomento à diversidade em contratos com fornecedores. A nossa política específica de relacionamento com fornecedores visa promover a equidade, a diversidade, a ética e a integridade nas contratações e nas parcerias com os prestadores de serviços.

Em novembro, assinamos a parceria com a Fundação Banco do Brasil e a Faculdade Zumbi dos Palmares, por meio da qual se investirá em pesquisas aplicadas à temática racial e que apresentem mecanismos de revisão

histórica, aceleração de representatividade e combate à discriminação no Brasil, cujo edital será lançado em 2024.

Ainda, em novembro, mês da Consciência Negra, lançamos o cartão Ourocard Raízes e um edital de projetos socioeconômicos voltados às mulheres negras.

Reconhecimentos em Diversidade

Fomos selecionados a compor o iDiversa da B3, o primeiro índice latino-americano a combinar, em um único indicador, critérios de gênero e raça, e reconhece as companhias listadas que se destacam em diversidade, além de promover maior representatividade desses grupos no mercado.

O índice foi construído com base em dados públicos disponíveis no Formulário de Referência das empresas listadas em bolsa de valores. O BB possui peso 4,71 na primeira carteira divulgada.

Em outubro, recebemos, durante o Congresso Sustentável 2023 do CEBDS, dois prêmios reconhecendo os avanços na diversidade da gestão do BB: Mulheres no Board, pelos 50% de mulheres entre os oito membros do Conselho de Administração e Liderança Feminina, onde o Banco atingiu 44% de mulheres no Conselho Diretor.

Conquistamos prêmio por equilíbrio de gênero no CA, por meio de iniciativa que reconhece companhias de capital aberto nos países do G20 e o Global Private Banking Awards reconheceu o BB Private como o Melhor Private Bank da América Latina na categoria Diversidade & Inclusão.



Esporte e Cultura



Acreditamos que patrocinar o esporte traz rejuvenescimento para a nossa marca e nos associa a atributos que entendemos importantes: qualidade de vida, sustentabilidade e preservação do meio ambiente.

Somos um dos maiores apoiadores do esporte brasileiro, inclusive em esportes olímpicos. Dentre as modalidades patrocinadas, estão o vôlei, o surfe, o skate e a corrida de rua. Apoiamos também os eSports, além de atletas individuais patrocinados em diferentes modalidades esportivas.

Reconhecemos que o esporte ensina, diverte, realiza sonhos, estimula a união e maximiza conquistas. O objetivo do incentivo é que siga emocionando, surpreendendo, ajudando a desenvolver modalidades esportivas e, principalmente, projetando novos ídolos.

Acreditamos também que a cultura gera conexão. Ela inspira, sensibiliza e cria repertório. Promove o pensamento crítico e tem o poder de impactar vidas. Por isso, promovemos o acesso a produções culturais nacionais e internacionais, por meio de uma aproximação simples e inclusiva que provoque identificação e representatividade.

Estamos presentes, com os Centros Culturais Banco do Brasil (CCBB), em quatro grandes capitais brasileiras – Rio de Janeiro, São Paulo, Brasília e Belo Horizonte. Em 2023, recebemos mais de 3,7 milhões de visitantes, com a realização de projetos nas áreas de artes cênicas, música, exposições, cinema, ideias e ações do programa educativo. Com isso, os CCBBs se consolidam como um dos principais centros culturais no cenário brasileiro e internacional.



O destaque neste ano ficou para o lançamento do Edital de Patrocínio Cultural para compor a programação dos CCBBs no período de 2023-2025. Foram mais de 6,6 mil projetos inscritos - com destaque para as regiões Norte e Nordeste, que tiveram recorde de inscrições. Foram selecionados 137 projetos, de todas as regiões do País, respeitando critérios de diversidade, pluralidade e descentralização de fomento.

Prêmios e Reconhecimentos

Janeiro

Fomos reconhecidos, pela décima vez consecutiva, com a certificação Top Employers, premiação concedida pela fundação de pesquisa independente holandesa Top Employers Institute. Somos a única empresa brasileira certificada em todas as edições e fomos reconhecidos como empregador que desenvolve talentos em todos os níveis da organização e que se esforça para implementar e otimizar continuamente as políticas e práticas de gestão de pessoas.

Fomos listados no ranking anual global 500, que reconhece as 500 marcas mais valiosas do mundo. A avaliação é da consultoria britânica Brand Finance e o resultado foi divulgado durante o Fórum Econômico de Davos, na Suíça.

Estamos classificados, pela quarta vez, como o banco mais sustentável do planeta pelo ranking das 100 Corporações Mais Sustentáveis do Mundo 2023 - Global 100, da Corporate Knights. Em 2023, além da posição de liderança entre os bancos, o BB é a única empresa brasileira classificada, figurando na 15ª posição entre as empresas em geral.

O segmento Private do BB foi listado no Ranking 2023 da Leaders League, na categoria Wealth Management - Private Bank Brasil, que reconhece as melhores estratégias do Brasil em gestão patrimonial e de fortunas para clientes Private.

Fevereiro

Recebemos o reconhecimento internacional nas categorias Platinum e Gold do 2023 AVA Digital Awards, que acontece nos Estados Unidos. As premiações do mundo todo são avaliadas por

profissionais que atuam no mercado de comunicação e marketing dos EUA.

Fomos reconhecidos no Prêmio Lusófonos da Criatividade, quando sete iniciativas conquistaram 13 troféus, em diversas categorias.

Pela 2ª vez consecutiva, ganhamos o prêmio de Banco Mais sustentável da América do Sul, pela Capital Finance International - CFI.co.

Março

A Abrarec - Associação Brasileira das Relações Empresa Cliente anunciou os vencedores do Prêmio Ouvidorias Brasil e conquistamos o melhor case de inovação pela 10ª vez.

Conquistamos o troféu bronze no 17º Prêmio Steve Awards pelo seu amplo atendimento acessível às pessoas surdas e com deficiência de fala. O evento, que aconteceu nos EUA, reconheceu o atendimento em Libras na categoria de Inovação em Atendimento ao Cliente na Indústria de Serviços financeiros.

O nosso segmento Private foi reconhecido pelo segundo ano seguido como o melhor Private Bank do Brasil em 2023 pelo World Business Outlook, veículo de comunicação especializado na cobertura e análise de finanças, negócios internacionais e economia global. Nessa mesma premiação, fomos reconhecidos também nas categorias Melhor Private Bank para Mulheres, melhor Private Bank para Planejamento Sucessório e Private Bank mais sustentável do Brasil.

O Private foi premiado também, pelo segundo ano seguido, como a melhor instituição Private do Brasil na premiação International Business Magazine



2023, organizado pelo veículo de comunicação especializado no mercado financeiro e de abrangência internacional. Nessa mesma edição da premiação, fomos reconhecidos nas categorias:

- Fast Growing em Private Bank;
- Melhor Advisory Financeiro para Mulheres;
- Melhor Wealth Management;
- Melhor Advisory Financeiro para o Agronegócio no Brasil.

Abril

Nossa presidenta, Tarciana Medeiros, liderou o ranking de reputação da Forbes Brasil, é a CEO com melhor reputação no LinkedIn de acordo com a revista Forbes Brasil. As notas do ranking foram calculadas utilizando a Matriz de Maturidade Digital, metodologia que analisa a presença e a estratégia dos líderes de forma qualitativa e quantitativa. A Matriz considera mais de 30 critérios e parâmetros nas dimensões presença, estratégia, capital social e reputação de executivos, entregando uma visão holística à análise e trazendo uma avaliação eficaz para a estratégia de líderes e marcas no LinkedIn.

Fomos reconhecidos no segmento Private como Melhor instituição do Brasil em Inovação voltada para Wealth Management na premiação The Global Economics Awards 2023, organizado pelo veículo de comunicação especializado no mercado financeiro e de abrangência internacional.

Maio

O Bacen premiou as instituições que obtiveram o melhor desempenho no Ranking Anual de projeções do Boletim Focus de 2022. Conquistamos o 1º lugar na classificação para a Taxa Selic. Já a BB Asset foi reconhecida pela 1ª colocação na projeção do IPCA – Preços Administrados Médio Prazo.

Conquistamos o tetracampeonato em uma das categorias do Global CCU Awards, que é uma premiação que reconhece as melhores universidades corporativas em escala global, que

criam valor estratégico para pessoas, negócios, sociedade e o planeta. O ouro veio na categoria Tecnologias de Impacto, com o projeto Academia de Educadores.

Conquistamos o reconhecimento de melhor Private Bank do Brasil na edição 2023 do World Business Outlook Awards, organizado pelo veículo de comunicação especializado na cobertura e análise de finanças, negócios internacionais e economia global.

Junho

A nossa presidenta Tarciana Medeiros recebeu, o prêmio Personalidade do Ano (Personality of the Year), oferecido pela Câmara Brasileira de Comércio no Reino Unido em reconhecimento às conquistas das empresas e de seus líderes que contribuíram para estreitar os laços comerciais entre o Brasil e Reino Unido.





Vencemos a 11ª edição do Prêmio Global Finance – The Innovators 2023, na categoria “Top Innovations in Finance 2023 - Marketing” com o case “Metaverse BraBlox”, cuja proposta é conectar o público jovem à marca da empresa, para que no futuro eles possam se tornar clientes do Banco.



Vencemos a 2ª edição do Prêmio FIDInsiders 2023 – Finanças Digitais para a Sociedade na categoria “Inovação na Oferta de Soluções Financeiras para o Pequeno e Médio Produtor Rural”. O Prêmio FIDInsiders tem o objetivo de reconhecer e divulgar soluções inovadoras que contribuam para aprimorar a democratização das finanças no Brasil.

Tivemos também um melhor score no rating ASG pela Sustainalytics, atingindo a classificação “Low Risk” e nota 19,3 (em 2022 pontuávamos 20,6 – Medium Risk). A avaliação reflete o desempenho do BB em questões como privacidade e segurança de

dados, governança, ética nos negócios, gestão de riscos, desempenho socioambiental, dentre outros.

Conquistamos o Prêmio Latam 2023, oferecido pela Alianza Latinoamericana de Organizaciones para la Interacción con Clientes (Aloic). A premiação reconhece as melhores práticas em relacionamento com clientes no continente.

Fomos reconhecidos, com o troféu ouro, pela melhor performance da América do Sul em inovação para o atendimento ao consumidor na 21ª edição do CMS Financial Innovation.

Julho

Fomos indicados novamente ao prêmio ReclameAqui, na categoria Bancos, demonstrando a boa reputação na opinião dos consumidores. Para serem indicadas a participar da premiação, as empresas precisam ter status: Bom, ótimo ou serem RA 1000 (selo de reputação máxima fornecido pelo site). O Prêmio ReclameAqui está em sua 13ª edição e essa é a 5ª vez consecutiva que o BB é indicado para essa categoria.

Fomos listados pelo oitavo ano consecutivo no FTSE4Good Index Series, índice da bolsa de valores de Londres que avalia e classifica as empresas com melhores práticas ambientais, sociais e de governança corporativa. O BB obteve score geral de 4,1 em 2023, ante 3,6 em 2022, e alcançou pontuação máxima (5,0) na dimensão ambiental.

Tivemos mais um reconhecimento internacional, desta vez como o melhor banco brasileiro na categoria governança corporativa, conferido pela Global Banking & Finance Review. A britânica Global Banking & Finance Review é uma plataforma online internacional que oferece notícias, análises e opiniões sobre as últimas tendências e inovações no setor bancário e financeiro em todo o mundo, apresentando e discutindo temas como serviços bancários, seguros, investimentos e gestão de patrimônio, também discute sobre fintechs,



tecnologia bancária, questões regulatórias e responsabilidade social corporativa (ASG).

Agosto

Fomos reconhecidos pelo Instituto Brasileiro de Governança Pública (IBGP) com o prêmio Inovação no Setor Público com foco no cidadão. A solução SisconDJ-WEB foi contemplada na Categoria Empresas Estatais como a solução de Interligação com os Tribunais de Justiça e Tribunais Regionais do Trabalho.

Fomos premiados como o Melhor Private Bank do País pelo Global Business Awards 2023, organizada pela Corporate Vision, veículo especializado no mercado financeiro de abrangência internacional, o BB Private foi reconhecido como o Melhor Private Bank do País.

Outubro

Conquistamos o Selo Abracam de Conformidade, concebido pela Associação Brasileira de Câmbio, que avalia a política, os procedimentos e os controles internos adotados pelas instituições visando a prevenção da utilização do sistema financeiro para a prática de crimes relativos às operações cambiais.

Novembro

Fomos reconhecidos na premiação Best Performance, que chega a sua 8ª edição nacional. A

iniciativa reuniu os principais bancos, seguradoras, prestadores de serviços, fintechs e startups do ecossistema financeiro. Com foco em inovação e experiência do cliente, o objetivo é reconhecer e disseminar as melhores práticas do mercado. Vencemos em quatro categorias: Excelência em ESG; Melhor Suporte Pós-compra; Excelência em atração, fidelização e retenção do cliente; e Excelência em Atendimento Digital do Cliente/Consumidor (UX, CX e Customer Success).

Fomos premiados no "Bank of the Year 2023" como o melhor banco no Brasil em 2023. A premiação aconteceu em Londres, na Inglaterra. O evento é organizado pelo jornal Financial Times e é considerado o Oscar da indústria financeira. Para o prêmio são consideradas informações relacionadas ao crescimento e desempenho das empresas, além de casos de sucesso sobre iniciativa estratégica, tecnologia e produtos e serviços. Conquistamos sete troféus no prêmio Best Performance e um no prêmio Inovativos.

Dezembro

Fomos certificados como Top Employer, pelo 11º ano consecutivo. Essa certificação reconhece as empresas com as melhores práticas de RH, promovida pelo Top Employers Institute, da Holanda.

Gestão de Pessoas

O mercado de trabalho evolui, acompanhando necessidades, tendências e novas tecnologias e o BB é protagonista nessa evolução. Vivemos uma era em que as transformações acontecem de modo mais acelerado e as respostas devem seguir o mesmo ritmo.

Essa transformação ocorre também pela aceleração digital, que influencia positivamente a forma como trabalhamos, com a utilização de métodos ágeis no dia a dia e buscando o *reskilling* e *upskilling* de nossos times.

Centrados na premissa de aprimorar continuamente a experiência do cliente, convocamos 61% dos aprovados no concurso, ou seja, quatro mil novos funcionários. Com isso, oxigenamos os nossos quadros com a chegada de novos profissionais, inclusive diretamente para as áreas de tecnologia e cibersegurança.

Avançamos no processo de *onboarding* dos funcionários do último concurso, agregando as variáveis diversidade e inclusão. Para isso, preparamos os educadores corporativos com formações direcionadas a compreender e atender essas variáveis.

Na chegada e após os 15 primeiros dias na empresa, o funcionário participa do *game* "Tô on no BB", que abrange diversos temas essenciais como Estratégia Corporativa, Ecossistema Financeiro, Resultado do BB, Comunicação e Diversidade, como forma de consolidar o conhecimento obtido sobre a empresa.

O olhar atento à satisfação e ao engajamento dos funcionários, que contribui para maior produtividade e eficiência, está na nossa Estratégia Corporativa e é nosso foco constante.





Lançamos o Programa Raça é Prioridade, com o objetivo de selecionar e desenvolver a aceleração de carreira de funcionários de raças sub-representadas, começando por negros (pretos e pardos) do BB. O Programa Piloto vai identificar pessoas negras com potencial para atuar como líderes. As ações também visam maior adequação e destaque ao S do ASG na empresa.

Realizamos mais uma edição da pesquisa Great Place to Work. Neste ano, foram convidados para responderem 50 mil funcionários, que puderam contribuir com o desenvolvimento da gestão de pessoas no Banco do Brasil e destacar os pontos fortes da Empresa para o mercado. Afinal, as melhores pessoas fazem as melhores empresas. Uma grande empresa para trabalhar dá a oportunidade de cada funcionário ser quem é, oferece oportunidades de construir carreiras, com benefícios e incentivos que valorizem, guiados pela ética e com senso de propósito.

Fizemos um webinar em alusão ao setembro amarelo, trazendo ferramentas para ajudar quem precisa de apoio emocional. Ampliamos o trabalho remoto, alcançando mais de 16 mil funcionários a fim de proporcionar melhor qualidade de vida aos funcionários, alinhado aos objetivos da Estratégia Corporativa - ECBB ao contribuir com a transformação digital e a inovação, além de possibilitar a redução de despesas com locação de espaços físicos.

Iniciamos um projeto que se propõe fazer com que a jornada do funcionário BB seja única, tenha momentos encantadores e gere impactos positivos, com reflexos inicialmente nos indicadores de pessoas e, posteriormente, de negócios. Esse projeto nos levará ao estabelecimento de uma governança da Experiência do Funcionário, tão importante quanto a governança da Jornada do Cliente.

Em dezembro, a partir de pesquisas, informações, entrevistas e visitas a unidades do BB, foi criado o conceito de Experiência do Funcionário BB. Essa iniciativa está conectada e alinhada à Proposta de Valor ao Funcionário BB, à Cultura Organizacional e à ECBB 2024-2028.

Destacamos também o nosso Programa Saúde no Prato, que tem como objetivo melhorar os hábitos alimentares dos funcionários, refletindo positivamente em seu bem-estar e qualidade de vida por meio de consultas online do serviço de Teleorientação Nutricional Einstein.

O Programa Voluntariado BB completou 22 anos e, entre as ações de celebração, foi realizado evento de reconhecimento aos voluntários, por toda a transformação social gerada nas comunidades onde atuam. Homenagens, compartilhamento de experiências e resultados alcançados foram alguns dos pontos altos do encontro.

Reconhecer e valorizar os funcionários é ação contínua e fundamental. Por isso, a edição do programa de identificação de talentos para liderança, o PIT+, que mapeou mais de 11 mil funcionários utilizando IA e cruzamento de dados, o que têm convertido o desenvolvimento das competências de liderança em resultados no dia a dia para o cliente e para o Banco.

Destacamos ainda a realização da 4ª temporada CEI, evento anual do BB sobre Compliance, Ética e Integridade. O tema central de 2023 é "Construindo Relacionamentos Sustentáveis". O evento ocorreu em dezembro e objetivou a discussão de temas emergentes e alinhados aos objetivos estratégicos do Banco. Assuntos como responsabilidade social, ambiental e climática, ética no uso da inteligência artificial, cyber business, diversidade, 10 anos da lei anticorrupção, assédio e violência laboral, risco de conduta, política de relacionamento com clientes e usuários e perdas operacionais fizeram parte da programação.

Controles Internos e Gestão de Riscos

Em 2023, o nosso índice Efetividade de Controles Internos monitorou a eficácia e a qualidade dos controles em 5.504 unidades do Banco.

No tema ASG, avaliamos produtos de captação com foco em greenwashing, aplicamos testes em mais de 480 mil operações da Carteira de Crédito Sustentável e aprimoramos a metodologia de validação com a inclusão de testes que avaliam a existência de vieses discriminatórios em modelos de *people analytics*.

No âmbito da gestão de riscos e controles, evoluímos no desenvolvimento de ferramentas automatizadas para monitoramento do sistema de controles internos e dos principais riscos associados às atividades da Instituição. Dentre essas, destaca-se o CRIVO (Conformidade, Risco e Inteligência na Verificação de Operações), plataforma de monitoramento em tempo real da conformidade de produtos e serviços comercializados pelo Banco, com utilização de tecnologias inovadoras de compliance digital, *analytics* e inteligência artificial. Essa plataforma possibilita uma avaliação mais abrangente e eficiente das operações, permitindo a identificação de irregularidades e a ativação da indução para correção.



Por meio da Plataforma Simplifique, funcionários sugerem melhorias em controles, processos, produtos e serviços. Em 2023, implementamos mais de 200 sugestões, reduzindo mais de 1,7 milhão de horas na jornada de atendimento do cliente e o uso de 13 milhões de folhas de papel.

O Programa de Compliance foi aprimorado com a inserção do orientador “Diversidade, Equidade e Inclusão – DE&I” e a abordagem sobre ética na IA. Realizamos, ainda, a 4ª Temporada de Compliance, Ética e Integridade, disseminando melhores práticas e impactando mais de 3.500 funcionários.



Na Política de Relacionamento com Clientes e Usuários, realizamos ações focadas no atendimento a clientes vulneráveis e no acultramento interno abordando temas como ASG, DE&I, Suitability, Educação Financeira e Ética.

Revisamos o *Framework* da Gestão do Risco de Modelo a fim de alinhá-lo às melhores práticas de mercado e cobertura de exposições relacionadas aos modelos de Inteligência Artificial. Implementamos o Plano de Monitoramento Contínuo nos modelos de risco de liquidez.

Em 2023, foram desenvolvidos também processos para o monitoramento ativo dos indicadores do risco e, com uma participação ativa no Planejamento Integrado de 2024.

Riscos e Oportunidades Sociais, Ambientais e Climáticas

Em junho, publicamos o primeiro relatório de Riscos e Oportunidades Sociais, Ambientais e Climáticas (GRSAC), disponível no nosso site de Relações com Investidores.

O relatório GRSAC está alinhado com as recomendações da Task Force on Climate-related Financial Disclosures (TCFD), iniciativa global que visa melhorar a transparência na divulgação das informações financeiras relacionadas ao clima, ao qual o Banco aderiu em maio de 2021. Trata-se de um marco importante na agenda de sustentabilidade para o setor financeiro, uma vez que eleva a qualidade das informações financeiras relacionadas às questões sociais, ambientais e climáticas, e reforça a agenda de compromissos e metas ASG. Em 2024, seguimos investindo em iniciativas para mitigação dos riscos social, ambiental e climático, em linha com os compromissos assumidos na agenda de sustentabilidade.

Auditoria Independente

Na contratação de serviços não relacionados à auditoria externa, e para evitar conflitos de interesse, perda de independência ou objetividade dos auditores independentes, adotamos procedimentos fundamentados nas legislações e normas aplicáveis e nos melhores princípios internacionalmente aceitos relacionados ao tema. Estes princípios são os seguintes: (i) o auditor não deve auditar o seu próprio trabalho, (ii) o auditor não deve exercer funções gerenciais em seu cliente e (iii) o auditor não deve promover os interesses do cliente. No Banco do Brasil, a contratação de serviços relacionados à auditoria externa deve ser precedida por parecer do Comitê de Auditoria.

Informamos que a Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes Ltda. não prestou serviços que pudessem afetar sua independência, ratificada por meio da aderência de seus profissionais aos padrões éticos e de independência pertinentes, de forma que cumpram ou excedam os padrões estabelecidos pela International Federation of Accountants (IFAC), pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), Comissão de Valores Mobiliários (CVM), Banco Central do Brasil (Bacen), Superintendência de Seguros Privados (Susep), Superintendência Nacional de Previdência Complementar (Previc) e pelas demais agências reguladoras. Estas políticas e procedimentos, que abrangem áreas como a independência pessoal, as relações pós-emprego, rotação de profissionais, bem como a aprovação de serviços de auditoria e outros serviços, estão sujeitas a monitoramento constante.



Esclarecimentos Adicionais

Publicamos anualmente os investimentos realizados em decorrência do exercício de políticas públicas em nossa Carta Anual de Políticas Públicas e Governança Corporativa, disponível em nosso sítio (ri.bb.com.br).

O Banco do Brasil, seus acionistas, administradores e os membros do Conselho Fiscal se comprometem a resolver toda e qualquer disputa ou controvérsia relacionada ao Regulamento de Listagem do Novo Mercado por meio da Câmara de Arbitragem do Mercado da B3, conforme cláusula compromissória constante do Estatuto Social do Banco do Brasil.

Para mais informações, o Formulário de Referência, o relatório de Análise do Desempenho e a Apresentação Institucional estão disponíveis no sítio de Relações com Investidores (ri.bb.com.br).

**Demonstrações
Contábeis IFRS**



Exercício/2023

 **BANCO DO BRASIL**



Índice

Relatório dos Auditores Independentes	2
Demonstrações Contábeis Consolidadas em IFRS	
Demonstração consolidada do resultado	8
Demonstração consolidada do resultado abrangente	9
Balço patrimonial consolidado	10
Demonstração consolidada das mutaões do patrimônio líquido	11
Demonstração consolidada dos fluxos de caixa	12
Demonstração consolidada do valor adicionado	14
Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas em IFRS	
1- O Banco e suas operaões	15
2- Apresentação das demonstrações contábeis consolidadas	16
3- Principais práticas contábeis	21
4- Principais julgamentos e estimativas contábeis	37
5- Aquisições, vendas e reestruturaões Societárias	40
6- Informações por segmento	41
7- Receita líquida de juros	48
8- Receita líquida de tarifas e comissões	49
9- Ganhos/(perdas) líquidos sobre instrumentos financeiros ao valor justo	49
10- Outras receitas e outras despesas	50
11- Despesas de pessoal	51
12- Outras despesas administrativas	51
13- Caixa e equivalentes de caixa	52
14- Depósitos compulsórios no Banco Central do Brasil	52
15- Empréstimos a instituições financeiras	53
16- Ativos e passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado	54
17- Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes	62
18- Títulos e valores mobiliários ao custo amortizado	65
19- Empréstimos a clientes	67
20- Perdas esperadas com empréstimos a clientes	77
21- Investimentos em coligadas e joint ventures	85
22- Envolvimento com entidades estruturadas	89
23- Imobilizado	93
24- Ativos intangíveis	95
25- Outros ativos e outros passivos	96
26- Recursos de clientes	97
27- Recursos de instituições financeiras	98
28- Recursos de emissões de títulos e valores mobiliários	98
29- Provisões, ativos e passivos contingentes	103
30- Impostos	107
31- Patrimônio líquido	109
32- Valor justo dos instrumentos financeiros	117
33- Garantias financeiras e outros compromissos	123
34- Capital regulatório e limite de imobilização	124
35- Gestão de riscos	130
36- Transferência de ativos financeiros	150
37- Compensação de ativos e passivos financeiros	151
38- Benefícios a empregados	154
39- Partes relacionadas	165
40- Ativos e passivos circulantes e não circulantes	169
41- Outras informações	171
42- Eventos subsequentes	171
43- Conciliação do patrimônio líquido e do resultado	172
Resumo do Relatório do Comitê de Auditoria	175
Declaração dos membros do Conselho Diretor sobre as Demonstrações Financeiras	177
Declaração dos membros do Conselho Diretor sobre o relatório dos auditores independentes	178
Membros da administração	179

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS CONSOLIDADAS

Ao Conselho de Administração, aos Administradores e aos Acionistas do
Banco do Brasil S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis consolidadas do Banco do Brasil S.A. (“Banco do Brasil”), que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada do Banco do Brasil S.A. em 31 de dezembro de 2023, o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (“International Financial Reporting Standards - IFRS”), emitidas pelo “International Accounting Standards Board - IASB”.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis consolidadas”. Somos independentes em relação ao Banco do Brasil e a suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis consolidadas, e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

A Deloitte refere-se a uma ou mais empresas da Deloitte Touche Tohmatsu Limited (“DTTL”), sua rede global de firmas-membro e suas entidades relacionadas (coletivamente, a “organização Deloitte”). A DTTL (também chamada de “Deloitte Global”) e cada uma de suas firmas-membro e entidades relacionadas são legalmente separadas e independentes, que não podem se obrigar ou se vincular a terceiros. A DTTL, cada firma-membro da DTTL e cada entidade relacionada são responsáveis apenas por seus próprios atos e omissões, e não entre si. A DTTL não fornece serviços para clientes. Por favor, consulte www.deloitte.com/about

A Deloitte fornece serviços de auditoria e asseguração, consultoria tributária, consultoria empresarial, assessoria financeira e consultoria em gestão de riscos para quase 90% das organizações da lista da Fortune Global 500® e milhares de outras empresas. Nossas pessoas proporcionam resultados mensuráveis e duradouros para ajudar a reforçar a confiança pública nos mercados de capitais e permitir aos clientes transformar e prosperar, e lideram o caminho para uma economia mais forte, uma sociedade mais equitativa e um mundo sustentável. Com base nos seus mais de 175 anos de história, a Deloitte abrange mais de 150 países e territórios. Saiba como os cerca de 457 mil profissionais da Deloitte em todo o mundo causam um impacto importante em www.deloitte.com.

1. Provisão para perdas esperadas em empréstimos a clientes

O reconhecimento da provisão para perdas esperadas em empréstimos a clientes envolve julgamento e o uso de estimativas por parte da Administração do Banco do Brasil. Conforme divulgado nas notas explicativas nº 3.h) e 20 às demonstrações contábeis consolidadas, o Banco do Brasil desenvolveu modelos internos para estimativa da provisão para perdas esperadas em empréstimos a clientes, de acordo com os requerimentos da IFRS 9, visando gerar a expectativa das perdas em empréstimos a clientes ao longo de um horizonte de tempo, englobando a avaliação dos parâmetros de PD (*Probability of Default*), LGD (*Loss Given Default*) e EAD (*Exposure at Default*). Portanto, o Banco do Brasil utiliza modelos internos para considerar os dados históricos disponíveis e pondera possíveis cenários de perdas, considerando estimativas *forward-looking*, e envolvendo premissas e julgamentos da Administração, como também uma avaliação individual de clientes específicos, com o objetivo de representar a melhor estimativa do risco de perdas esperadas de sua carteira de crédito.

A provisão para perdas esperadas em empréstimos a clientes foi considerada um principal assunto de auditoria devido à relevância no contexto das demonstrações contábeis consolidadas e ao uso de estimativas e julgamento por parte da Administração na determinação das provisões que são constituídas.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria?

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: (a) entendimento do critério de provisionamento adotado pelo Banco do Brasil para as operações de crédito e outros créditos com características de crédito, com envolvimento de nossos especialistas, com o objetivo de avaliar a aderência aos requerimentos da IFRS 9; (b) entendimento e teste do desenho, implementação e efetividade dos controles internos relevantes sobre o processo de mensuração da estimativa da provisão para perdas esperadas em empréstimos a clientes; (c) revisão e desafio dos modelos e base de dados utilizados pela Administração para a mensuração das perdas esperadas, incluindo a alocação da carteira de crédito nos estágios requeridos pela IFRS 9, com base em amostragem, com envolvimento dos nossos especialistas; (d) revisão e desafio da razoabilidade das premissas utilizadas pela Administração na avaliação individual da perda esperada de certos clientes, com base em amostragem; (e) análise do nível de provisionamento de perdas das operações de crédito; e (f) análise da adequação das divulgações efetuadas nas demonstrações contábeis consolidadas.

Consideramos que os critérios e premissas adotados pela Administração para estimar a provisão com perdas esperadas em empréstimos a clientes são aceitáveis no contexto das demonstrações contábeis consolidadas tomadas em conjunto.

2. Provisões para demandas fiscais, cíveis e trabalhistas

Conforme divulgado nas notas explicativas nº 3.o) e 29 às demonstrações contábeis consolidadas, o Banco do Brasil constitui provisões para demandas fiscais, cíveis e trabalhistas, decorrentes de eventos passados, com base na avaliação da Administração, suportada por seus assessores jurídicos, mensurando os montantes a serem provisionados por meio de métodos denominados “massificado” e “individualizado”, dependendo do tipo e dos valores envolvidos das ações. O método “massificado” é utilizado para processos relativos às causas consideradas semelhantes e usuais, cujos valores individuais não sejam considerados relevantes, e que foi desenvolvido internamente pela Administração segundo parâmetros estatísticos. O método “individualizado” é avaliado periodicamente pelos assessores jurídicos com relação à probabilidade de perda e montantes a serem provisionados.

Devido à relevância no contexto das demonstrações contábeis consolidadas e ao uso de estimativas e julgamento por parte da Administração, consideramos as provisões para demandas fiscais, cíveis e trabalhistas como uma área de foco em nossa auditoria.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria?

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: (a) avaliação do desenho e implementação dos controles internos relevantes que envolvem o controle das demandas fiscais, cíveis e trabalhistas e a mensuração dos montantes provisionados; (b) envolvimento de nossos especialistas para entendimento dos parâmetros estatísticos utilizados no método massificado; (c) confirmação das demandas com os assessores jurídicos externos e internos; (d) análise por amostragem para inspecionar a documentação dos processos judiciais provisionados pelo método individualizado; e (e) análise da adequação das divulgações efetuadas nas demonstrações contábeis consolidadas de acordo com os pronunciamentos contábeis aplicáveis.

Consideramos que os critérios e premissas adotados pela Administração para estimar as provisões para demandas fiscais, cíveis e trabalhistas são aceitáveis no contexto das demonstrações contábeis consolidadas tomadas em conjunto.

3. Planos de benefícios a empregados

O Banco do Brasil é patrocinador de entidades de previdência privada e de saúde complementar, que asseguram a complementação de benefícios de aposentadoria e assistência médica a seus funcionários. Conforme divulgado nas notas explicativas nº 3.n) e 38 às demonstrações contábeis consolidadas, os benefícios pós-emprego de responsabilidade do Banco do Brasil relacionados ao complemento de aposentadoria e assistência médica são avaliados de acordo com os critérios estabelecidos na IAS 19 - "Employee Benefits".

A estimativa das obrigações dos planos de benefício definido envolve premissas atuariais relevantes, incluindo taxas de desconto, entre outras, as quais são sensíveis e/ou envolvem julgamento da Administração, e podem causar efeitos relevantes sobre as demonstrações contábeis consolidadas. Diante disso, consideramos como uma área de foco em nossa auditoria.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria?

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: (a) avaliação do desenho e implementação dos controles internos relevantes que envolvem a mensuração dos passivos atuariais; (b) envolvimento de nossos especialistas atuários para entendimento das bases de dados utilizadas e desafio das principais premissas atuariais adotadas pelos atuários externos contratados pela Administração nos cálculos dos passivos atuariais; (c) análise por amostragem da razoabilidade das bases de dados e envolvimento de nossos especialistas atuários para o recálculo das obrigações atuariais; e (d) análise da adequação das divulgações efetuadas nas demonstrações contábeis consolidadas de acordo com os pronunciamentos contábeis aplicáveis.

Consideramos que a metodologia de cálculo, as bases de dados e as principais premissas atuariais adotadas pela Administração, em conjunto com seus atuários externos, para estimar as obrigações dos planos de benefícios a empregados são aceitáveis no contexto das demonstrações contábeis consolidadas tomadas em conjunto.

4. Ambiente de tecnologia da informação

As operações do Banco do Brasil dependem do ambiente de tecnologia e de infraestrutura capazes de suportar um elevado número de transações processadas diariamente em seus sistemas de informação legados que alimentam os seus registros contábeis. Os processos inerentes à tecnologia da informação, associados aos seus controles, podem, eventualmente, conter riscos no processamento e na geração de informações críticas, inclusive aquelas utilizadas na elaboração das demonstrações contábeis, justificando nossa consideração como área de foco em nossa auditoria devido à relevância no contexto das demonstrações contábeis consolidadas.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria?

Com o envolvimento de nossos especialistas em auditoria de sistemas, identificamos os sistemas relevantes que suportam as principais atividades de negócio do Banco do Brasil, avaliamos o desenho e a implementação dos controles gerais do ambiente de processamento e testamos a efetividade operacional desses controles, incluindo, quando necessário, os testes de controles compensatórios relacionados à segurança da informação, ao desenvolvimento e à manutenção de sistemas relevantes e à operação do ambiente de tecnologia da informação relacionados com a infraestrutura que suporta os negócios do Banco do Brasil.

Considerando os processos e controles do ambiente de tecnologia da informação, associados aos testes realizados mencionados anteriormente, julgamos que nos permitiram de forma razoável considerar as informações extraídas de determinados sistemas para definirmos a natureza, época e extensão de nossos procedimentos de auditoria no contexto das demonstrações contábeis consolidadas tomadas em conjunto.

Outros assuntos

Demonstração do valor adicionado

A demonstração consolidada do valor adicionado (“DVA”), referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023, elaborada sob a responsabilidade da Administração do Banco do Brasil, cuja apresentação não é requerida pelas normas internacionais de relatório financeiro (“International Financial Reporting Standards - IFRS”), emitidas pelo “International Accounting Standards Board - IASB”, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações contábeis consolidadas do Banco do Brasil. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações contábeis e os registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e o seu conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse pronunciamento técnico e está consistente em relação às demonstrações contábeis consolidadas tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis consolidadas e o relatório do auditor

A Administração do Banco do Brasil é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis consolidadas não abrange o Relatório da Administração, e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a esse respeito.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações contábeis consolidadas

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis consolidadas de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo IASB, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis consolidadas, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de o Banco do Brasil continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis consolidadas, a não ser que a Administração pretenda liquidar o Banco do Brasil ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança do Banco do Brasil e de suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis consolidadas.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Banco do Brasil.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.

- Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Banco do Brasil. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Banco do Brasil a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do Grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do Grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis consolidadas do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Brasília, 7 de fevereiro de 2024

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes Ltda.
CRC nº 2 SP 011609/O-8 "F" DF

Luiz Carlos Oseliero Filho
Contador
CRC nº 1 SP 234751/O-6



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

Demonstração consolidada do resultado

	Nota	Exercício/2023	Exercício/2022
Receitas de juros		265.438.605	236.549.051
Despesas de juros		(176.689.874)	(162.202.484)
Receita líquida de juros	[7]	88.748.731	74.346.567
(Perda)/reversão líquida esperada com:		(25.353.184)	(18.038.862)
Empréstimos a instituições financeiras	[15]	22.707	(43.367)
Empréstimos a clientes	[20]	(23.171.571)	(17.838.964)
Outros instrumentos financeiros	[17],[18],[33]	(2.204.320)	(156.531)
Receita líquida de juros após provisão para perdas		63.395.547	56.307.705
Receitas não de juros		44.945.542	43.441.620
Receita líquida de tarifas e comissões	[8]	25.000.273	24.644.715
Ganhos/(perdas) líquidos sobre instrumentos financeiros:	[9]	(367.207)	(1.258.040)
Ao valor justo por meio do resultado		(420.855)	(437.557)
Ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes		53.648	(820.483)
Ganhos líquidos em coligadas e joint ventures	[21]	7.094.163	5.262.995
Resultado líquido em operações de câmbio e em conversão de transações em moedas estrangeiras		1.572.694	1.609.348
Outras receitas	[10]	11.645.619	13.182.602
Despesas não de juros		(67.193.898)	(61.295.764)
Despesas de pessoal	[11]	(26.850.181)	(25.402.822)
Outras despesas administrativas	[12]	(8.740.985)	(7.941.143)
Contribuições, taxas e outros impostos		(7.976.044)	(6.992.470)
Amortização de ativos intangíveis	[24]	(2.356.219)	(1.346.457)
Provisões trabalhistas, fiscais e cíveis	[29]	(8.376.741)	(7.252.224)
Depreciação	[23]	(2.836.148)	(2.627.659)
Outras despesas	[10]	(10.057.580)	(9.732.989)
Lucro antes dos impostos		41.147.191	38.453.561
Impostos	[30]	(7.981.600)	(8.452.382)
Correntes		(7.210.573)	(6.788.039)
Diferidos		(771.027)	(1.664.343)
Lucro líquido do período		33.165.591	30.001.179
Atribuível aos acionistas controladores		29.860.965	27.731.162
Atribuível às participações de acionistas não controladores		3.304.626	2.270.017
Lucro por ação			
Lucro por ação básico e diluído (R\$)		10,46	9,72
Média ponderada das ações em circulação – básico		2.853.992.740	2.853.771.411
Média ponderada das ações em circulação – diluído		2.853.732.099	2.853.548.964

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis consolidadas.



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

Demonstração consolidada do resultado abrangente

	Exercício/2023	Exercício/2022
Lucro líquido do período	33.165.591	30.001.179
Itens que podem ser reclassificados para a demonstração do resultado consolidado		
Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes	751.441	(890.542)
Ganhos/(perdas) não realizados sobre ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes	454.431	(814.369)
(Ganhos)/perdas realizados sobre ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes – reclassificados para o resultado	(53.648)	820.483
Efeito tributário	350.658	(896.656)
Participação no resultado abrangente de investimentos em coligadas e joint ventures	(360.972)	(28.437)
Ganhos/(perdas) não realizados sobre ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes	351.305	(108.479)
Ganhos/(perdas) não realizados sobre hedge de fluxo de caixa	(100.847)	(240.599)
Ganhos/(perdas) não realizados em outros resultados abrangentes	(508.846)	160.789
Efeito tributário	(102.584)	159.852
Hedge de investimento líquido em operação no exterior	35.093	9.322
Ganhos/(perdas) não realizados sobre hedge de investimento líquido em operação no exterior	66.916	17.776
Efeito tributário	(31.823)	(8.454)
Ajustes de conversão de investimentos no exterior	(3.050.655)	(1.743.647)
Itens que não podem ser reclassificados para a demonstração do resultado consolidado		
Planos de benefícios definidos	(5.947.923)	2.852.995
Ganhos/(perdas) em remensurações relacionadas a planos de benefícios definidos	(11.212.661)	5.405.209
Efeito tributário	5.264.738	(2.552.214)
Total de outros resultados abrangentes líquidos de efeitos tributários	(8.573.016)	199.691
Resultado abrangente do período	24.592.575	30.200.870
Atribuível aos acionistas controladores	22.354.465	28.300.093
Atribuível às participações de acionistas não controladores	2.238.110	1.900.777

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis consolidadas.



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

Balanco patrimonial consolidado

	Nota	31/12/2023	31/12/2022
Ativo			
Caixa e depósitos bancários	[13]	17.327.745	18.310.546
Depósitos compulsórios no Banco Central do Brasil	[14]	101.805.900	95.119.085
Ativos financeiros ao custo amortizado líquidos		1.457.710.873	1.352.904.935
Empréstimos a instituições financeiras	[15]	442.666.500	423.228.428
Empréstimos a clientes	[19],[20]	911.281.198	832.938.557
Títulos e valores mobiliários	[18]	53.098.497	47.996.424
Outros ativos financeiros	[25]	50.664.678	48.741.526
Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado	[16]	14.173.304	12.078.012
Instrumentos de dívida e patrimônio		12.199.618	10.439.943
Derivativos		1.973.686	1.638.069
Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes	[17]	401.442.335	369.770.754
Ativos não circulantes mantidos para venda		134.755	203.473
Investimentos em coligadas e joint ventures	[21]	22.215.047	20.214.061
Ativo imobilizado	[23]	14.118.006	13.200.128
De uso		10.299.022	9.194.568
De direito de uso		3.818.984	4.005.560
Ativos intangíveis	[24]	10.801.929	11.030.985
Ativos fiscais		70.722.116	67.241.980
Correntes		9.630.569	9.914.030
Diferidos	[30]	61.091.547	57.327.950
Outros ativos	[25]	43.426.442	48.094.647
Total do ativo		2.153.878.452	2.008.168.606
Passivo			
Passivos financeiros ao custo amortizado		1.884.405.380	1.753.201.995
Recursos de clientes	[26]	811.943.803	753.263.047
Recursos de instituições financeiras	[27]	651.190.724	652.922.721
Recursos de emissões de títulos e valores mobiliários	[28]	284.156.307	229.745.964
Outros passivos financeiros	[25]	137.114.546	117.270.263
Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado	[16]	2.509.742	2.764.797
Provisões trabalhistas, fiscais e cíveis	[29]	18.725.677	18.372.705
Provisões para perdas esperadas com garantias prestadas e compromissos de empréstimos	[33]	3.061.360	3.584.878
Passivos fiscais		17.765.460	18.192.089
Correntes		4.889.032	4.625.471
Diferidos	[30]	12.876.428	13.566.618
Outros passivos	[25]	53.840.507	48.534.390
Total do passivo		1.980.308.126	1.844.650.854
Patrimônio líquido			
Capital social	[31]	120.000.000	90.000.023
Instrumento elegível a capital principal		6.100.000	7.100.000
Ações em tesouraria		(268.255)	(272.570)
Reservas de capital		6.634.358	6.630.709
Reservas de lucros		61.154.159	70.142.173
Outros resultados abrangentes acumulados		(15.196.480)	(7.689.980)
Resultados acumulados não apropriados		(9.188.503)	(6.253.161)
Total do patrimônio líquido atribuível aos acionistas controladores		169.235.279	159.657.194
Participações de acionistas não controladores		4.335.047	3.860.558
Total do patrimônio líquido		173.570.326	163.517.752
Total do passivo e patrimônio líquido		2.153.878.452	2.008.168.606

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis consolidadas.



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

Demonstração consolidada das mutações do patrimônio líquido

	Atribuível aos acionistas controladores											Participações de acionistas não controladores	Total do Patrimônio líquido
	Capital social	Instrumento elegível ao capital principal	Ações em tesouraria	Reservas de capital	Reservas de lucros	Outros resultados abrangentes				Resultados acumulados não apropriados	Total do patrimônio líquido atribuível aos acionistas controladores		
						Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes	Remensurações de planos de benefícios definidos	Conversão de investimentos no exterior	Ganhos/(perdas) com hedge/ outros				
Saldos em 31/12/2021	90.000.023	8.100.000	(276.913)	6.627.633	51.180.290	(1.664.736)	(4.699.652)	(1.873.586)	175.983	(4.699.946)	142.869.096	3.241.137	146.110.233
Transição da IFRS 17	--	--	--	--	--	--	--	--	(196.920)	321.003	124.083	62.902	186.985
Saldos em 01/01/2022	90.000.023	8.100.000	(276.913)	6.627.633	51.180.290	(1.664.736)	(4.699.652)	(1.873.586)	(20.937)	(4.378.943)	142.993.179	3.304.039	146.297.218
Lucro líquido	--	--	--	--	--	--	--	--	--	27.731.162	27.731.162	2.270.017	30.001.179
Outros resultados abrangentes	--	--	--	--	--	(967.341)	2.853.949	(1.320.254)	2.577	--	568.931	(369.240)	199.691
Total do resultado abrangente	--	--	--	--	--	(967.341)	2.853.949	(1.320.254)	2.577	27.731.162	28.300.093	1.900.777	30.200.870
Devolução do instrumento elegível ao capital principal	--	(1.000.000)	--	--	--	--	--	--	--	--	(1.000.000)	--	(1.000.000)
Transações com pagamento baseado em ações	--	--	4.343	3.076	--	--	--	--	--	--	7.419	350	7.769
Outros	--	--	--	--	--	--	--	--	--	9.964	9.964	25.781	35.745
Constituição de reservas de lucros	--	--	--	--	27.888.331	--	--	--	--	(27.888.331)	--	--	--
Juros sobre instrumento elegível ao capital principal (Nota 31.c)	--	--	--	--	--	--	--	--	--	(463.273)	(463.273)	--	(463.273)
Juros sobre o capital próprio e dividendos	--	--	--	--	(8.926.448)	--	--	--	--	(2.881.140)	(11.807.588)	(1.931.830)	(13.739.418)
Variação de participação dos não controladores	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	166.884	166.884
Ajustes de hiperinflação na Argentina	--	--	--	--	--	--	--	--	--	1.617.400	1.617.400	394.557	2.011.957
Saldos em 31/12/2022	90.000.023	7.100.000	(272.570)	6.630.709	70.142.173	(2.632.077)	(1.845.703)	(3.193.840)	(18.360)	(6.253.161)	159.657.194	3.860.558	163.517.752
Lucro líquido	--	--	--	--	--	--	--	--	--	29.860.965	29.860.965	3.304.626	33.165.591
Outros resultados abrangentes	--	--	--	--	--	905.085	(5.947.436)	(2.098.711)	(365.438)	--	(7.506.500)	(1.066.516)	(8.573.016)
Total do resultado abrangente	--	--	--	--	--	905.085	(5.947.436)	(2.098.711)	(365.438)	29.860.965	22.354.465	2.238.110	24.592.575
Devolução parcial do instrumento elegível ao capital principal	--	(1.000.000)	--	--	--	--	--	--	--	--	(1.000.000)	--	(1.000.000)
Aumento de capital – capitalização de reservas	29.999.977	--	--	--	(29.999.977)	--	--	--	--	--	--	--	--
Transações com pagamento baseado em ações	--	--	4.315	3.649	--	--	--	--	--	--	7.964	--	7.964
Outros	--	--	--	--	--	--	--	--	--	8.887	8.887	21.572	30.459
Constituição de reservas de lucros	--	--	--	--	31.198.574	--	--	--	--	(31.198.574)	--	--	--
Juros sobre instrumento elegível ao capital principal (Nota 31.c)	--	--	--	--	--	--	--	--	--	(208.380)	(208.380)	--	(208.380)
Juros sobre o capital próprio e dividendos	--	--	--	--	(10.186.611)	--	--	--	--	(2.842.642)	(13.029.253)	(1.907.178)	(14.936.431)
Variação de participação dos não controladores	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	(230.370)	(230.370)
Ajustes de hiperinflação na Argentina	--	--	--	--	--	--	--	--	--	1.444.402	1.444.402	352.355	1.796.757
Saldos em 31/12/2023	120.000.000	6.100.000	(268.255)	6.634.358	61.154.159	(1.726.992)	(7.793.139)	(5.292.551)	(383.798)	(9.188.503)	169.235.279	4.335.047	173.570.326

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis consolidadas.



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

Demonstração consolidada dos fluxos de caixa

	Exercício/2023	Exercício/2022
Atividades operacionais		
Lucro líquido do período	33.165.591	30.001.179
Ajustado por:	55.646.244	39.579.977
Perda líquida esperada com empréstimos a clientes	29.660.622	24.667.985
Efeito da mudança da taxa de câmbio no caixa e equivalentes de caixa	15.866.370	5.501.147
Provisões para riscos trabalhistas, fiscais e cíveis	8.376.741	7.252.224
Impostos sobre a renda	7.981.600	8.452.382
Depreciação de ativo imobilizado	2.836.148	2.627.659
Amortização de ativos intangíveis	2.356.219	1.346.457
Perdas líquidas de capital em outros ativos	45.397	80.323
Provisão para desvalorização de valores e bens	39.568	32.956
Provisão/(reversão) líquida esperada com empréstimos a instituições financeiras	(22.707)	43.367
Perdas líquidas sobre ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes	(53.648)	820.483
Reversões de perda por impairment sobre direitos de gestão de folhas de pagamento	(136.381)	(520.482)
Ganhos líquidos na alienação de valores ou bens	(204.390)	(235.592)
Ganhos líquidos em operações de câmbio e em conversão de transações em moedas estrangeiras	(1.572.694)	(1.609.348)
Atualização de ativo/passivo atuarial e dos fundos de destinação do superávit	(2.477.943)	(2.762.476)
Ganhos líquidos em coligadas e joint ventures	(7.094.163)	(5.262.995)
Ganhos líquidos na alienação de investimentos em coligadas e joint ventures	--	(337.844)
Outros	45.505	(516.269)
Variação nos ativos e passivos operacionais	(74.071.049)	(3.523.819)
Variação líquida em depósitos compulsórios no Banco Central do Brasil	(6.686.815)	(19.615.049)
Variação líquida em empréstimos a instituições financeiras	(32.259.028)	121.087.808
Variação líquida em ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado	(2.095.292)	(338.942)
Variação líquida em empréstimos a clientes	(107.795.053)	(123.222.981)
Variação líquida de ativos não circulantes mantidos para venda	(13.369)	306.544
Variação líquida em outros ativos	(1.511.331)	(54.468.499)
Variação líquida em recursos de clientes	58.680.756	81.993.506
Variação líquida de passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado	(255.055)	711.636
Variação líquida em recursos de instituições financeiras	(1.731.996)	4.918.269
Variação líquida em recursos de emissões de títulos e valores mobiliários	71.095.877	(50.128.709)
Variação líquida em outros passivos	(45.980.083)	41.069.089
Caixa pago em impostos sobre a renda	(5.519.660)	(5.836.491)
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	14.740.786	66.057.337



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

Continuação	Exercício/2023	Exercício/2022
Atividades de investimento		
Compra de ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes	(184.899.066)	(232.613.868)
Venda de ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes	211.956.434	218.723.358
Compra de títulos e valores mobiliários ao custo amortizado	(6.555.228)	(5.260.419)
Resgate de títulos e valores mobiliários ao custo amortizado	831.589	2.763.317
Compra de ativo imobilizado	(3.021.920)	(1.902.139)
Venda de ativo imobilizado	3.350	3.272
Aquisição de ativos intangíveis	(2.009.620)	(4.817.163)
Dividendos e juros sobre capital próprio recebidos	5.251.011	4.216.912
Resgate de ações Cateno	115.720	231.440
Aporte de capital social - Broto S.A.	(31.200)	--
Alienação de participação no Banco Digio S.A.	--	645.060
Caixa líquido proveniente das (aplicado nas) atividades de investimento	21.641.070	(18.010.230)
Atividades de financiamento		
Liquidação de passivos de longo prazo	(19.868.534)	(16.131.901)
Juros de instrumento elegível a capital principal pagos	(258.197)	(215.471)
Liquidação de arrendamentos	(1.039.896)	(1.020.150)
Dividendos ou juros sobre capital próprio pagos aos acionistas controladores	(12.956.523)	(11.810.305)
Dividendos ou juros sobre capital próprio pagos aos acionistas não controladores	(2.401.800)	(1.365.135)
Captação de passivos de longo prazo	2.183.000	2.328.600
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento	(34.341.950)	(28.214.362)
Variação líquida em caixa e equivalentes de caixa	2.039.906	19.832.745
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	68.826.279	54.494.681
Efeito da mudança da taxa de câmbio em caixa e equivalentes de caixa	(15.866.370)	(5.501.147)
Caixa e equivalentes de caixa no fim do período	54.999.815	68.826.279
Aumento/(redução) de caixa e equivalentes de caixa	2.039.906	19.832.745
Informações complementares	79.584.036	53.035.752
Caixa pago em juros	(166.525.791)	(145.646.413)
Caixa recebido em juros	246.109.827	198.682.165
Movimentações contábeis que não envolvem caixa e equivalentes de caixa		
Ativos reclassificados para ativos não circulantes mantidos para venda	(82.087)	92.677
Dividendos declarados e não pagos	2.381.347	2.308.617

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis consolidadas.



Demonstração consolidada do valor adicionado

	Nota	Exercício/2023	Exercício/2022
Receitas		277.936.800	256.688.814
Intermediação financeira		266.644.092	236.900.359
Prestação de serviços		36.645.892	37.827.317
(Perda)/reversão líquida esperada com:		(25.353.184)	(18.038.862)
Empréstimos a clientes		(23.171.571)	(17.838.964)
Empréstimos a instituições financeiras		22.707	(43.367)
Outros instrumentos financeiros		(2.204.320)	(156.531)
Despesas de intermediação financeira		(176.689.874)	(162.202.484)
Insumos adquiridos de terceiros		(26.425.083)	(24.224.546)
Materiais, energia e outros	[14]	(6.967.965)	(6.222.553)
Serviços de terceiros	[14]	(1.022.797)	(1.016.780)
Outras		(18.434.321)	(16.985.213)
Atualização de obrigações atuariais	[12]	(1.292.032)	(1.211.318)
Bônus de relacionamento comercial	[12]	(1.313.975)	(1.724.520)
Atualização de obrigações fiscais objeto de discussão judicial	[12]	--	(829.385)
Falhas em serviço e perdas operacionais	[12]	(369.683)	(280.251)
Despesas de obrigações por operações vinculadas a cessão	[12]	(16.285)	(19.186)
Outras		(15.442.346)	(12.920.553)
Valor adicionado bruto		74.821.843	70.261.784
Depreciação, amortização e exaustão		(5.192.367)	(3.974.116)
Valor adicionado líquido produzido pela entidade		69.629.476	66.287.668
Valor adicionado recebido em transferência		7.094.163	5.262.995
Resultado de equivalência patrimonial		7.094.163	5.262.995
Valor adicionado total a distribuir		76.723.639	71.550.663
Distribuição do valor adicionado		76.723.639	71.550.663
Pessoal		27.452.532	25.976.878
Remuneração direta		18.165.766	17.235.185
Benefícios		4.907.414	4.592.910
FGTS		866.397	821.660
Outros encargos		3.512.955	3.327.123
Impostos, taxas e contribuições		15.957.644	15.444.852
Federais		12.990.259	13.222.655
Estaduais		749	680
Municipais		2.966.636	2.221.517
Remuneração de capitais de terceiros		147.872	127.754
Aluguéis e arrendamentos operacionais	[14]	147.872	127.754
Remuneração de capitais próprios		33.165.591	30.001.179
Juros sobre o capital próprio da União	[37.h]	5.673.424	4.817.672
Juros sobre o capital próprio de outros acionistas	[37.h]	5.673.423	4.817.670
Dividendos da União	[37.h]	841.203	1.086.124
Dividendos de outros acionistas	[37.h]	841.203	1.086.122
Dividendos de acionistas não controladores		1.907.178	1.931.830
Juros sobre o instrumento elegível ao capital principal		208.380	463.273
Lucros retidos/prejuízo do exercício		16.623.332	15.460.301
Participação dos não-controladores nos lucros retidos		1.397.448	338.187



1– O Banco e suas operações

O Banco do Brasil S.A. (“Banco do Brasil”, “Banco”, “Grupo” ou “Conglomerado”) é uma companhia aberta de direito privado regida, sobretudo, pela legislação aplicável às sociedades por ações, controlada pelo Governo Federal, e sua matriz está localizada no Setor de Autarquias Norte, Quadra 5, Lote B, Edifício Banco do Brasil, Brasília, Distrito Federal, Brasil.

O Banco tem suas ações negociadas no segmento denominado Novo Mercado da B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão (B3), sob o código "BBAS3" e suas ADRs (American Depositary Receipts) no mercado de balcão dos Estados Unidos da América sob o código "BDORY". Seus acionistas, administradores e membros do Conselho Fiscal sujeitam-se às disposições do regulamento do Novo Mercado da B3. Este regulamento prevalecerá sobre as disposições estatutárias, nas hipóteses de prejuízo aos direitos dos destinatários das ofertas públicas previstas no Estatuto Social.

O Banco tem por objeto, em conjunto com suas controladas:

- a prática de todas as operações bancárias ativas, passivas e acessórias;
- a prestação de serviços bancários, de intermediação e suprimento financeiro sob suas múltiplas formas, inclusive nas operações de câmbio e nas atividades complementares, destacando-se seguros, previdência privada, capitalização, corretagem de títulos e valores mobiliários, administração de cartões de crédito/débito, consórcios, fundos de investimentos e carteiras administradas; e
- o exercício de quaisquer atividades facultadas às instituições integrantes do Sistema Financeiro Nacional.

Como agente de execução da política creditícia e financeira do Governo Federal, compete ao Banco exercer as seguintes funções atribuídas nas leis brasileiras, sob a supervisão do Conselho Monetário Nacional (CMN):

- (i) ser o agente financeiro do Tesouro Nacional;
- (ii) ser o principal executor dos serviços bancários de interesse do Governo Federal, inclusive suas autarquias;
- (iii) executar os serviços de compensação de cheques e outros papéis;
- (iv) realizar operações de compra e venda de moeda estrangeira por conta própria e, nas condições estabelecidas pelo CMN, por conta do Banco Central do Brasil (Bacen);
- (v) realizar recebimentos ou pagamentos e outros serviços de interesse do Bacen;
- (vi) financiar a aquisição e instalação da pequena e média propriedade rural;
- (vii) difundir e orientar o crédito; entre outras atribuições.

Com 215 anos, o Banco atua de forma responsável para promover a inclusão social por meio da geração de emprego e renda.

O Banco financia o custeio da produção e a comercialização de produtos agropecuários, estimula os investimentos rurais como armazenamento, beneficiamento, industrialização de produtos agrícolas e modernização de máquinas e implementos, além da adequação de propriedades rurais à legislação ambiental. Assim, o Banco apoia o agronegócio brasileiro em todas as etapas da cadeia produtiva.

O Banco oferece às Micro e Pequenas Empresas (MPE) soluções de capital de giro, financiamentos de investimentos e comércio exterior, além de várias outras opções relacionadas a fluxo de caixa, seguridade, previdência e serviços. Os vários segmentos de Pessoas Jurídicas, incluindo Microempreendedores Individuais (MEI), encontram desde alternativas financeiras até modelos de negócios que promovem a transição para uma economia inclusiva.

No financiamento ao comércio exterior, o Banco opera instrumentos de política pública de desenvolvimento produtivo, empreendedorismo, inclusão social e financeira, entre eles o Programa de Geração e Renda – Exportação (Proger) e o Programa de Financiamento às Exportações (Proex).

O Banco do Brasil também atua como Instituição Operadora de Sistema do Mercado Financeiro (IOSMF) executando os serviços de compensação de cheques por meio da Centralizadora da Compensação de Cheques (Compe),



Infraestrutura do Mercado Financeiro (IMF), integrante do Sistema de Pagamentos Brasileiro (SPB), na forma das Resoluções BCB nº 304 e 314/2023.

Outras informações a respeito das empresas que compõem o Conglomerado Banco do Brasil e a descrição dos segmentos de negócio em que o Banco opera, estão relacionadas nas Notas 2 e 6, respectivamente.

2– Apresentação das demonstrações contábeis consolidadas

a) Declaração de conformidade

As demonstrações contábeis consolidadas foram preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

Estas demonstrações contábeis consolidadas foram aprovadas e autorizadas para emissão pelo Conselho de Administração do Banco do Brasil em 07/02/2024.

b) Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações contábeis consolidadas são apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional e de apresentação do Banco. Exceto quando indicado de outra forma, as informações financeiras quantitativas são apresentadas em milhares de Reais (R\$ mil).

c) Continuidade

A Administração avaliou a capacidade de o Banco continuar operando normalmente e está convencida de que ele possui recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a capacidade do Banco de continuar operando. Assim, estas demonstrações contábeis consolidadas foram preparadas com base no pressuposto de continuidade operacional.

d) Alterações nas políticas contábeis

As políticas e os métodos contábeis utilizados na preparação destas demonstrações contábeis consolidadas se equivalem àqueles aplicados às demonstrações contábeis consolidadas referentes ao exercício encerrado em 31/12/2022, exceto nos casos indicados no item “f” desta Nota.

e) Demonstrações contábeis consolidadas

As demonstrações contábeis consolidadas do Banco abrangem as agências e subsidiárias no país e no exterior e suas controladas. Os saldos das contas dos ativos, passivos, receitas e despesas do Banco e de suas entidades controladas foram aglutinados por similaridade e os saldos de operações entre as companhias consolidadas foram eliminados. Apresentam-se no quadro a seguir as participações societárias incluídas nas demonstrações contábeis consolidadas, segregadas por segmentos de negócios.

As participações de acionistas não controladores são apresentadas no balanço patrimonial como um componente segregado do patrimônio líquido. O resultado atribuível a acionistas não controladores é evidenciado separadamente na demonstração do resultado e na demonstração do resultado abrangente.



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

	Atividade	País de constituição	Moeda funcional	31/12/2023	31/12/2022
				% Participação total	
Segmento bancário					
Banco do Brasil AG	Bancária	Áustria	Real	100,00%	100,00%
BB Leasing S.A. - Arrendamento Mercantil	Arrendamento	Brasil	Real	100,00%	100,00%
Banco do Brasil Securities LLC.	Corretora	Estados Unidos	Real	100,00%	100,00%
BB Securities Ltd.	Corretora	Inglaterra	Real	100,00%	100,00%
BB USA Holding Company, Inc.	Holding	Estados Unidos	Real	100,00%	100,00%
BB Cayman Islands Holding	Holding	Ilhas Cayman	Real	100,00%	100,00%
Banco do Brasil Americas	Bancária	Estados Unidos	Dólar Americano	100,00%	100,00%
Banco Patagonia S.A. ¹	Bancária	Argentina	Peso Argentino	80,39%	80,39%
Segmento investimentos					
BB Banco de Investimento S.A.	Banco de Investimento	Brasil	Real	100,00%	100,00%
Segmento gestão de recursos					
BB Gestão de Recursos - Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. - BB Asset	Administração de Ativos	Brasil	Real	100,00%	100,00%
Segmento seguros, previdência e capitalização					
BB Seguridade Participações S.A. ²	Holding	Brasil	Real	67,03%	66,36%
BB Corretora de Seguros e Administradora de Bens S.A. ²	Corretora	Brasil	Real	67,03%	66,36%
BB Seguros Participações S.A. ²	Holding	Brasil	Real	67,03%	66,36%
Segmento meios de pagamento					
BB Administradora de Cartões de Crédito S.A.	Prestação de Serviços	Brasil	Real	100,00%	100,00%
BB Elo Cartões Participações S.A.	Holding	Brasil	Real	100,00%	100,00%
Outros segmentos					
Ativos S.A. Securitizadora de Créditos Financeiros	Aquisição de Créditos	Brasil	Real	100,00%	100,00%
Ativos S.A. Gestão de Cobrança e Recuperação de Crédito	Gestão de Cobrança	Brasil	Real	100,00%	100,00%
BB Administradora de Consórcios S.A.	Consórcio	Brasil	Real	100,00%	100,00%
BB Tur Viagens e Turismo Ltda.	Turismo	Brasil	Real	100,00%	100,00%
BB Asset Management Ireland Limited ³	Administração de Ativos	Irlanda	Real	--	100,00%
BB Tecnologia e Serviços ²	Tecnologia da informação	Brasil	Real	99,99%	99,99%
Fundos de investimento					
Fundo de Investimento em Direitos Creditórios - Bancos Emissores de Cartão de Crédito V ⁴	Fundos de Investimento	Brasil	Real	90,42%	84,09%
BB Impacto ASG I Fundo em Investimento em Multiestratégia Investimento no Exterior ⁴	Fundos de Investimento	Brasil	Real	100,00%	100,00%
BB Ventures I Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia - Investimento no Exterior ⁴	Fundos de Investimento	Brasil	Real	100,00%	100,00%
FIP Agventures II Multiestratégias ⁴	Fundos de Investimento	Brasil	Real	54,67%	54,45%
BB Multi Criptoativos Full IE LP FIC FI ⁵	Fundos de Investimento	Brasil	Real	--	63,96%
BB Asset Renda Fixa Plus FICFI ⁵	Fundos de Investimento	Brasil	Real	--	52,99%
BB Asset Renda Fixa Crédito Privado Longo Prazo ⁵	Fundos de Investimento	Brasil	Real	--	82,06%
BB Ações Seleção Fatorial Funci FI ⁵	Fundos de Investimento	Brasil	Real	--	72,10%
BB MM Multiestratégia LP Funci FIC FI ⁵	Fundos de Investimento	Brasil	Real	--	54,74%
BB Ações BRL Global Superdividendos Global X Superdividendos ⁵	Fundos de Investimento	Brasil	Real	--	100,00%
BB Multigesta Crédito Privado FIC FIM ⁵	Fundos de Investimento	Brasil	Real	--	99,78%
BB Fx MM Allspring Climate Transition FI IE ⁵	Fundos de Investimento	Brasil	Real	--	100,00%
BB Ações FX Pictet Global Environmental Opportunities ⁵	Fundos de Investimento	Brasil	Real	--	100,00%
BB MM Global Select Equity Value IE FIC FI ⁵	Fundos de Investimento	Brasil	Real	--	100,00%
BB Multimercado High Alpha LP FIC FI ⁵	Fundos de Investimento	Brasil	Real	91,47%	--
BB Asset MM High Alpha FIC FI	Fundos de Investimento	Brasil	Real	99,93%	--
BB Asset Seleção Fatorial FIC FI	Fundos de Investimento	Brasil	Real	99,76%	--
BB RF Simples Investback FIC FI	Fundos de Investimento	Brasil	Real	70,48%	--

1 - Opera em ambiente econômico de natureza hiperinflacionária desde 2018.

2 - Refere-se ao percentual de participação efetiva, considerando as aquisições de ações pela própria investida, mantidas em tesouraria.

3 - Administradora de ativos encerrada em 17/06/2023.

4 - Fundos de investimento nos quais o Banco assume ou retém, substancialmente, riscos e benefícios.

5 - Fundos não exclusivos e abertos a partir de aplicação inicial de recursos próprios da BB Asset, destinados a comercialização a investidores externos, não tendo a referida entidade a intenção de assumir ou reter substancialmente os riscos e benefícios nesses fundos de investimento de forma indefinida, sendo consolidados apenas nos meses em que a maioria das cotas ainda está em poder da BB Asset.



Informações resumidas de controladas com participação de acionistas não controladores

	31/12/2023			31/12/2022		
	BB Seguridade Participações S.A.	Banco Patagonia S.A.	Outros	BB Seguridade Participações S.A.	Banco Patagonia S.A.	Outros
Ativo circulante	3.041.513	15.207.741	1.799.622	3.768.306	23.547.407	1.674.003
Ativo não circulante	9.231.853	3.537.281	182.597	8.135.179	5.335.397	199.586
Passivo circulante	2.472.096	13.649.349	488.521	3.686.067	21.955.744	462.661
Passivo não circulante	153	17.805	--	28	173.450	--
Receitas	7.852.718	19.630.921	1.763.923	6.091.165	9.103.357	1.460.574
Resultado líquido	7.736.486	3.572.759	238.606	6.040.886	883.814	157.777
Resultado abrangente total	7.880.657	5.093.558	238.606	6.187.933	1.184.319	157.777
Dividendos propostos a acionistas não controladores	1.868.043	--	--	1.931.830	--	--
Participação de acionistas não controladores	32,97%	19,61%	--	33,64%	19,61%	--
Lucro líquido atribuível às participações de acionistas não controladores	2.585.159	700.618	18.849	2.032.154	173.316	13.458
Participações acumuladas de acionistas não controladores	3.231.893	995.770	107.384	2.764.330	1.324.383	180.289

f) Normas recentemente emitidas, aplicáveis ou a serem aplicadas em períodos futuros

Normas aplicáveis a partir de 01/01/2023

Alterações à IAS 1 – Apresentação de Demonstrações Financeiras – Em fevereiro de 2020, o IASB promoveu alterações à IAS 1, com o objetivo de esclarecer as definições de passivos como circulante e não circulante.

O Banco avaliou os impactos da adoção da norma e não identificou efeitos materiais.

O IASB também determinou, em fevereiro de 2021, que apenas as informações sobre políticas contábeis materiais sejam divulgadas, em vez de políticas contábeis significativas. As alterações visam melhorar a evidência das políticas contábeis para que as entidades forneçam informações mais úteis aos usuários das demonstrações financeiras.

O Banco avaliou os impactos da adoção da norma e promoveu os ajustes de apresentação nas Demonstrações Financeiras.

IFRS 17 – Contratos de Seguro – Em maio de 2017, o IASB publicou uma nova norma em substituição à IFRS 4. A norma estabelece os princípios para o reconhecimento, mensuração e evidência de contratos de seguros, com objetivo de garantir que uma entidade forneça informações relevantes representando fielmente esses contratos. Além disso, a nova norma busca resolver algumas inadequações existentes na ampla variedade de práticas contábeis no mercado segurador, que prejudicava a comparabilidade das informações contábeis das seguradoras.

As investidas operacionais do grupo BB Seguridade que comercializaram contratos de seguros dentro do escopo dessa norma elaboraram suas demonstrações contábeis no novo padrão para fins de atendimento aos requerimentos da IFRS 17. Os reflexos da adoção da norma por essas empresas foram reconhecidos nas demonstrações contábeis da BB Seguridade e do Banco por equivalência patrimonial, com efeitos não relevantes nos investimentos em participações societárias e no patrimônio líquido.

Conforme requerido pela IFRS 17, o Banco realizou a aplicação retrospectiva da norma, considerando a adoção inicial a partir de 1º de janeiro de 2023, e a data de transição em 1º de janeiro de 2022, início do período de relatório anual imediatamente precedente à data de adoção inicial. Os impactos foram refletidos nas demonstrações



contábeis do Banco, com efeitos nos investimentos em participações societárias e no patrimônio líquido, conforme evidenciado no quadro de “Informações para efeito de comparabilidade”, a seguir.

Alterações à IAS 8 – Políticas Contábeis, Mudanças nas Estimativas Contábeis e Erros – Em fevereiro de 2021, o IASB esclareceu as diferenças entre política contábil e estimativa contábil. Enquanto mudanças em estimativa são aplicadas prospectivamente em eventos futuros, as mudanças na política geralmente são retrospectivas.

Não houve impacto material nas demonstrações financeiras.

Alterações à IAS 12 – Imposto sobre a Renda – Em maio de 2021, o IASB esclareceu que a isenção para contabilização de impostos diferidos decorrentes de diferenças temporárias geradas no reconhecimento inicial de ativos ou passivos não se aplica às operações de arrendamento.

O Banco passou a evidenciar que considera os efeitos fiscais diferidos decorrentes de diferenças temporárias relacionadas aos ativos de direito de uso e passivos de arrendamento (Nota 30.d).

O IASB também emitiu alterações, em maio de 2023, que proporcionavam às empresas alívio temporário da contabilização de impostos diferidos decorrentes da reforma tributária internacional da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE).

Não houve impacto material nas demonstrações financeiras.

Informações para efeito de comparabilidade

Demonstramos abaixo os efeitos dos ajustes no Balanço Patrimonial e na Demonstração do Resultado. Consequentemente, foram ajustados os saldos comparativos da Demonstração do resultado abrangente, da Demonstração das mutações do patrimônio líquido, da Demonstração dos fluxos de caixa e da Demonstração do valor adicionado, bem como das respectivas notas explicativas.

Além da adoção do IFRS 17, também foram realizados, para efeito de comparabilidade, os seguintes ajustes no Balanço patrimonial consolidado e na Demonstração consolidada do resultado:

- (i) extinção do grupamento “Aplicações em operações compromissadas”, com saldos reclassificados para o grupamento “Empréstimos a instituições financeiras”;
- (ii) extinção do grupamento “Valores a pagar a instituições financeiras”, com saldos reclassificados para o grupamento “Recursos de instituições financeiras”;
- (iii) reclassificação “Obrigações por empréstimos e repasses” do grupamento “Recursos de emissões de títulos e valores mobiliários” para o grupamento de “Recursos de instituições financeiras”;
- (iv) reclassificação dos “Fundos financeiros e de desenvolvimento” do grupamento “Recursos de emissões de títulos e valores mobiliários” para o grupamento “Outros passivos financeiros”; e
- (v) reclassificação da perda esperada em operações compromissadas do grupamento “(Perdas)/reversão líquida esperada com Outros instrumentos financeiros” para o grupamento “(Perda)/reversão líquida esperada com Empréstimos a instituições financeiras”.



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

Balanco patrimonial consolidado

31/12/2022	Divulgação anterior	Reclassificações/Ajustes	Divulgação atual
Ativo			
Empréstimos a instituições financeiras	62.607.954	360.620.474	423.228.428
Aplicações em operações compromissadas	360.620.474	(360.620.474)	--
Investimentos em coligadas e joint ventures (IFRS 17)	19.773.432	440.629	20.214.061
Total do ativo	2.007.727.977	440.629	2.008.168.606
Passivo			
Valores a pagar a instituições financeiras	24.082.857	(24.082.857)	--
Recursos de instituições financeiras	564.453.599	88.469.122	652.922.721
Recursos de emissões de títulos e valores mobiliários	328.608.124	(98.862.160)	229.745.964
Outros passivos financeiros	82.794.368	34.475.895	117.270.263
Patrimônio líquido			
Outros resultados abrangentes acumulados (IFRS 17)	(7.560.617)	(129.363)	(7.689.980)
Resultados acumulados não apropriados	(7.083.363)	830.202	(6.253.161)
Total do patrimônio líquido atribuível aos acionistas controladores	158.956.355	700.839	159.657.194
Participações de acionistas não controladores	4.120.768	(260.210)	3.860.558
Total do patrimônio líquido	163.077.123	440.629	163.517.752
Total do passivo e patrimônio líquido	2.007.727.977	440.629	2.008.168.606

Demonstração consolidada do resultado

Exercício/2022	Divulgação anterior	Reclassificações/Ajustes	Divulgação atual
(Perda)/reversão líquida esperada com:	(18.038.862)	--	(18.038.862)
Empréstimos a instituições financeiras	(43.333)	(34)	(43.367)
Empréstimos a clientes	(17.838.964)	--	(17.838.964)
Outros instrumentos financeiros	(156.565)	34	(156.531)
Receitas não de juros	43.289.776	151.844	43.441.620
Ganhos/(perdas) líquidos em coligadas e joint ventures (IFRS 17)	5.111.151	151.844	5.262.995
Despesas não de juros	(61.295.764)	--	(61.295.764)
Outras despesas administrativas	(8.170.710)	229.567	(7.941.143)
Outras despesas	(9.503.422)	(229.567)	(9.732.989)
Lucro antes dos impostos	38.301.717	151.844	38.453.561
Lucro líquido do período	29.849.335	151.844	30.001.179
Atribuível aos acionistas controladores	27.630.407	100.755	27.731.162
Atribuível às participações de acionistas não controladores	2.218.928	51.089	2.270.017



Normas a serem adotadas pelo Banco em períodos futuros

Alterações à IFRS 10 – Demonstrações Financeiras Consolidadas e IAS 28 – Investimentos em Coligadas e Empreendimentos em Conjunto – Em setembro de 2014, o IASB promoveu alterações à IFRS 10 e à IAS 28 que abordam as inconsistências geradas pelas duas normas quanto à contabilização de transações entre investidores e suas coligadas e joint ventures.

A data para adoção destas alterações à IFRS 10 e à IAS 28 foi adiada, ainda sem uma data definida pelo IASB.

Alterações à IAS 1 – Apresentação de Demonstrações Financeiras – Em outubro de 2022, o IASB determinou que as entidades classifiquem dívidas como não circulantes apenas se puder evitar a sua liquidação nos 12 meses após a data de reporte. No entanto, às vezes essa liquidação pode estar condicionada ao cumprimento de cláusulas contratuais (covenants). Os covenants a serem cumpridos após a data de reporte não devem afetar a classificação como circulante ou não circulante, mas tal fato deve ser divulgado em nota explicativa para que os usuários entendam o risco de uma possível liquidação antecipada.

Essas alterações têm vigência para períodos anuais iniciados a partir de 1º de janeiro de 2024.

Alterações à IFRS 16 – Arrendamentos – Em setembro de 2022, o IASB emitiu alterações explicando como uma entidade deve contabilizar uma venda e leaseback após a data da transação. As transações de venda e leaseback em que alguns ou todos os pagamentos de arrendamento são pagamentos de arrendamento variáveis que não dependem de um índice ou taxa têm maior probabilidade de serem impactados.

Essas alterações têm vigência para períodos anuais iniciados a partir de 1º de janeiro de 2024.

Alterações à IAS 7 – Demonstração dos fluxos de caixa e IFRS 7 – Instrumentos financeiros: Evidenciação – Em maio de 2023, o IASB emitiu alterações que introduzem requisitos de divulgação referente às operações de forfait, como termos e condições, exposição no fluxo de caixa e detalhamento das operações, incluindo prazos de pagamento, efeitos não caixa e eventuais risco de liquidez.

Essas alterações têm vigência para períodos anuais iniciados a partir de 1º de janeiro de 2024.

Alterações à IAS 21 - Efeitos das alterações nas taxas de câmbio – Em agosto de 2023, o IASB adicionou requisitos ao normativo para auxiliar as entidades a determinar se uma moeda é cambiável por outra e, quando não for, qual taxa aplicar na conversão.

Essas alterações têm vigência para períodos anuais iniciados a partir de 1º de janeiro de 2025, sendo permitida sua adoção antecipada.

O Banco iniciou a avaliação dos impactos da adoção dos novos pronunciamentos. Eventuais impactos decorrentes da adoção dessas normas, alterações ou interpretações estão sendo avaliados e serão concluídos até a data de vigência de cada normativo.

3– Principais práticas contábeis

As políticas contábeis adotadas pelo Banco são aplicadas de forma consistente em todos os períodos apresentados nestas demonstrações contábeis consolidadas e de maneira uniforme a todas as entidades do Conglomerado.



a) Bases de consolidação

As demonstrações contábeis consolidadas refletem os ativos, passivos, receitas e despesas do Banco e de suas entidades controladas. O controle é determinado quando há poder para tomada de decisões sobre a investida, está exposto ou tem direito a retornos variáveis de seu envolvimento com a investida e tem a capacidade de afetar o lucro através de seu poder sobre a investida.

Conforme a IAS 29, o Banco realiza a atualização monetária das Demonstrações Contábeis de suas controladas cuja moeda funcional seja considerada a de uma economia hiperinflacionária, de modo que estejam refletidas em termos de unidade de mensuração coerente no final do período do relatório. A diferença resultante da atualização monetária de ativos não monetários, patrimônio líquido e itens na Demonstração do Resultado são reconhecidas pelo Banco como ganho ou perda na posição monetária líquida, em outras receitas/despesas operacionais. As Demonstrações Contábeis atualizadas das investidas, expressas em moeda estrangeira, são convertidas pelas taxas de câmbio de fechamento.

Combinação de negócios – A aquisição de uma subsidiária por meio de combinação de negócios é registrada na data de aquisição, isto é, na data em que o controle é transferido para o Grupo, aplicando o método de aquisição. De acordo com este método, os ativos identificados (inclusive ativos intangíveis não reconhecidos previamente), passivos assumidos e passivos contingentes são reconhecidos pelo valor justo na data da aquisição. Eventuais diferenças positivas entre o custo de aquisição e o valor justo dos ativos líquidos identificáveis adquiridos são reconhecidas como ágio (goodwill). No caso de apuração de diferença negativa (ganho por compra vantajosa), o valor identificado é reconhecido no resultado do período em outras receitas operacionais.

Os custos de transação que o Banco incorre em uma combinação de negócios, exceto os custos relacionados à emissão de instrumentos de dívida ou patrimônio, são registrados no resultado do período quando incorridos. Qualquer contraprestação contingente a pagar é mensurada pelo seu valor justo na data de aquisição.

Os resultados das subsidiárias adquiridas durante o período contábil são incluídos nas demonstrações contábeis consolidadas desde a data de aquisição até o fim do exercício. Por sua vez, os resultados das subsidiárias alienadas durante o exercício são incluídos nas demonstrações contábeis consolidadas desde o início do exercício até a data da alienação, ou até a data em que o Banco deixou de exercer o controle.

Combinação de negócios de entidades sob controle comum – Na situação de combinação de negócios sob controle comum, o Banco incorpora os valores contábeis dos ativos e passivos pré-combinação sem qualquer mensuração a valor justo.

O Banco não reconhece ágio derivado dessas combinações. Qualquer diferença entre o custo da operação e o valor contábil dos ativos líquidos é registrada diretamente no patrimônio líquido.

Mudança de participação societária em subsidiárias – As alterações na participação societária em uma subsidiária que não resultam em perda de controle são contabilizadas como transações patrimoniais (ou seja, transações com proprietários em sua condição de proprietários). Consequentemente, nenhum ágio é reconhecido como resultado de tais transações.

Perda de controle – Caso ocorra a perda de controle de uma subsidiária, o Banco deixa de reconhecer, na data em que o controle é perdido:

- (i) os ativos, inclusive o ágio, e os passivos da subsidiária pelo seu valor contábil; e
- (ii) o valor contábil de quaisquer participações não-controladoras na ex-subsidiária, inclusive quaisquer componentes de outros resultados abrangentes atribuídos a ela.



Além disso, o Banco reconhece na data da perda do controle:

- (i) o valor justo da contrapartida recebida, se houver, proveniente da transação, evento ou circunstâncias que resultaram na perda de controle;
- (ii) a distribuição de ações da subsidiária aos proprietários, caso a transação que resultou na perda do controle envolva uma distribuição de ações;
- (iii) qualquer investimento retido na ex-subsidiária pelo seu valor justo; e
- (iv) qualquer diferença resultante como um ganho ou perda no resultado atribuível à controladora.

Entidades estruturadas – O Banco patrocina a formação de entidades estruturadas, que envolvem fundos de investimento, grupo de consórcios e veículos de securitização, as quais podem ser ou não controladas e reavalia o processo de consolidação de uma entidade estruturada caso determinados fatos e circunstâncias indiquem que há uma mudança em um ou mais elementos que configuram o controle.

b) Compensação de ativos e passivos financeiros

O Banco não compensa quaisquer ativos ou passivos pela dedução de outros passivos ou ativos, ou qualquer receita ou despesa pela dedução de outras despesas ou receitas, exceto se existir um direito legal de compensação e essa compensação refletir a essência da transação.

Ativos e passivos financeiros são apresentados pelos seus valores líquidos se houver um direito legal de compensar os valores reconhecidos e se houver uma intenção de liquidar em uma base líquida, ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

c) Conversão de operações em moeda estrangeira

Transações e saldos – As transações em moeda estrangeira são inicialmente registradas à taxa de câmbio da moeda funcional em vigor na data da transação.

Os ativos e passivos do Banco denominados em moeda estrangeira, a maior parte dos quais de natureza monetária, são convertidos à taxa de câmbio da moeda funcional em vigor na data do balanço. Todas as diferenças de conversão são reconhecidas na demonstração do resultado do período em que surgirem, como parte integrante do resultado líquido em operações de câmbio e em conversão de transações em moedas estrangeiras.

Conversão para a moeda de apresentação – As demonstrações contábeis de entidades domiciliadas no exterior são convertidas para a moeda de apresentação de acordo com os seguintes critérios:

- (i) ativos e passivos pela taxa de câmbio vigente no final do período; e
- (ii) receitas e despesas pela média das taxas de câmbio do período (exceto o Banco Patagonia, que se utiliza da taxa de câmbio vigente no final do período, por estar inserido em um contexto de economia hiperinflacionária).

As diferenças de câmbio geradas com base na conversão das demonstrações contábeis de entidades no exterior, cuja moeda funcional é o Real, são reconhecidas na demonstração do resultado consolidado, como parte integrante do resultado líquido em operações de câmbio e em conversão de transações no exterior. Para aquelas entidades cuja moeda funcional é diferente do Real, são reconhecidas diretamente no patrimônio líquido, até a eventual alienação da subsidiária no exterior ou perda do controle. Nesse momento, as diferenças de câmbio acumuladas são reclassificadas de outros resultados abrangentes para receita ou despesa do período. O montante das diferenças de câmbio atribuíveis a acionistas não controladores é alocado e reconhecido como parte de participações de acionistas não controladores no balanço patrimonial.



d) Reconhecimento de receitas e despesas

As receitas de juros e de tarifas e comissões são reconhecidas quando o seu valor, os seus custos associados e o estágio de conclusão da transação puderem ser mensurados de forma confiável e quando for provável que os benefícios econômicos associados à transação serão realizados. Esse conceito é aplicado para as principais receitas geradas pelas atividades do Banco, a saber:

Receita líquida de juros – Receitas e despesas decorrentes dos ativos e passivos que rendem e pagam juros são reconhecidas no resultado do período de acordo com o regime de competência, utilizando-se o método da taxa efetiva de juros para a parte significativa dos instrumentos financeiros detidos pelo Banco.

O método da taxa efetiva de juros é um método para o cálculo do custo amortizado de um ativo ou passivo financeiro (ou de um grupo de ativos ou passivos financeiros) e para a alocação da receita ou da despesa de juros ao longo do prazo do ativo ou passivo financeiro.

A taxa efetiva de juros é a taxa que desconta os pagamentos ou recebimentos dos fluxos de caixa futuros estimados ao longo da vida esperada do ativo ou passivo financeiro. É estabelecida quando do reconhecimento inicial do ativo ou passivo financeiro. Ao efetuar o cálculo, o Banco estima os fluxos de caixa futuros considerando todos os termos contratuais do instrumento financeiro. Inclui as comissões, os custos de transação e os descontos ou prêmios que são parte integrante da taxa efetiva de juros. Os custos da transação correspondem a custos incrementais diretamente atribuíveis à aquisição, emissão ou alienação de um ativo ou passivo financeiro.

Receita líquida de tarifas e comissões – O reconhecimento é determinado de acordo com a finalidade das tarifas e a existência de instrumentos financeiros a elas associados. Se houver um instrumento financeiro associado e as receitas provenientes das tarifas forem consideradas como parte da taxa de juros efetiva, estas são consideradas no cálculo dos juros, exceto nos casos em que o instrumento financeiro for registrado na categoria ao valor justo por meio do resultado. Caso contrário, estas receitas são reconhecidas à medida em que as respectivas obrigações de desempenho são cumpridas.

O reconhecimento destas receitas deve ser por um valor que reflita a contrapartida que se espera ter direito em troca da transferência de serviços para um cliente. Em consonância com o método de saída e com as características intrínsecas das obrigações de desempenho envolvidas, as receitas de tarifas recebidas por serviços que são fornecidos sobre um período específico são reconhecidas ao longo desse período em função do próprio tempo transcorrido. As receitas de tarifas recebidas para prestação de um serviço específico ou sobre um evento significativo são reconhecidas quando o serviço for prestado ou o evento incorrido.

Neste sentido, as principais carteiras de contrato do Banco se referem aos seguintes serviços: conta corrente, cartões, cobrança, administração de recursos de terceiros, comissão de corretagem e arrecadações.

Por sua vez, as obrigações de desempenho gerais envolvem, respectivamente: viabilizar a movimentação de recursos por meio de depósitos, cheques, saques, ordens de pagamento e/ou transferências; viabilizar a compra de bens e serviços em estabelecimentos credenciados bem como saques em moeda nacional/estrangeira; receber valores por meio da liquidação de boletos de pagamento que podem ser pagos em qualquer banco; administrar recursos aplicados em fundos de investimento; realizar operações com títulos em bolsa de valores; arrecadar tributos e demais receitas a favor de instituições públicas.

Quanto ao preço de transação destes contratos, identificam-se tarifas, anuidades, taxas e comissões com expectativa de recebimento em até doze meses.

O principal expediente prático adotado se refere à existência de componente de financiamento significativo. O componente financeiro não foi considerado significativo quando o período entre o momento em que o serviço prometido é transferido para o cliente e o momento no qual o cliente paga por esse serviço é de um ano ou menos.



Ganhos líquidos em coligadas e joint ventures – A receita oriunda da aplicação do método de equivalência patrimonial é reconhecida na proporção da participação acionária detida pelo Banco nos resultados gerados pelas investidas.

Receita de dividendos – É reconhecida no resultado do período quando o Banco adquire o direito de receber o pagamento. Os dividendos são apresentados em receita líquida de juros, baseado na classificação do respectivo instrumento patrimonial que os originou.

e) Instrumentos financeiros

O Banco classifica seus instrumentos financeiros com base nas características contratuais dos fluxos de caixa do ativo, além do modelo de negócios pelo qual os ativos são administrados pela entidade. Todos os ativos e passivos financeiros são inicialmente reconhecidos na data de negociação, isto é, a data em que o Banco se torna parte das disposições contratuais do instrumento. A classificação dos ativos e dos passivos financeiros é determinada na data do reconhecimento inicial.

Classificação e mensuração subsequente

Modelo de negócios: Refere-se a como a entidade gerencia seus ativos financeiros para gerar fluxos de caixa. A Administração do Banco avaliou, dentre outros fatores:

- como o desempenho do modelo de negócios e os ativos financeiros são reportados ao pessoal-chave da administração;
- os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios e a forma como esses riscos são gerenciados; e
- como os gestores do negócio são remunerados.

Após observação, o Banco determinou o modelo de negócios para seus ativos financeiros, a fim de verificar se os fluxos de caixa resultam de:

- recebimento de fluxos de caixa contratuais;
- venda de ativos financeiros; ou
- ambos.

Características contratuais dos fluxos de caixa: O Banco analisa as características contratuais dos fluxos de caixa de seus ativos financeiros, a fim de verificar se esses fluxos representam somente pagamento de capital e juros sobre o valor do principal em aberto. Se os termos contratuais expõem o Banco a riscos ou volatilidade nos fluxos de caixa não relacionados a um acordo de empréstimo básico, o fluxo de caixa não representa somente pagamento de principal e juros. Qualquer desenquadramento nessa característica, o instrumento financeiro será mensurado ao valor justo por meio do resultado.

e.1) Ativos financeiros

Todos os instrumentos financeiros são mensurados inicialmente ao valor justo, acrescido do custo da transação (com exceção dos ativos mensurados ao valor justo por meio do resultado) e posteriormente mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo. As políticas contábeis aplicadas a cada classe de instrumentos financeiros são apresentadas a seguir:



Custo amortizado – Um ativo será mensurado nessa categoria quando os seus fluxos de caixa contratuais possuírem característica de somente pagamento de principal e juros e a Administração o mantém em um modelo de negócios cujo objetivo seja obter apenas os fluxos de caixa contratuais.

Os ativos mensurados nessa categoria são inicialmente reconhecidos pelo valor justo, e avaliados, subsequentemente, pelo custo amortizado utilizando a taxa efetiva de juros. Os encargos financeiros são registrados de acordo com o regime de competência e adicionados ao montante de principal em cada período, sendo o valor do ativo reduzido pelas amortizações de principal, além de reduções ao valor recuperável. As receitas financeiras geradas são registradas em receita de juros.

Os principais ativos mensurados nessa categoria são:

Empréstimos a instituições financeiras – São constituídos por operações de aquisição de carteiras de crédito com coobrigação do cedente e por aplicações em depósitos interfinanceiros. Esses ativos são apresentados pelo valor principal, acrescido dos encargos financeiros, incluindo juros, diminuído pela perda esperada.

Empréstimos a clientes – São ativos financeiros com pagamentos fixos ou determináveis.

O valor contábil de empréstimos a clientes é reduzido por uma conta redutora de perda esperada, sendo esse valor reconhecido no resultado como “(Perda)/reversão líquida esperada com empréstimos a clientes”, que representa a estimativa da Administração quanto a perdas esperadas na carteira.

Aplicações em operações compromissadas – O Banco realiza aplicações em títulos e valores mobiliários com compromisso de revenda, compreendendo principalmente títulos públicos federais. Os compromissos de revenda são considerados operações financeiras com garantia. O ativo de operações compromissadas encontra-se subdividido em:

- (i) revendas a liquidar – posição bancada, a qual é formada pelos títulos adquiridos com compromisso de revenda e não repassados, ou seja, não vendidos com compromisso de recompra; e
- (ii) revendas a liquidar – posição financiada, a qual compreende os títulos adquiridos com compromisso de revenda e repassados, isto é, vendidos com compromisso de recompra.

O Banco acompanha e avalia permanentemente o valor de mercado dos títulos e valores mobiliários comprados com compromisso de revenda e ajusta o valor da garantia, quando necessário.

Valor justo por meio do resultado – Um ativo será mensurado nessa categoria quando os seus fluxos de caixa contratuais não possuírem característica de somente pagamento de principal e juros ou quando a Administração o mantém em um modelo de negócios cujo objetivo seja a sua venda.

Os principais ativos mensurados nessa categoria são:

Instrumentos de dívida – Instrumentos que conferem a seu titular, o direito de receber o valor de capital e juros, conforme prazos e taxas contratualmente definidos. Incluem títulos de governos estrangeiros, títulos públicos federais, dentre outros.

Instrumentos de patrimônio – Qualquer contrato que comprova uma participação residual nos ativos de uma entidade, após a dedução de todos os seus passivos. Incluem ações ordinárias sem opção de venda, instrumentos com opção de venda, instrumentos que impõem à entidade uma obrigação de entregar a uma outra parte uma parcela proporcional dos ativos líquidos da entidade apenas na liquidação, alguns tipos de ações preferenciais, dentre outros.



Instrumentos financeiros derivativos – Derivativos tais como:

- (i) swaps, contratos futuros, contratos a termo, opções e outros tipos de derivativos similares baseados na taxa de juros, na taxa de câmbio, no preço de ações e commodities e no risco de crédito. Os derivativos são registrados ao valor justo e mantidos como ativos quando o valor justo é positivo e como passivo quando o valor justo é negativo;
- (ii) derivativos não qualificados para hedge accounting, mas que são utilizados para administrar exposição a riscos de mercado, principalmente taxa de juros, moedas e crédito; e
- (iii) derivativos contratados por solicitação de seus clientes, com o único objetivo de proteção contra os riscos inerentes às suas atividades econômicas.

Valor justo por meio de outros resultados abrangentes – Um ativo será mensurado nessa categoria quando os seus fluxos de caixa contratuais possuírem característica de somente pagamento de principal e juros e a Administração o mantém em um modelo de negócios cujo objetivo seja tanto para obter seus fluxos de caixa contratuais quanto para venda.

Os principais ativos mensurados nessa categoria são:

Instrumentos de dívida – Instrumentos que conferem a seu titular, o direito de receber o valor de capital e juros, conforme prazos e taxas contratualmente definidos. Incluem títulos de governos estrangeiros, títulos públicos federais, títulos emitidos por empresas não financeiras, dentre outros.

e.2) Passivos financeiros

Um instrumento é classificado como passivo financeiro quando existe uma obrigação contratual da sua liquidação ser efetuada mediante a entrega de dinheiro ou de outro ativo financeiro, independentemente de sua forma legal.

Passivos mensurados ao valor justo por meio do resultado – Referem-se, principalmente, a instrumentos financeiros derivativos.

Passivos subsequentemente mensurados ao custo amortizado – Os principais passivos mensurados nessa categoria são:

Depósitos de clientes – Formados pelos depósitos à vista, depósitos de poupança e os depósitos a prazo voluntários, que se caracterizam em sua maior parte, em produtos sem maturidade definida.

Obrigações por operações compromissadas – O Banco realiza captações de recursos mediante venda de títulos e valores mobiliários com compromisso de recompra, compreendendo principalmente títulos públicos federais. Os compromissos de recompra são considerados operações financeiras com garantia e são contabilizados pelo seu valor de venda, acrescido dos juros incorridos.

Títulos vendidos com contrato de recompra não são baixados, já que o Banco retém substancialmente todos os riscos e benefícios de propriedade. O correspondente caixa recebido, incluindo os juros apropriados, é reconhecido como um passivo mensurado ao custo amortizado, refletindo a substância econômica da transação como uma dívida do Banco. O passivo de operações compromissadas se encontra subdividido em:

- (i) carteira própria, a qual é composta pelos títulos com compromisso de recompra não vinculados a revendas, ou seja, os títulos da carteira própria do Banco vinculados ao mercado aberto e;
- (ii) carteira de terceiros, que compreende os títulos adquiridos com compromisso de revenda e repassados, isto é, vendidos com compromisso de recompra.



f) Baixa de instrumentos financeiros

Ativos financeiros – São baixados quando:

- (i) não houver expectativas razoáveis de recuperação, com base nas curvas históricas observadas de perdas;
- (ii) os direitos contratuais relativos aos respectivos fluxos de caixa expirarem;
- (iii) o Banco transferir para terceiros a maioria dos riscos e benefícios associados à operação; ou
- (iv) quando o controle sobre o ativo é transferido, mesmo o Banco tendo retido parte dos riscos e benefícios associados à sua detenção.

Os direitos e obrigações retidos na transferência são reconhecidos separadamente como ativos e como passivos, quando apropriado. Se o controle sobre o ativo é retido, o Banco continua a reconhecê-lo na extensão do seu envolvimento contínuo, que é determinado pela extensão em que ele permanece exposto a mudanças no valor do ativo transferido.

Passivos financeiros – São baixados quando a respectiva obrigação é eliminada, cancelada ou prescrita. Se um passivo financeiro existente é substituído por outro do mesmo credor em termos substancialmente diferentes ou modificados, tal modificação é tratada como uma baixa do passivo original e o reconhecimento de um novo passivo, e a diferença entre os respectivos valores contábeis é reconhecida no resultado.

O Banco considera que os termos são substancialmente diferentes se o valor presente descontado dos fluxos de caixa de acordo com os novos termos, incluindo quaisquer taxas pagas líquidas de quaisquer taxas recebidas e descontadas usando a taxa de juros efetiva original, for pelo menos 10% diferente do valor presente descontado dos fluxos de caixa restantes do passivo financeiro original. Se uma troca de passivos financeiros ou modificação de termos for contabilizada como uma extinção, quaisquer custos ou taxas incorridos são reconhecidos como parte do ganho ou perda sobre a extinção. Se a troca ou modificação não for contabilizada como uma extinção, quaisquer custos ou taxas incorridos ajustam o valor contábil do passivo e são amortizados ao longo do prazo restante do passivo modificado.

g) Instrumentos financeiros para proteção (hedge)

O Banco utiliza instrumentos derivativos para administrar exposições aos riscos de taxa de juros, de variação cambial e de crédito, inclusive exposição gerada de transações futuras e compromissos firmes. Para administrar um risco específico, o Banco aplica hedge accounting para transações que se enquadram nos critérios específicos.

No início do relacionamento de hedge, o Banco formaliza o processo por meio de documentação do relacionamento entre o item objeto de hedge e o instrumento de hedge, incluindo a natureza do risco, o objetivo, e a estratégia de designar o hedge e se utiliza de instrumentos financeiros derivativos para essa finalidade.

No início do relacionamento de hedge e de forma contínua, o Banco determina, avalia e acompanha a metodologia e as estratégias a serem utilizadas para apurar sua efetividade e garantir que sejam altamente efetivas, ou seja, os instrumentos de hedge compensem, nas mesmas proporções, as variações no valor justo atribuídos aos respectivos itens objeto de hedge durante o período estabelecido para o relacionamento de hedge, com o objetivo de mitigar os fatores de risco.

A avaliação de efetividade das estruturas de hedge é feita de forma prospectiva e retrospectiva (no decorrer das operações). Para tanto, algumas metodologias são empregadas, tais como:

- Método Dollar Offset (ou Ratio Analysis), baseado na comparação da variação no valor justo do instrumento de hedge com a variação no valor justo do item objeto de hedge;



- Coeficiente de correlação entre a variação do valor presente do instrumento de hedge e as variações do valor presente do objeto hedge;
- Coeficiente beta da regressão entre o regressor (representada pela variação de valor presente do instrumento de hedge) e o regressando (representada pela variação do valor presente do objeto de hedge).

O Banco continua aplicando os requisitos de hedge contábil previstos na IAS 39, com possibilidade de adoção prospectiva da IFRS 9, conforme decisão da Administração.

h) Redução ao valor recuperável de ativos financeiros

O modelo adotado para o cálculo da redução ao valor recuperável de ativos financeiros é baseado no conceito de perda esperada de crédito, assim, todas as operações possuem previsão de perda esperada desde a sua origem, sendo acompanhadas à medida que a situação de risco de crédito se altera.

O modelo para cálculo da perda esperada, no Banco, engloba a avaliação dos ativos financeiros em três estágios:

Estágio 1 – Operações em normalidade – Os ativos enquadrados nesse estágio são considerados operações em situação de normalidade, com atraso inferior ou igual a 30 dias, e não incorrendo em aumento significativo do risco de crédito. Neste caso, é calculada a perda esperada para os próximos 12 meses.

Estágio 2 – Operações com aumento significativo de risco de crédito – Os ativos enquadrados nesse estágio estão com atraso superior a 30 dias, ou apresentaram aumento significativo no risco de crédito. São incluídos também os créditos renegociados. Neste caso, é calculada a perda esperada até o final da vida do ativo.

Estágio 3 – Operações em descumprimento – Os ativos enquadrados nesse estágio são os instrumentos financeiros com problema de recuperação, enquadrando-se, ou em descumprimento quantitativo (avaliado em função dos dias de atraso – 90 dias) ou qualitativo, caracterizado por indicativos que o cliente não honrará integralmente a operação de crédito. Neste caso, é calculada a perda esperada até o final da vida do ativo.

O estágio de enquadramento dos ativos é revisto periodicamente considerando os processos de sensoriamento de risco do Banco, a fim de capturar eventuais alterações na capacidade financeira do cliente. Poderão ocorrer migrações de operações entre os estágios, quando a análise apontar melhora ou agravamento do risco de crédito da operação.

O Banco utiliza modelos econométricos, informações qualitativas e cenários macroeconômicos prospectivos, elaborados internamente, para estimativa da perda esperada de crédito. As principais variáveis macroeconômicas usadas como insumos para projeção são o Produto Interno Bruto (PIB), taxa Selic real, taxa de câmbio, CDS (Credit Default Swap) e o Indicador de Atividade Econômica do Banco Central (IBC-Br). Os valores finais projetados para perda esperada de crédito consideram o conjunto de premissas, diferentes análises econométricas, análise qualitativa e julgamental.

Determinação de aumento significativo no risco de crédito – A migração do estágio 1 para o estágio 2 ocorre quando há um aumento significativo do risco de crédito de um instrumento financeiro desde o reconhecimento inicial. O Banco avalia as características do instrumento para determinação do aumento significativo do risco de crédito. Quantitativamente, após 30 dias de atraso nos pagamentos contratuais essa condição é atingida e, qualitativamente, para as operações renegociadas.

Descumprimento dos pagamentos contratuais – Em geral, a migração para o estágio 3 ocorre quando o ativo possui atraso em seus pagamentos contratuais há mais de 90 dias e essa classificação somente se altera quando o ativo é baixado ou após 12 meses da regularização deste atraso, em que a operação é considerada curada. Em



complemento à avaliação quantitativa, utiliza-se o conceito qualitativo de antecipação do descumprimento através de características do cliente que indiquem alta probabilidade de sua ocorrência, como exemplo os indicativos de insolvência civil, falência, recuperação judicial e intervenção ou liquidação extrajudicial.

Cálculo da perda esperada – O cálculo da perda esperada realizado pelo Banco é uma estimativa ponderada por probabilidade de perdas de crédito e, para alcançar esse resultado, é utilizado uma combinação de três parâmetros:

- (i) Probabilidade de descumprimento;
- (ii) Perda dado o descumprimento; e
- (iii) Exposição no momento de descumprimento.

O cálculo da perda esperada considera a ponderação de cenários prospectivos, de modo a antecipar potencial aumento no nível de perdas nos piores momentos do ciclo econômico, fornecendo os insumos necessários para uma gestão proativa dos riscos e negócios. A estimativa de perda esperada considera:

- os históricos de dados disponíveis (obtidos sem custo ou esforço indevido na data de relatório sobre eventos passados, condições atuais e previsões de condições econômicas futuras),
- aspectos financeiros (valor do dinheiro no tempo) e a probabilidade de diferentes cenários macroeconômicos.

Probability of Default (PD) ou Probabilidade de descumprimento – É a probabilidade de o instrumento não ser honrado pela contraparte (descumprimento) no horizonte de tempo observado. Para instrumentos financeiros que não tiverem um aumento significativo de risco de crédito, é observado o descumprimento ao longo de 12 meses (PD 12 meses). Para aqueles que tiverem aumento significativo de risco de crédito, caracterizados pela alocação nos estágios 2 e 3, a PD é ajustada para considerar o comportamento do descumprimento pelo período contratual máximo do ativo (PD lifetime). Além disso, as PD são ajustadas, a partir de ponderações de cenários econômicos, para melhor refletir o comportamento de descumprimentos no período do exercício subsequente.

Loss Given Default (LGD) ou Perda dado o descumprimento – A perda, dado o descumprimento, é uma estimativa baseada no histórico de perdas contábeis observadas ponderadas pelas respectivas taxas de descumprimento dos diferentes portfólios. Representa a proporção do valor não recuperado pelo credor frente ao valor exposto ao risco no momento do descumprimento.

Exposure at Default (EAD) ou Exposição no momento de descumprimento – É a estimativa de exposição da operação (saldo) no caso de o cliente entrar em situação de descumprimento. No caso de limites não canceláveis unilateralmente, atualmente relacionados à cheque especial e cartão de crédito, o Banco utiliza a metodologia de Fator de Conversão em Crédito (FCC), que corresponde a uma estimativa com base em observação histórica da utilização dos limites até o momento do eventual descumprimento, como forma de obter uma projeção do saldo que será utilizado pelo cliente quando o descumprimento ocorrer.



A provisão para perda esperada de crédito é determinada com base na expectativa de risco dos contratos com características semelhantes (agrupamentos de risco e produtos, setor econômico e eventuais garantias envolvidas) e a estimativa de perda futura. A visão do Banco sobre as condições econômicas atuais e futuras é incorporada na estimativa de perdas de crédito, mediante a aplicação de cenários macroeconômicos ponderados.

O Banco utiliza pontualmente análises individualizadas para avaliar o risco de crédito em certas exposições monitoradas pela Administração, que consideram aspectos relevantes do conhecimento de especialistas, com base em indicadores financeiros e aspectos qualitativos das empresas, do ambiente de negócios e dos instrumentos financeiros.

O Banco possui cálculo de perda esperada para exposições off-balance, como compromissos de empréstimos, saldos a liberar, prestação de garantias e exposições contingentes. Nesses casos, o Banco avalia a expectativa de utilização desses saldos pelo tomador. Uma conta de provisão é criada no passivo, sendo a contrapartida reconhecida no resultado do período.

O Banco presta garantia financeira a clientes perante terceiros em contratos de empréstimos. Contratos de garantia financeira são os que requerem pagamentos a um credor em nome de um terceiro devedor quando este não os fizer de acordo com os termos do instrumento de dívida.

No ato da concessão de uma garantia financeira, um passivo é constituído pelo valor justo relativo ao prêmio recebido na operação, que é reconhecido como receita ao longo da duração do contrato. Subsequentemente ao reconhecimento inicial, os passivos do Banco para tais garantias são mensurados ao maior entre o valor inicialmente reconhecido, deduzido de amortização, e a melhor estimativa da obrigação financeira surgida.

i) Investimentos societários

Empreendimento controlado em conjunto (joint venture) – Os investimentos em joint ventures são inicialmente registrados pelo custo e, subsequentemente, contabilizados utilizando o método da equivalência patrimonial, sendo os seus valores contábeis aumentados (ou diminuídos) para refletir a participação do Banco nos resultados da investida após a data de aquisição. A participação nos resultados da investida é reconhecida na demonstração do resultado do Banco, nos períodos em que estes são apurados. O Banco promove ajustes ao valor contábil de seus investimentos pelo reconhecimento de sua participação proporcional nas variações de saldo de componentes dos outros resultados abrangentes da investida. A participação do Banco nessas variações é reconhecida de forma reflexa diretamente em seu patrimônio líquido, em outros resultados abrangentes acumulados.

Na aquisição de investimentos em joint ventures, qualquer diferença positiva entre o custo e a parcela do Banco do valor justo líquido dos ativos e passivos identificáveis da investida é contabilizada como ágio, o qual é incluído no valor contábil do investimento. O Banco não realiza a amortização desse ágio. Qualquer valor que exceda a participação do Banco no valor justo líquido dos ativos e passivos identificáveis da investida sobre o custo do investimento é incluído como receita na demonstração do resultado.

Quando a participação do Banco nos prejuízos do período da entidade controlada em conjunto se igualar ou exceder ao saldo contábil de sua participação, o Banco descontinua o reconhecimento de sua participação em perdas futuras. Após reduzir, até zero, o saldo contábil de sua participação, as perdas adicionais são consideradas, e um passivo é reconhecido, somente na extensão em que o Banco tenha incorrido em obrigações legais ou construtivas ou tiver feito pagamentos em nome da investida. Se a investida subsequentemente apurar lucros, o Banco retoma o reconhecimento de sua participação nesses lucros somente após o momento em que a parte que lhe cabe nesses lucros posteriores se igualar à sua participação nas perdas não reconhecidas.

Coligadas – Os investimentos em coligadas são inicialmente registrados pelo custo e, subsequentemente, contabilizados utilizando o método da equivalência patrimonial. As demais políticas contábeis aplicáveis às coligadas se equivalem àquelas aplicáveis aos investimentos em empreendimentos controlados em conjunto.



Contribuições não monetárias a entidades coligadas e a controladas em conjunto – Quando o Banco contribui com ativos não-monetários em troca de uma participação societária em uma entidade coligada ou controlada em conjunto, o ganho ou a perda na transação é reconhecido na medida das participações de investidores não relacionados na coligada ou empreendimento em conjunto. Nenhum ganho ou perda é reconhecido se a transação não tiver substância comercial.

j) Imobilizado de uso

O imobilizado de uso, inclusive as benfeitorias em imóveis de terceiros, é contabilizado pelo custo de aquisição, menos perdas por redução ao valor recuperável e depreciação acumulada, cujo valor é calculado utilizando o método linear pelo prazo de vida útil estimada, sendo que os terrenos não são depreciados.

O imobilizado é baixado quando os benefícios econômicos futuros não são mais esperados do seu uso ou quando é alienado. Qualquer ganho ou perda gerado na alienação do ativo é reconhecido em outras receitas operacionais, impactando o resultado do período.

k) Ágio e outros ativos intangíveis

O ágio gerado na aquisição de investimentos em participações societárias é contabilizado considerando a avaliação ao valor justo dos ativos identificáveis e dos passivos assumidos da adquirida na data-base da aquisição e, em conformidade com as normas aplicáveis, não é amortizado. No entanto, ele é testado, no mínimo anualmente, para fins de redução ao valor recuperável. Após o reconhecimento inicial, o ágio é mensurado ao custo menos qualquer perda por redução ao valor recuperável acumulada.

A vida útil dos ativos intangíveis é considerada definida ou indefinida. Ativos intangíveis de vida útil definida são amortizados linearmente ao longo de sua vida útil estimada. São registrados inicialmente ao custo, deduzido da amortização acumulada e das perdas por redução ao valor recuperável. Ativos intangíveis de vida útil indefinida não são amortizados e são registrados ao custo menos qualquer perda por redução ao valor recuperável.

Os custos incorridos relacionados com a aquisição, produção e desenvolvimento de softwares são capitalizados e registrados como ativos intangíveis. Gastos realizados na fase de pesquisa são registrados em despesa. Os gastos com pessoal que são capitalizados se referem aos proventos, encargos sociais e benefícios dos empregados diretamente envolvidos no desenvolvimento de softwares.

A despesa de amortização de ativos intangíveis com vida útil definida é reconhecida no resultado do período, em amortização de ativos intangíveis. As perdas por redução ao valor recuperável são registradas como despesas de ajuste ao valor recuperável (outras despesas) na demonstração do resultado consolidado.

l) Redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

Anualmente, o Banco efetua o teste de redução ao valor recuperável de um ativo intangível de vida útil indefinida e, ao final de cada período de reporte, o Banco avalia, com base em fontes internas e externas de informação, se há alguma indicação de que um ativo não financeiro possa estar com problemas de recuperabilidade. Se houver essa indicação, o Banco estima o valor recuperável do ativo. O valor recuperável do ativo é o maior entre o seu valor justo menos os custos para vendê-lo ou o seu valor em uso.

Na hipótese de o valor recuperável de um ativo não financeiro ser menor que o seu valor contábil, este é reduzido ao seu valor recuperável por meio de uma conta redutora de perda por redução ao valor recuperável, cuja contrapartida é reconhecida no resultado do período em que ocorrer, em outras despesas operacionais.

O Banco também avalia, ao final de cada período de reporte, se há qualquer indicação de que uma perda por redução ao valor recuperável reconhecida em períodos anteriores para um ativo não financeiro, exceto o ágio por



expectativa de rentabilidade futura, pode não mais existir ou pode ter diminuído. Se houver essa indicação, o Banco estima o valor recuperável desse ativo. A reversão de uma perda por redução ao valor recuperável de um ativo é reconhecida no resultado do período, como outras receitas/despesas operacionais.

Os principais ativos não financeiros sujeitos a terem seus valores recuperáveis testados são apresentados a seguir:

Imobilizado de uso

Terrenos e edificações – na apuração do valor recuperável, são utilizados dados de índices de mercado, testes estatísticos com base em dados de vendas de imóveis próprios e avaliações técnicas em conformidade com as normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT).

Equipamentos de processamento de dados – na apuração do valor recuperável dos equipamentos de processamento de dados relevantes, são considerados os valores praticados no mercado para bens semelhantes, substitutos ou análogos, valendo-se de fontes internas ou externas. Na impossibilidade de obtenção de dados confiáveis para estimação do preço de mercado, é considerado o valor passível de ser recuperado pelo uso nas operações do Banco, cujo cálculo considera a projeção dos fluxos de caixa dos benefícios decorrentes do uso de cada bem durante a sua vida útil, ajustada a valor presente com base na taxa dos Certificados de Depósitos Interbancários (CDI) quando o Banco avalia que os benefícios futuros esperados pelo uso desses ativos ainda justificam a sua manutenção.

Outros itens de imobilizado – Embora sejam passíveis de análise de indicativo de perda, os demais itens do imobilizado de uso são individualmente de pequeno valor e, em face da relação custo-benefício, o Banco não avalia o valor recuperável desses itens individualmente. No entanto, o Banco realiza inventário anualmente com o intuito de, entre outras finalidades, efetuar a baixa dos registros contábeis dos bens perdidos ou deteriorados.

Investimentos em coligadas e joint ventures e ágios sobre investimentos adquiridos em combinações de negócios

O Banco aplica os requerimentos da IAS 28 para determinar se é necessário reconhecer alguma perda adicional por redução ao valor recuperável do investimento líquido total. Como o ágio que compõe o valor contábil dos investimentos em coligadas e entidades controladas em conjunto não é reconhecido separadamente, ele não é testado em separado com relação ao seu valor recuperável conforme requerimentos da IAS 36.

A metodologia de apuração do valor recuperável dos investimentos em coligadas e joint ventures, incluindo o ágio incorporado ao saldo desses investimentos, e dos ágios adquiridos em combinação de negócios consiste em mensurar o resultado esperado do investimento por meio de fluxo de caixa descontado. Para mensurar esse resultado, as premissas adotadas são baseadas em:

- projeções das operações, resultados e planos de investimentos das empresas;
- cenários macroeconômicos desenvolvidos pelo Banco; e
- metodologia interna de apuração do custo do capital baseado no modelo Capital Asset Pricing Model (CAPM).

Outros ativos intangíveis

Direitos por gestão de folhas de pagamento – O modelo de avaliação ao valor recuperável está relacionado ao desempenho dos contratos calculado a partir das margens de contribuição de relacionamento dos clientes vinculados a cada contrato, de forma a verificar se as projeções que justificaram a aquisição do ativo correspondem



ao desempenho observado. Para os contratos que não atingem a performance esperada, é reconhecida uma provisão para perda por redução ao valor recuperável.

Softwares – Substancialmente desenvolvidos internamente de acordo com as necessidades do Banco, são constantemente objeto de investimentos para modernização e adequação às novas tecnologias e necessidades dos negócios. Em razão de não haver similares no mercado, bem como do alto custo para implantar métricas que permitam o cálculo do seu valor em uso, o teste de recuperabilidade dos softwares consiste em avaliar a sua utilidade para a empresa de forma que, sempre que um software entra em desuso, seu valor é baixado.

Adquiridos por combinação de negócios – Representados essencialmente por marcas e direitos relacionados a clientes e contratos, são avaliados ao final de cada período de reporte. A metodologia de apuração ao valor recuperável consiste em determinar o valor presente dos fluxos de caixa estimados para esses intangíveis, descontados por uma taxa que reflita a avaliação corrente do mercado e os riscos específicos de cada ativo.

m) Operações de arrendamento mercantil

Banco como arrendatário – O Banco possui acordos de arrendamentos operacionais que, de acordo com a IFRS 16, são assim considerados:

Ativos de direito de uso – Referem-se essencialmente a contratos de aluguel de imóveis utilizados na prática das operações administrativas e bancárias decorrentes de acordos de arrendamentos operacionais. De maneira geral, esses contratos são elaborados em condições e termos usuais de mercado, incluindo opções de renovação e cláusulas de reajuste anual do preço de locação se utilizando, como principais parâmetros de reajuste, os índices oficiais de inflação do País.

Passivos de arrendamento – Decorrem do direito de uso dos ativos mencionados acima e representam o valor a ser desembolsado referente às parcelas do arrendamento, descontadas por uma taxa de juros equivalente ao que o arrendatário teria que pagar ao pedir emprestado os recursos necessários para obter um ativo similar ao de direito de uso, considerando um ambiente econômico, prazo e garantia semelhantes. O Banco utilizou a taxa incremental que representa o custo de suas captações institucionais equivalente a uma Letra Financeira Subordinada. Foram utilizadas taxas de descontos unificadas, considerando uma carteira de prazos e contratos semelhantes.

As parcelas contratualmente definidas são projetadas até os seus termos. Os pagamentos variáveis, atrelados a índices são remensurados quando da alteração do valor da parcela, por ocasião dos reajustes anuais nas datas de aniversário dos contratos. As cláusulas não impõem ao Banco nenhuma restrição para pagamento de dividendos, contratação de dívidas ou celebração de contratos de arrendamentos adicionais.

Os demais itens arrendados, além dos imóveis mencionados acima, são essencialmente equipamentos, cujos contratos possuem duração de até 12 meses. Para esses itens, foi adotado o expediente prático, sendo reconhecidos como uma despesa numa base linear ao longo do prazo do arrendamento.

n) Benefícios a empregados

Os benefícios a empregados, relacionados a benefícios de curto prazo para os empregados atuais, são reconhecidos pelo regime de competência de acordo com os serviços prestados. Os benefícios pós-emprego de responsabilidade do Banco relacionados a complemento de aposentadoria e assistência médica são avaliados de acordo com os critérios estabelecidos na IAS 19. As avaliações são realizadas no mínimo semestralmente, podendo ser em periodicidade inferior quando aplicável.

Nos planos de contribuição definida, o risco atuarial e o risco dos investimentos são dos participantes. Sendo assim, a contabilização dos custos é determinada pelos valores das contribuições de cada período que representam a



obrigação do Banco. Consequentemente, nenhum cálculo atuarial é requerido na mensuração da obrigação ou da despesa e não existe ganho ou perda atuarial.

Nos planos de benefício definido, o risco atuarial e o risco dos investimentos recaem substancialmente na entidade patrocinadora. Assim, a contabilização dos custos exige a mensuração das obrigações e despesas do plano, existindo a possibilidade de ocorrer ganhos e perdas atuariais, podendo originar o registro de um passivo quando o montante das obrigações atuariais ultrapassa o valor dos ativos do plano de benefícios, ou de um ativo quando o montante dos ativos supera o valor das obrigações do plano. Nesta última hipótese, o ativo somente deverá ser registrado quando existirem evidências de que este poderá reduzir efetivamente as contribuições da patrocinadora ou que será reembolsável no futuro.

O Banco reconhece os componentes de custo de benefício definido no próprio período em que foi realizado o cálculo atuarial, de acordo com os critérios estabelecidos na IAS 19, sendo que:

- o custo do serviço corrente e os juros líquidos sobre o valor líquido de passivo (ativo) de benefício definido são reconhecidos no resultado do período; e
- as remensurações do valor líquido de passivo (ativo) de benefício definido decorrentes de mudanças nas premissas atuariais são reconhecidas em Outros Resultados Abrangentes, no patrimônio líquido, líquido dos efeitos tributários. E, conforme previsão normativa, esses efeitos reconhecidos diretamente no patrimônio líquido não devem ser reclassificados para o resultado em períodos subsequentes.

As contribuições devidas pelo Banco aos planos de assistência médica, em alguns casos, permanecem após a aposentadoria do empregado. Sendo assim, as obrigações do Banco são avaliadas pelo valor presente atuarial das contribuições que serão realizadas durante o período esperado de vinculação dos associados e beneficiários ao plano. Tais obrigações são avaliadas e reconhecidas utilizando-se os mesmos critérios dos planos de benefício definido.

o) Provisões, passivos contingentes, ativos contingentes e obrigações legais

O Banco constitui provisões quando as condições mostram que:

- (i) o Banco possui uma obrigação presente (legal ou construtiva) como resultado de eventos passados;
- (ii) for provável que uma saída de benefícios econômicos seja exigida para liquidar a obrigação; e
- (iii) o valor da obrigação pode ser apurado com segurança.

As provisões são constituídas com base na melhor estimativa de perdas prováveis.

O Banco monitora de forma contínua os processos judiciais em curso para avaliar, entre outras coisas:

- (i) sua natureza e complexidade;
- (ii) o andamento dos processos;
- (iii) a opinião dos advogados do Banco; e
- (iv) a experiência do Banco com processos similares.



Ao determinar se uma perda é provável, o Banco considera:

- (i) a probabilidade de perda decorrente de reclamações que ocorreram antes ou na data do balanço, mas que foram identificadas após aquela data, porém antes da divulgação das demonstrações contábeis; e
- (ii) a necessidade de divulgar as reclamações ou eventos que ocorrem após a data do balanço, porém antes da divulgação das demonstrações contábeis.

Os ativos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações contábeis. Quando há evidências que propiciem a garantia de sua realização, usualmente representado pelo trânsito em julgado da ação e pela confirmação da capacidade de sua recuperação por recebimento ou compensação por outro exigível, são reconhecidos como ativo.

O Banco também reconhece as obrigações tributárias objeto de discussão judicial sobre a constitucionalidade de leis que as tiverem instituído, até a efetiva extinção dos créditos tributários correspondentes. Nessas situações, o Banco considera que existe, de fato, uma obrigação legal a pagar ao governo e reconhece, simultaneamente, uma obrigação e um depósito judicial pelo mesmo montante. Nenhum pagamento é feito até a decisão final ser proferida pela corte julgadora.

p) Impostos sobre os lucros

O imposto de renda e a contribuição social (IRPJ e CSLL) são tributos sobre os lucros aplicáveis às instituições financeiras no Brasil. O imposto de renda é um tributo devido pelo contribuinte (pessoa física ou jurídica) ao estado a partir da ocorrência de um fato gerador, calculado mediante a aplicação de uma alíquota a uma base de cálculo.

Os tributos são apurados com base nas alíquotas demonstradas no quadro a seguir:

Tributos	Alíquota
Imposto de Renda (15,00% + adicional de 10,00%)	25%
Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL	20%

Os impostos sobre lucros compreendem os impostos correntes e os impostos diferidos e são reconhecidos no resultado, exceto quando estão relacionados com itens que são reconhecidos diretamente no patrimônio líquido, em outros resultados abrangentes acumulados. Os impostos reconhecidos no patrimônio líquido são posteriormente registrados no resultado na medida em que os ganhos e perdas que lhes deram origem forem reconhecidos.

Impostos correntes – Os ativos e passivos tributários correntes do último período e de anos anteriores são mensurados ao valor recuperável esperado ou pago para o órgão tributário. As taxas de imposto e as leis tributárias usadas para calcular o montante são aquelas que estão em vigor na data do balanço.

Impostos diferidos – O ativo fiscal diferido decorrente de prejuízo fiscal de imposto de renda, base negativa de contribuição social sobre o lucro líquido e aquele decorrente de diferenças temporárias é reconhecido na medida em que seja provável a existência de lucro tributável contra o qual a diferença temporária dedutível possa ser utilizada.

O valor contábil de um imposto diferido ativo é revisado no final de cada período de relatório e tem seu valor reduzido na medida em que não seja mais provável que ela irá obter lucro tributável suficiente para permitir que o benefício de parte ou totalidade desse imposto diferido ativo seja utilizado. Qualquer redução é revertida na medida em que se tornar provável que a entidade irá obter lucro tributável suficiente.



Os ativos e os passivos tributários diferidos são mensurados às taxas de imposto que são esperados serem aplicáveis no ano em que o ativo é realizado ou o passivo é liquidado, baseado nas taxas de imposto (ou na lei tributária) que estão em vigor na data do balanço.

q) Lucro por ação

O cálculo do lucro por ação é realizado de duas formas: (i) lucro por ação básico; e (ii) lucro por ação diluído. O lucro por ação básico é calculado mediante a divisão do lucro líquido atribuível aos acionistas controladores pela média ponderada do número de ações ordinárias em circulação em cada um dos períodos apresentados.

O cálculo do lucro por ação diluído é efetuado mediante divisão do lucro líquido atribuível aos acionistas controladores pela média ponderada das ações ordinárias em circulação, ajustada para refletir o efeito de todas as potenciais ações ordinárias diluíveis.

4- Principais julgamentos e estimativas contábeis

A preparação das demonstrações contábeis consolidadas em conformidade com as IFRS requer que a Administração faça julgamentos e estimativas que afetam os valores reconhecidos de ativos, passivos, receitas e despesas. As estimativas e pressupostos adotados são analisados em uma base contínua, sendo as revisões realizadas reconhecidas no período em que a estimativa é reavaliada, com efeitos prospectivos. Ressalta-se que os resultados realizados podem ser diferentes das estimativas.

Considerando que, em muitas situações, existem alternativas ao tratamento contábil, os resultados divulgados pelo Banco poderiam ser distintos, caso um tratamento diferente fosse escolhido. A Administração considera que as escolhas são apropriadas e que as demonstrações contábeis consolidadas apresentam, de forma adequada, a posição financeira do Banco e o resultado das suas operações em todos os aspectos materialmente relevantes.

Os ativos e os passivos significativos sujeitos a essas estimativas e premissas abrangem itens, principalmente, para os quais é necessária uma avaliação a valor justo. As aplicações mais relevantes do exercício de julgamento e utilização de estimativas ocorrem em:

a) Valor justo de instrumentos financeiros

Quando o valor justo de ativos e passivos financeiros contabilizados não puder ser derivado de um mercado ativo, ele é determinado mediante o uso de técnicas de avaliação que incluem o uso de modelos matemáticos. As variáveis desses modelos são derivadas de dados observáveis no mercado sempre que possível, mas quando os dados de mercado não estão disponíveis, um julgamento é necessário para estabelecer o valor justo. As metodologias consideradas para avaliação do valor justo de determinados instrumentos financeiros são detalhadas na Nota 32.

b) Perdas esperadas em instrumentos financeiros

Periodicamente, o Banco revisa a composição da carteira de ativos financeiros de forma a avaliar se perdas esperadas devem ser reconhecidas. O processo de avaliação da carteira envolve diversas estimativas e julgamentos. Esse processo inclui a observância de fatores que evidenciem uma alteração do perfil de risco do cliente, do instrumento de crédito e da qualidade das garantias que resultem em redução da estimativa de recebimento dos fluxos de caixa futuros.

Para suportar perdas decorrentes da eventual necessidade de honrar obrigações oriundas da prestação de garantias de contratos não registrados no balanço patrimonial (off-balance), além de compromissos de crédito firmados



(limites concedidos e ainda não utilizados pelos clientes), o Banco constitui provisão para perdas esperadas, sendo este valor reconhecido como passivo em contrapartida com o resultado do período.

A perda esperada busca identificar as perdas que acontecerão nos próximos 12 meses ou que ocorrerão durante a vida da operação, considerando visão prospectiva, englobando a avaliação dos instrumentos financeiros em 3 estágios, sendo sujeitos a análises quantitativas e qualitativas para o devido enquadramento.

O estágio de enquadramento é revisto sistematicamente considerando os processos de sensoriamento de risco do Banco, a fim de capturar mudanças das características dos instrumentos e suas garantias e das informações comportamentais do cliente, que resultem em agravamento ou atenuação do risco de crédito, realizado por meio de cenários econômicos prospectivos. Essas estimativas são baseadas em pressupostos de uma série de fatores e, por essa razão, os resultados reais podem variar, gerando futuros reforços ou reversões de perdas.

Outras informações sobre a metodologia de cálculo e premissas utilizadas pelo Banco para avaliação de perdas por redução ao valor recuperável em ativos financeiros, assim como os valores quantitativos registrados a título de perda esperada, podem ser obtidas nas Notas 3.h, 15, 17, 18 e 20.

c) Redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

Quando há alguma indicação de que um ativo não financeiro possa estar com problemas de recuperabilidade, o Banco utiliza estimativas para definição do valor recuperável do ativo. A perda reconhecida por redução ao valor recuperável é sujeita a reversão em períodos futuros, com exceção da perda reconhecida em ágio por expectativa de rentabilidade futura (goodwill).

A determinação do valor recuperável de ativos não financeiros requer estimativas baseadas em preços cotados no mercado, cálculos de valor presente ou outras técnicas de precificação, ou uma combinação de várias técnicas, exigindo que a Administração faça julgamentos e adote premissas.

Uma discussão mais detalhada sobre o tema pode ser observada nas Nota 3.l.

d) Impostos sobre os lucros

As receitas geradas pelo Banco estão sujeitas ao pagamento de impostos nas diversas jurisdições onde são desenvolvidas suas atividades operacionais. A determinação do montante global de impostos sobre os lucros requer interpretações e estimativas. Existem diversas transações e cálculos para os quais a determinação do valor final de imposto a pagar é incerta durante o ciclo normal de negócios. Outras interpretações e estimativas podem resultar num valor diferente de impostos sobre os lucros reconhecidos no período.

As autoridades fiscais podem rever os procedimentos adotados pelo Banco e pelas suas subsidiárias no prazo de cinco anos, contados a partir da data em que os tributos são considerados devidos. Desta forma, há a possibilidade dessas autoridades fiscais questionarem procedimentos adotados pelo Banco, principalmente aqueles decorrentes de diferenças na interpretação da legislação fiscal. No entanto, a Administração acredita que não haverá correções significativas aos impostos sobre os lucros registrados nas demonstrações contábeis consolidadas.

e) Reconhecimento e avaliação de impostos diferidos

Os ativos fiscais diferidos são calculados sobre diferenças temporárias e prejuízos fiscais a compensar, sendo reconhecidos contabilmente quando o Banco possuir expectativa de que gerará lucro tributável nos exercícios subsequentes, em montantes suficientes para compensar referidos valores. A realização esperada do crédito tributário do Banco é baseada na projeção de receitas futuras e estudos técnicos, em linha com a legislação fiscal atual (Nota 30).



As estimativas consideradas pelo Banco para o reconhecimento e avaliação de impostos diferidos são obtidas em função das expectativas atuais e das projeções de eventos e tendências futuras. As principais premissas identificadas pelo Banco que podem afetar essas estimativas estão relacionadas a fatores, como:

- (i) variações nos valores depositados, na inadimplência e na base de clientes;
- (ii) mudanças na regulamentação governamental que afetem questões fiscais;
- (iii) alterações nas taxas de juros;
- (iv) mudanças nos índices de inflação;
- (v) processos ou disputas judiciais adversas;
- (vi) riscos de crédito, de mercado e outros riscos decorrentes das atividades de crédito e de investimento;
- (vii) mudanças nos valores de mercado de títulos brasileiros, especialmente títulos do governo brasileiro; e
- (viii) mudanças nas condições econômicas internas e externas.

f) Pensões e outros benefícios a empregados

O Banco patrocina planos de previdência na forma de planos de contribuição definida e planos de benefício definido, contabilizados de acordo com a IAS 19. A avaliação atuarial depende de uma série de premissas, entre as quais se destacam:

- (i) taxas de juros assumidas;
- (ii) tábuas de mortalidade;
- (iii) índice anual aplicado à revisão de aposentadorias;
- (iv) índice de inflação de preços;
- (v) índice anual de reajustes salariais; e
- (vi) método usado para calcular os compromissos relativos a direitos adquiridos dos funcionários ativos.

g) Provisões e passivos contingentes

Uma provisão é reconhecida nas demonstrações contábeis quando, baseado na natureza das ações, na opinião de assessores jurídicos e da Administração, e na complexidade e experiência de transações semelhantes, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, com uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança, sendo quantificados quando da citação/notificação judicial e revisados mensalmente, da seguinte forma:

Massificados: processos relativos às causas consideradas semelhantes e usuais, e cujo valor não seja considerado relevante, segundo parâmetro estatístico. Abrange os processos do tipo judicial de natureza cível, fiscal ou trabalhista (exceto processos de natureza trabalhista, movidos por sindicatos da categoria e todos os processos classificados como estratégicos) com valor provável de condenação, estimado pelos assessores jurídicos, de até R\$ 1 milhão. O método massificado contempla todos os processos, independentemente da avaliação realizada pelos assessores jurídicos.

Individualizados: processos relativos às causas consideradas não usuais ou cujo valor seja considerado relevante sob a avaliação de assessores jurídicos. Considera-se o valor indenizatório pretendido, o valor provável de condenação, provas apresentadas e provas produzidas nos autos, jurisprudência sobre a matéria, subsídios fáticos levantados, decisões judiciais que vierem a ser proferidas na ação, classificação e grau de risco de perda da ação judicial.

Os passivos contingentes, de mensuração individualizada, classificados como de perdas possíveis não são reconhecidos nas demonstrações contábeis, sendo divulgados nas notas explicativas, e os classificados como remotos não requerem provisão nem divulgação.



5- Aquisições, vendas e reestruturações Societárias

a) Alienação de participação societária indireta

Em 08/10/2021, o Conselho de Administração aprovou a alienação da totalidade da participação societária detida no Banco Digio S.A., pela BB Elo Cartões Participações S.A., subsidiária integral do Banco do Brasil. O contrato que formalizou a compra e venda dos 49,99% de participação, pelo valor de R\$ 645 milhões, foi assinado naquela data com a Bradescard Elo Participações S.A., empresa pertencente ao Banco Bradesco S.A.

A transação foi aprovada pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica em 24/11/2021, e pelo Banco Central do Brasil em 04/02/2022, sendo efetivada em 25/02/2022, após a conclusão dos movimentos societários e a consequente liquidação financeira da operação, proporcionando um resultado líquido de R\$ 222.981 mil, conforme demonstrado abaixo:

	Exercício/2022
1) Ganho de capital da BB Elo Cartões Participações S.A. ¹	337.850
2) Tributos	(114.869)
3) Impacto no Resultado Consolidado, líquido de efeitos tributários (1+2)	222.981

1 - Reconhecido na Demonstração de Resultado como Outras receitas operacionais.

b) Alienação de participação societária indireta – MerchantE

Em 17/02/2022, a Cielo USA Inc., subsidiária integral da Cielo S.A., celebrou o contrato para a alienação da totalidade das ações da sua subsidiária integral Merchant E-Solutions Inc. Em 08/04/2022, foi concluída a alienação, após o cumprimento das condições precedentes, com o pagamento à Cielo USA Inc. de US\$ 137 milhões referente à parcela fixa (upfront), ajustada conforme os termos previstos nos documentos da operação. A transação compreende ainda uma parcela variável (earn-out) de US\$ 25 milhões, além do impacto na controladora Cielo, dos custos relacionados a alienação, de R\$ 20,7 milhões.

A transação gerou impacto positivo de R\$ 84 milhões no resultado do Conglomerado Banco do Brasil no Exercício/2022.

c) Reorganização Societária da Câmara Interbancária de Pagamentos – CIP Associação

Em 25/02/2022, conforme Assembleia Geral Extraordinária (AGE) realizada na mesma data pelas associadas da Câmara Interbancária de Pagamentos (CIP Associação), foi aprovada a reorganização societária (“desmutualização”) da CIP Associação, por meio de sua cisão parcial e incorporação do acervo cindido pela CIP S.A.

A CIP Associação é uma associação civil sem fins lucrativos que integra o Sistema de Pagamentos Brasileiros (SPB) e atua como infraestrutura do mercado financeiro, oferecendo soluções e serviços que integram tecnologia, inovação e segurança às transações financeiras efetivadas no País. O Banco detém 12,9062% de participação no seu capital social, reconhecida contabilmente pelo valor do custo histórico de R\$ 7.055 mil.

A CIP S.A. é uma sociedade anônima que não exercia atividade própria e nem possuía passivo ou obrigações de qualquer natureza, sendo uma pessoa jurídica com finalidade lucrativa que incorporará a parcela a ser cindida da CIP Associação. A cisão parcial tem por finalidade a desmutualização da CIP Associação, para que as suas atividades econômicas deixem de ser exercidas por meio de uma estrutura jurídica associativa, passando a ser desenvolvidas pela CIP S.A., sob a forma de sociedade anônima.

O patrimônio social da CIP Associação, com base nas demonstrações contábeis de 31/12/2021, era de R\$ 1.921.165 mil, sendo que R\$ 1.915.544 mil (99,7073860%) foi cindido e vertido para a CIP S.A., conforme laudo de avaliação elaborado por empresa especializada.



Em função da desmutualização, sendo a parcela cindida vertida para a entidade resultante da cisão, as associadas receberam ações ordinárias de emissão da CIP S.A. na proporção de suas respectivas participações na CIP Associação, que no caso do Banco é de 12,9062%.

Nesse contexto, o Banco considerou a CIP S.A. como participação societária coligada, devido à existência de influência significativa, caracterizada pela representação no Conselho de Administração dessa investida, reconhecendo o valor contábil do acervo cindido por equivalência patrimonial, cujos efeitos no reconhecimento inicial foram os demonstrados a seguir:

	Exercício/2022
1) Valor contábil do acervo cindido, proporcional à participação detida pelo Banco de 12,9062% ¹	247.224
2) Valor de custo decorrente da cisão (99,7073860% do valor de custo histórico registrado no Banco)	7.035
3) Ganho de capital (1-2) ²	240.189
4) Tributos	(108.085)
5) Impacto no Resultado Consolidado, líquido de efeitos tributários (3+4)	132.104

1 - Conforme laudo de avaliação elaborado por empresa especializada, considerando o valor patrimonial social da CIP Associação, apurado com base nas demonstrações contábeis de 31/12/2021.

2 - Reconhecido na Demonstração de Resultado como Outras receitas operacionais.

d) Constituição da Broto

Em 04/01/2023, conforme Assembleia Geral realizada na mesma data pelo Banco e a Brasilseg Companhia de Seguros S.A. (Brasilseg), sociedade coligada indireta por meio da BB Seguridade Participações S.A., foi aprovada a constituição da Broto S.A. (Broto), após a obtenção das autorizações regulatórias do Bacen, Sest e Cade. A Broto passou a conduzir os negócios da Plataforma Digital Broto (Plataforma Broto), que atua na cadeia produtiva do agronegócio, anteriormente, desenvolvida pela Brasilseg.

O Banco possui 100% das ações preferenciais sem direito a voto, que equivalem a 50% do capital total da Broto, e a Brasilseg, 100% das ações ordinárias, completando 100% do capital daquela. Pela participação de 50% no capital social total da nova empresa, coube à Brasilseg o aporte de parcela em caixa e outra parte por meio da transferência de bens, direitos e ativos que estavam associados à Plataforma Broto, anteriormente detidos pela Seguradora, totalizando um investimento de R\$ 31,2 milhões. Esse mesmo valor foi aportado pelo Banco para subscrever e integralizar as ações correspondentes aos outros 50% do capital social total da nova empresa.

Os documentos societários preveem a outorga, pela Brasilseg, de opção de compra ao Banco sobre a totalidade das ações de sua titularidade na Broto, exercível mediante pagamento da totalidade do montante aportado pela Seguradora na Broto, corrigido pelo CDI acumulado no período, no prazo de até 12 meses, contados da data de assinatura do acordo de acionistas, prorrogáveis por igual período.

A partir da sua constituição, o valor do investimento foi reconhecido inicialmente ao custo e posteriormente mensurado pelo método de equivalência patrimonial.

6- Informações por segmento

As informações por segmento foram elaboradas considerando os critérios utilizados pelo Conselho Diretor, na avaliação de desempenho, na tomada de decisões quanto à alocação de recursos para investimento e outros fins, considerando-se o ambiente regulatório e as semelhanças entre produtos e serviços.

As operações do Banco estão divididas basicamente em cinco segmentos: bancário, investimentos, gestão de recursos, seguridade (seguros, previdência e capitalização) e meios de pagamento. Além desses, o Banco participa de outras atividades econômicas, tais como consórcios e suporte operacional, que foram agregadas em "Outros Segmentos".



As diversas informações contábeis utilizadas pela Administração na avaliação do desempenho e no processo decisório são preparadas de acordo com as leis, normas e práticas contábeis de reconhecimento e mensuração aplicáveis às instituições financeiras no Brasil, conforme determinado pelo Bacen. O Consolidado Gerencial do Banco apresenta os resultados por segmento de acordo com esse arcabouço normativo, uma vez que esses resultados são reportados ao principal gestor das operações para fins de tomada de decisão sobre a alocação de recursos ao segmento e de avaliação do seu desempenho.

As políticas contábeis dos segmentos operacionais reportáveis diferem daquelas descritas no resumo das principais políticas contábeis em IFRS principalmente em função de:

- o reconhecimento de perdas por redução ao valor recuperável de empréstimos a clientes é baseado em um modelo de perda esperada, com a utilização de limites regulatórios definidos pelo Bacen. Os empréstimos a clientes são classificados em ordem crescente de níveis de risco, que variam do risco AA (menor risco) ao risco H (maior risco). O montante de perdas em empréstimos a clientes é constituído mensalmente, não podendo ser inferior ao somatório decorrente da aplicação de percentuais mínimos, os quais variam de 0% para as operações de nível AA a 100% para as operações classificadas no nível H;
- as receitas de tarifas e comissões cobradas pela originação de empréstimos a clientes são reconhecidas como receita no ato do recebimento; e
- o montante do ágio resultante da aquisição de controle de uma companhia é amortizado, caso ele seja baseado em expectativa de rentabilidade futura;

A mensuração do resultado gerencial e do patrimônio gerencial por segmentos leva em conta todas as receitas e despesas bem como todos os ativos e passivos apurados pelas empresas que compõem cada segmento, conforme distribuição apresentada nas Notas 2 e 21. Não há receitas ou despesas comuns alocadas entre os segmentos por qualquer critério de distribuição.

As transações intersegmentos são praticadas em condições e taxas compatíveis com as praticadas com terceiros, quando aplicável. Essas operações não envolvem riscos anormais de recebimento.

O Banco não possui cliente que seja responsável por mais de 10% da sua receita líquida total.

a) Segmento bancário

O segmento bancário é responsável pela parcela mais significativa do resultado do Banco, preponderantemente obtido no Brasil, e compreende uma grande diversidade de produtos e serviços, tais como depósitos, operações de crédito e prestação de serviços, que são disponibilizados aos clientes por meio dos mais variados canais de distribuição no país e no exterior.

As operações do segmento bancário abrangem os negócios com os mercados de varejo, atacado e governo realizados pela rede e equipes de atendimento, e os negócios com microempreendedores e o setor informal realizados por correspondentes bancários.

b) Segmento de investimentos

Nesse segmento são realizados negócios no mercado doméstico de capitais, com atuação na intermediação e distribuição de dívidas nos mercados primário e secundário, além de participações societárias e da prestação de serviços financeiros.

A receita líquida de juros do segmento é obtida pelas receitas auferidas nas aplicações em títulos e valores mobiliários deduzidas das despesas de captação de recursos junto a terceiros. As receitas de prestação de serviços financeiros resultam de assessorias econômico-financeiras, de underwriting de renda fixa e variável e da prestação de serviços a entidades ligadas.



c) Segmento de gestão de recursos

Esse segmento é responsável essencialmente pelas operações inerentes à compra, venda e custódia de títulos e valores mobiliários, administração de carteiras, instituição, organização e administração de fundos e clubes de investimento. As receitas são oriundas principalmente das comissões e taxas de administração cobradas dos investidores pela prestação desses serviços.

d) Segmento de seguridade

Nesse segmento são oferecidos produtos e serviços relacionados a seguros de vida, patrimonial e automóvel, planos de previdência complementar e planos de capitalização.

O resultado desse segmento provém principalmente de tarifas e comissões e das receitas com prêmios de seguros emitidos, contribuições de planos de previdência, títulos de capitalização e aplicações em títulos e valores mobiliários, deduzidas das despesas de comercialização, provisões técnicas e despesas com benefícios e resgates.

e) Segmento de meios de pagamento

Esse segmento é responsável principalmente pela prestação dos serviços de captura, transmissão, processamento e liquidação financeira de transações em meio eletrônico (cartões de crédito e débito), os quais geram receitas de taxas de administração cobradas dos estabelecimentos comerciais e bancários.

f) Outros segmentos

Compreendem os segmentos de suporte operacional e consórcios, que foram agregados por não serem individualmente representativos. Esses segmentos geram receitas oriundas principalmente da prestação de serviços não contemplados nos segmentos anteriores, tais como: recuperação de créditos, administração de consórcios, desenvolvimento, fabricação, comercialização, aluguel e integração de equipamentos e sistemas de eletrônica digital, periféricos, programas, insumos e suprimentos de informática.



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

g) Demonstração do resultado gerencial por segmento

	Exercício/2023									
	Bancário	Investimentos	Gestão de Recursos	Seguridade	Meios de Pagamento	Outros segmentos	Transações Intersegmentos	Consolidado gerencial	Ajustes	Consolidado IFRS
Receitas de juros	273.680.210	560.654	343.782	658.178	745.435	1.502.761	(2.233.926)	275.257.094	(9.818.489)	265.438.605
Despesas de juros	(183.068.745)	(637.306)	--	--	--	(716.340)	2.233.926	(182.188.465)	5.498.591	(176.689.874)
Receita líquida de juros	90.611.465	(76.652)	343.782	658.178	745.435	786.421	--	93.068.629	(4.319.898)	88.748.731
Perda líquida esperada	(28.523.282)	--	--	--	(644)	--	(929)	(28.524.855)	3.171.671	(25.353.184)
Receita líquida de juros após provisão para perdas	62.088.183	(76.652)	343.782	658.178	744.791	786.421	(929)	64.543.774	(1.148.227)	63.395.547
Receitas não de juros	27.147.893	1.207.060	3.326.024	9.927.721	2.039.478	4.725.358	(2.500.986)	45.872.548	(927.006)	44.945.542
Receita líquida de tarifas e comissões	12.905.140	403.875	3.316.345	5.011.887	45.953	4.096.286	(1.382.055)	24.397.431	602.842	25.000.273
Ganhos/(perdas) líquidos sobre instrumentos financeiros	(634.444)	680.237	(1)	--	(197)	(35.817)	--	9.778	(376.985)	(367.207)
Ganhos/(perdas) líquidos em coligadas e joint ventures	598.704	35.705	--	4.895.045	1.795.431	--	--	7.324.885	(230.722)	7.094.163
Outras receitas operacionais	14.278.493	87.243	9.680	20.789	198.291	664.889	(1.118.931)	14.140.454	(922.141)	13.218.313
Despesas não de juros	(63.336.657)	(199.471)	(575.981)	(1.068.362)	(166.792)	(3.008.407)	2.501.915	(65.853.755)	(1.340.143)	(67.193.898)
Despesas de pessoal	(26.712.914)	(30.446)	(150.364)	(86.106)	(6.287)	(422.948)	6.205	(27.402.860)	552.679	(26.850.181)
Outras despesas administrativas	(10.925.753)	(31.840)	(87.790)	(269.744)	(1.200)	(650.261)	1.677.651	(10.288.937)	1.547.952	(8.740.985)
Contribuições, taxas e outros impostos	(7.011.779)	(70.531)	(242.027)	(612.911)	(75.071)	(592.257)	--	(8.604.576)	628.532	(7.976.044)
Amortização de ativos intangíveis	(2.352.347)	--	--	(850)	--	(4.107)	--	(2.357.304)	1.085	(2.356.219)
Provisões trabalhistas, fiscais e cíveis	(8.789.992)	19	(1.514)	(16.116)	(190)	(95.984)	--	(8.903.777)	527.036	(8.376.741)
Depreciação	(1.588.026)	--	--	(20)	--	(43.908)	--	(1.631.954)	(1.204.194)	(2.836.148)
Outras despesas operacionais	(5.955.846)	(66.673)	(94.286)	(82.615)	(84.044)	(1.198.942)	818.059	(6.664.347)	(3.393.233)	(10.057.580)
Lucro antes dos impostos	25.899.419	930.937	3.093.825	9.517.537	2.617.477	2.503.372	--	44.562.567	(3.415.376)	41.147.191
Impostos	(2.653.804)	(394.479)	(1.213.779)	(1.546.111)	(345.846)	(801.738)	--	(6.955.757)	(1.025.843)	(7.981.600)
Correntes	(3.223.970)	(305.803)	(976.088)	(1.551.581)	(287.848)	(978.729)	--	(7.324.019)	113.446	(7.210.573)
Diferidos	570.166	(88.676)	(237.691)	5.470	(57.998)	176.991	--	368.262	(1.139.289)	(771.027)
Lucro líquido do período	23.245.615	536.458	1.880.046	7.971.426	2.271.631	1.701.634	--	37.606.810	(4.441.219)	33.165.591
Atribuível aos acionistas controladores	22.142.188	536.458	1.880.046	5.305.841	2.271.631	1.682.787	--	33.818.951	(3.957.986)	29.860.965
Atribuível às participações de acionistas não controladores	1.103.427	--	--	2.665.585	--	18.847	--	3.787.859	(483.233)	3.304.626
Ativo	2.174.708.790	6.102.551	3.716.268	17.533.255	12.063.823	15.984.927	(57.629.631)	2.172.479.983	(18.601.531)	2.153.878.452
Passivo	2.004.064.825	5.228.560	2.285.764	8.315.482	2.452.790	12.522.787	(35.466.312)	1.999.403.896	(19.095.770)	1.980.308.126
Patrimônio líquido	170.643.965	873.991	1.430.504	9.217.773	9.611.033	3.462.140	(22.163.319)	173.076.087	494.239	173.570.326



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

	Exercício/2022									
	Bancário	Investimentos	Gestão de Recursos	Seguridade	Meios de Pagamento	Outros segmentos	Transações Intersegmentos	Consolidado Gerencial	Ajustes	Consolidado IFRS
Receitas de juros	236.562.516	467.669	328.712	509.282	689.281	1.284.027	(2.034.719)	237.806.768	(1.257.717)	236.549.051
Despesas de juros	(163.670.723)	(609.269)	--	--	--	(280.546)	2.033.242	(162.527.296)	324.812	(162.202.484)
Receita líquida de juros	72.891.793	(141.600)	328.712	509.282	689.281	1.003.481	(1.477)	75.279.472	(932.905)	74.346.567
Perda líquida esperada	(16.503.878)	--	--	--	--	--	--	(16.503.878)	(1.534.984)	(18.038.862)
Receita líquida de juros após provisão para perdas	56.387.915	(141.600)	328.712	509.282	689.281	1.003.481	(1.477)	58.775.594	(2.467.889)	56.307.705
Receitas não de juros	26.849.876	1.156.815	3.326.648	8.379.786	1.988.640	3.571.953	(1.952.235)	43.321.483	120.137	43.441.620
Receita líquida de tarifas e comissões	13.196.110	477.786	3.312.833	4.715.135	53.752	3.294.928	(1.234.515)	23.816.029	828.686	24.644.715
Ganhos/(perdas) líquidos sobre instrumentos financeiros	(1.383.675)	584.626	--	--	(113)	(17.059)	--	(816.221)	(441.819)	(1.258.040)
Ganhos/(perdas) líquidos em coligadas e joint ventures	800.160	27.900	--	3.501.037	1.393.795	--	--	5.722.892	(459.897)	5.262.995
Outras receitas operacionais	14.237.281	66.503	13.815	163.614	541.206	294.084	(717.720)	14.598.783	193.167	14.791.950
Despesas não de juros	(56.360.225)	(165.809)	(526.959)	(1.178.195)	(94.579)	(2.547.260)	1.953.712	(58.919.315)	(2.376.449)	(61.295.764)
Despesas de pessoal	(24.865.430)	(20.274)	(124.768)	(74.501)	(6.067)	(413.251)	5.363	(25.498.928)	96.106	(25.402.822)
Outras despesas administrativas	(9.886.801)	(35.322)	(71.146)	(285.393)	(2.743)	(533.256)	1.522.799	(9.291.862)	1.350.719	(7.941.143)
Contribuições, taxas e outros impostos	(5.637.020)	(65.348)	(236.345)	(579.517)	(66.500)	(478.084)	--	(7.062.814)	70.344	(6.992.470)
Amortização de ativos intangíveis	(1.341.476)	--	--	(863)	--	(4.571)	--	(1.346.910)	453	(1.346.457)
Provisões trabalhistas, fiscais e cíveis	(7.504.238)	(9)	(24.392)	1.505	7	(69.316)	--	(7.596.443)	344.219	(7.252.224)
Depreciação	(1.441.495)	--	--	(19)	--	(29.834)	--	(1.471.348)	(1.156.311)	(2.627.659)
Outras despesas operacionais	(5.683.765)	(44.856)	(70.308)	(239.407)	(19.276)	(1.018.948)	425.550	(6.651.010)	(3.081.979)	(9.732.989)
Lucro antes dos impostos	26.877.566	849.406	3.128.401	7.710.873	2.583.342	2.028.174	--	43.177.762	(4.724.201)	38.453.561
Impostos	(5.110.296)	(375.874)	(1.257.346)	(1.503.659)	(471.611)	(663.844)	--	(9.382.630)	930.248	(8.452.382)
Correntes	(2.382.781)	(452.934)	(1.266.754)	(1.476.013)	(398.863)	(814.548)	--	(6.791.893)	3.854	(6.788.039)
Diferidos	(2.727.515)	77.060	9.408	(27.646)	(72.748)	150.704	--	(2.590.737)	926.394	(1.664.343)
Lucro líquido do período	21.767.270	473.532	1.871.055	6.207.214	2.111.731	1.364.330	--	33.795.132	(3.793.953)	30.001.179
Atribuível aos acionistas controladores	21.185.812	473.532	1.871.055	4.119.239	2.111.731	1.350.873	--	31.112.242	(3.381.080)	27.731.162
Atribuível às participações de acionistas não controladores	581.458	--	--	2.087.975	--	13.457	--	2.682.890	(412.873)	2.270.017
Ativo	2.031.141.537	9.129.537	3.832.684	15.786.604	11.823.695	14.251.958	(56.567.250)	2.029.398.765	(21.230.159)	2.008.168.606
Passivo	1.869.368.715	8.276.298	2.447.215	8.380.407	2.360.458	11.121.042	(36.584.213)	1.865.369.922	(20.719.068)	1.844.650.854
Patrimônio líquido	161.772.822	853.239	1.385.469	7.406.197	9.463.237	3.130.916	(19.983.037)	164.028.843	(511.091)	163.517.752



h) Operações internacionais

Segmentação por área geográfica, operações no Brasil e no exterior

	Brasil	Outros países			Total
	Exercício/2023	Antes de eliminações	Eliminações	Após as eliminações	Exercício/2023
Ativo	2.041.546.053	271.125.004	(158.792.604)	112.332.400	2.153.878.453
Receitas	294.862.686	28.818.733	(13.297.272)	15.521.461	310.384.147
Despesas (inclui impostos)	(258.553.827)	(26.994.914)	8.330.185	(18.664.729)	(277.218.556)
Lucro/(prejuízo) antes dos impostos	42.333.225	3.781.053	(4.967.087)	(1.186.034)	41.147.191
Lucro/(prejuízo) líquido	36.308.859	1.823.819	(4.967.087)	(3.143.268)	33.165.591

	Brasil	Outros países			Total
	Exercício/2022	Antes de eliminações	Eliminações	Após as eliminações	Exercício/2022
Ativo	1.871.496.460	324.174.827	(187.502.681)	136.672.146	2.008.168.606
Receitas	267.081.882	22.324.795	(9.416.006)	12.908.789	279.990.671
Despesas (inclui impostos)	(234.215.317)	(20.931.942)	5.157.767	(15.774.175)	(249.989.492)
Lucro/(prejuízo) antes dos impostos	41.179.791	1.532.009	(4.258.239)	(2.726.230)	38.453.561
Lucro/(prejuízo) líquido	32.866.565	1.392.853	(4.258.239)	(2.865.386)	30.001.179

As receitas compreendem receitas de juros e receitas não de juros. As despesas compreendem despesa de juros, perdas esperadas com instrumentos financeiros, despesas não de juros e impostos.

Em relação às operações no exterior, as principais contribuições para as receitas e ativos foram provenientes das dependências localizadas na América do Sul. Os ativos localizados em outros países são substancialmente de natureza monetária, principalmente relacionados a Empréstimos a clientes e Empréstimos a instituições financeiras.



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

i) Investimentos em coligadas e joint ventures e ativos não circulantes

	31/12/2023						
	Bancário	Investimentos	Gestão de Recursos	Seguridade	Meios de Pagamento	Outros segmentos	Consolidado
Investimentos em coligadas e joint ventures	6.872.217	284.756	--	9.398.297	5.659.777	--	22.215.047
Ativos não circulantes¹	24.644.254	--	--	3.609	--	272.072	24.919.935
Ativo imobilizado	13.862.096	--	--	24	--	255.886	14.118.006
Intangíveis	10.782.158	--	--	3.585	--	16.186	10.801.929

	31/12/2022						
	Bancário	Investimentos	Gestão de Recursos	Seguridade	Meios de Pagamento	Outros segmentos	Consolidado
Investimentos em coligadas e joint ventures	6.728.900	221.271	--	8.117.525	5.146.365	--	20.214.061
Ativos não circulantes¹	24.022.602	--	--	4.067	--	204.444	24.231.113
Ativo imobilizado	13.011.819	--	--	46	--	188.263	13.200.128
Intangíveis	11.010.783	--	--	4.021	--	16.181	11.030.985

1 - Exceto instrumentos financeiros, ativo fiscal diferido, benefícios a empregados e direitos decorrentes de contratos de seguros.



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

j) Receitas por segmento

	Exercício/2023					
	Bancário	Investimentos	Gestão de Recursos	Seguridade	Meios de Pagamento	Outros segmentos
Receita de juros	273.680.210	560.654	343.782	658.178	745.435	1.502.761
Receitas de clientes externos	273.025.847	560.245	129.396	162.569	461.342	917.695
Receitas de transações intersegmentos	654.363	409	214.386	495.609	284.093	585.066
Receita não de juros	27.147.893	1.207.060	3.326.024	9.927.721	2.039.478	4.725.358
Receitas de clientes externos	26.331.521	1.200.554	3.326.024	9.927.721	2.039.478	2.872.111
Receitas de transações intersegmentos	816.372	6.506	--	--	--	1.853.247

	Exercício/2022					
	Bancário	Investimentos	Gestão de Recursos	Seguridade	Meios de Pagamento	Outros segmentos
Receita de juros	236.562.516	467.669	328.712	509.282	689.281	1.284.027
Receitas de clientes externos	235.934.323	463.772	56.458	11.667	440.584	899.964
Receitas de transações intersegmentos	628.193	3.897	272.254	497.615	248.697	384.063
Receita não de juros	26.849.876	1.156.815	3.326.648	8.379.786	1.988.640	3.571.953
Receitas de clientes externos	26.144.550	1.152.698	3.326.648	8.379.786	1.988.640	2.173.909
Receitas de transações intersegmentos	705.326	4.117	--	--	--	1.398.044

7- Receita líquida de juros

	Exercício/2023	Exercício/2022
Receitas de juros	265.438.605	236.549.051
Empréstimos a clientes	131.618.547	106.258.110
Empréstimos a instituições financeiras	60.301.701	64.256.200
Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes	48.242.868	42.801.719
Depósitos compulsórios no Banco Central do Brasil	7.393.870	6.343.128
Títulos e valores mobiliários ao custo amortizado	6.481.399	5.794.258
Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado	2.553.611	780.729
Outras receitas de juros ¹	8.846.609	10.314.907
Despesas de juros	(176.689.874)	(162.202.484)
Recursos de instituições financeiras	(83.760.232)	(82.386.010)
Recursos de clientes	(61.430.066)	(54.244.953)
Recursos de emissões de títulos e valores mobiliários	(30.880.708)	(25.120.352)
Outras despesas de juros	(618.868)	(451.169)
Receita líquida de juros	88.748.731	74.346.567

1 - Inclui receitas com juros sobre depósitos de garantias e com títulos e créditos do Tesouro Nacional.



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

8– Receita líquida de tarifas e comissões

	Exercício/2023	Exercício/2022
Receita de tarifas e comissões	30.793.316	30.169.222
Prestação de serviços a clientes	12.532.085	12.705.799
Conta corrente	5.906.560	5.882.038
Rendas de cartões	2.385.699	2.376.747
Cobrança	1.347.843	1.503.596
Arrecadações	1.000.394	1.018.927
Operações de crédito e cadastro	792.563	840.900
Rendas do mercado de capitais	605.032	664.978
Interbancária e transferência de recursos	154.555	150.144
Câmbio	68.565	87.118
Outros	270.874	181.351
Administração de recursos de terceiros	11.149.747	10.661.864
Comissões	5.382.153	5.056.072
Comercialização de seguros	4.599.862	4.313.480
Comercialização de produtos de capitalização	545.427	530.063
Comercialização de produtos de previdência	236.864	212.529
Garantias prestadas	121.925	103.857
Outros serviços	1.607.406	1.641.630
Despesa de tarifas e comissões	(5.793.043)	(5.524.507)
Prestação de serviços	(5.202.961)	(4.984.198)
Despesas de comissões	(2.669)	(2.558)
Outros serviços	(587.413)	(537.751)
Receita líquida de tarifas e comissões	25.000.273	24.644.715

9– Ganhos/(perdas) líquidos sobre instrumentos financeiros ao valor justo

	Exercício/2023	Exercício/2022
Ao valor justo por meio do resultado	(420.855)	(437.557)
Instrumentos financeiros derivativos	(1.424.941)	(357.456)
Outros instrumentos financeiros	1.004.086	(80.101)
Ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes	53.648	(820.483)
Instrumentos de dívida	53.648	(820.483)
Total	(367.207)	(1.258.040)



10– Outras receitas e outras despesas

a) Outras receitas operacionais

	Exercício/2023	Exercício/2022
Atualização de ativo atuarial	2.949.618	2.951.467
Títulos e créditos a receber	2.714.715	2.464.667
Recuperação de encargos e despesas	1.810.940	2.083.707
Operações com cartões	1.043.654	816.242
Atualização das destinações do superávit – Previ Plano 1	954.017	1.182.683
Clube de Benefícios	403.310	391.733
Ganhos/(perdas) na alienação de valores e bens	204.390	235.592
Reversão de provisões para pagamentos diversos	195.884	837.747
Ganhos de capital ¹	106.481	308.266
Ganhos/(perdas) na alienação de investimentos permanentes ²	--	337.850
Outras	1.262.610	1.572.648
Total	11.645.619	13.182.602

1 - Inclui o reconhecimento do valor de R\$ 240.189 mil do investimento na CIP S.A., no 1º Trimestre/2022 (Nota 5).

2 - Refere-se à alienação da participação societária da BB Elo Cartões Participações S.A. no Banco Digio S.A., no 1º Trimestre/2022 (Nota 5).

b) Outras despesas operacionais

	Exercício/2023	Exercício/2022
Perdas na posição monetária líquida ¹	(2.982.208)	(2.343.155)
Bônus de relacionamento negocial	(1.313.975)	(1.724.520)
Atualização de obrigações atuariais	(1.292.032)	(1.211.318)
Remuneração de correspondentes bancários e parceiros comerciais	(657.887)	(577.108)
Prêmio de seguro de vida - crédito direto ao consumidor	(424.365)	(294.194)
Falhas em serviço e perdas operacionais	(369.683)	(280.251)
Comissões por recebimento de créditos	(94.568)	(93.108)
Perdas de capital	(88.429)	(135.769)
Atualização de valores a liberar	(45.183)	(38.633)
Constituição de perdas por desvalorização de valores e bens	(39.568)	(32.956)
Credenciamento do uso do Sisbacen	(35.521)	(34.073)
Obrigações por operações vinculadas a cessão	(16.285)	(19.186)
Atualização de recursos ao Tesouro Nacional	(552)	(3.746)
Despesas com Proagro	(275)	(257)
Atualização de obrigações fiscais objeto de discussão judicial	--	(829.385)
Outras	(2.697.049)	(2.115.330)
Total	(10.057.580)	(9.732.989)

1 - Referem-se aos ajustes de hiperinflação sobre os itens não monetários e de resultado do Banco Patagonia em conformidade com a IAS 29.



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

11- Despesas de pessoal

	Exercício/2023	Exercício/2022
Proventos	(13.171.666)	(12.637.773)
Encargos sociais	(4.379.352)	(4.148.783)
Participação nos lucros ¹	(4.328.027)	(3.968.529)
Benefícios	(3.859.599)	(3.620.571)
Previdência complementar	(991.156)	(903.775)
Honorários de diretores e conselheiros	(63.723)	(54.827)
Treinamentos	(56.658)	(68.564)
Total	(26.850.181)	(25.402.822)

1 - Inclui o montante de R\$11.922 mil no Exercício/2023 (R\$ 10.938 mil no Exercício/2022) relativo ao programa de pagamento baseado em ações para a Diretoria Executiva (Nota 31.I).

12- Outras despesas administrativas

	Exercício/2023	Exercício/2022
Serviços de vigilância e segurança	(1.316.228)	(1.230.029)
Processamento de dados	(1.090.676)	(714.081)
Serviços contratados de terceiros	(1.022.797)	(1.016.780)
Manutenção e conservação de bens	(800.417)	(773.488)
Transporte	(654.573)	(638.055)
Programa de Desempenho Gratificado - PDG	(602.351)	(574.056)
Serviços técnicos especializados	(594.222)	(482.379)
Propaganda e publicidade	(493.128)	(474.650)
Comunicações	(489.849)	(463.609)
Água, energia e gás	(483.216)	(492.937)
Promoções e relações públicas	(269.983)	(210.504)
Aluguéis e arrendamentos operacionais	(147.872)	(127.754)
Contribuições filantrópicas	(134.463)	(152.182)
Viagens	(129.797)	(87.865)
Material de escritório e similar	(28.036)	(39.584)
Outras	(483.377)	(463.190)
Total	(8.740.985)	(7.941.143)

13- Caixa e equivalentes de caixa

	31/12/2023	31/12/2022
Caixa e depósitos bancários	17.327.745	18.310.546
Disponibilidades em moeda nacional	9.894.579	8.407.179
Disponibilidades em moeda estrangeira	7.433.166	9.903.367
Aplicações interfinanceiras de liquidez ¹	37.672.070	50.515.733
Aplicações em operações compromissadas	6.457.559	4.107.564
Aplicações em depósitos interfinanceiros	29.458.139	46.408.169
Aplicações em moedas estrangeiras	1.756.372	--
Total de caixa e equivalentes de caixa	54.999.815	68.826.279

1 - Referem-se a operações com prazo original igual ou inferior a 90 dias e apresentam risco insignificante de mudança de valor justo.



14– Depósitos compulsórios no Banco Central do Brasil

Os depósitos compulsórios no Banco Central do Brasil se referem a uma proporção dos depósitos à vista, a prazo e de poupança que são recolhidos de forma compulsória conforme determinação do Conselho Monetário Nacional. Estão sujeitos, de forma substancial, à remuneração definida pelo órgão regulador.

	31/12/2023	31/12/2022
Depósitos de poupança	40.905.905	40.035.817
Depósitos à vista	6.999.866	20.204.006
Depósitos a prazo	35.616.486	32.959.214
Conta de pagamento instantâneo	15.946.221	1.394.199
Depósitos de moeda eletrônica	260.638	472.046
Recursos de microfinanças	76.785	53.803
Aplicações voluntárias no Banco Central	1.999.999	--
Total	101.805.900	95.119.085

15– Empréstimos a instituições financeiras

	31/12/2023	31/12/2022
Aplicações em operações compromissadas	393.782.584	360.620.474
Re vendas a liquidar - posição bancada	95.066.521	4.564.647
Letras do Tesouro Nacional	45.467.277	368.662
Notas do Tesouro Nacional	43.417.921	--
Letras Financeiras do Tesouro	3.099	13.635
Outros títulos	6.178.224	4.182.350
Re vendas a liquidar - posição financiada	298.716.063	356.055.827
Notas do Tesouro Nacional	273.212.838	247.312.465
Letras do Tesouro Nacional	24.785.663	107.411.310
Outros títulos	717.817	1.332.246
Perdas esperadas em outros títulos	(255)	(194)
Aplicações em depósitos interfinanceiros	38.375.297	55.199.823
Aplicações em depósitos interfinanceiros	38.378.395	55.253.031
Perdas esperadas em aplicações em depósitos interfinanceiros	(3.098)	(53.208)
Carteiras de crédito adquiridas com coobrigação do cedente	10.508.619	7.408.131
Carteiras de crédito adquiridas com coobrigação do cedente	10.539.278	7.411.448
Perdas esperadas em carteiras de crédito adquiridas com coobrigação do cedente	(30.659)	(3.317)
Total	442.666.500	423.228.428



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

Movimentação das perdas esperadas

	Saldo em 31/12/2022	(Constituição) / reversão	Saldo em 31/12/2023
Perdas esperadas em outros títulos	(194)	(61)	(255)
Perdas esperadas em aplicações em depósitos interfinanceiros	(53.208)	50.110	(3.098)
Perdas esperadas em carteiras de crédito adquiridas com coobrigação do cedente	(3.317)	(27.342)	(30.659)
Total	(56.719)	22.707	(34.012)

	Saldo em 31/12/2021	(Constituição) / reversão	Saldo em 31/12/2022
Perdas esperadas em outros títulos	(160)	(34)	(194)
Perdas esperadas em aplicações em depósitos interfinanceiros	(3.806)	(49.402)	(53.208)
Perdas esperadas em carteiras de crédito adquiridas com coobrigação do cedente	(9.386)	6.069	(3.317)
Total	(13.352)	(43.367)	(56.719)



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

16– Ativos e passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado

a) Títulos e valores mobiliários

Valor justo dos ativos financeiros

	31/12/2023			31/12/2022		
	Custo	Ganhos/(perdas)	Valor justo	Custo	Ganhos/(perdas)	Valor justo
Instrumentos de dívida	11.538.073	444.669	11.982.742	10.294.899	(19.613)	10.275.286
Títulos públicos federais brasileiros	6.669.090	181.657	6.850.747	1.836.044	7.333	1.843.377
Títulos emitidos por empresas não financeiras	3.425.797	45.734	3.471.531	5.304.112	(168.803)	5.135.309
Títulos emitidos por empresas financeiras	705.105	(17.271)	687.834	2.496.533	(57.881)	2.438.652
Aplicações em fundos mútuos de investimento	343.397	80.156	423.553	351.121	91.329	442.450
Títulos de governos estrangeiros	231.445	155.519	386.964	152.412	112.414	264.826
Títulos públicos brasileiros emitidos no exterior	163.239	(1.126)	162.113	154.677	(4.005)	150.672
Instrumentos de patrimônio	229.266	(12.390)	216.876	193.343	(28.686)	164.657
Ações negociáveis	229.266	(12.390)	216.876	193.343	(28.686)	164.657
Total	11.767.339	432.279	12.199.618	10.488.242	(48.299)	10.439.943

No período de 2022, com o objetivo de refletir a dinâmica de negócios para o produto envolvido, houve reclassificação de ativos financeiros “ao valor justo por meio do resultado” para “ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes” no montante de R\$ 176.799 mil em títulos públicos brasileiros emitidos no exterior. O ajuste não gerou impacto no resultado, nem no patrimônio líquido.

Não houve reclassificação de títulos e valores mobiliários no período de 01/01 a 31/12/2023.



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

b) Derivativos

Ativos	31/12/2023			31/12/2022		
	Custo	Ganhos/(perdas)	Valor justo	Custo	Ganhos/(perdas)	Valor justo
Swaps	1.110.225	108.003	1.218.228	1.001.538	133.241	1.134.779
Operações a termo	881.898	(262.935)	618.963	744.683	(349.658)	395.025
Opções	240.834	(130.680)	110.154	272.076	(183.034)	89.042
Outros ¹	33.238	(6.897)	26.341	39.087	(19.864)	19.223
Total	2.266.195	(292.509)	1.973.686	2.057.384	(419.315)	1.638.069

Passivos	31/12/2023			31/12/2022		
	Custo	Ganhos/(perdas)	Valor justo	Custo	Ganhos/(perdas)	Valor justo
Swaps	(942.735)	(155.733)	(1.098.468)	(1.021.623)	(3.313)	(1.024.936)
Operações a termo	(1.167.816)	346.001	(821.815)	(1.972.065)	898.638	(1.073.427)
Opções	(302.080)	(168.850)	(470.930)	(289.378)	(236.198)	(525.576)
Outros ¹	(100.369)	(18.160)	(118.529)	(115.849)	(25.009)	(140.858)
Total	(2.513.000)	3.258	(2.509.742)	(3.398.915)	634.118	(2.764.797)

1 - Referem-se, essencialmente, a operações realizadas no mercado Forex no exterior, registradas como contratos de moeda sem entrega física, apenas com liquidação financeira (Non Deliverable Forward - NDF). O NDF é operado em mercado de balcão e tem como objeto a taxa de câmbio de uma determinada moeda.

Os derivativos são instrumentos financeiros que atendem cumulativamente às seguintes características:

- (i) seus valores se alteram em decorrência das mudanças de uma variável subjacente (taxa de câmbio, taxa de juros, índices de preços, preço de uma commodity etc.);
- (ii) não é necessário qualquer desembolso inicial ou o desembolso inicial é menor do que seria exigido para outros tipos de contratos onde seria esperada uma resposta semelhante às mudanças nos fatores de mercado; e
- (iii) o instrumento financeiro é liquidado numa data futura.



Os instrumentos financeiros derivativos detidos ou mantidos pelo Banco são, essencialmente, transacionados com o propósito de negociação, sendo essas transações associadas, em sua maior parte, a acordos com seus clientes. O Banco pode também tomar posições com a expectativa de lucro, levando-se em consideração variações favoráveis em preços, taxas ou índices.

Dessa forma, o Banco utiliza instrumentos financeiros derivativos para gerenciar, de forma consolidada, suas posições, administrar risco de crédito e atender às necessidades dos seus clientes, classificando as posições próprias em destinadas a hedge (de valor justo e de investimento no exterior) e negociação, ambas com limites e alçadas no Banco. A estratégia de hedge das posições patrimoniais está em consonância com as análises macroeconômicas e é aprovada pelo Conselho Diretor.

Os instrumentos financeiros derivativos utilizados pelo Banco são compatíveis com os objetivos definidos, observando a melhor relação risco e retorno e considerando o cenário econômico. São consideradas, na gestão dos riscos dos instrumentos financeiros derivativos, as diversas categorias de riscos e adotada a visão consolidada dos diferentes fatores de riscos.

O Banco avalia a liquidez dos instrumentos financeiros derivativos e identifica, previamente, meios de reversão das posições. Utilizam-se sistemas e processos que permitem o registro, o acompanhamento e o controle das operações com instrumentos financeiros derivativos. No mercado de opções, as posições ativas ou compradas têm o Banco como titular, enquanto as posições passivas ou vendidas têm o Banco como lançador.

Os principais riscos inerentes aos instrumentos financeiros derivativos, decorrentes dos negócios do Banco e de suas controladas são os de crédito, mercado, liquidez e operacional, sendo o processo de gestão apresentado na Nota 35. As operações de hedge contábil se propõem a mitigar riscos de mercado, tais como variações em taxas de juros e variações em taxas de câmbio.

Os modelos utilizados no gerenciamento dos riscos com derivativos são revistos periodicamente e as tomadas de decisões observam a melhor relação risco/retorno, estimando possíveis perdas com base na análise de cenários macroeconômicos. O Banco conta com ferramentas e sistemas adequados ao gerenciamento dos instrumentos financeiros derivativos. A negociação de novos derivativos, padronizados ou não, é condicionada à prévia análise de risco.

As estratégias de posicionamento respeitam os limites de alçada e exposição a risco estabelecidos. Os posicionamentos são reavaliados diariamente e no início de cada dia é realizada uma avaliação das estratégias e desempenhos. As estratégias são elaboradas com base em: análise de cenários econômicos; análise técnica (gráfica) e análise fundamentalista; simulação de resultados esperados; simulação de valor em risco (VaR, EVE, Estresse).

O Banco realiza operações com instrumentos financeiros derivativos para hedge de posições próprias, para atendimento às necessidades dos clientes e para tomada de posições intencionais, segundo limites, alçadas e procedimentos previamente estabelecidos.

Os objetivos a serem alcançados com as operações de hedge são definidos de forma consolidada, garantida a efetividade de cada operação e observadas as regulamentações de cada jurisdição. Utilizam-se mecanismos de avaliação e acompanhamento da efetividade das operações de hedge com vistas a compensar efeitos da variação no valor de mercado, no fluxo de caixa ou na variação cambial do item objeto de hedge.

A avaliação do risco das controladas é feita individualmente e o gerenciamento de forma consolidada. O Banco utiliza metodologias estatísticas e simulação para mensurar os riscos de suas posições, inclusive em derivativos, utilizando modelos de valor em risco (VaR), de sensibilidade e análise de estresse.



O VaR é utilizado para estimar a perda potencial sob condições rotineiras no mercado, dimensionada diariamente em valores monetários, considerando um intervalo de confiança de 99,21%, horizonte temporal de 10 dias e série histórica de 252 dias úteis.

Para cálculo do VaR, o Banco utiliza a metodologia de Simulação Histórica, que assume a hipótese de que o comportamento retrospectivo dos retornos observados (histórico) dos fatores de risco constitui-se em informação relevante para a mensuração dos riscos de mercado.

Os quadros a seguir demonstram a composição da carteira de derivativos por tipo de risco com seus valores de referência, assim como os seus respectivos valores de mercado, e a composição da carteira de derivativos por prazos de vencimento de seus valores de referência.



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

c) Composição da carteira de derivativos por indexador

Por indexador	31/12/2023		31/12/2022	
	Valor de referência	Valor de mercado	Valor de referência	Valor de mercado
Contratos de futuros				
Compromissos de compra	28.550.980	--	12.495.923	--
Risco de moedas	19.422.345	--	1.721.830	--
Risco de taxa de juros	8.512.528	--	7.633.088	--
Outros riscos	616.107	--	3.141.005	--
Compromissos de venda	19.872.132	--	23.172.978	--
Risco de taxa de juros	15.480.040	--	15.134.142	--
Risco de moedas	831.819	--	3.247.949	--
Outros riscos	3.560.273	--	4.790.887	--
Contratos de operações a termo				
Posição ativa	14.030.620	618.963	15.281.186	395.025
Risco de moedas	11.642.225	436.368	14.290.097	325.035
Outros riscos	2.388.395	182.595	991.089	69.990
Posição passiva	17.063.538	(821.815)	23.681.976	(1.073.427)
Risco de moedas	16.299.577	(797.575)	22.576.793	(824.972)
Outros riscos	763.961	(24.240)	1.105.183	(248.455)
Contratos de opções				
Posição comprada	5.060.860	110.154	5.227.978	89.042
Risco de moedas	5.060.860	110.154	5.227.978	89.042
Posição vendida	5.760.299	(470.930)	5.659.816	(525.576)
Risco de moedas	5.079.345	(449.303)	5.195.388	(513.927)
Risco de taxa de juros	61.292	(2.671)	7.302	--
Outros riscos	619.662	(18.956)	457.126	(11.649)
Contratos de swap				
Posição ativa	16.537.484	1.218.228	22.401.501	1.134.779
Risco de taxa de juros	12.835.313	963.642	14.101.975	845.581
Risco de moedas	3.702.171	254.586	8.299.526	289.198
Posição passiva	13.434.545	(1.098.468)	8.869.326	(1.024.936)
Risco de taxa de juros	6.920.047	(362.319)	2.445.048	120.218
Risco de moedas	5.577.463	(562.461)	5.578.198	(1.053.142)
Outros riscos	937.035	(173.688)	846.080	(92.012)
Outros contratos de derivativos				
Posição ativa	1.796.868	26.341	1.099.157	19.223
Risco de moedas	1.796.868	26.341	1.099.157	19.223
Posição passiva	5.442.909	(118.529)	6.130.599	(140.858)
Risco de moedas	5.442.909	(118.529)	6.130.599	(140.858)



d) Composição da carteira de derivativos por prazo de vencimento

Valor de referência - posição ativa	Vencimento em dias				31/12/2023	31/12/2022
	0-30	31-180	181-360	Após 360		
Contratos de futuros	35.400	23.717.420	2.106.427	2.691.733	28.550.980	12.495.923
Contratos de swap	1.791.483	5.658.529	4.033.400	5.054.072	16.537.484	22.401.501
Contratos de operações a termo	1.703.525	7.808.669	2.690.797	1.827.629	14.030.620	15.281.186
Contratos de opções	239.132	713.237	1.055.993	3.052.498	5.060.860	5.227.978
Outros contratos de derivativos	1.177.220	619.648	--	--	1.796.868	1.099.157

Valor de referência - posição passiva	Vencimento em dias				31/12/2023	31/12/2022
	0-30	31-180	181-360	Após 360		
Contratos de futuros	3.850.927	5.237.977	2.949.428	7.833.800	19.872.132	23.172.978
Contratos de operações a termo	1.079.818	10.171.787	4.054.341	1.757.592	17.063.538	23.681.976
Contratos de swap	691.413	2.720.732	2.439.712	7.582.688	13.434.545	8.869.326
Contratos de opções	432.812	1.122.856	1.142.977	3.061.654	5.760.299	5.659.816
Outros contratos de derivativos	1.842.089	2.953.918	636.147	10.755	5.442.909	6.130.599

e) Hedge contábil

Para proteger o valor justo e o risco cambial dos instrumentos designados como objeto de hedge, o Banco utiliza instrumentos financeiros derivativos (Contratos Futuros e Swap).

e.1) Hedge de valor justo

A estratégia de hedge de valor justo do Banco consiste em proteger a exposição à variação no valor justo em recebimentos e pagamentos de juros relativos a ativos e passivos reconhecidos.

A metodologia de gestão de valor justo adotada pelo Banco segregava as transações pelo fator de risco (ex.: risco cambial, risco de taxa de juros, risco de inflação e etc.). As transações geram exposições que são consolidadas por fator de risco e comparadas com limites internos pré-estabelecidos.

Para proteger a variação do valor justo no recebimento e pagamento de juros, o Banco utiliza contratos de swap de taxa de juros, relativos a ativos e passivos pré-fixados.

O Banco aplica o hedge de valor justo como segue:

- O Banco possui risco de taxa de juros pré-fixada gerada por Títulos Públicos Federais (LTN) classificados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes. Para gerenciar este risco, contrata futuros de DI ou swap de juros e os designa como instrumento de hedge em uma estrutura de hedge contábil, trocando a exposição de taxa de juros pré-fixada para pós-fixada.
- O Banco possui uma carteira ativa de crédito na modalidade de Crédito Direto do Consumidor (CDC) pré-fixada. Para gerenciar este risco, são contratadas operações de futuros de juros (DI) e designadas como hedge de valor justo dos créditos correspondentes, trocando a exposição de taxa de juros pré-fixada para pós-fixada.
- O Banco possui risco de taxas de juros e exposição de moeda estrangeira gerada por emissões de títulos e empréstimos a instituições financeiras realizadas em dependência no exterior. Para gerenciar



este risco, designa operações de swap (cross currency interest rate swap) como instrumento de proteção em estrutura de hedge contábil, trocando exposição entre moedas estrangeiras e taxa de juros.

Composição da carteira de derivativos designados para hedge de valor justo

	31/12/2023	31/12/2022
Instrumentos de hedge ¹		
Passivo	(6.185.280)	(5.962.490)
Futuros	(5.897.392)	(5.240.677)
Swap	(287.888)	(721.813)
Itens objeto de hedge		
Ativo	8.298.827	7.807.059
Títulos e valores mobiliários	5.852.224	5.197.425
Empréstimos a instituições financeiras	2.396.937	2.563.590
Empréstimos a clientes	49.666	46.044
Passivo	(2.090.360)	(1.816.981)
Obrigações por emissão de títulos e valores mobiliários e outras obrigações	(2.090.360)	(1.816.981)

1 – Refere-se ao valor de referência dos instrumentos financeiros derivativos.

Em estruturas de proteção de valor justo, os ganhos ou perdas, tanto sobre instrumentos de hedge quanto sobre os itens objeto de hedge (atribuíveis ao tipo de risco que estiver sendo protegido) são reconhecidos diretamente no resultado.

Ganhos e perdas dos instrumentos de hedge e dos objetos de hedge

	Exercício/2023	Exercício/2022
Ganhos dos itens objeto de hedge	284.714	389.155
Perdas dos instrumentos de hedge	(288.627)	(379.859)
Efeito líquido	(3.913)	9.296

e.2) Hedge de investimento líquido em operação no exterior

A estratégia de hedge de investimento líquido em operação no exterior consiste em proteger a exposição à variação cambial do dólar norte-americano frente ao real devido ao investimento do Banco no BB Americas, cuja moeda funcional é diferente do real. O instrumento de hedge utilizado é o contrato futuro de dólar norte-americano. Essas operações são renovadas mensalmente e o montante designado é atualizado a cada seis meses tendo em vista a alteração do montante do investimento considerado na estrutura de hedge.



Carteira de derivativos designados para hedge de investimento líquido em operação no exterior

	31/12/2023	31/12/2022
Instrumentos de hedge		
Passivo	(1.233.083)	(702.764)
Futuros	(1.233.083)	(702.764)
Itens objeto de hedge		
Ativo	1.225.924	701.011
Investimento no exterior	1.225.924	701.011

Em estruturas de proteção de investimento líquido em operação no exterior, a parcela efetiva da variação no valor do instrumento de hedge é reconhecida em conta destacada do patrimônio líquido sob a rubrica "Outros Resultados Abrangentes – Hedge de investimento líquido em operação no exterior" (Nota 31.f). A parcela não efetiva é reconhecida diretamente no resultado.

Ganhos e perdas dos instrumentos de hedge e dos objetos de hedge

	Exercício/2023	Exercício/2022
Perdas dos itens objeto de hedge	(66.916)	(23.659)
Ganhos dos instrumentos de hedge	66.916	17.776
Efeito líquido¹	--	(5.883)

1 - No Exercício/2023 foi reconhecido resultado positivo de R\$ 7.912 nos instrumentos financeiros derivativos devido à parcela não efetiva da estrutura de hedge contábil.



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

17– Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes

	31/12/2023				31/12/2022			
	Custo	Ganhos/(perdas)	Perdas esperadas	Valor justo	Custo	Ganhos/(perdas)	Perdas esperadas	Valor justo
Instrumentos de dívida								
Títulos públicos federais brasileiros	329.647.501	134.538	--	329.782.039	295.303.088	(1.794.890)	--	293.508.198
Títulos emitidos por empresas não financeiras	55.794.062	(1.683.898)	(47.147)	54.063.017	51.501.802	(925.369)	(26.908)	50.549.525
Títulos públicos brasileiros emitidos no exterior	10.682.435	(855.998)	(616)	9.825.821	9.878.395	(1.439.449)	(50.112)	8.388.834
Títulos de governos estrangeiros	4.868.184	92.775	(38.160)	4.922.799	13.761.396	(278.769)	(50.314)	13.432.313
Fundos mútuos de investimento	1.431.118	86.541	(5.512)	1.512.147	2.294.090	1.578.221	(1.608)	3.870.703
Títulos emitidos por empresas financeiras	1.276.728	59.784	--	1.336.512	21.585	(404)	--	21.181
Total	403.700.028	(2.166.258)	(91.435)	401.442.335	372.760.356	(2.860.660)	(128.942)	369.770.754

Movimentação das perdas esperadas

	Saldo em 31/12/2021	(Constituição) / reversão	Saldo em 31/12/2022	(Constituição) / reversão	Saldo em 31/12/2023
Perdas esperadas					
Títulos emitidos por empresas não financeiras	(288.601)	261.693	(26.908)	(20.239)	(47.147)
Títulos de governos estrangeiros	(247.410)	197.096	(50.314)	12.154	(38.160)
Fundos mútuos de investimento	(54)	(1.554)	(1.608)	(3.904)	(5.512)
Títulos públicos brasileiros emitidos no exterior	(3.604)	(46.508)	(50.112)	49.496	(616)
Títulos emitidos por empresas financeiras	(199)	199	--	--	--
Total	(539.868)	410.926	(128.942)	37.507	(91.435)



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

Instrumentos de dívida por estágio

	31/12/2023				31/12/2022			
	Estágio 1	Estágio 2	Estágio 3	Total	Estágio 1	Estágio 2	Estágio 3	Total
Instrumentos de dívida								
Títulos públicos federais brasileiros	329.782.039	--	--	329.782.039	293.508.198	--	--	293.508.198
Títulos emitidos por empresas não financeiras	51.907.205	175.271	1.980.541	54.063.017	47.984.976	528.038	2.036.511	50.549.525
Títulos públicos brasileiros emitidos no exterior	9.825.821	--	--	9.825.821	8.388.834	--	--	8.388.834
Títulos de governos estrangeiros	4.922.799	--	--	4.922.799	13.432.313	--	--	13.432.313
Fundos mútuos de investimento	1.512.147	--	--	1.512.147	3.870.703	--	--	3.870.703
Títulos emitidos por empresas financeiras	1.336.512	--	--	1.336.512	21.181	--	--	21.181
Total	399.286.523	175.271	1.980.541	401.442.335	367.206.205	528.038	2.036.511	369.770.754

Valor justo dos ativos financeiros vinculados

	31/12/2023	31/12/2022
Compromissos de recompra	269.653.535	205.713.059
Prestação de garantia	6.340.560	4.004.104
Total	275.994.095	209.717.163

Os ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes que se encontram vinculados à prestação de garantias referem-se principalmente a títulos públicos federais que estão depositados como margem de garantia nas operações envolvendo derivativos, troca de títulos e troca de moedas na clearing da B3 (BM&FBOVESPA e Cetip), bem como garantindo as operações envolvendo ações na clearing da Câmara Brasileira de Liquidação e Custódia (CBLC).

Não houve reclassificação de títulos e valores mobiliários no período de 01/01 a 31/12/2023.

Com o objetivo de refletir a dinâmica de negócios para os produtos envolvidos, foram realizadas no período de 2022 as seguintes reclassificações:



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

I – de ativos financeiros “ao valor justo por meio do resultado” para “ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes” no montante de R\$ 176.799 mil em títulos públicos brasileiros emitidos no exterior. O ajuste não gerou impacto no resultado, nem no patrimônio líquido;

II – de ativos financeiros “ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes” para “títulos e valores mobiliários ao custo amortizado” no montante de R\$ 10.953.163 mil em títulos emitidos por empresas não financeiras (Certificado de Direitos Creditórios do Agronegócio – CDCA). O ajuste não gerou impacto no resultado, nem no patrimônio líquido. O efeito acumulado de marcação a mercado no patrimônio líquido para esse papel, até a data da reclassificação, é negativo em R\$ 15.415 mil, líquido de tributos.

Movimentação entre os estágios de perdas esperadas de ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA)

	Estágio 1	Estágio 2	Estágio 3	Total
Saldo em 31/12/2021	(286.162)	(253.281)	(425)	(539.868)
Transferidos para o estágio 3	9.261	--	--	9.261
Oriundos do estágio 1	--	--	(9.261)	(9.261)
Outras movimentações ¹	161.766	253.281	(4.121)	410.926
Saldo em 31/12/2022	(115.135)	--	(13.807)	(128.942)
Transferidos para o estágio 3	1.287	10.135	--	11.422
Oriundos do estágio 1	--	--	(1.287)	(1.287)
Oriundos do estágio 2	--	--	(10.135)	(10.135)
Outras movimentações ¹	42.068	(10.135)	5.574	37.507
Saldo em 31/12/2023	(71.780)	--	(19.655)	(91.435)

1 - Ativos comprados ou liquidados, reforço ou reversão de provisão.



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

18– Títulos e valores mobiliários ao custo amortizado

	31/12/2023					31/12/2022				
	Até 1 ano	1 a 5 anos	5 a 10 anos	Acima de 10 anos	Total	Até 1 ano	1 a 5 anos	5 a 10 anos	Acima de 10 anos	Total
Instrumentos de dívida										
Títulos emitidos por empresas não financeiras	17.330.614	17.294.529	5.394.216	4.237.730	44.257.089	10.139.533	12.999.221	5.934.388	1.166.518	30.239.660
Títulos públicos federais brasileiros	5.883.798	1.175.161	--	--	7.058.959	7.382.193	5.449.886	--	--	12.832.079
Títulos públicos brasileiros emitidos no exterior	1.149.372	1.276.870	--	--	2.426.242	--	1.281.039	1.361.842	--	2.642.881
Títulos de governos estrangeiros	1.538.592	632.932	--	--	2.171.524	1.384.299	1.116.551	--	--	2.500.850
Títulos emitidos por empresas financeiras	196.610	--	--	3	196.613	20.927	--	--	3	20.930
Subtotal	26.098.986	20.379.492	5.394.216	4.237.733	56.110.427	18.926.952	20.846.697	7.296.230	1.166.521	48.236.400
Perda esperada em títulos e valores mobiliários	(118.062)	(92.190)	(24.402)	(2.777.276)	(3.011.930)	(93.717)	(104.835)	(35.323)	(6.101)	(239.976)
Total	25.980.924	20.287.302	5.369.814	1.460.457	53.098.497	18.833.235	20.741.862	7.260.907	1.160.420	47.996.424

Movimentação das perdas esperadas

	Saldo em 31/12/2021	(Constituição) / reversão	Saldo em 31/12/2022	(Constituição) / reversão	Saldo em 31/12/2023
Perdas esperadas					
Títulos emitidos por empresas não financeiras	(487.715)	329.561	(158.154)	(2.792.126)	(2.950.280)
Títulos de governos estrangeiros	--	(73.504)	(73.504)	12.054	(61.450)
Títulos públicos brasileiros emitidos no exterior	(5.671)	(2.647)	(8.318)	8.118	(200)
Total	(493.386)	253.410	(239.976)	(2.771.954)	(3.011.930)

Em 2023, não foram reclassificados títulos e valores mobiliários ao custo amortizado.

Em 2022, com o objetivo de refletir a dinâmica de negócios para os produtos envolvidos, foi reclassificado de ativos financeiros “ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes” para “títulos e valores mobiliários ao custo amortizado” em títulos emitidos por empresas não financeiras o montante de R\$ 10.953.163 mil (Certificado de Direitos Creditórios do Agronegócio – CDCA). O ajuste não gerou impacto no resultado, nem no patrimônio líquido. O efeito acumulado de marcação a mercado no patrimônio líquido para esse papel, até a data da reclassificação, é negativo em R\$ 15.415 mil, líquido de tributos.



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

Instrumento de dívida por estágios

	31/12/2023				31/12/2022			
	Estágio 1	Estágio 2	Estágio 3	Total	Estágio 1	Estágio 2	Estágio 3	Total
Instrumentos de dívida								
Títulos emitidos por empresas não financeiras	38.266.924	634.858	5.355.307	44.257.089	27.223.118	869.063	2.147.479	30.239.660
Títulos públicos federais brasileiros	7.058.959	--	--	7.058.959	12.832.079	--	--	12.832.079
Títulos públicos brasileiros emitidos no exterior	2.426.242	--	--	2.426.242	2.642.881	--	--	2.642.881
Títulos de governos estrangeiros	2.171.524	--	--	2.171.524	2.500.850	--	--	2.500.850
Títulos emitidos por empresas financeiras	196.613	--	--	196.613	20.930	--	--	20.930
Subtotal	50.120.262	634.858	5.355.307	56.110.427	45.219.858	869.063	2.147.479	48.236.400
Perda esperada em títulos e valores mobiliários	(122.492)	(4.845)	(2.884.593)	(3.011.930)	(78.918)	(1.920)	(159.138)	(239.976)
Total	49.997.770	630.013	2.470.714	53.098.497	45.140.940	867.143	1.988.341	47.996.424

Movimentação entre estágios de perdas esperadas

	Estágio 1	Estágio 2	Estágio 3	Total
Saldo em 31/12/2021	(70.172)	(340.020)	(83.194)	(493.386)
Outras movimentações ¹	(8.746)	338.100	(75.944)	253.410
Saldo em 31/12/2022	(78.918)	(1.920)	(159.138)	(239.976)
Transferidos para o estágio 2	56	--	--	56
Transferidos para o estágio 3	6.752	15.611	--	22.363
Oriundos do estágio 1	--	(56)	(6.752)	(6.808)
Oriundos do estágio 2	--	--	(15.611)	(15.611)
Outras movimentações ¹	(50.382)	(18.480)	(2.703.092)	(2.771.954)
Saldo em 31/12/2023	(122.492)	(4.845)	(2.884.593)	(3.011.930)

1 - Ativos comprados ou liquidados, reforço ou reversão de provisões.



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

19– Empréstimos a clientes

a) Carteira por modalidades

	Prazo médio (meses)	31/12/2023	31/12/2022
Operações de crédito		873.916.638	796.326.140
Empréstimos e direitos creditórios descontados ¹	46	355.018.984	332.280.880
- Pessoas jurídicas		155.705.799	148.481.510
- Pessoas físicas		199.313.185	183.799.370
Financiamentos ²	56	141.461.732	124.277.536
- Pessoas jurídicas		135.099.139	118.754.528
- Pessoas físicas		6.362.593	5.523.008
Financiamentos rurais e agroindustriais	82	322.240.448	288.354.433
- Pessoas jurídicas		13.294.640	13.612.531
- Pessoas físicas		308.945.808	274.741.902
Financiamentos imobiliários	349	55.063.362	51.251.488
- Pessoas jurídicas		3.243.699	1.878.527
- Pessoas físicas		51.819.663	49.372.961
Operações de crédito vinculadas a cessão	267	132.112	161.803
- Pessoas físicas		132.112	161.803
Outros créditos com características de concessão de crédito		89.631.730	86.385.440
Operações com cartão de crédito	4	52.184.077	49.502.383
- Pessoas jurídicas		3.588.052	2.972.431
- Pessoas físicas		48.596.025	46.529.952
Adiantamentos sobre contratos de câmbio	12	24.924.882	23.910.738
- Pessoas jurídicas		24.808.478	23.784.268
- Pessoas físicas		116.404	126.470
Aquisição de recebíveis	9	9.165.690	10.160.141
- Pessoas jurídicas		9.165.690	10.160.141
Avais e fianças honrados	9	93.927	31.023
- Pessoas jurídicas		87.953	28.180
- Pessoas físicas		5.974	2.843
Outros	265	3.263.154	2.781.155
- Pessoas jurídicas		3.262.809	2.780.755
- Pessoas físicas		345	400
Operações de arrendamento mercantil	46	494.847	414.726
- Pessoas jurídicas		491.987	407.774
- Pessoas físicas		2.860	6.952
Total dos empréstimos a clientes		964.043.215	883.126.306
Perdas esperadas com empréstimos a clientes		(52.762.017)	(50.187.749)
Perdas esperadas com operações de crédito		(49.781.839)	(46.910.808)
Perdas esperadas com outros créditos com características de concessão de crédito		(2.971.499)	(3.270.844)
Perdas esperadas com arrendamento mercantil		(8.679)	(6.097)
Total de empréstimos a clientes líquido		911.281.198	832.938.557

1 - O saldo de "Empréstimos e direitos creditórios descontados" a pessoas jurídicas é composto principalmente por operações de capital de giro e desconto de recebíveis. O saldo de "Empréstimos e direitos creditórios descontados" a pessoas físicas é composto principalmente por empréstimos pessoais (crédito direto ao consumidor e cheque especial) e operações com cartão de crédito (crédito rotativo).

2 - O saldo de "Financiamentos" a pessoas jurídicas é composto principalmente por operações de financiamentos à importação e exportação e outros financiamentos de médio prazo com recursos oriundos de repasses. O saldo de "Financiamentos" a pessoas físicas é composto principalmente por financiamentos de veículos.



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

b) Carteira por setores de atividade econômica

	31/12/2023	%	31/12/2022	%
Setor público	66.944.273	7,0	57.543.027	6,5
Administração pública	59.171.278	6,1	52.816.209	5,9
Petroleiro	5.614.664	0,6	2.625.600	0,3
Energia elétrica	827.534	0,1	846.818	0,1
Serviços	538.178	0,1	539.490	0,1
Demais atividades	792.619	0,1	714.910	0,1
Setor privado	897.098.942	93,0	825.583.279	93,5
Pessoas físicas	615.294.969	63,8	560.265.661	63,4
Pessoas jurídicas	281.803.973	29,2	265.317.618	30,1
Agronegócio de origem vegetal	39.821.090	4,0	39.441.363	4,6
Serviços	32.193.075	3,3	32.044.525	3,7
Mineração e metalurgia	21.795.732	2,3	19.739.757	2,2
Comércio varejista	17.124.898	1,8	16.260.340	1,8
Energia elétrica	16.671.505	1,7	13.563.642	1,5
Transportes	15.972.120	1,7	14.795.926	1,7
Agronegócio de origem animal	15.279.754	1,6	14.291.895	1,6
Automotivo	13.988.224	1,5	12.955.178	1,5
Insumos agrícolas	12.087.264	1,3	11.716.655	1,3
Eletroeletrônico	10.932.898	1,1	9.842.819	1,1
Instituições e serviços financeiros	10.807.120	1,1	11.765.975	1,3
Combustíveis	10.801.251	1,1	10.829.193	1,2
Atividades específicas da construção	10.592.627	1,1	9.857.040	1,1
Comércio atacadista e indústrias diversas	9.767.942	1,1	8.583.571	1,0
Químico	9.678.146	1,0	9.234.899	1,0
Imobiliário	9.673.061	1,0	7.136.047	0,8
Têxtil e confecções	7.908.143	0,8	7.101.570	0,8
Madeireiro e moveleiro	5.777.525	0,6	5.220.448	0,6
Papel e celulose	4.125.946	0,4	3.984.616	0,5
Construção pesada	3.820.603	0,4	2.986.726	0,3
Telecomunicações	2.774.081	0,3	2.248.711	0,3
Demais atividades	210.968	--	1.716.722	0,2
Total dos empréstimos a clientes	964.043.215	100,0	883.126.306	100,0



c) Escalonamento dos empréstimos a clientes por prazos de vencimento

Os empréstimos concedidos pelo Banco são majoritariamente de natureza parcelada, com pagamentos de encargos financeiros e principal em base mensal, trimestral, semestral ou anual. A tabela a seguir apresenta o saldo contábil das parcelas de operações de crédito vincendas e vencidas, de acordo com os prazos pactuados. Para os empréstimos liquidados em uma única parcela, o saldo total da operação de crédito é apresentado na data de vencimento.

	31/12/2023	31/12/2022
Parcelas vincendas		
01 a 30 dias	66.467.010	71.144.420
31 a 60 dias	33.963.637	33.134.830
61 a 90 dias	28.864.430	28.363.524
91 a 180 dias	94.889.720	90.678.011
181 a 360 dias	165.034.798	145.510.865
361 a 1080 dias	249.204.072	218.763.096
1081 a 1800 dias	134.651.760	119.412.573
Acima de 1800 dias	175.550.190	162.146.527
Subtotal	948.625.617	869.153.846
Parcelas vencidas		
01 a 14 dias	1.780.045	1.576.508
15 a 30 dias	939.571	1.011.515
31 a 60 dias	1.549.536	1.313.804
61 a 90 dias	1.395.656	1.133.203
91 a 180 dias	3.467.957	3.210.068
181 a 360 dias	5.563.044	5.272.431
Acima de 360 dias	721.789	454.931
Subtotal	15.417.598	13.972.460
Total	964.043.215	883.126.306

d) Carteira de arrendamento mercantil financeiro por prazos de vencimento

	31/12/2023			31/12/2022		
	Pagamentos mínimos	Juros a apropriar	Valor presente	Pagamentos mínimos	Juros a apropriar	Valor presente
Até um ano ¹	243.559	(58.779)	184.780	183.639	(43.984)	139.655
Entre um e cinco anos	404.018	(97.503)	306.515	359.182	(86.030)	273.152
Após cinco anos	4.682	(1.130)	3.552	2.523	(604)	1.919
Total	652.259	(157.412)	494.847	545.344	(130.618)	414.726

1 - Inclui os valores relativos às parcelas vencidas.



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

e) Carteira classificada por estágios

	31/12/2023				31/12/2022			
	Estágio 1	Estágio 2	Estágio 3	Total	Estágio 1	Estágio 2	Estágio 3	Total
Operações de crédito	746.066.575	67.091.246	60.758.817	873.916.638	682.143.177	59.812.793	54.370.170	796.326.140
Empréstimos e direitos creditórios descontados	272.443.357	42.200.957	40.374.670	355.018.984	258.732.796	36.675.548	36.872.536	332.280.880
Financiamentos	131.693.083	5.137.491	4.631.158	141.461.732	114.567.195	5.472.028	4.238.313	124.277.536
Financiamentos rurais e agroindustriais	298.426.596	13.329.176	10.484.676	322.240.448	268.907.304	11.292.151	8.154.978	288.354.433
Financiamentos imobiliários	43.380.292	6.416.251	5.266.819	55.063.362	39.789.730	6.359.720	5.102.038	51.251.488
Operações de crédito vinculadas a cessão	123.247	7.371	1.494	132.112	146.152	13.346	2.305	161.803
Outros créditos com características de concessão de crédito	86.380.588	1.661.984	1.589.158	89.631.730	80.800.009	3.847.392	1.738.039	86.385.440
Operações com cartão de crédito	50.387.972	1.437.259	358.846	52.184.077	45.041.235	3.740.618	720.530	49.502.383
Adiantamentos sobre contratos de câmbio	23.942.006	216.234	766.642	24.924.882	23.124.774	103.100	682.864	23.910.738
Aquisição de recebíveis	8.785.068	4.254	376.368	9.165.690	9.852.394	3.167	304.580	10.160.141
Avais e fianças honrados	2.457	4.168	87.302	93.927	604	406	30.013	31.023
Outros	3.263.085	69	--	3.263.154	2.781.002	101	52	2.781.155
Operações de arrendamento mercantil	472.184	18.332	4.331	494.847	407.614	6.792	320	414.726
Total dos empréstimos a clientes	832.919.347	68.771.562	62.352.306	964.043.215	763.350.800	63.666.977	56.108.529	883.126.306
Perdas esperadas com empréstimos a clientes	(9.806.843)	(7.054.570)	(35.900.604)	(52.762.017)	(10.291.599)	(6.312.679)	(33.583.471)	(50.187.749)
Total de empréstimos a clientes líquido	823.112.504	61.716.992	26.451.702	911.281.198	753.059.201	57.354.298	22.525.058	832.938.557



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

f) Movimentação entre os estágios dos empréstimos a clientes por modalidades

Estágio 1

	31/12/2022	Contratação/ (liquidação)/ variação	Transferência do/(para) estágio 2	Transferência do/(para) estágio 3	Baixas	31/12/2023
Operações de crédito	682.143.177	83.011.460	(8.048.741)	(11.039.321)	--	746.066.575
Empréstimos e direitos creditórios descontados	258.732.796	26.522.019	(4.756.196)	(8.055.262)	--	272.443.357
Financiamentos	114.567.195	18.032.557	(306.227)	(600.442)	--	131.693.083
Financiamentos rurais e agroindustriais	268.907.304	34.561.566	(2.780.940)	(2.261.334)	--	298.426.596
Financiamentos imobiliários	39.789.730	3.922.097	(209.003)	(122.532)	--	43.380.292
Operações de crédito vinculadas a cessão	146.152	(26.779)	3.625	249	--	123.247
Outros créditos com características de concessão de crédito	80.800.009	4.176.934	1.672.973	(269.328)	--	86.380.588
Operações com cartão de crédito	45.041.235	3.762.369	1.746.853	(162.485)	--	50.387.972
Adiantamentos sobre contratos de câmbio	23.124.774	996.075	(73.880)	(104.963)	--	23.942.006
Aquisição de recebíveis	9.852.394	(1.066.326)	--	(1.000)	--	8.785.068
Avais e fianças honrados	604	2.733	--	(880)	--	2.457
Outros	2.781.002	482.083	--	--	--	3.263.085
Operações de arrendamento mercantil	407.614	68.921	(116)	(4.235)	--	472.184
Total dos empréstimos a clientes	763.350.800	87.257.315	(6.375.884)	(11.312.884)	--	832.919.347

	31/12/2021	Contratação/ (liquidação)/ variação	Transferência do/(para) estágio 2	Transferência do/(para) estágio 3	Baixas	31/12/2022
Operações de crédito	612.113.210	89.229.627	(10.085.401)	(9.114.259)	--	682.143.177
Empréstimos e direitos creditórios descontados	242.359.312	31.792.202	(7.586.420)	(7.832.298)	--	258.732.796
Financiamentos	113.488.995	84.969	1.310.039	(316.808)	--	114.567.195
Financiamentos rurais e agroindustriais	216.162.150	55.860.033	(2.287.704)	(827.175)	--	268.907.304
Financiamentos imobiliários	39.918.258	1.526.877	(1.517.419)	(137.986)	--	39.789.730
Operações de crédito vinculadas a cessão	184.495	(34.454)	(3.897)	8	--	146.152
Outros créditos com características de concessão de crédito	70.997.783	12.229.911	(1.978.648)	(449.037)	--	80.800.009
Operações com cartão de crédito	43.655.217	3.718.906	(1.951.194)	(381.694)	--	45.041.235
Adiantamentos sobre contratos de câmbio	17.157.352	6.062.219	(27.454)	(67.343)	--	23.124.774
Aquisição de recebíveis	8.577.426	1.274.968	--	--	--	9.852.394
Avais e fianças honrados	2.742	(2.138)	--	--	--	604
Outros	1.605.046	1.175.956	--	--	--	2.781.002
Operações de arrendamento mercantil	272.688	135.543	(297)	(320)	--	407.614
Total dos empréstimos a clientes	683.383.681	101.595.081	(12.064.346)	(9.563.616)	--	763.350.800



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

Estágio 2

	31/12/2022	Contratação/ (liquidação)/ variação	Transferência do/(para) estágio 1	Transferência do/(para) estágio 3	Baixas	31/12/2023
Operações de crédito	59.812.793	4.942.548	8.048.741	(5.712.836)	--	67.091.246
Empréstimos e direitos creditórios descontados	36.675.548	5.118.376	4.756.196	(4.349.163)	--	42.200.957
Financiamentos	5.472.028	(491.827)	306.227	(148.937)	--	5.137.491
Financiamentos rurais e agroindustriais	11.292.151	379.902	2.780.940	(1.123.817)	--	13.329.176
Financiamentos imobiliários	6.359.720	(61.553)	209.003	(90.919)	--	6.416.251
Operações de crédito vinculadas a cessão	13.346	(2.350)	(3.625)	--	--	7.371
Outros créditos com características de concessão de crédito	3.847.392	(490.399)	(1.672.973)	(22.036)	--	1.661.984
Operações com cartão de crédito	3.740.618	(533.441)	(1.746.853)	(23.065)	--	1.437.259
Adiantamentos sobre contratos de câmbio	103.100	38.225	73.880	1.029	--	216.234
Aquisição de recebíveis	3.167	1.087	--	--	--	4.254
Avais e fianças honrados	406	3.762	--	--	--	4.168
Outros	101	(32)	--	--	--	69
Operações de arrendamento mercantil	6.792	11.520	116	(96)	--	18.332
Total dos empréstimos a clientes	63.666.977	4.463.669	6.375.884	(5.734.968)	--	68.771.562

	31/12/2021	Contratação/ (liquidação)/ variação	Transferência do/(para) estágio 1	Transferência do/(para) estágio 3	Baixas	31/12/2022
Operações de crédito	48.269.730	5.956.458	10.085.401	(4.498.796)	--	59.812.793
Empréstimos e direitos creditórios descontados	24.361.629	7.793.871	7.586.420	(3.066.372)	--	36.675.548
Financiamentos	7.792.822	(899.805)	(1.310.039)	(110.950)	--	5.472.028
Financiamentos rurais e agroindustriais	11.026.263	(1.017.378)	2.287.704	(1.004.438)	--	11.292.151
Financiamentos imobiliários	5.077.130	82.207	1.517.419	(317.036)	--	6.359.720
Operações de crédito vinculadas a cessão	11.886	(2.437)	3.897	--	--	13.346
Outros créditos com características de concessão de crédito	2.006.426	(108.379)	1.978.648	(29.303)	--	3.847.392
Operações com cartão de crédito	1.884.101	(67.664)	1.951.194	(27.013)	--	3.740.618
Adiantamentos sobre contratos de câmbio	116.737	(38.801)	27.454	(2.290)	--	103.100
Aquisição de recebíveis	4.453	(1.286)	--	--	--	3.167
Avais e fianças honrados	978	(572)	--	--	--	406
Outros	157	(56)	--	--	--	101
Operações de arrendamento mercantil	7.763	(1.268)	297	--	--	6.792
Total dos empréstimos a clientes	50.283.919	5.846.811	12.064.346	(4.528.099)	--	63.666.977



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

Estágio 3

	31/12/2022	Contratação/ (liquidação)/ variação	Transferência do/(para) estágio 1	Transferência do/(para) estágio 2	Baixas	31/12/2023
Operações de crédito	54.370.170	16.349.186	11.039.321	5.712.836	(26.712.696)	60.758.817
Empréstimos e direitos creditórios descontados	36.872.536	13.930.048	8.055.262	4.349.163	(22.832.339)	40.374.670
Financiamentos	4.238.313	547.808	600.442	148.937	(904.342)	4.631.158
Financiamentos rurais e agroindustriais	8.154.978	1.333.797	2.261.334	1.123.817	(2.389.250)	10.484.676
Financiamentos imobiliários	5.102.038	538.095	122.532	90.919	(586.765)	5.266.819
Operações de crédito vinculadas a cessão	2.305	(562)	(249)	--	--	1.494
Outros créditos com características de concessão de crédito	1.738.039	(275.304)	269.328	22.036	(164.941)	1.589.158
Operações com cartão de crédito	720.530	(541.526)	162.485	23.065	(5.708)	358.846
Adiantamentos sobre contratos de câmbio	682.864	124.311	104.963	(1.029)	(144.467)	766.642
Aquisição de recebíveis	304.580	70.798	1.000	--	(10)	376.368
Avais e fianças honrados	30.013	71.025	880	--	(14.616)	87.302
Outros	52	88	--	--	(140)	--
Operações de arrendamento mercantil	320	187	4.235	96	(507)	4.331
Total dos empréstimos a clientes	56.108.529	16.074.069	11.312.884	5.734.968	(26.878.144)	62.352.306

	31/12/2021	Contratação/ (liquidação)/ variação	Transferência do/(para) estágio 1	Transferência do/(para) estágio 2	Baixas	31/12/2022
Operações de crédito	42.843.525	15.293.808	9.114.259	4.498.796	(17.380.218)	54.370.170
Empréstimos e direitos creditórios descontados	25.561.823	14.427.336	7.832.298	3.066.372	(14.015.293)	36.872.536
Financiamentos	4.196.021	119.573	316.808	110.950	(505.039)	4.238.313
Financiamentos rurais e agroindustriais	8.385.945	68.599	827.175	1.004.438	(2.131.179)	8.154.978
Financiamentos imobiliários	4.697.004	678.719	137.986	317.036	(728.707)	5.102.038
Operações de crédito vinculadas a cessão	2.732	(419)	(8)	--	--	2.305
Outros créditos com características de concessão de crédito	869.374	487.329	449.037	29.303	(97.004)	1.738.039
Operações com cartão de crédito	343.254	(22.546)	381.694	27.013	(8.885)	720.530
Adiantamentos sobre contratos de câmbio	442.515	170.716	67.343	2.290	--	682.864
Aquisição de recebíveis	--	304.580	--	--	--	304.580
Avais e fianças honrados	83.536	34.031	--	--	(87.554)	30.013
Outros	69	548	--	--	(565)	52
Operações de arrendamento mercantil	520	(49)	320	--	(471)	320
Total dos empréstimos a clientes	43.713.419	15.781.088	9.563.616	4.528.099	(17.477.693)	56.108.529



g) Créditos renegociados

	Exercício/2023	Exercício/2022
Créditos renegociados no período	106.309.436	83.302.618
Renegociados por atraso ¹	23.189.395	14.650.551
- Pessoas jurídicas	10.680.027	6.376.525
- Pessoas físicas	12.509.368	8.274.026
Renovados ²	83.120.041	68.652.067
- Pessoas jurídicas	20.003.510	14.626.677
- Pessoas físicas	63.116.531	54.025.390
Movimentação dos créditos renegociados por atraso		
Saldo inicial	32.689.826	28.512.842
Contratações ¹	23.189.395	14.650.551
Recebimento e apropriação de juros ³	(12.737.477)	(7.149.259)
Baixas para prejuízo	(4.816.423)	(3.324.308)
Saldo final ⁴	38.325.321	32.689.826
Inadimplência 90 dias da carteira renegociada por atraso	5.649.902	3.459.127
(%) Inadimplência sobre a carteira renegociada por atraso	14,7%	10,6%

1 - Créditos renegociados no período para composição de dívidas em virtude de atraso no pagamento pelos clientes.

2 - Créditos renegociados de operações não vencidas para prorrogação, novação, concessão de nova operação para liquidação parcial ou integral de operação anterior ou qualquer outro tipo de acordo que implique alteração nos prazos de vencimento ou nas condições de pagamento originalmente pactuadas.

3 - Inclui o valor de R\$ 393 mil (R\$ 1.958 mil em 31/12/2022) referente a créditos rurais renegociados. Não está incluído o valor de R\$ 21.211.031 mil (R\$13.604.589 mil em 31/12/2022) dos créditos prorrogados da carteira rural com amparo em legislação específica.



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

h) Exposição máxima dos ativos financeiros segregados por tipo de carteiras e pela classificação de risco de crédito

As tabelas a seguir representam a exposição máxima dos ativos financeiros segregados por tipo de carteiras e pela classificação de risco de crédito.

	31/12/2023															
	Estágio 1				Estágio 2				Estágio 3				Total			
	Operações de crédito	Compromissos a liberar	Garantias financeiras prestadas	Total	Operações de crédito	Compromissos a liberar	Garantias financeiras prestadas	Total	Operações de crédito	Compromissos a liberar	Garantias financeiras prestadas	Total	Operações de crédito	Compromissos a liberar	Garantias financeiras prestadas	Total
Pessoas físicas	530.583.982	108.377.118	709.717	639.670.817	50.515.118	2.168.180	1.076	52.684.374	34.195.869	113.838	--	34.309.707	615.294.969	110.659.136	710.793	726.664.898
Varejo PF	235.888.705	98.180.297	691.506	334.760.508	37.260.186	2.048.933	1.076	39.310.195	24.647.269	96.796	--	24.744.065	297.796.160	100.326.026	692.582	398.814.768
Produtor rural	294.695.277	10.196.821	18.211	304.910.309	13.254.932	119.247	--	13.374.179	9.548.600	17.042	--	9.565.642	317.498.809	10.333.110	18.211	327.850.130
Pessoas jurídicas	302.335.365	81.225.148	9.200.806	392.761.319	18.256.444	1.275.290	70.455	19.602.189	28.156.437	3.154.100	1.480.508	32.791.045	348.748.246	85.654.538	10.751.769	445.154.553
Atacado	232.690.371	61.390.300	9.031.522	303.112.193	7.379.222	333.725	67.592	7.780.539	18.469.111	2.341.845	1.087.447	21.898.403	258.538.704	64.065.870	10.186.561	332.791.135
Varejo MPE	69.634.712	19.834.271	169.284	89.638.267	10.876.350	941.565	2.863	11.820.778	9.685.538	812.182	393.061	10.890.781	90.196.600	21.588.018	565.208	112.349.826
Produtor rural	10.282	577	--	10.859	872	--	--	872	1.788	73	--	1.861	12.942	650	--	13.592
Total	832.919.347	189.602.266	9.910.523	1.032.432.136	68.771.562	3.443.470	71.531	72.286.563	62.352.306	3.267.938	1.480.508	67.100.752	964.043.215	196.313.674	11.462.562	1.171.819.451
%	80,68%	18,36%	0,96%	100,00%	95,14%	4,76%	0,10%	100,00%	92,92%	4,87%	2,21%	100,00%	82,27%	16,75%	0,98%	100,00%

	31/12/2022															
	Estágio 1				Estágio 2				Estágio 3				Total			
	Operações de crédito	Compromissos a liberar	Garantias financeiras prestadas	Total	Operações de crédito	Compromissos a liberar	Garantias financeiras prestadas	Total	Operações de crédito	Compromissos a liberar	Garantias financeiras prestadas	Total	Operações de crédito	Compromissos a liberar	Garantias financeiras prestadas	Total
Pessoas físicas	481.271.236	101.487.603	819.914	583.578.753	47.359.614	8.575.693	2.246	55.937.553	31.634.811	221.103	1.002	31.856.916	560.265.661	110.284.399	823.162	671.373.222
Varejo PF	219.523.182	90.830.732	799.206	311.153.120	37.306.991	8.445.372	2.246	45.754.609	25.869.240	196.775	897	26.066.912	282.699.413	99.472.879	802.349	382.974.641
Produtor rural	261.748.054	10.656.871	20.708	272.425.633	10.052.623	130.321	--	10.182.944	5.765.571	24.328	105	5.790.004	277.566.248	10.811.520	20.813	288.398.581
Pessoas jurídicas	282.079.564	73.447.487	9.660.519	365.187.570	16.307.363	1.434.478	363.617	18.105.458	24.473.718	3.323.143	928.606	28.725.467	322.860.645	78.205.108	10.952.742	412.018.495
Atacado	220.185.077	52.530.154	9.582.243	282.297.474	9.044.568	441.194	360.771	9.846.533	17.564.671	2.611.301	504.999	20.680.971	246.794.316	55.582.649	10.448.013	312.824.978
Varejo MPE	61.884.789	20.916.614	78.276	82.879.679	7.259.207	993.186	2.846	8.255.239	6.901.837	711.769	423.607	8.037.213	76.045.833	22.621.569	504.729	99.172.131
Produtor rural	9.698	719	--	10.417	3.588	98	--	3.686	7.210	73	--	7.283	20.496	890	--	21.386
Total	763.350.800	174.935.090	10.480.433	948.766.323	63.666.977	10.010.171	365.863	74.043.011	56.108.529	3.544.246	929.608	60.582.383	883.126.306	188.489.507	11.775.904	1.083.391.717
%	80,46%	18,44%	1,10%	100,00%	85,99%	13,52%	0,49%	100,00%	92,62%	5,85%	1,53%	100,00%	81,51%	17,40%	1,09%	100,00%



20– Perdas esperadas com empréstimos a clientes

a) Perdas líquidas esperadas com empréstimos a clientes

	Exercício/2023	Exercício/2022
Constituição	(29.660.622)	(24.667.985)
Recuperação ¹	6.489.051	6.829.021
Perdas líquidas esperadas com empréstimos a clientes	(23.171.571)	(17.838.964)

1 - Refere-se apenas à recuperação de principal.

b) Movimentação

	Exercício/2023				
	Saldo inicial	Constituição/ (reversão) de perdas	Baixas	Varição cambial	Saldo final
Operações de crédito	46.910.808	29.766.279	(26.712.696)	(182.552)	49.781.839
Empréstimos e direitos creditórios descontados	33.679.430	23.950.921	(22.832.339)	(178.896)	34.619.116
Financiamentos	3.609.110	1.099.933	(904.342)	(3.656)	3.801.045
Financiamentos rurais e agroindustriais	6.878.675	4.023.084	(2.389.250)	--	8.512.509
Financiamentos imobiliários	2.740.895	693.166	(586.765)	--	2.847.296
Operações de crédito vinculadas a cessão	2.698	(825)	--	--	1.873
Outros créditos com características de concessão de crédito	3.270.844	(109.491)	(164.941)	(24.913)	2.971.499
Operações com cartão de crédito	2.676.268	(531.409)	(5.708)	(24.913)	2.114.238
Adiantamentos sobre contratos de câmbio	444.017	166.684	(144.467)	--	466.234
Aquisição de recebíveis	134.288	203.626	(10)	--	337.904
Avais e fianças honrados	15.210	36.601	(14.616)	--	37.195
Outros	1.061	15.007	(140)	--	15.928
Operações de arrendamento mercantil	6.097	3.834	(507)	(745)	8.679
Total	50.187.749	29.660.622	(26.878.144)	(208.210)	52.762.017



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

	Exercício/2022				
	Saldo inicial	Constituição/ (reversão) de perdas	Baixas	Varição cambial	Saldo final
Operações de crédito	40.707.832	23.683.852	(17.380.218)	(100.658)	46.910.808
Empréstimos e direitos creditórios descontados	24.884.437	22.896.015	(14.015.293)	(85.729)	33.679.430
Financiamentos	4.867.012	(737.934)	(505.039)	(14.929)	3.609.110
Financiamentos rurais e agroindustriais	8.372.262	637.592	(2.131.179)	--	6.878.675
Financiamentos imobiliários	2.581.180	888.422	(728.707)	--	2.740.895
Operações de crédito vinculadas a cessão	2.941	(243)	--	--	2.698
Outros créditos com características de concessão de crédito	2.378.163	982.126	(97.004)	7.559	3.270.844
Operações com cartão de crédito	2.089.382	588.212	(8.885)	7.559	2.676.268
Adiantamentos sobre contratos de câmbio	254.469	189.548	--	--	444.017
Aquisição de recebíveis	9.182	125.106	--	--	134.288
Avais e fianças honrados	22.480	80.284	(87.554)	--	15.210
Outros	2.650	(1.024)	(565)	--	1.061
Operações de arrendamento mercantil	4.418	2.007	(471)	143	6.097
Total	43.090.413	24.667.985	(17.477.693)	(92.956)	50.187.749



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

c) Perdas esperadas com empréstimos a clientes classificada por modalidades e estágios

	31/12/2023							
	Estágio 1		Estágio 2		Estágio 3		Total	
	Valor do crédito	Perda esperada	Valor do crédito	Perda esperada	Valor do crédito	Perda esperada	Valor do crédito	Perda esperada
Operações de crédito	746.066.575	(7.985.657)	67.091.246	(6.882.505)	60.758.817	(34.913.677)	873.916.638	(49.781.839)
Empréstimos e direitos creditórios descontados	272.443.357	(4.700.942)	42.200.957	(5.274.642)	40.374.670	(24.643.532)	355.018.984	(34.619.116)
Financiamentos	131.693.083	(727.019)	5.137.491	(204.587)	4.631.158	(2.869.439)	141.461.732	(3.801.045)
Financiamentos rurais e agroindustriais	298.426.596	(2.140.012)	13.329.176	(990.380)	10.484.676	(5.382.117)	322.240.448	(8.512.509)
Financiamentos imobiliários	43.380.292	(416.447)	6.416.251	(412.763)	5.266.819	(2.018.086)	55.063.362	(2.847.296)
Operações de crédito vinculadas a cessão	123.247	(1.237)	7.371	(133)	1.494	(503)	132.112	(1.873)
Outros créditos com características de concessão de crédito	86.380.588	(1.815.373)	1.661.984	(171.805)	1.589.158	(984.321)	89.631.730	(2.971.499)
Operações com cartão de crédito	50.387.972	(1.706.136)	1.437.259	(147.415)	358.846	(260.687)	52.184.077	(2.114.238)
Adiantamentos sobre contratos de câmbio	23.942.006	(63.011)	216.234	(22.986)	766.642	(380.237)	24.924.882	(466.234)
Aquisição de recebíveis	8.785.068	(30.249)	4.254	(21)	376.368	(307.634)	9.165.690	(337.904)
Avais e fianças honrados	2.457	(52)	4.168	(1.380)	87.302	(35.763)	93.927	(37.195)
Outros	3.263.085	(15.925)	69	(3)	--	--	3.263.154	(15.928)
Operações de arrendamento mercantil	472.184	(5.813)	18.332	(260)	4.331	(2.606)	494.847	(8.679)
Total	832.919.347	(9.806.843)	68.771.562	(7.054.570)	62.352.306	(35.900.604)	964.043.215	(52.762.017)



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

	31/12/2022							
	Estágio 1		Estágio 2		Estágio 3		Total	
	Valor do crédito	Perda esperada	Valor do crédito	Perda esperada	Valor do crédito	Perda esperada	Valor do crédito	Perda esperada
Operações de crédito	682.143.177	(8.295.792)	59.812.793	(6.023.624)	54.370.170	(32.591.392)	796.326.140	(46.910.808)
Empréstimos e direitos creditórios descontados	258.732.796	(5.291.955)	36.675.548	(4.603.168)	36.872.536	(23.784.307)	332.280.880	(33.679.430)
Financiamentos	114.567.195	(691.585)	5.472.028	(150.273)	4.238.313	(2.767.252)	124.277.536	(3.609.110)
Financiamentos rurais e agroindustriais	268.907.304	(1.896.190)	11.292.151	(812.003)	8.154.978	(4.170.482)	288.354.433	(6.878.675)
Financiamentos imobiliários	39.789.730	(414.471)	6.359.720	(457.925)	5.102.038	(1.868.499)	51.251.488	(2.740.895)
Operações de crédito vinculadas a cessão	146.152	(1.591)	13.346	(255)	2.305	(852)	161.803	(2.698)
Outros créditos com características de concessão de crédito	80.800.009	(1.990.091)	3.847.392	(288.874)	1.738.039	(991.879)	86.385.440	(3.270.844)
Operações com cartão de crédito	45.041.235	(1.907.780)	3.740.618	(286.530)	720.530	(481.958)	49.502.383	(2.676.268)
Adiantamentos sobre contratos de câmbio	23.124.774	(75.135)	103.100	(2.042)	682.864	(366.840)	23.910.738	(444.017)
Aquisição de recebíveis	9.852.394	(6.144)	3.167	(77)	304.580	(128.067)	10.160.141	(134.288)
Avais e fianças honrados	604	(7)	406	(224)	30.013	(14.979)	31.023	(15.210)
Outros	2.781.002	(1.025)	101	(1)	52	(35)	2.781.155	(1.061)
Operações de arrendamento mercantil	407.614	(5.716)	6.792	(181)	320	(200)	414.726	(6.097)
Total	763.350.800	(10.291.599)	63.666.977	(6.312.679)	56.108.529	(33.583.471)	883.126.306	(50.187.749)



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

d) Perdas esperadas com empréstimos a clientes classificada por modalidades e tipo de pessoa

	31/12/2023	31/12/2022
Operações de crédito	49.781.839	46.910.808
Empréstimos e direitos creditórios descontados	34.619.116	33.679.430
- Pessoas jurídicas	16.983.722	16.055.354
- Pessoas físicas	17.635.394	17.624.076
Financiamentos	3.801.045	3.609.110
- Pessoas jurídicas	3.407.681	3.319.953
- Pessoas físicas	393.364	289.157
Financiamentos rurais e agroindustriais	8.512.509	6.878.675
- Pessoas jurídicas	59.606	221.505
- Pessoas físicas	8.452.903	6.657.170
Financiamentos imobiliários	2.847.296	2.740.895
- Pessoas jurídicas	79.063	14.406
- Pessoas físicas	2.768.233	2.726.489
Operações de crédito vinculadas a cessão	1.873	2.698
- Pessoas físicas	1.873	2.698
Outros créditos com características de concessão de crédito	2.971.499	3.270.844
Operações com cartão de crédito	2.114.238	2.676.268
- Pessoas jurídicas	189.888	174.138
- Pessoas físicas	1.924.350	2.502.130
Adiantamentos sobre contratos de câmbio	466.234	444.017
- Pessoas jurídicas	465.230	443.757
- Pessoas físicas	1.004	260
Aquisição de recebíveis	337.904	134.288
- Pessoas jurídicas	337.904	134.288
Avais e fianças honrados	37.195	15.210
- Pessoas jurídicas	35.374	14.024
- Pessoas físicas	1.821	1.186
Outros	15.928	1.061
- Pessoas jurídicas	15.928	1.060
- Pessoas físicas	--	1
Operações de arrendamento mercantil	8.679	6.097
- Pessoas jurídicas	8.608	5.938
- Pessoas físicas	71	159
Total	52.762.017	50.187.749



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

e) Movimentação entre os estágios das perdas esperadas com empréstimos a clientes por modalidades

Estágio 1

	31/12/2022	Constituição/ (reversão)	Transferência do/(para) estágio 2	Transferência do/(para) estágio 3	Baixas	Varição cambial	31/12/2023
Operações de crédito	8.295.792	7.850.106	(1.171.259)	(6.963.992)	--	(24.990)	7.985.657
Empréstimos e direitos creditórios descontados	5.291.955	5.413.664	(713.830)	(5.266.555)	--	(24.292)	4.700.942
Financiamentos	691.585	416.614	(75.218)	(305.264)	--	(698)	727.019
Financiamentos rurais e agroindustriais	1.896.190	1.816.525	(265.510)	(1.307.193)	--	--	2.140.012
Financiamentos imobiliários	414.471	203.670	(116.712)	(84.982)	--	--	416.447
Operações de crédito vinculadas a cessão	1.591	(367)	11	2	--	--	1.237
Outros créditos com características de concessão de crédito	1.990.091	65.913	(8.973)	(211.554)	--	(20.104)	1.815.373
Operações com cartão de crédito	1.907.780	(23.531)	(5.624)	(152.385)	--	(20.104)	1.706.136
Adiantamentos sobre contratos de câmbio	75.135	49.473	(3.349)	(58.248)	--	--	63.011
Aquisição de recebíveis	6.144	24.421	--	(316)	--	--	30.249
Avais e fianças honrados	7	650	--	(605)	--	--	52
Outros	1.025	14.900	--	--	--	--	15.925
Operações de arrendamento mercantil	5.716	3.130	(1)	(2.533)	--	(499)	5.813
Total	10.291.599	7.919.149	(1.180.233)	(7.178.079)	--	(45.593)	9.806.843

	31/12/2021	Constituição/ (reversão)	Transferência do/(para) estágio 2	Transferência do/(para) estágio 3	Baixas	Varição cambial	31/12/2022
Operações de crédito	9.127.242	6.231.447	(1.231.885)	(5.814.681)	--	(16.331)	8.295.792
Empréstimos e direitos creditórios descontados	4.947.870	6.051.284	(824.857)	(4.868.872)	--	(13.470)	5.291.955
Financiamentos	752.625	172.810	(48.832)	(182.157)	--	(2.861)	691.585
Financiamentos rurais e agroindustriais	3.048.028	(334.174)	(179.747)	(637.917)	--	--	1.896.190
Financiamentos imobiliários	377.033	341.522	(178.349)	(125.735)	--	--	414.471
Operações de crédito vinculadas a cessão	1.686	5	(100)	--	--	--	1.591
Outros créditos com características de concessão de crédito	1.759.776	717.550	(150.204)	(342.418)	--	5.387	1.990.091
Operações com cartão de crédito	1.638.497	704.897	(150.082)	(290.919)	--	5.387	1.907.780
Adiantamentos sobre contratos de câmbio	109.411	17.345	(122)	(51.499)	--	--	75.135
Aquisição de recebíveis	9.108	(2.964)	--	--	--	--	6.144
Avais e fianças honrados	164	(157)	--	--	--	--	7
Outros	2.596	(1.571)	--	--	--	--	1.025
Operações de arrendamento mercantil	3.773	2.015	(6)	(201)	--	135	5.716
Total	10.890.791	6.951.012	(1.382.095)	(6.157.300)	--	(10.809)	10.291.599



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

Estágio 2

	31/12/2022	Constituição/ (reversão)	Transferência do/(para) estágio 1	Transferência do/(para) estágio 3	Baixas	Varição cambial	31/12/2023
Operações de crédito	6.023.624	3.578.171	1.171.259	(3.863.095)	--	(27.454)	6.882.505
Empréstimos e direitos creditórios descontados	4.603.168	2.867.597	713.830	(2.882.696)	--	(27.257)	5.274.642
Financiamentos	150.273	97.151	75.218	(117.858)	--	(197)	204.587
Financiamentos rurais e agroindustriais	812.003	573.233	265.510	(660.366)	--	--	990.380
Financiamentos imobiliários	457.925	40.301	116.712	(202.175)	--	--	412.763
Operações de crédito vinculadas a cessão	255	(111)	(11)	--	--	--	133
Outros créditos com características de concessão de crédito	288.874	(103.240)	8.973	(21.065)	--	(1.737)	171.805
Operações com cartão de crédito	286.530	(121.937)	5.624	(21.065)	--	(1.737)	147.415
Adiantamentos sobre contratos de câmbio	2.042	17.595	3.349	--	--	--	22.986
Aquisição de recebíveis	77	(56)	--	--	--	--	21
Avais e fianças honrados	224	1.156	--	--	--	--	1.380
Outros	1	2	--	--	--	--	3
Operações de arrendamento mercantil	181	173	1	(73)	--	(22)	260
Total	6.312.679	3.475.104	1.180.233	(3.884.233)	--	(29.213)	7.054.570

	31/12/2021	Constituição/ (reversão)	Transferência do/(para) estágio 1	Transferência do/(para) estágio 3	Baixas	Varição cambial	31/12/2022
Operações de crédito	5.194.107	2.542.132	1.231.885	(2.932.161)	--	(12.339)	6.023.624
Empréstimos e direitos creditórios descontados	2.847.064	2.916.604	824.857	(1.973.640)	--	(11.717)	4.603.168
Financiamentos	1.058.158	(892.461)	48.832	(63.634)	--	(622)	150.273
Financiamentos rurais e agroindustriais	910.454	379.257	179.747	(657.455)	--	--	812.003
Financiamentos imobiliários	378.246	138.762	178.349	(237.432)	--	--	457.925
Operações de crédito vinculadas a cessão	185	(30)	100	--	--	--	255
Outros créditos com características de concessão de crédito	224.008	(62.556)	150.204	(23.591)	--	809	288.874
Operações com cartão de crédito	222.177	(64.786)	150.082	(21.752)	--	809	286.530
Adiantamentos sobre contratos de câmbio	1.468	2.291	122	(1.839)	--	--	2.042
Aquisição de recebíveis	74	3	--	--	--	--	77
Avais e fianças honrados	288	(64)	--	--	--	--	224
Outros	1	--	--	--	--	--	1
Operações de arrendamento mercantil	332	(160)	6	--	--	3	181
Total	5.418.447	2.479.416	1.382.095	(2.955.752)	--	(11.527)	6.312.679



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

Estágio 3

	31/12/2022	Constituição/ (reversão)	Transferência do/(para) estágio 1	Transferência do/(para) estágio 2	Baixas	Varição cambial	31/12/2023
Operações de crédito	32.591.392	18.338.002	6.963.992	3.863.095	(26.712.696)	(130.108)	34.913.677
Empréstimos e direitos creditórios descontados	23.784.307	15.669.660	5.266.555	2.882.696	(22.832.339)	(127.347)	24.643.532
Financiamentos	2.767.252	586.168	305.264	117.858	(904.342)	(2.761)	2.869.439
Financiamentos rurais e agroindustriais	4.170.482	1.633.326	1.307.193	660.366	(2.389.250)	--	5.382.117
Financiamentos imobiliários	1.868.499	449.195	84.982	202.175	(586.765)	--	2.018.086
Operações de crédito vinculadas a cessão	852	(347)	(2)	--	--	--	503
Outros créditos com características de concessão de crédito	991.879	(72.164)	211.554	21.065	(164.941)	(3.072)	984.321
Operações com cartão de crédito	481.958	(385.941)	152.385	21.065	(5.708)	(3.072)	260.687
Adiantamentos sobre contratos de câmbio	366.840	99.616	58.248	--	(144.467)	--	380.237
Aquisição de recebíveis	128.067	179.261	316	--	(10)	--	307.634
Avais e fianças honrados	14.979	34.795	605	--	(14.616)	--	35.763
Outros	35	105	--	--	(140)	--	--
Operações de arrendamento mercantil	200	531	2.533	73	(507)	(224)	2.606
Total	33.583.471	18.266.369	7.178.079	3.884.233	(26.878.144)	(133.404)	35.900.604

	31/12/2021	Constituição/ (reversão)	Transferência do/(para) estágio 1	Transferência do/(para) estágio 2	Baixas	Varição cambial	31/12/2022
Operações de crédito	26.386.483	14.910.273	5.814.681	2.932.161	(17.380.218)	(71.988)	32.591.392
Empréstimos e direitos creditórios descontados	17.089.503	13.928.127	4.868.872	1.973.640	(14.015.293)	(60.542)	23.784.307
Financiamentos	3.056.229	(18.283)	182.157	63.634	(505.039)	(11.446)	2.767.252
Financiamentos rurais e agroindustriais	4.413.780	592.509	637.917	657.455	(2.131.179)	--	4.170.482
Financiamentos imobiliários	1.825.901	408.138	125.735	237.432	(728.707)	--	1.868.499
Operações de crédito vinculadas a cessão	1.070	(218)	--	--	--	--	852
Outros créditos com características de concessão de crédito	394.379	327.132	342.418	23.591	(97.004)	1.363	991.879
Operações com cartão de crédito	228.708	(51.899)	290.919	21.752	(8.885)	1.363	481.958
Adiantamentos sobre contratos de câmbio	143.590	169.912	51.499	1.839	--	--	366.840
Aquisição de recebíveis	--	128.067	--	--	--	--	128.067
Avais e fianças honrados	22.028	80.505	--	--	(87.554)	--	14.979
Outros	53	547	--	--	(565)	--	35
Operações de arrendamento mercantil	313	152	201	--	(471)	5	200
Total	26.781.175	15.237.557	6.157.300	2.955.752	(17.477.693)	(70.620)	33.583.471



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

21- Investimentos em coligadas e joint ventures

a) Investimentos avaliados pelo método da equivalência patrimonial

Empresa	% de participação				Patrimônio líquido ajustado da investida		Valor contábil do investimento		Resultado com equivalência patrimonial		Dividendos	
	31/12/2023		31/12/2022		31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022	Exercício/2023	Exercício/2022	Exercício/2023	Exercício/2022
	Total	ON	Total	ON								
Coligadas ¹ e joint ventures ²												
Banco Votorantim S.A. ³	50,00	49,99	50,00	49,99	12.944.732	12.565.823	6.469.031	6.281.244	537.941	584.342	375.000	250.000
Brasilprev Seguros e Previdência S.A. ⁴	74,99	49,99	74,99	49,99	7.594.274	6.580.110	5.695.325	4.934.753	1.668.065	1.184.548	937.438	724.706
Cielo S.A. ⁵	28,85	28,85	28,89	28,89	12.281.359	10.950.835	3.907.689	3.527.700	601.858	407.731	220.621	195.652
Cateno Gestão de Contas de Pagamentos S.A. ⁶	30,00	22,22	30,00	22,22	9.036.680	9.553.126	2.711.004	2.865.938	381.330	303.212	420.544	301.099
BB Mapfre Participações S.A. ⁷	74,99	49,99	74,99	49,99	3.169.223	2.576.020	3.065.024	2.620.180	2.798.170	1.936.346	2.533.912	1.986.848
Elo Participações Ltda.	49,99	49,99	49,99	49,99	2.985.230	2.640.061	1.492.317	1.319.766	812.242	636.980	706.150	536.636
UBS BB Serviços de Assessoria Financeira e Participações S.A. ⁸	49,99	49,99	49,99	49,99	1.500.831	1.468.858	750.265	734.280	33.822	22.231	12.853	5.280
Brasilcap Capitalização S.A. ⁹	66,77	49,99	66,77	49,99	766.221	650.829	622.336	544.591	179.162	120.478	140.142	14.076
Outros ¹⁰							489.658	534.665	81.573	67.127	25.522	16.591
Resultado não realizado ¹¹							(2.987.602)	(3.149.056)				
Total							22.215.047	20.214.061	7.094.163	5.262.995	5.372.182	4.030.888

1 - O Banco possui influência significativa por meio da participação na gestão ou pela indicação de membros que compõe a Diretoria Executiva.

2 - O Banco possui controle compartilhado nas decisões sobre as atividades relevantes das empresas mediante acordos contratuais.

3 - Excluído resultado não realizado com a Ativos S.A. Securitizadora de Créditos Financeiros referente a cessão de direitos creditórios, no valor de R\$ 3.335 mil (R\$ 1.668 mil em 31/12/2022).

4 - Participação societária detida pela BB Seguros Participações S.A. O percentual de participação efetiva é de 49,77%.

5 - Inclui saldo de ágio incorporado ao valor contábil do investimento de R\$ 364.332 mil. O valor do investimento considerando o preço de mercado cotado é de R\$ 3.650.321 mil (R\$ 4.078.397 mil em 31/12/2022).

6 - Participação indireta do Banco na Cateno, por meio de sua subsidiária integral BB Elo Cartões Participações S.A. A participação total do Banco é de 50,20% (50,22% em 31/12/2022), em virtude de a Cielo S.A. deter 70% de participação direta na Cateno.

7 - Participação societária detida pela BB Seguros Participações S.A. O percentual de participação efetiva é de 49,77%. Inclui saldo de ágio incorporado ao valor contábil do investimento de R\$ 688.423 mil.

8 - Companhia oriunda da parceria estratégica entre o BB-Banco de Investimentos S.A. e o UBS A.G. para atuação em atividades de banco de investimentos e de corretora de valores mobiliários.

9 - Participação societária detida pela BB Seguros Participações S.A. O percentual de participação efetiva é de 44,31%. Inclui saldo de ágio incorporado ao valor contábil do investimento de R\$ 110.749 mil.

10 - Incluem as participações nas seguintes empresas: Brasil dental Operadora de Planos Odontológicos S.A., Cadam S.A., Ciclic Corretora de Seguros S.A., Gestora de Inteligência de Crédito S.A. - QUOD, Estruturadora Brasileira de Projetos - EBP, Galgo Sistemas de Informações S.A., Tecnologia Bancária S.A. - Tecban, Câmara Interbancárias de Pagamentos - CIP e Broto S.A. O valor contábil dos investimentos contempla perda por impairment acumulada no valor de R\$ 2.601 mil (R\$ 3.145 mil em 31/12/2022).

11 - Contempla o resultado não realizado proveniente da parceria estratégica entre a BB Elo Cartões Participações S.A. e a Cielo S.A., constituindo a Cateno Gestão de Contas de Pagamento S.A. e o resultado não realizado decorrente da parceria estratégica entre o BB-BI e o UBS A.G.



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

b) Informações qualitativas das coligadas e joint ventures relevantes

Empresa	Localização		Descrição	Segmento	Participação estratégica ¹
	Pais de constituição	Sede			
Banco Votorantim S.A.	Brasil	São Paulo (SP)	Desenvolve atividades bancárias em modalidades variadas, tais como crédito ao consumidor, arrendamento mercantil e administração de fundos de investimento.	Bancário	Sim
Brasilprev Seguros e Previdência S.A.	Brasil	São Paulo (SP)	Comercializa seguros de vida com cobertura de sobrevivência e planos de aposentadoria e benefícios complementares.	Seguridade	Sim
Cielo S.A.	Brasil	Barueri (SP)	Prestadora de serviços relacionados a cartões de crédito e débito e meios de pagamento.	Meios de pagamento	Sim
Cateno Gestão de Contas de Pagamentos S.A.	Brasil	Barueri (SP)	Prestadora de serviços responsável pela gestão das transações oriundas das operações de cartões de crédito e débito.	Meios de pagamento	Sim
BB Mapfre Participações S.A.	Brasil	São Paulo (SP)	Holding de outras sociedades dedicadas à comercialização de seguros de pessoas, imobiliário e agrícola.	Seguridade	Sim
Elo Participações Ltda.	Brasil	Barueri (SP)	Holding que consolida negócios conjuntos relacionados a meios eletrônicos de pagamento.	Meios de pagamento	Sim
UBS BB Serviços Assessoria Financeira e Participações S.A.	Brasil	São Paulo (SP)	Atua em atividades de banco de investimentos e de corretora de valores no segmento institucional no Brasil e em determinados países da América do Sul.	Investimentos	Sim
Brasilcap Capitalização S.A.	Brasil	Rio de Janeiro (RJ)	Comercializa planos de capitalização, bem como outros produtos e serviços admitidos às sociedades de capitalização.	Seguridade	Sim

1 - Consideram-se participações estratégicas os investimentos em sociedades cujas atividades complementam ou dão suporte às atividades do Banco.



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

c) Informações financeiras resumidas das coligadas e joint ventures não ajustadas pelos percentuais de participação detidos pelo Banco

	31/12/2023							
	Banco Votorantim S.A.	Brasilprev Seguros e Previdência S.A.	Cielo S.A.	Cateno Gestão de Contas de Pagamentos S.A.	BB Mapfre Participações S.A.	Elo Participações Ltda.	UBS BB S.A.	Brasilcap S.A.
Ativos circulantes	60.929.133	378.684.860	106.017.469	1.909.830	11.864	1.023.780	333.733	9.387.969
Caixa e equivalentes de caixa	679.917	26.245	13.798.700	461.436	17	659.057	988	33
Outros ativos circulantes	60.249.216	378.658.615	92.218.769	1.448.394	11.847	364.723	332.745	9.387.936
Ativos não circulantes	79.976.217	20.233.804	9.127.234	8.317.054	3.157.529	2.627.543	1.371.220	4.108.791
Passivos circulantes	92.771.812	55.376.466	99.485.414	1.187.231	170	563.008	204.122	11.484.438
Passivos financeiros	90.696.835	1.532.949	4.732.526	22.838	--	2.612	--	--
Outros passivos circulantes	2.074.977	53.843.517	94.752.888	1.164.393	170	560.396	204.122	11.484.438
Passivos não circulantes	35.188.806	335.947.924	3.377.930	2.973	--	103.085	--	1.246.101
Passivos financeiros	33.613.349	548.822	2.998.405	--	--	253	--	10.703
Outros passivos não circulantes	1.575.457	335.399.102	379.525	2.973	--	102.832	--	1.235.398
Receitas	18.975.266	49.446.796	6.469.254	4.182.399	3.887.620	1.696.531	452.282	1.928.647
Receita de juros	18.975.266	45.665.730	88.953	111.037	1.304	82.140	--	1.188.576
Despesa de juros	(11.631.778)	(44.729.837)	(2.182.790)	(1.487)	--	(5.022)	(2.303)	(722.456)
Despesa líquida com perdas esperadas em empréstimos a clientes	(1.546.950)	--	--	--	--	--	--	--
Depreciação e amortização	(355.251)	--	(525.156)	(388.168)	--	(693)	(78.926)	(2.821)
IR e CSLL	263.640	(1.535.846)	(166.726)	(657.159)	(21)	(20.495)	6.043	(166.164)
Lucro ou (prejuízo) do período	1.075.882	2.224.235	2.086.054	1.271.100	3.731.390	1.624.810	67.658	268.337
Outros resultados abrangentes	14.592	(5.123)	1.374	--	77.184	--	(9.972)	58.000
Resultado abrangente total	1.090.474	2.219.112	2.087.428	1.271.100	3.808.574	1.624.810	57.686	326.337
Patrimônio líquido ajustado	12.944.732	7.594.274	12.281.359	9.036.680	3.169.223	2.985.230	1.500.831	766.221
% de participação	50,00%	74,99%	28,85%	30,00%	74,99%	49,99%	49,99%	66,77%
Saldo do investimento ⁽¹⁾	6.469.031	5.695.325	3.543.357	2.711.004	2.376.601	1.492.317	750.265	511.587
Ágio sobre investimentos	--	--	364.332	--	688.423	--	--	110.749
Resultado não realizado	(3.335)	--	--	(2.451.233)	--	--	(536.369)	--

1 - Não inclui os saldos de ágios incorporados aos valores contábeis dos investimentos.



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

	31/12/2022							
	Banco Votorantim S.A.	Brasilprev Seguros e Previdência S.A.	Cielo S.A.	Cateno Gestão de Contas de Pagamentos S.A.	BB Mapfre Participações S.A.	Elo Participações Ltda.	UBS BB S.A.	Brasilcap S.A.
Ativos circulantes	53.928.054	331.930.478	103.872.667	1.975.380	23.362	1.030.474	274.734	7.412.209
Caixa e equivalentes de caixa	681.091	278.271	11.015.001	660.868	--	333.466	16.882	12
Outros ativos circulantes	53.246.963	331.652.207	92.857.666	1.314.512	23.362	697.008	257.852	7.412.197
Ativos não circulantes	69.977.532	19.629.683	11.194.780	8.754.921	2.397.916	2.235.890	2.082.662	4.080.147
Passivos circulantes	73.068.490	39.623.895	98.950.349	1.164.317	175	461.727	184.127	9.698.778
Passivos financeiros	70.398.903	678.252	3.626.321	21.766	--	1.155	--	--
Outros passivos circulantes	2.669.587	38.945.643	95.327.028	1.142.551	175	460.572	184.127	9.698.778
Passivos não circulantes	38.271.273	305.795.446	5.166.263	12.858	--	164.576	704.411	1.142.749
Passivos financeiros	37.937.652	575.426	3.019.750	--	--	2.284	--	11.071
Outros passivos não circulantes	333.621	305.220.020	2.146.513	12.858	--	162.292	704.411	1.131.678
Receitas	16.392.315	2.633.112	6.227.289	3.921.585	2.602.669	1.363.373	417.938	(39.308)
Receita de juros	16.392.315	30.229.939	135.785	127.559	898	67.838	--	1.175.195
Despesa de juros	(10.095.834)	(29.900.354)	1.731.559	(10.115)	(13)	(3.708)	(2.525)	(847.180)
Despesa líquida com perdas esperadas em empréstimos a clientes	(1.817.795)	--	--	--	--	--	--	--
Depreciação e amortização	(277.527)	(40.410)	(529.606)	(388.567)	--	(984)	(74.156)	(907)
IR e CSLL	135.550	(763.227)	(25.240)	(523.569)	(32)	(12.535)	16.205	(122.157)
Lucro ou (prejuízo) do período	1.168.683	1.178.442	1.411.467	603.756	2.774.025	1.274.214	44.472	180.438
Outros resultados abrangentes	(190.564)	--	--	--	4.555	--	--	--
Resultado abrangente total	826.549	1.178.442	1.411.467	603.756	2.778.580	1.274.214	44.472	180.438
Patrimônio líquido ajustado	12.565.823	6.140.820	10.950.835	9.553.126	2.421.103	2.640.061	1.468.858	650.829
% de participação	50,00%	74,99%	28,89%	30,00%	74,99%	49,99%	49,99%	66,77%
Saldo do investimento ⁽¹⁾	6.281.244	4.605.308	3.163.368	2.865.938	1.815.585	1.319.766	734.280	433.842
Ágio sobre investimentos	--	--	364.332	--	688.423	--	--	110.749
Resultado não realizado	(1.668)	--	--	(2.567.039)	--	--	(582.017)	--

1 - Não inclui os saldos de ágios incorporados aos valores contábeis dos investimentos.



d) Movimentação

Empresa	Saldo inicial	Movimentações			Saldo final
	31/12/2022	Resultado de equivalência	Dividendos	Demais ¹	31/12/2023
Banco Votorantim S.A.	6.281.244	537.941	(375.000)	24.846	6.469.031
Brasilprev Seguros e Previdência S.A.	4.934.753	1.668.065	(937.438)	29.945	5.695.325
Cielo S.A.	3.527.700	601.858	(220.621)	(1.248)	3.907.689
Cateno Gestão de Contas de Pagamentos S.A.	2.865.938	381.330	(420.544)	(115.720)	2.711.004
BB Mapfre Participações S.A.	2.620.180	2.798.170	(2.533.912)	180.586	3.065.024
Elo Participações Ltda.	1.319.766	812.242	(706.150)	66.459	1.492.317
UBS BB Serviços de Assessoria Financeira e Participações S.A.	734.280	33.822	(12.853)	(4.984)	750.265
Brasilcap Capitalização S.A.	544.591	179.162	(140.142)	38.725	622.336
Outros	534.665	81.573	(25.522)	(101.058)	489.658
Subtotal	23.363.117	7.094.163	(5.372.182)	117.551	25.202.649
Resultado não realizado	(3.149.056)	--	--	161.454	(2.987.602)
Total	20.214.061	7.094.163	(5.372.182)	279.005	22.215.047

1 - Refere-se principalmente aos ganhos/(perdas) não realizados sobre ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, variação cambial sobre investimento no exterior e ajustes de exercícios anteriores realizados pelas investidas.

e) Outras informações

Os investimentos em coligadas e joint ventures não possuem passivos contingentes significativos aos quais o Banco esteja exposto.

Nenhum dos investimentos em coligadas e joint ventures apresentou restrições significativas para a transferência de recursos na forma de dividendos em caixa ou de restituição de empréstimos ou adiantamentos nos períodos apresentados.

Não há operações descontinuadas de investimentos em coligadas e joint ventures nas quais o Banco tenha parte.

Não há nenhuma parcela de perdas relacionadas aos investimentos em coligadas e joint ventures não reconhecidas nas demonstrações contábeis do período, nem cumulativamente.

Todos os investimentos do Banco em joint ventures são estruturados por meio de veículos separados.

22- Envolvimento com entidades estruturadas

Entidades estruturadas são entidades projetadas de modo que os direitos de voto ou similares não são os fatores determinantes ao decidir quem controla a entidade. Normalmente, os direitos de voto referem-se somente a tarefas administrativas, e as atividades relevantes são dirigidas por meio de acordos contratuais.

Uma entidade estruturada frequentemente tem algumas ou todas as características abaixo:

- atividades restritas;
- objeto social restrito e bem definido;
- patrimônio insuficiente para permitir que a entidade estruturada financie suas atividades sem suporte financeiro subordinado; e



- financiamento sob a forma de múltiplos instrumentos contratualmente vinculados a investidores que criam concentrações de riscos de crédito ou outros riscos (tranches).

Entidades estruturadas usualmente não realizam atividades comerciais e, normalmente, não possuem empregados. Os principais propósitos de uma entidade estruturada são oferecer aos clientes o acesso a carteiras específicas de ativos e fornecer liquidez por meio de securitização de ativos financeiros.

As participações em entidades estruturadas referem-se a um envolvimento contratual e não contratual que expõem o Banco à variabilidade de retornos oriundos do desempenho da outra entidade. Essas participações normalmente são comprovadas pela posse de instrumentos de patrimônio ou de dívida, bem como outras formas de envolvimento, tais como, o recebimento de taxas pela gestão de ativos, o fornecimento de recursos como fonte de financiamento (funding), suporte de liquidez, melhoria de crédito e/ou garantias. A extensão da participação do Banco em entidades estruturadas irá variar dependendo da finalidade para a qual a entidade foi constituída.

Entidades estruturadas geralmente financiam a compra de ativos por meio da emissão de títulos e valores mobiliários que são garantidos e/ou indexados aos ativos detidos pelas entidades estruturadas. Os títulos de dívida e de patrimônio emitidos por entidades estruturadas podem incluir tranches com diferentes níveis de subordinação.

a) Entidades estruturadas consolidadas

Os veículos de securitização e os fundos de investimentos controlados pelo Banco, direta ou indiretamente, são classificados como entidades estruturadas consolidadas. Nestas entidades, os direitos de voto ou similares não são os fatores determinantes ao decidir quem controla a entidade.

O Banco consolida as entidades estruturadas quando tem o poder e a capacidade de dirigir as atividades relevantes, ou seja, as atividades que afetam significativamente os retornos das entidades.

Dollar Diversified Payment Rights Finance Company (EPE Dollar)

A Dollar foi constituída sob as leis das Ilhas Cayman com os seguintes propósitos:

- (i) emissão e venda de valores mobiliários no mercado internacional;
- (ii) uso dos recursos obtidos com a emissão de valores mobiliários para pagamento da compra, junto ao Banco, dos direitos sobre ordens de pagamento emitidas por banqueiros correspondentes localizados nos EUA e pela própria agência do BB Nova Iorque, em dólares norte-americanos, para qualquer agência do Banco no país ("Direitos sobre Remessa"); e
- (iii) realização de pagamentos de principal e juros dos valores mobiliários e demais pagamentos previstos nos contratos de emissão desses títulos.

As obrigações decorrentes dos valores mobiliários emitidos são pagas pela EPE com os recursos acumulados em sua conta. A EPE não possui ativo ou passivo relevantes que não os direitos e deveres provenientes dos contratos de emissão dos valores mobiliários, não possui subsidiárias e não tem empregados.

O seu capital social subscrito é de US\$ 1 mil dividido em 1.000 ações ordinárias de US\$ 1,00 cada. Todas as 1.000 ações ordinárias foram emitidas para o BNP Paribas Private Bank & Trust Cayman Limited, na qualidade de curador de uma entidade das Ilhas Cayman. Dessa forma, BNP Paribas Private Bank & Trust Cayman Limited é o único acionista da EPE. O Banco é o titular dos "Direitos sobre Remessa" e único beneficiário dos recursos captados pela EPE, além de ser o responsável por enviar recursos financeiros para pagamento periódico de principal e juros dos valores mobiliários.



Loans Finance Company Limited (EPE Loans)

A Loans foi constituída sob as leis das Ilhas Cayman, com os seguintes propósitos:

- (i) captação de recursos por meio da emissão de valores mobiliários no mercado internacional;
- (ii) contratação de operações compromissadas com o Banco, por meio da sua agência nas Ilhas Cayman, para utilização dos recursos captados; e
- (iii) contratação de proteção contra o risco de crédito do Banco, por meio de um derivativo de crédito denominado de basis swap, que é acionável somente em caso de default de alguma obrigação do Banco nas operações compromissadas.

As condições de moedas, valores, prazos, taxas e fluxos financeiros das operações compromissadas são idênticas àquelas das emissões de valores mobiliários. Portanto, todas as obrigações e despesas decorrentes dos valores mobiliários emitidos são cobertas totalmente pela EPE com os direitos e receitas provenientes das operações compromissadas, de modo que a Loans não gera resultados positivos nem negativos. A EPE não possui outros ativos e passivos que não aqueles provenientes das operações compromissadas e das emissões dos valores mobiliários.

O capital integralizado da Loans é de US\$ 250 dividido em 250 ações ordinárias de US\$ 1,00 cada. Todas as 250 ações ordinárias foram emitidas para a empresa Maples Corporate Services e, em seguida, transferidas para a MaplesFS Limited, que é uma empresa de responsabilidade limitada constituída nas Ilhas Cayman. A MaplesFS Limited é uma provedora independente de serviços fiduciários especializados e única acionista da EPE. O Banco, por meio da sua agência nas Ilhas Cayman, é a única contraparte da EPE nas operações compromissadas.

b) Entidades estruturadas não consolidadas

Fundos de investimento

O Banco administra diversos fundos de investimento, os quais são considerados como entidades estruturadas não consolidadas. O Banco mantém participações nesses fundos por meio do recebimento de taxas de administração entre outras e, em algumas situações, participação direta por meio de aquisição de cotas.

Os fundos de investimento possuem diferentes objetivos e políticas de investimento, porém todos eles aplicam o capital recebido com o objetivo de proporcionar aos investidores retornos a partir da apreciação do capital investido, rendimentos sobre os ativos ou ambos. Os fundos de investimento têm sido financiados por meio de capital fornecido pelos investidores e, em algumas circunstâncias, temporariamente pelo Banco (seed capital).

O Banco não consolida um fundo de investimento quando atua exclusivamente como um agente ou quando a outra parte investidora do fundo tem a capacidade de dirigir suas atividades relevantes.

Grupos de consórcios

O Banco organiza e administra grupos de consórcios destinados a facilitar o acesso a bens móveis duráveis, bens imóveis e serviços aos seus clientes. O Banco mantém participações nesses grupos por meio de recebimento de taxas de administração de cotas de consórcio.

Os ativos off-balance, que representam os recursos dos grupos de consórcios, referem-se principalmente a:

- (i) aplicações dos recursos disponíveis, ainda não utilizados pelos grupos, em fundos de investimento;
- (ii) direitos junto a consorciados contemplados;
- (iii) previsão mensal de recursos a receber de consorciados;



- (iv) contribuições devidas aos grupos e
- (v) bens a contemplar.

Gestão sobre os ativos detidos por entidades estruturadas

A tabela a seguir demonstra os tipos, natureza e propósitos das entidades estruturadas não consolidadas em que o Banco detenha participação, assim como o valor total de ativos mantidos pelas entidades.

Tipo	Natureza e propósito	Participações detidas	Total de ativos	
			31/12/2023	31/12/2022
Fundos de investimentos	<ul style="list-style-type: none"> • gerar taxas e comissões pela administração de ativos em nome dos investidores. • estes veículos são financiados mediante a emissão de cotas para os investidores. 	<ul style="list-style-type: none"> • investimento em cotas emitidas pelos fundos. • taxas de administração e outras. 	1.616.713.849	1.498.863.157
Grupos de consórcios	<ul style="list-style-type: none"> • administração de grupos de consórcios destinados a facilitar o acesso de bens e serviços. 	<ul style="list-style-type: none"> • taxas de administração de cotas de consórcios e outras. 	152.561.199	115.262.695
Total			1.769.275.048	1.614.125.852

Exposição máxima à perda

A tabela a seguir apresenta os valores contábeis das participações detidas pelo Banco nas entidades estruturadas não consolidadas. A exposição máxima a perdas está limitada aos valores apresentados na tabela.

	31/12/2023	31/12/2022
Fundos de investimentos	475.663	3.344.649



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

23- Imobilizado

	De uso							De direito de uso	
	Edificações	Móveis e equipamentos	Equipamentos de processamento de dados	Benfeitorias em propriedades de terceiros	Terrenos	Veículos	Outros		Total
Vida útil estimada (em anos)	10-25	10	5-10	10-25	--	10	10		
Taxa anual de depreciação	4 - 10%	10 - 20%	10%	--	--	10%	--		
Custo de aquisição									
Saldo em 31/12/2021	6.546.082	4.387.986	4.791.129	4.250.608	409.003	10.954	731.785	21.127.547	7.468.492
Aquisições	393.447	592.063	572.319	281.143	8.965	2.918	51.284	1.902.139	460.111
Baixas	(6.862)	(200.709)	(191.655)	(152.970)	(6)	(252)	(50.065)	(602.519)	(360.337)
Variação cambial	(20.086)	(41.597)	(16.410)	(15.908)	(2.369)	(1.375)	(12.489)	(110.234)	--
Outras movimentações ¹	(146.532)	457.170	(115)	82.170	(31.863)	8.298	10.372	379.500	895.658
Saldo em 31/12/2022	6.766.049	5.194.913	5.155.268	4.445.043	383.730	20.543	730.887	22.696.433	8.463.924
Aquisições	517.720	635.156	1.437.759	345.337	--	615	85.331	3.021.918	874.670
Baixas	(32.596)	(363.010)	(208.949)	(110.603)	(4)	(39)	(40.810)	(756.011)	(205.941)
Variação cambial	(12.851)	(42.021)	(15.372)	(14.530)	--	(562)	(15.830)	(101.166)	--
Outras movimentações ¹	(89.284)	(239.260)	2.279	(42.120)	(20.254)	(5.872)	(17.770)	(412.281)	310.033
Saldo em 31/12/2023	7.149.038	5.185.778	6.370.985	4.623.127	363.472	14.685	741.808	24.448.893	9.442.686
Depreciação acumulada									
Saldo em 31/12/2021	(3.416.474)	(2.348.410)	(3.094.346)	(2.787.212)	--	(8.688)	(478.485)	(12.133.615)	(3.048.987)
Despesa de depreciação	(179.107)	(353.740)	(613.273)	(272.709)	--	(1.007)	(50.947)	(1.470.783)	(1.156.876)
Baixas	3.604	169.329	188.597	116.792	--	(55)	31.126	509.393	229.756
Variação cambial	1.243	3.506	3.688	8.198	--	(63)	275	16.847	--
Outras movimentações ¹	2.166	(346.320)	13.290	(79.186)	--	(3.824)	6.778	(407.096)	(482.257)
Saldo em 31/12/2022	(3.588.568)	(2.875.635)	(3.502.044)	(3.014.117)	--	(13.637)	(491.253)	(13.485.254)	(4.458.364)
Despesa de depreciação	(189.231)	(378.052)	(739.056)	(270.984)	--	(676)	(50.359)	(1.628.358)	(1.207.790)
Baixas	7.806	326.872	203.106	74.964	--	(2)	32.556	645.302	264.070
Variação cambial	(3.265)	(21.793)	(9.657)	(13.052)	--	(169)	(7.240)	(55.176)	--
Outras movimentações ¹	36.411	223.604	35.481	89.680	--	3.810	15.735	404.721	(221.618)
Saldo em 31/12/2023	(3.736.847)	(2.725.004)	(4.012.170)	(3.133.509)	--	(10.674)	(500.561)	(14.118.765)	(5.623.702)
Perdas por redução ao valor recuperável									
Saldo em 31/12/2021	(11.709)	(67)	(6)	--	--	--	(4)	(11.786)	--
Perdas	(31)	(5.148)	--	--	--	--	--	(5.179)	--
Reversões	340	4	6	--	--	--	4	354	--
Saldo em 31/12/2022	(11.400)	(5.211)	--	--	--	--	--	(16.611)	--
Perdas	(7.730)	(7.867)	--	--	--	--	--	(15.597)	--
Reversões	1.102	--	--	--	--	--	--	1.102	--
Saldo em 31/12/2023	(18.028)	(13.078)	--	--	--	--	--	(31.106)	--
Valor contábil									
Saldo em 31/12/2022	3.166.081	2.314.067	1.653.224	1.430.926	383.730	6.906	239.634	9.194.568	4.005.560
Saldo em 31/12/2023	3.394.163	2.447.696	2.358.815	1.489.618	363.472	4.011	241.247	10.299.022	3.818.984

1 - No imobilizado de uso, inclui o ajuste de R\$ 162.419 mil nas Edificações e Benfeitorias em propriedades de terceiros, do Banco Patagonia, decorrente da hiperinflação na Argentina (R\$ 226.450 mil em 31/12/2022).



O imobilizado de uso inclui imóveis dados em garantia de penhora no valor de R\$ 317.889 mil (R\$ 191.666 mil em 31/12/2022).

Os valores das perdas e reversões de perdas por desvalorização são registrados em outras despesas na demonstração do resultado consolidado.

Imobilizado de direito de uso

Como arrendatário, o Banco possui acordos de arrendamentos operacionais que se referem essencialmente a contratos de aluguel de imóveis utilizados na prática de suas operações administrativas e bancárias. De maneira geral, esses contratos possuem opções de renovação e cláusulas de reajuste anual do preço de locação.

Análise de vencimento dos passivos de arrendamento – O quadro abaixo apresenta os fluxos de caixa contratuais não descontados dos passivos de arrendamento por prazo de vencimento:

	31/12/2023	31/12/2022
Até um ano	1.289.794	1.323.945
Entre um e cinco anos	3.250.672	3.415.098
Após cinco anos	1.050.956	1.260.236
Total ¹	5.591.422	5.999.279

1 – Valores não descontados a valor presente.



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

24- Ativos intangíveis

	Software gerado internamente	Software adquirido	Direitos por gestão de folhas de pagamento	Outros ¹	Total
Vida útil estimada	10 anos	10 anos	5 a 10 anos	2 a 10 anos	
Custo de aquisição					
Saldo em 31/12/2021	3.556.911	2.850.817	9.785.009	3.917.076	20.109.813
Gerado internamente	838.790	--	--	--	838.790
Aquisições	--	114.086	3.942.364	--	4.056.450
Baixas	(60.147)	(23.423)	(4.066.795)	--	(4.150.365)
Varição cambial	--	(32.050)	--	--	(32.050)
Outras movimentações ²	--	75.153	--	--	75.153
Saldo em 31/12/2022	4.335.554	2.984.583	9.660.578	3.917.076	20.897.791
Gerado internamente	1.077.499	--	--	--	1.077.499
Aquisições	--	450.230	779.589	--	1.229.819
Baixas	(33.109)	(10.759)	(473.392)	--	(517.260)
Varição cambial	--	(26.587)	--	--	(26.587)
Outras movimentações ²	--	(23.643)	--	--	(23.643)
Saldo em 31/12/2023	5.379.944	3.373.824	9.966.775	3.917.076	22.637.619
Amortização acumulada					
Saldo em 31/12/2021	(1.113.173)	(1.871.773)	(4.191.665)	(3.917.076)	(11.093.687)
Amortizações	(219.681)	(204.283)	(922.493)	--	(1.346.457)
Baixas	--	5.493	3.112.105	--	3.117.598
Varição cambial	--	16.789	--	--	16.789
Outras movimentações ²	--	(55.365)	--	--	(55.365)
Saldo em 31/12/2022	(1.332.854)	(2.109.139)	(2.002.053)	(3.917.076)	(9.361.122)
Amortizações	(273.673)	(218.565)	(1.863.981)	--	(2.356.219)
Baixas	--	3.344	216.218	--	219.562
Varição cambial	--	15.864	--	--	15.864
Outras movimentações ²	--	15.528	--	--	15.528
Saldo em 31/12/2023	(1.606.527)	(2.292.968)	(3.649.816)	(3.917.076)	(11.466.387)
Perdas por redução ao valor recuperável³					
Saldo em 31/12/2021	--	--	(1.980.856)	--	(1.980.856)
Perdas	--	(16.618)	--	--	(16.618)
Reversões	--	--	537.100	--	537.100
Baixas ⁴	--	--	954.690	--	954.690
Saldo em 31/12/2022	--	(16.618)	(489.066)	--	(505.684)
Perdas	--	(55.819)	--	--	(55.819)
Reversões	--	--	192.200	--	192.200
Saldo em 31/12/2023	--	(72.437)	(296.866)	--	(369.303)
Valor contábil					
Saldo em 31/12/2022	3.002.700	858.826	7.169.459	--	11.030.985
Saldo em 31/12/2023	3.773.417	1.008.419	6.020.093	--	10.801.929

1 - Inclui, principalmente, combinações de negócios relativas a marcas adquiridas, carteira de clientes e contratos.

2 - Inclui o valor referente aos ajustes de hiperinflação na Argentina.

3 - Os valores de constituição e de reversão de perdas são registrados em outras receitas/despesas operacionais (Nota 10).

4 - Baixa de provisão devido encerramento de contrato.



Despesas estimadas com amortização de ativos intangíveis para os próximos exercícios

	2024	2025	2026	2027	Após 2027	Total
Valores a amortizar	2.344.099	1.950.078	1.851.558	1.560.870	3.095.324	10.801.929

25- Outros ativos e outros passivos

a) Financeiros

Outros ativos	31/12/2023	31/12/2022
Depósitos judiciais para fins de impostos e questões trabalhistas e cíveis	36.994.652	35.626.007
Rendas a receber	6.336.188	5.062.637
Fundo de compensação de variações salariais - Incorporadas	3.381.724	3.129.805
Títulos e créditos a receber do Tesouro Nacional ¹	2.121.079	2.473.813
Negociação e intermediação de valores	1.769.495	2.368.343
Relações interfinanceiras/interdependências	23.863	64.220
Direitos por aquisição de royalties e créditos governamentais	19.684	--
Títulos e créditos a receber	17.993	16.701
Total	50.664.678	48.741.526

1 - Inclui o saldo de R\$ 934.100 mil (R\$ 1.358.911 mil em 31/12/2022) relativo à equalização de taxas – safra agrícola – Lei nº 8.427/1992.

Outros passivos	31/12/2023	31/12/2022
Obrigações por transações de pagamento	49.295.559	45.731.161
Fundos financeiros e de desenvolvimento	42.423.047	34.475.895
Adiantamentos recebidos por contrato de câmbio	30.711.791	25.857.021
Recebimentos por conta de terceiros	5.941.704	5.394.740
Passivos de arrendamento	4.120.495	4.178.283
Depósitos vinculados a garantias	3.183.293	295.316
Obrigações por negociação e intermediação de valores	1.380.637	1.252.129
Carteira de câmbio líquida	58.020	85.718
Total	137.114.546	117.270.263

b) Não financeiros

Outros ativos	31/12/2023	31/12/2022
Planos de benefícios pós-emprego (Nota 38.e)	23.851.683	28.830.246
Superávit Previ - Fundos Previdenciais (Nota 38.f)	11.608.853	11.315.371
Devedores diversos no país	4.217.062	3.774.549
Impostos pagos antecipadamente	1.747.409	1.633.680
Despesas pagas antecipadamente	624.230	633.522
Bens não de uso próprio, líquido de provisão para desvalorização	263.737	499.882
Adiantamentos a empregados	191.386	176.020
Outros	922.082	1.231.377
Total	43.426.442	48.094.647



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

Outros passivos	31/12/2023	31/12/2022
Planos de benefícios pós-emprego (Nota 38.e)	13.586.739	10.895.695
Encargos e obrigações trabalhistas	6.181.258	5.911.703
Credores diversos no país	5.938.227	5.483.052
Credores diversos no exterior	4.040.386	3.858.492
Dividendos, gratificações e bonificações a pagar	3.322.561	3.698.898
Provisão para pagamentos diversos a efetuar	2.390.027	1.966.108
Impostos	2.355.382	2.373.896
Obrigações por convênios oficiais e serviços de pagamento	1.171.937	1.273.167
Receitas antecipadas ¹	1.168.835	554.044
Outros	13.685.155	12.519.335
Total	53.840.507	48.534.390

1 - Refere-se, principalmente, a prêmios recebidos em contratos de prestação de garantia, os quais estão sendo gradualmente reconhecidos como receita.

c) Fundos financeiros e de desenvolvimento

	31/12/2023	31/12/2022
Fundo Constitucional do Centro Oeste - FCO	31.542.412	24.151.159
Marinha Mercante	5.118.286	5.895.208
Fundo de Desenvolvimento do Nordeste - FDNE	4.314.441	2.898.220
Fundo de Desenvolvimento da Amazônia - FDA	1.008.722	919.219
Pasep	76.983	191.804
Fundo de Desenvolvimento do Centro Oeste - FDCO	176.322	150.672
Fundos do Governo do Estado de São Paulo	88.307	106.752
Outros	97.574	162.861
Total	42.423.047	34.475.895

26- Recursos de clientes

	31/12/2023	31/12/2022
Brasil	769.158.224	701.588.908
Depósitos à vista	97.524.016	93.739.078
Sem remuneração	97.297.116	93.504.697
Com remuneração ¹	226.900	234.381
Depósitos de poupança	206.915.086	213.435.806
Depósitos a prazo	464.719.122	394.414.024
Exterior	42.785.579	51.674.139
Depósitos à vista - sem remuneração	11.834.219	14.537.779
Depósitos a prazo	30.951.360	37.136.360
Total	811.943.803	753.263.047

1 - Referem-se a "special accounts", cuja finalidade é registrar a movimentação de contas em moedas estrangeiras abertas no país em nome de embaixadas, legações estrangeiras, organismos internacionais, assim como entidades da administração pública beneficiárias de créditos ou mutuárias de empréstimos concedidos por organismos financeiros internacionais ou agências governamentais estrangeiras.



27– Recursos de instituições financeiras

a) Composição

	31/12/2023	31/12/2022
Obrigações por operações compromissadas (Nota 27.b)	565.293.587	564.453.599
Obrigações por empréstimos e repasses	62.038.075	64.386.265
Valores a pagar a instituições financeiras	23.859.062	24.082.857
Depósitos interfinanceiros	23.726.731	23.921.286
Carteiras de crédito cedidas com coobrigação	132.331	161.571
Total	651.190.724	652.922.721

b) Obrigações por operações compromissadas

	31/12/2023	31/12/2022
Carteira própria	267.295.119	209.729.852
Letras Financeiras do Tesouro	250.702.691	194.439.807
Notas do Tesouro Nacional	1.457.832	--
Títulos privados	7.447.800	10.524.493
Títulos no exterior	3.961.313	4.765.545
Letras do Tesouro Nacional	3.725.483	7
Carteira de terceiros	297.998.468	354.723.747
Notas do Tesouro Nacional	272.870.295	247.312.446
Letras do Tesouro Nacional	25.128.173	107.411.301
Total	565.293.587	564.453.599

c) Obrigações por empréstimos e repasses

Obrigações por empréstimos

	até 90 dias	de 91 a 360 dias	de 1 a 3 anos	de 3 a 5 anos	acima de 5 anos	31/12/2023	31/12/2022
Obrigações por empréstimos	3.449.925	10.423.270	4.845.971	1.247.257	--	19.966.423	20.009.370
Financiamentos à importação	184.004	232.653	17.227	9.871	63	443.818	382.413
Financiamentos à exportação	6.473	30.005	--	--	--	36.478	3.286
Total	3.640.402	10.685.928	4.863.198	1.257.128	63	20.446.719	20.395.069



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

Obrigações por repasses

Programas	Taxa de atualização (a.a.)	31/12/2023	31/12/2022
Tesouro Nacional - Crédito Rural		139.309	132.828
Pronaf	TMS (se disponível) ou Pré 0,50% a 8,00% (se aplicado)	7.293	6.900
Cacau	IGP-M + 8,00% ou TJLP + 0,60% ou Pré 6,35%	108.125	111.388
Recoop	Pré 5,75% a 8,25% ou IGP-DI + 1,00% ou IGP-DI + 2,00%	9.845	9.842
Outros		14.046	4.698
BNDES	Pré 0,50% a 8,12% TJLP 0,50% a 5,05% IPCA 4,20% IPCA TLP 1,99% a 3,20% IGP-M 6,00% a 6,64% Selic + 2,08% Var. Camb. 1,70% a 2,30%	11.894.921	13.318.066
Caixa Econômica Federal ¹	Pré 4,85% (média)	26.978.628	27.332.771
Finame	Pré 0,70% a 10,72% TJLP + 0,90% a 2,10% Selic + 1,15% a 2,40% TFBD + 0,95% Tesouro Nacional 8,00%	2.221.148	2.933.975
Outras Instituições Oficiais		357.350	273.557
Funcafé	TMS (se disponível) Pré 7,00% e 11,00% Funding 4,00% e 8,00%	357.324	273.530
Outros		26	27
Total		41.591.356	43.991.197

1 - Prazo médio da maturidade das operações com a Caixa Econômica Federal é de 352 meses.

28- Recursos de emissões de títulos e valores mobiliários

	31/12/2023	31/12/2022
Recursos de aceites e emissão de títulos	245.832.383	174.913.838
Dívidas subordinadas	38.323.924	54.832.126
Total	284.156.307	229.745.964



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

a) Recursos de aceites e emissão de títulos

Captações	Moeda	Valor emitido	Remuneração a.a.	Ano captação	Vencimento	31/12/2023	31/12/2022
Programa "Global medium-term notes" ¹						20.331.168	21.530.405
	USD	1.000.000	4,63%	2017	2025	4.939.435	5.318.171
	BRL	293.085	10,15%	2017	2027	307.604	279.647
	USD	750.000	4,88%	2018	2023	--	3.951.059
	COP	160.000.000	8,51%	2018	2025	199.944	160.824
	USD	740.000	4,75%	2019	2024	3.630.032	3.963.523
	BRL	398.000	9,50%	2019	2026	404.600	373.471
	MXN	1.900.000	8,50%	2019	2026	550.329	516.440
	COP	520.000.000	6,50%	2019	2027	627.883	486.600
	USD	750.000	3,25%	2021	2026	3.579.794	3.826.343
	USD	500.000	4,88%	2022	2029	2.465.089	2.654.327
	USD	750.000	6,25%	2023	2030	3.626.458	--
Certificados de depósitos ²						8.309.565	5.967.236
Curto Prazo			0,00% a 6,70%			7.239.820	5.826.764
Longo Prazo			0,00% a 6,57%		2026	1.069.745	140.472
Certificado de operações estruturadas						96.929	38.486
Curto Prazo			9,95% a 13,49% do DI			95.610	38.156
Longo Prazo			9,81% a 11,83% do DI		2025	1.319	330
Letras de crédito imobiliário						14.760.631	12.197.438
Curto Prazo			69,00 a 98,00 % do DI TR + 7,7151%			3.151.480	2.167.110
Longo Prazo					2026	11.609.151	10.030.328
Letras de crédito do agronegócio						183.753.790	122.248.775
Curto Prazo			10,28% a 102,50% do DI Pré 8,88% a 12,92%			83.106.694	55.703.522
Longo Prazo					2026	100.647.096	66.545.253
Letras financeiras						9.611.304	4.486.508
Curto Prazo			98,25% do DI 100,00 do DI + 85,00%			5.104.859	--
Longo Prazo					2026	4.506.445	4.486.508
Banco Patagonia						--	31.910
Curto Prazo	ARS		Badlar			--	31.910
Entidade de propósitos específicos - EPE no exterior						9.009.049	8.434.779
Securitização do fluxo futuro de ordens de pagamento do exterior ³							
	USD	200.000	Sofr 3m + 1,46%	2019	2024	165.292	520.283
	USD	200.000	3,70%	2019	2026	480.527	727.813
	USD	750.000	Sofr 3m + 2,75%	2022	2029	3.628.138	2.084.623
	USD	150.000	6,65%	2022	2032	725.317	784.998
Notas estruturadas ⁽³⁾							
	USD	500.000	Sofr 6m + 2,93%	2014/2015	2034	2.454.389	2.641.160
	USD	320.000	Sofr 6m + 3,63%	2015	2030	1.555.386	1.675.902
Obrigações por emissão de títulos e valores mobiliários, em poder de controlada no						(40.053)	(21.699)
Total						245.832.383	174.913.838

1 - Em setembro de 2021, foi realizada troca de papéis envolvendo a recompra de "Senior Notes" e nova emissão compreendida no Programa "Global Medium - Term Notes". As emissões estão apresentadas por seu valor *outstanding*, considerando as ocorrências de recompras parciais.

2 - Títulos no exterior em USD.

3 - Informações relativas às EPEs podem ser encontradas na Nota 2.



b) Dívidas subordinadas

Captações	Moeda	Valor emitido	Remuneração a.a.	Data captação	Vencimento	31/12/2023	31/12/2022
Recursos FCO - Fundo Constitucional do Centro-Oeste						17.602.139	20.535.828
Dívidas subordinadas no exterior						--	3.968.953
	USD mil	741.115	5,88%	2012	2023	--	3.968.953
Letras financeiras subordinadas						5.399.804	2.453.282
		20.000	100% do CDI + 2,75	2021	Perpétuo	21.148	21.250
		2.328.600	100% do CDI + 2,60	2022	Perpétuo	2.421.774	2.432.032
		199.800	100% do CDI + 2,50	2023	Perpétuo	214.855	--
		1.983.200	100% do CDI + 2,25	2023	Perpétuo	2.742.027	--
Bônus Perpétuos						15.113.602	27.652.628
	USD	1.285.950	9,25%	2012	Perpétuo	--	6.853.656
	USD	1.723.600	6,25%	2013	Perpétuo	8.453.290	9.709.989
	USD	1.371.338	9,00%	2014	Perpétuo	6.660.312	11.088.983
Dívidas emitidas pelo Banco, em poder de controlada no exterior						--	(30.545)
Total ¹						38.115.545	54.580.146

1 - O montante R\$ 17.602.139 mil (R\$ 20.535.828 mil, em 31/12/2022) compõe o nível II do Patrimônio de Referência (PR), de acordo com as regras aplicadas às instituições financeiras no Brasil. Não inclui os juros sobre instrumento elegível a capital principal no valor de R\$ 208.380 mil.

Esta seção pode ser lida em conjunto com a Nota 34 – Capital regulatório e limite de imobilização.

Do total dos bônus perpétuos e letras financeiras subordinadas perpétuas, o montante de R\$ 20.074.697 mil compõe o Patrimônio de Referência – PR (R\$ 29.350.198 mil em 31/12/2022).

Os bônus emitidos em janeiro de 2013, no valor de USD 2.000.000 mil (outstanding value USD 1.723.6000 mil), tiveram, em 27.09.2013 seus termos e condições alterados com a finalidade de ajustá-los às regras da Resolução CMN n.º 4.192/2013 do Bacen, que regulamenta a implementação de Basileia III no Brasil. As alterações entraram em vigor em 01.10.2013, quando os instrumentos foram submetidos ao Bacen para a obtenção de autorização para integrarem o Capital Complementar (Nível I) do Banco. A autorização foi concedida em 30.10.2013.

Os bônus emitidos em junho de 2014, no valor de USD 2.500.000 mil (outstanding value USD 1.371.338 mil), tem opção de resgate por iniciativa do Banco a partir de 18 de junho de 2024 ou em cada pagamento semestral de juros subsequente, desde que autorizado previamente pelo Bacen. Caso o Banco não exerça a opção de resgate em junho de 2024, os juros incidentes sobre os títulos serão corrigidos nessa data para 6,362% mais o preço de negociação dos Títulos do Tesouro Norte-Americano de dez anos.

Em abril de 2023, o Banco exerceu a opção de resgate para os bônus emitidos em 2012. Caso o Banco não exerça a opção de resgate em abril de 2024 para os bônus emitidos em 2013, e em junho de 2024 para os bônus emitidos em 2014, a taxa de juros dos títulos será redefinida naquela data e a cada dez anos de acordo com os Títulos do Tesouro Norte-Americano de dez anos vigente na época mais o *spread* inicial de crédito. Os títulos apresentam as seguintes opções de resgate, sujeitas a autorização prévia do Bacen:

- (i) o Banco poderá, a seu critério, resgatar os títulos no todo, mas não em parte, em abril de 2023 para os bônus emitidos em 2012, em abril de 2024 para os bônus emitidos em 2013 e em junho de 2024



- para os bônus emitidos em 2014 ou em cada pagamento semestral de juros subsequente, pelo preço base de resgate;
- (ii) o Banco poderá, a seu critério, resgatar os títulos no todo, mas não em parte, após cinco anos da data de emissão desde que anterior a abril de 2023 para os bônus emitidos em 2012, a abril de 2024 para os bônus emitidos em 2013 e a junho de 2024 para os bônus emitidos em 2014, em função de evento tributário, pelo preço base de resgate;
 - (iii) o Banco poderá, a seu critério, resgatar os títulos no todo, mas não em parte, após cinco anos da data de emissão e desde que anterior a abril de 2023 para os bônus emitidos em 2012 e a abril de 2024 para o bônus emitido em 2013, em função de evento regulatório, pelo maior valor entre o preço base de resgate e o *Make-whole amount*;
 - (iv) o Banco poderá, a seu critério, resgatar os títulos no todo, mas não em parte, após cinco anos da data de emissão desde que anterior a junho de 2024 para os bônus emitidos em 2014, em função de evento regulatório, pelo preço base de resgate.

Os bônus emitidos em janeiro e março de 2012, em janeiro de 2013 e em junho de 2014 determinam que o Banco suspenda os pagamentos semestrais de juros e/ou acessórios sobre os referidos títulos emitidos (que não serão devidos, nem acumulados) caso:

- (i) os lucros distribuíveis no período não sejam suficientes para a realização do referido pagamento (condição discricionária para o Banco);
- (ii) o Banco não esteja enquadrado ou o pagamento desses encargos não permita que esteja em conformidade com os níveis de adequação de capital, limites operacionais ou seus indicadores financeiros estejam abaixo do nível mínimo exigido pela regulamentação aplicável a bancos brasileiros;
- (iii) o Bacen ou as autoridades regulatórias determinem a suspensão dos pagamentos dos referidos encargos;
- (iv) algum evento de insolvência ou falência ocorra;
- (v) alguma inadimplência ocorra.

De acordo com as regras de Basileia III, os bônus emitidos em janeiro e março de 2012, em janeiro de 2013 e em junho de 2014 contam com mecanismos de "absorção de perdas" (*loss absorption*). Além disso, caso o item (i) ocorra, o pagamento de dividendos pelo Banco aos seus acionistas ficará limitado ao mínimo obrigatório determinado pela legislação aplicável até que os pagamentos semestrais de juros e/ou acessórios sobre os referidos títulos tenham sido retomados integralmente. Por fim, estes bônus serão extintos de forma permanente e em valor mínimo correspondente ao saldo computado no capital de Nível I do Banco caso:

- (i) o capital principal do Banco for inferior a 5,125% do montante dos ativos ponderados pelo risco (RWA);
- (ii) seja tomada a decisão de fazer uma injeção de capital do setor público ou suporte equivalente ao Banco, a fim de manter o Banco em situação de viabilidade;
- (iii) o Bacen, em avaliação discricionária regulamentada pelo CMN, estabelecer por escrito a extinção dos títulos para viabilizar a continuidade do Banco.



c) Conciliação dos passivos decorrentes de atividades de financiamento

	31/12/2022	Movimentações caixa		Movimentações não caixa		31/12/2023
		Captações	Liquidação / Pagamento	Alterações nas taxas de câmbio	Outros	
Instrumentos de dívida	59.010.409	2.183.000	(19.908.430)	(1.527.250)	2.686.688	42.444.417
Dívidas subordinadas	54.832.126	2.183.000	(18.868.534)	(1.527.250)	1.704.582	38.323.924
Passivo de arrendamento	4.178.283	--	(1.039.896)	--	982.106	4.120.493
Instrumentos de patrimônio	3.965.536	--	(15.616.520)	(951.944)	14.115.575	1.512.647
Ações em tesouraria / reserva de capital	6.358.139	--	--	--	7.964	6.366.103
Resultados acumulados não apropriados	(6.253.161)	--	(13.214.720)	--	10.279.378	(9.188.503)
Participação de acionistas não controladores	3.860.558	--	(2.401.800)	(951.944)	3.828.233	4.335.047
Total - movimentação		2.183.000	(35.524.950)	(2.479.194)	16.802.263	
Movimentação líquida			(33.341.950)		14.323.069	

29- Provisões, ativos e passivos contingentes

Ações de natureza cível

Os processos judiciais de natureza cível consistem, principalmente, em ações de clientes e usuários pleiteando indenização por danos materiais e morais relativos a produtos e serviços bancários, expurgos inflacionários decorrentes de Planos Econômicos sobre aplicações financeiras, depósitos judiciais e crédito rural, devolução de valores pagos em razão de revisão de cláusulas contratuais de encargos financeiros e ações de exigir contas propostas por clientes para esclarecer lançamentos havidos em conta corrente.

As indenizações por danos materiais e morais, geralmente, têm como fundamento a legislação de defesa do consumidor, na maioria das vezes processadas e julgadas nos Juizados Especiais Cíveis, cujo valor está limitado a quarenta salários mínimos. Em 31/12/2023, o salário mínimo era R\$ 1.320,00.

Entre as ações judiciais de natureza cível, destacam-se aquelas que envolvem cobrança de diferença de correção monetária de cadernetas de poupança e depósitos judiciais relativos ao período dos Planos Econômicos (Plano Bresser, Plano Verão e Planos Collor I e II), bem como a repetição de indébito correspondente ao índice de correção monetária cobrado em operações rurais em março de 1990 (Plano Collor I).

Embora o Banco do Brasil tenha cumprido a legislação e regulamentação vigentes à época, os referidos processos vêm sendo provisionados, considerando as ações em que o Banco é citado e as correspondentes perspectivas de perdas, avaliadas depois de analisada cada demanda, tendo em vista a jurisprudência atual do Superior Tribunal de Justiça (STJ) e do Supremo Tribunal Federal (STF).

Em relação aos litígios que versam sobre os expurgos inflacionários em cadernetas de poupança, o STF suspendeu o andamento dos processos que estavam na fase de conhecimento, até que haja pronunciamento definitivo daquela Corte quanto ao direito discutido. Cumpre ressaltar que, no final de 2017, a Febraban e as entidades representativas dos poupadores firmaram acordo referente às demandas envolvendo os planos econômicos em cadernetas de poupança, que já foi objeto de homologação pelo STF. A partir de maio de 2018, os poupadores puderam aderir ao acordo, por meio de ferramenta disponibilizada pela Febraban. Em 12/03/2020, o acordo foi prorrogado por mais 30 meses, conforme Aditivo firmado pelas entidades representativas das instituições financeiras e dos consumidores, sendo homologado pelo Plenário do STF, nos autos da ADPF 165, conforme acórdão publicado em



18/06/2020, e prorrogado por mais 30 meses, em votação no Plenário Virtual do STF, finalizada no dia 16/12/2022, cujo acórdão foi publicado em 09/01/2023.

No que se refere às demandas que versam sobre expurgos inflacionários em depósitos judiciais, o Ministro Edson Fachin, do STF, após o reconhecimento da repercussão geral da matéria constitucional versada nos Recursos Extraordinários interpostos pelo Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal, União e Febraban (RE n.º 1.141.156/RJ), determinou a suspensão dos processos que tratem da matéria e que tramitam no território nacional, o que restou confirmado pelo Plenário do STF em 19/12/2019.

Quanto ao Plano Collor I incidente sobre o crédito rural, o Banco é parte passiva em ações nas quais os mutuários cobram a diferença entre o índice de correção monetária utilizado pelo Banco para atualizar os empréstimos e o que eles consideram correto. Sobre esse tema, em 04/12/2014, o STF julgou o Recurso Especial (RESP) n.º 1.319.232-DF, nos autos da Ação Civil Pública (ACP) n.º 94.008514-1, onde foi imposta condenação solidária da União, do Banco Central do Brasil e do Banco do Brasil ao pagamento das diferenças apuradas entre o IPC de março de 1990 (84,32% ou o índice ponderado de 74,60% previsto no art. 6.º da Lei n.º 8.088/90), e o BTN fixado em idêntico período (41,28%), corrigindo monetariamente os valores a contar do pagamento a maior, pelos índices aplicáveis aos débitos judiciais, acrescidos de juros de mora. A ação ainda não transitou em julgado, em razão da interposição de recursos extraordinários pelo Banco Central do Brasil, pela União e pelo Banco do Brasil. Foi atribuído efeito suspensivo ao Recurso Extraordinário interposto pelo Banco do Brasil até o julgamento, pelo STF, do Recurso Extraordinário n.º 1.101.937/SP, que versava sobre a extensão territorial da sentença coletiva. Em 24/03/2021, considerando a conclusão do julgamento do RE 1.101.937/SP e a consequente possibilidade de abrangência nacional da sentença coletiva, a Vice-Presidência do STJ revogou o efeito suspensivo anteriormente atribuído ao Recurso Extraordinário do Banco do Brasil. Em 22/06/2021, o mesmo recurso foi inadmitido, sendo interposto novo recurso pelo Banco direcionado à Corte Especial do STJ. Em 01/02/2023, a Corte Especial do STJ admitiu o recurso do Banco e determinou o processamento e a remessa do Recurso Extraordinário ao STF. Em 23/06/2023, o recurso extraordinário foi autuado sob o n.º 1.445.162, encontrando-se pendente de julgamento.

Ações trabalhistas

O Banco é parte passiva (réu) em processos judiciais trabalhistas movidos, na grande maioria, por ex-empregados, sindicatos da categoria ou ex-empregados de empresas prestadoras de serviços (terceirizados). Esses processos contêm vários pedidos reclamados, como: indenizações, horas extras, descaracterização de jornada de trabalho, adicional de gratificação de função, responsabilidade subsidiária e outros.

Ações fiscais

O Banco está sujeito a questionamentos sobre tributos e condutas fiscais relacionados a sua posição de contribuinte ou de responsável tributário, em procedimentos de fiscalização, que podem ensejar autuações. A maioria das autuações versa sobre a apuração de tributos devidos, como: ISSQN, IRPJ, CSLL, PIS/Cofins, IOF e Contribuições à Seguridade Social. Para garantia do crédito fiscal em litígio, quando necessário, são realizados depósitos judiciais ou penhoras em dinheiro, títulos públicos ou imóveis.

a) Provisões

Em conformidade com a IAS 37, o Banco constitui provisão para demandas cíveis, trabalhistas e fiscais com risco de perda "provável", quantificada utilizando metodologia individualizada ou massificada, de acordo com a natureza e/ou valor do processo.

As estimativas do desfecho e do efeito financeiro são determinadas pela natureza das ações, pelo julgamento da administração da entidade, por meio da opinião dos assessores jurídicos com base nos elementos do processo, complementadas pela complexidade e pela experiência de demandas semelhantes.



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

A Administração do Banco considera suficientes as provisões constituídas para atendimento às perdas decorrentes de demandas cíveis, trabalhistas e fiscais.

Movimentações nas provisões para demandas cíveis, trabalhistas e fiscais, classificadas como prováveis

	Exercício/2023	Exercício/2022
Demandas cíveis		
Saldo inicial	12.015.464	11.409.264
Constituição	6.033.531	4.208.206
Reversão da provisão	(1.795.377)	(401.229)
Baixa por pagamento	(5.807.113)	(3.706.444)
Atualização monetária e variação cambial	479.044	505.667
Saldo final	10.925.549	12.015.464
Demandas trabalhistas		
Saldo inicial	5.431.614	4.746.919
Constituição	4.006.478	2.396.072
Reversão da provisão	(1.161.392)	(379.921)
Baixa por pagamento	(2.097.612)	(1.768.070)
Atualização monetária e variação cambial	531.344	436.614
Saldo final	6.710.432	5.431.614
Demandas fiscais		
Saldo inicial	925.627	570.356
Constituição	311.273	695.482
Reversão da provisão	(179.264)	(272.787)
Baixa por pagamento	(83.087)	(131.544)
Atualização monetária e variação cambial	115.147	64.120
Saldo final	1.089.696	925.627
Total das demandas cíveis, trabalhistas e fiscais	18.725.677	18.372.705

Despesas com demandas cíveis, trabalhistas e fiscais

	Exercício/2023	Exercício/2022
Demandas cíveis	(4.753.155)	(4.312.644)
Demandas trabalhistas	(3.376.430)	(2.452.765)
Demandas fiscais	(247.156)	(486.815)
Total	(8.376.741)	(7.252.224)

Cronograma esperado de desembolsos

	Cíveis	Trabalhistas	Fiscais
Até 5 anos	10.600.393	6.154.042	398.869
Acima de 5 anos	325.156	556.390	690.827
Total	10.925.549	6.710.432	1.089.696



O cenário de imprevisibilidade do tempo de duração dos processos, bem como a possibilidade de alterações na jurisprudência dos tribunais tornam incertos o cronograma esperado de desembolsos.

b) Passivos contingentes

As demandas cíveis, trabalhistas e fiscais são classificadas como passivos contingentes possíveis, quando não há elementos seguros que permitam concluir o resultado final do processo e quando a probabilidade de perda é inferior à provável e superior à remota, ficando dispensadas de constituição de provisão, com base na IAS 37.

Saldos dos passivos contingentes classificados como possíveis

	31/12/2023	31/12/2022
Demandas fiscais ¹	16.413.903	16.441.899
Demandas cíveis	3.465.133	2.359.110
Demandas trabalhistas	93.262	124.079
Total	19.972.298	18.925.088

1 - As principais contingências têm origem em (i) autos de infração lavrados pelo INSS ou pela Receita Federal do Brasil, visando ao recolhimento de contribuições previdenciárias sobre participação em lucros e resultados, no valor de R\$ 2.405.809 mil; e de auxílio-alimentação, no valor de R\$ 2.990.002 mil; e (ii) autos de infração lavrados pelas Fazendas Públicas dos Municípios visando à cobrança de ISSQN, no montante de R\$ 2.315.834 mil.

c) Ativos contingentes

Em conformidade com a IAS 37, não são reconhecidos ativos contingentes nas demonstrações contábeis.

d) Depósitos em garantia de recursos

Os depósitos em garantia são depósitos de quantias em dinheiro efetuados no Banco ou em outra instituição financeira oficial, como meio de pagamento ou como meio de garantir o pagamento de condenações, indenizações, acordos e demais despesas decorrentes de processos judiciais. Os valores estão apresentados no balanço patrimonial em "Outros ativos financeiros".

Saldos dos depósitos em garantia constituídos para as contingências

	31/12/2023	31/12/2022
Demandas cíveis	19.354.704	19.399.827
Demandas fiscais	9.660.392	8.804.854
Demandas trabalhistas	7.979.556	7.421.326
Total	36.994.652	35.626.007



30- Impostos

a) Imposto de Renda (IR) e Contribuição Social sobre Lucro Líquido (CSLL) apresentados na demonstração do resultado consolidado

	Exercício/2023	Exercício/2022
Impostos correntes		
Do exercício	(7.141.250)	(6.773.108)
Ajustes de exercícios anteriores	(69.323)	(14.931)
Total	(7.210.573)	(6.788.039)
Impostos diferidos		
Ajustes patrimoniais positivos de planos de benefícios	(1.521.698)	(1.518.131)
Ajustes decorrentes de perda esperada em empréstimos a clientes	(1.191.603)	573.900
Prejuízos fiscais de IR/bases negativas de CSLL	(946.245)	(646.790)
Atualização de depósitos judiciais fiscais	--	(373.223)
Ajustes decorrentes de perda esperada para demais ativos financeiros	(10.541)	39.708
Ajustes de marcação a mercado de ativos financeiros	(20.379)	377.439
Outras diferenças temporárias/encargos diferidos	2.919.439	(117.246)
Total	(771.027)	(1.664.343)
Total do Imposto de Renda e da Contribuição Social sobre o lucro líquido	(7.981.600)	(8.452.382)

b) Conciliação dos encargos de IR e CSLL

	Exercício/2023	Exercício/2022
Lucro antes dos impostos	41.147.191	38.453.561
Despesa de IR (25%) e de CSLL (20%)	(18.516.236)	(17.304.102)
Juros sobre o capital próprio	5.106.081	4.335.904
Receitas do Fundo Constitucional do Centro-Oeste – FCO	2.516.305	2.248.410
Resultado de participação em coligadas e joint ventures	3.192.373	2.368.347
Resultado de empresas consolidadas com alíquota diferenciada	836.979	833.140
Receitas não tributáveis/despesas não dedutíveis	(1.117.102)	(934.081)
Imposto de Renda e Contribuição Social	(7.981.600)	(8.452.382)
Alíquota efetiva	19,40%	21,98%



c) IR e CSLL diferidos apresentados no balanço patrimonial consolidado

Ativos

	31/12/2022	Constituição	Baixa	31/12/2023
Ativos fiscais diferidos				
Perda esperada em empréstimos a clientes	30.610.125	15.103.039	(13.185.805)	32.527.359
Provisões passivas - outras	14.764.413	5.817.541	(5.521.124)	15.060.830
Prejuízos fiscais de IR/bases negativas de CSLL	2.991.198	1.429.876	(2.376.806)	2.044.268
Combinação de negócios	2.380.424	--	(2.189)	2.378.235
Marcação a mercado negativa de ativos financeiros	1.789.570	594.686	(971.051)	1.413.205
Perda esperada com garantias prestadas e compromissos por empréstimos	1.423.294	--	(262.826)	1.160.468
Ajustes patrimoniais negativos de planos de benefícios	959.100	1.191.606	--	2.150.706
Contribuição social a compensar	636.538	--	--	636.538
Provisões passivas - fiscais e previdenciárias	611.107	107.804	(23.251)	695.660
Diferimento de tarifas e comissões para ajuste ao método da taxa efetiva de juros	330.745	12.108	--	342.853
Outras diferenças temporárias	831.436	2.953.122	(1.103.133)	2.681.425
Total	57.327.950	27.209.782	(23.446.185)	61.091.547

Passivos

	31/12/2023	31/12/2022
Passivos fiscais diferidos		
Decorrentes de ganhos atuariais	7.583.004	9.438.940
Créditos recuperados a prazo	2.133.166	1.592.516
Marcação a mercado positiva de ativos financeiros	688.850	1.459.045
Ganhos por compras vantajosas	337.712	337.712
Atualização de depósitos judiciais	134.144	134.144
Ajuste da carteira de leasing	63.160	36.487
Outras diferenças temporárias	1.936.392	567.774
Total	12.876.428	13.566.618

d) Ativos fiscais diferidos (créditos tributários - não ativados)

	31/12/2023	31/12/2022
Créditos tributários no exterior	951.407	1.165.599
Prejuízo fiscal/Base negativa	23.441	22.744
Diferenças temporárias	4.578	3.864
Total dos Créditos Tributários	979.426	1.192.207



e) Expectativa de realização dos ativos fiscais diferidos (créditos tributários)

	Ativos fiscais diferidos
Em 2024	19.939.741
Em 2025	20.397.304
Em 2026	8.667.685
Em 2027	8.300.424
Em 2028	2.895.753
Em 2029	437.832
Em 2030	70.418
Em 2031	21.273
Em 2032	13.536
Em 2033	347.581
Total	61.091.547

A expectativa de realização dos ativos fiscais diferidos (créditos tributários) respalda-se em estudo técnico elaborado em 31/12/2023.

No Exercício/2023, observou-se a realização de créditos tributários no montante de R\$ 23.446.185 mil, correspondentes a 148,25% da respectiva projeção de utilização para o período de 2023, que constava no estudo técnico elaborado em 31/12/2022.

31- Patrimônio líquido

a) Valor patrimonial e valor de mercado por ação ordinária

	31/12/2023	31/12/2022
Patrimônio líquido atribuível aos acionistas controladores	169.235.279	159.657.194
Valor patrimonial por ação (R\$) ¹	59,30	55,95
Valor de mercado por ação ordinária (R\$)	55,39	34,73

1 - O valor patrimonial por ação é calculado pela divisão do patrimônio líquido atribuível aos acionistas controladores pelo número total de ações ordinárias, excluindo as ações em tesouraria.

b) Capital social

O capital social, totalmente subscrito e integralizado, de R\$ 120.000.000 mil (R\$ 90.000.023 mil em 31/12/2022), está dividido em 2.865.417.020 ações ordinárias representadas na forma escritural e sem valor nominal. A União Federal é a maior acionista, detendo o controle.

O aumento de Capital Social no exercício/2023, no valor de R\$ 29.999.977 mil, decorreu da utilização da Reserva Estatutária para Margem Operacional, aprovado em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 27/04/2023 e autorizado pelo Banco Central do Brasil em 19/06/2023.

c) Instrumento elegível ao capital principal

Em 26/09/2012, o Banco do Brasil firmou Contrato de Mútuo com a União, na qualidade de instrumento híbrido de capital e dívida, no valor de até R\$ 8.100.000 mil, cujos recursos foram destinados ao financiamento agropecuário.



Desde a assinatura do termo aditivo, em 28/08/2014, a remuneração do referido instrumento é integralmente variável e os juros são devidos por períodos coincidentes com o exercício social do Banco, iniciando-se sua contagem em 1º de janeiro e encerrando-se em 31 de dezembro de cada ano. Os juros relativos a cada exercício social são pagos em parcela única anual, atualizada pela Selic até a data de seu efetivo pagamento, em até 30 dias corridos, contados após a realização do pagamento de dividendos relativos ao resultado apurado no balanço de encerramento do exercício social.

O pagamento da remuneração é realizado apenas com recursos provenientes de lucros e reservas de lucros passíveis de distribuição no último período de apuração, sujeito à discricionariedade da Administração em realizá-lo. Não haverá cumulatividade dos encargos não pagos. Caso não seja realizado pagamento ou crédito de dividendos (inclusive sob a forma de juros sobre capital próprio) até 31 de dezembro do exercício social seguinte, os encargos financeiros que não houverem sido pagos deixarão de ser exigíveis definitivamente.

Caso o saldo dos lucros acumulados, das reservas de lucros, inclusive a reserva legal, e das reservas de capital do Banco não sejam suficientes para a absorção de seus eventuais prejuízos apurados quando do fechamento do balanço do exercício social, o Banco do Brasil estará desobrigado da remuneração e utilizará os valores devidos a título de juros vencidos e o saldo de principal, nesta ordem, até o montante necessário para a compensação dos prejuízos, sendo considerada, para todos os fins, devidamente quitada a dívida a que se refere o contrato até o valor compensado.

O instrumento não possui data de vencimento e poderá ser liquidado apenas em situações de dissolução da instituição emissora ou de recompras autorizadas pelo Banco Central do Brasil. No caso de dissolução do Banco, o pagamento do principal e encargos da dívida ficará subordinado ao pagamento dos demais passivos. Em nenhuma hipótese haverá remuneração preferencial do instrumento, inclusive em relação a outros elementos patrimoniais classificados no Patrimônio de Referência.

Conforme Comunicado ao Mercado, de 08 de abril de 2021, o Banco apresentou proposta de devolução do referido instrumento em sete parcelas anuais de R\$ 1 bilhão e uma parcela final de R\$ 1,1 bilhão, com base em cronograma compreendido entre julho/2022 e julho/2029. Em 27/07/2023, o Banco devolveu ao Tesouro Nacional o valor de R\$ 1 bilhão referente à segunda parcela, cuja liquidação antecipada foi autorizada pelo Bacen em 29/06/2023.

d) Reservas de capital

A reserva de capital destina-se, dentre outros, ao registro dos valores relativos a transações com pagamento baseado em ações ou outros instrumentos de capital a serem liquidados com a entrega de instrumentos patrimoniais, bem como do lucro apurado na alienação de ações em tesouraria.

O saldo da conta reservas de capital de R\$ 6.634.358 mil (R\$ 6.630.709 mil em 31/12/2022) refere-se principalmente à alteração de participação societária na BB Seguridade decorrente de oferta pública de ações, ao aumento na participação societária no Banco Patagonia decorrente do exercício de opção de venda, por acionistas minoritários, conforme previsto no Acordo de Acionistas celebrado em 12/04/2011, entre o Banco e os minoritários, bem como à alienação de ações em tesouraria, ocorrido em 23/10/2019.



e) Reservas de lucros

	31/12/2023	31/12/2022
Reservas de lucros	61.154.159	70.142.173
Reserva legal	13.458.379	11.777.636
Reservas estatutárias	47.695.780	58.364.537
Margem operacional	41.708.123	51.047.561
Equalização de remuneração do capital	5.987.657	7.316.976

A reserva legal tem por finalidade assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízos ou aumentar o capital social. Do lucro líquido apurado no período, segundo as práticas contábeis aplicáveis às instituições financeiras no Brasil, 5% são aplicados, antes de qualquer outra destinação, na constituição da reserva legal, a qual não excederá 20% do capital social.

A reserva estatutária para margem operacional tem por finalidade garantir margem operacional compatível com o desenvolvimento das operações do Banco e é constituída em até 100% do lucro líquido, apurado segundo as práticas contábeis aplicáveis às instituições financeiras no Brasil, após as destinações legais, inclusive dividendos, limitada a 80% do capital social.

A reserva estatutária para equalização de remuneração do capital assegura recursos para o pagamento de remuneração de capital, sendo constituída pela parcela de até 50% do lucro líquido, apurado segundo as práticas contábeis aplicáveis às instituições financeiras no Brasil, após as destinações legais, inclusive dividendos, até o limite de 20% do capital social.

f) Outros resultados abrangentes acumulados

O saldo da conta outros resultados abrangentes acumulados refere-se ao efeito da marcação a mercado dos ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, aos ajustes de conversão em investimentos no exterior, ao efeito líquido de operações de *hedge* e ao efeito das remensurações relacionadas a planos de benefícios definidos. O Banco reconheceu em outros resultados abrangentes todas as diferenças de câmbio resultantes da conversão dos resultados de entidades cuja moeda funcional é diferente da moeda de apresentação do Banco.

	31/12/2023	31/12/2022
Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes	(1.726.992)	(2.632.077)
Hedge de investimento líquido em operação no exterior	44.415	9.323
Conversão de investimentos no exterior	(5.292.551)	(3.193.840)
Ganhos/(perdas) atuariais - planos de benefícios	(7.793.139)	(1.845.703)
Hedge de fluxo de caixa	(11.812)	43.654
Outros	(416.401)	(71.337)
Total	(15.196.480)	(7.689.980)

g) Resultados acumulados não apropriados

O saldo apresentado nesta conta contempla, além do resultado do período ainda não destinado, o efeito das diferenças entre as práticas contábeis aplicáveis às instituições financeiras no Brasil e as Normas Internacionais de Contabilidade. O lucro líquido apurado segundo as práticas contábeis aplicáveis às instituições financeiras no Brasil é totalmente destinado, semestralmente, na forma de dividendos, juros sobre capital próprio e de constituição de reservas de lucros.



h) Juros sobre o capital próprio/dividendos

Em conformidade com as Leis nº 9.249/1995, nº 9.430/1996 e com o Estatuto do Banco, a Administração decidiu pelo pagamento aos seus acionistas de juros sobre o capital próprio, imputados ao valor dos dividendos.

Para atendimento da legislação de imposto de renda, bem como da contribuição social, os juros sobre o capital próprio são calculados sobre as contas do patrimônio líquido ajustado e limitados à variação, pro rata die, da Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP), condicionados à existência de lucros computados antes de sua dedução ou de lucros acumulados e reservas de lucros, em montante igual ou superior a duas vezes o seu valor, sendo dedutíveis na apuração do lucro real.

Apresentamos os valores e o cronograma de pagamento dos juros sobre o capital próprio e dos dividendos:

2023	Valor	Valor por ação (R\$)	Data base da posição acionária	Data de pagamento
1º Trimestre				
Dividendos	351.037	0,123	01/06/2023	12/06/2023
Juros sobre o capital próprio ¹	1.004.568	0,352	13/03/2023	31/03/2023
Juros sobre o capital próprio complementares ¹	1.867.568	0,654	01/06/2023	12/06/2023
2º Trimestre				
Dividendos	410.149	0,144	21/08/2023	30/08/2023
Juros sobre o capital próprio ¹	966.378	0,339	12/06/2023	30/06/2023
Juros sobre o capital próprio complementares ¹	1.868.239	0,655	21/08/2023	30/08/2023
3º Trimestre				
Dividendos	291.053	0,102	21/11/2023	30/11/2023
Juros sobre o capital próprio ¹	953.724	0,334	11/09/2023	29/09/2023
Juros sobre o capital próprio complementares ¹	1.958.324	0,686	21/11/2023	30/11/2023
4º Trimestre				
Dividendos	630.167	0,221	21/02/2024	29/02/2024
Juros sobre o capital próprio ⁽¹⁾	976.866	0,342	11/12/2023	28/12/2023
Juros sobre o capital próprio complementares ⁽¹⁾	1.751.180	0,614	21/02/2024	29/02/2024
Total destinado aos acionistas	13.029.253	4,566		
Dividendos	1.682.406	0,590		
Juros sobre o capital próprio ¹	11.346.847	3,976		

1 - Valores sujeitos à retenção de imposto de renda retido na fonte, com exceção de acionistas comprovadamente isentos ou imunes.



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

2022	Valor	Valor por ação (R\$)	Data base da posição acionária	Data de pagamento
1º Trimestre				
Dividendos	443.296	0,155	23/05/2022	31/05/2022
Juros sobre o capital próprio ¹	601.008	0,211	14/03/2022	31/03/2022
Juros sobre o capital próprio complementares ¹	1.477.370	0,518	23/05/2022	31/05/2022
2º Trimestre				
Dividendos	571.257	0,200	22/08/2022	31/08/2022
Juros sobre o capital próprio ¹	714.210	0,250	13/06/2022	30/06/2022
Juros sobre o capital próprio complementares ¹	1.628.481	0,571	22/08/2022	31/08/2022
3º Trimestre				
Dividendos	485.698	0,170	21/11/2022	30/11/2022
Juros sobre o capital próprio ¹	781.128	0,274	12/09/2022	30/09/2022
Juros sobre o capital próprio complementares ¹	1.810.537	0,634	21/11/2022	30/11/2022
4º Trimestre				
Dividendos	671.995	0,235	23/02/2023	03/03/2023
Juros sobre o capital próprio ⁽¹⁾	985.986	0,346	12/12/2022	29/12/2022
Juros sobre o capital próprio complementares ⁽¹⁾	1.636.622	0,574	23/02/2023	03/03/2023
Total destinado aos acionistas	11.807.588	4,138		
Dividendos	2.172.246	0,760		
Juros sobre o capital próprio ¹	9.635.342	3,378		

1 - Valores sujeitos à retenção de imposto de renda retido na fonte, com exceção de acionistas comprovadamente isentos ou imunes.

i) Participações acionárias (quantidade de ações)

Quantidade de ações de emissão do Banco do Brasil em que os acionistas sejam titulares, direta ou indiretamente, de mais de 5% das ações, bem como do Conselho de Administração, da Diretoria Executiva, do Conselho Fiscal e do Comitê de Auditoria.

Acionistas	31/12/2023		31/12/2022	
	Ações	% Total	Ações	% Total
União Federal - Tesouro Nacional	1.432.708.542	50,0	1.432.708.542	50,0
Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil - Previ	102.208.674	3,6	131.948.214	4,6
Ações em tesouraria ¹	11.640.980	0,4	11.830.375	0,4
Outros acionistas	1.318.858.824	46,0	1.288.929.889	45,0
Total	2.865.417.020	100,0	2.865.417.020	100,0

1 - Inclui, em 31/12/2023, 50.250 ações do Banco do Brasil mantidas na BB Asset (49.614 em 31/12/2022).

	Ações ON ¹	
	31/12/2023	31/12/2022
Conselho de Administração (exceto o Presidente do Banco)	1.000	3.988
Diretoria Executiva (inclui o Presidente do Banco)	93.425	128.355
Conselho Fiscal	10.839	1.000
Comitê de Auditoria	2.404	2.012

1 - A participação acionária do Conselho de Administração, Diretoria Executiva, Conselho Fiscal e Comitê de Auditoria representa aproximadamente 0,004% do capital do Banco.



j) Quantidade de ações emitidas e quantidade de ações em circulação (free float)

	Quantidade de ações	
	Ações Ordinárias	Ações em Tesouraria
Saldos em 31/12/2022	2.865.417.020	11.830.375
Movimentação	--	(189.395)
Saldos em 31/12/2023	2.865.417.020	11.640.980

	31/12/2023		31/12/2022	
	Quantidade	%	Quantidade	%
Ações em circulação (free float) no início do período	1.420.745.751	49,6	1.420.591.910	49,6
Outras movimentações ¹	227.313		153.841	
Ações em circulação (free float) no fim do período ²	1.420.973.064	49,6	1.420.745.751	49,6

1 - Inclui as movimentações oriundas de Órgãos Técnicos e Consultivos.

2 - Não considera as ações em poder do Conselho de Administração e Diretoria Executiva. As ações detidas pela Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil – Previ integram o montante de ações em circulação.

k) Ações em tesouraria

Demonstramos a seguir a composição das ações em tesouraria:

	31/12/2023		31/12/2022	
	Ações	% Total	Ações	% Total
Ações em tesouraria	11.640.980	100,0	11.830.375	100,0
Recebidas em dação de pagamento (Fundo de Garantia para a Construção Naval – FGCN)	8.075.350	69,4	8.075.350	68,3
Programas de recompra (ocorridos entre 2012 e 2015)	3.145.476	27,0	3.348.867	28,3
Programa de remuneração variável	420.091	3,6	406.095	3,4
Incorporações	63	--	63	--
Valor contábil	(268.255)		(272.570)	

l) Pagamento baseado em ações

Programa de remuneração variável

O programa de remuneração variável do Banco do Brasil foi elaborado sob vigência da Resolução CMN nº 3.921, de 25/11/2010, que dispõe sobre a política de remuneração de administradores das instituições financeiras.

O programa tem periodicidade anual, sendo estabelecido em função dos riscos e da atividade dos administradores e tem como pré-requisitos: a ativação do programa de participação nos lucros e resultados e o atingimento de lucro contábil pelo Banco do Brasil.

A apuração da remuneração variável tem como base indicadores que mensuram o atingimento das metas corporativas, da unidade e individuais, baseadas na Estratégia Corporativa do Banco do Brasil – ECBB para o período. O programa ainda determina que 50% da remuneração seja paga em espécie e que os demais 50% sejam pagos em ações.



A quantidade de ações do Banco do Brasil a ser destinada a cada participante é apurada mediante a divisão do valor líquido equivalente a 50% dos honorários a que fizer jus, a título de remuneração variável, pelo preço médio da ação na semana anterior à do pagamento. O preço médio é a média aritmética simples dos preços médios diários da semana anterior à do pagamento.

A distribuição da remuneração em ações ocorre de forma que 20% é imediatamente transferido para a titularidade do beneficiário e 80% é diferido.

Os efeitos no resultado do Programa de Remuneração Variável do Banco do Brasil foram de R\$ 23.844 mil no exercício/2023 (R\$ 21.875 mil no exercício/2022).

A BB Asset, em decorrência dessa resolução, também aprovou política de remuneração variável para sua diretoria, adquirindo diretamente ações em tesouraria do Banco. Todas as ações adquiridas são BBAS3 e seu valor justo é o preço de mercado cotado na data de sua outorga.



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

Apresentamos o demonstrativo das ações adquiridas, sua distribuição e o respectivo cronograma de transferências:

	Total de ações do programa	Custo médio	Ações distribuídas	Ações a distribuir ¹	Cronograma estimado de transferências
Programa 2019					
Banco do Brasil	162.641	46,05	122.752	32.509	03/2024
Total de ações a distribuir				32.509	
Programa 2020					
BB Asset	15.998	46,07	12.801	3.197	03/2024
Total de ações a distribuir				3.197	
Programa 2021					
Banco do Brasil	164.146	29,65	96.381	32.809	03/2024
				32.809	03/2025
Total de ações a distribuir				65.618	
BB Asset	29.585	29,65	17.757	5.914	03/2024
				5.914	03/2025
Total de ações a distribuir				11.828	
Programa 2022					
Banco do Brasil	193.027	33,52	77.272	38.585	03/2024
				38.585	03/2025
				38.585	03/2026
Total de ações a distribuir				115.755	
BB Asset	28.302	33,52	11.325	5.659	03/2024
				5.659	03/2025
				5.659	03/2026
Total de ações a distribuir				16.977	
Programa 2023					
Banco do Brasil	176.642	39,16	35.398	35.311	03/2024
				35.311	03/2025
				35.311	03/2026
				35.311	03/2027
Total de ações a distribuir				141.244	
BB Asset	22.824	39,16	4.576	4.562	03/2024
				4.562	03/2025
				4.562	03/2026
				4.562	03/2027
Total de ações a distribuir				18.248	

1 - Eventual diferença entre o total de ações a distribuir e o cronograma de transferências decorre de casos pontuais de ações pendentes de transferência/reversão.



32- Valor justo dos instrumentos financeiros

	31/12/2023		31/12/2022	
	Valor Contábil	Valor Justo	Valor Contábil	Valor Justo
Ativo				
Caixa e depósitos bancários	17.327.745	17.327.745	18.310.546	18.310.546
Depósitos compulsórios no Banco Central do Brasil	101.805.900	101.805.900	95.119.085	95.119.085
Ativos financeiros ao custo amortizado líquidos	1.457.710.873	1.450.504.113	1.352.904.935	1.327.888.759
Empréstimos a instituições financeiras	442.666.500	441.783.640	423.228.428	423.624.839
Empréstimos a clientes	911.281.198	905.123.523	832.938.557	808.100.015
Títulos e valores mobiliários	53.098.497	52.932.272	47.996.424	47.422.379
Outros ativos financeiros	50.664.678	50.664.678	48.741.526	48.741.526
Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado	14.173.304	14.173.304	12.078.012	12.078.012
Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes	401.442.335	401.442.335	369.770.754	369.770.754
Passivo				
Passivos financeiros ao custo amortizado	1.884.405.380	1.884.635.174	1.753.201.995	1.755.011.768
Recursos de clientes	811.943.803	811.903.547	753.263.047	753.309.420
Recursos de instituições financeiras	651.190.724	651.460.774	652.922.721	654.686.121
Recursos de emissões de títulos e valores mobiliários	284.156.307	284.156.307	229.745.964	229.745.964
Outros passivos financeiros	137.114.546	137.114.546	117.270.263	117.270.263
Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado	2.509.742	2.509.742	2.764.797	2.764.797

Metodologias de mensuração utilizadas para estimar o valor justo dos diferentes tipos de instrumentos financeiros:

a) Caixa e depósitos bancários

Os valores contábeis apresentados no balanço patrimonial consolidado na rubrica caixa e depósitos bancários equivalem a ativos de alta liquidez. Dessa forma, o valor contábil representa substancialmente o valor justo.

b) Depósitos compulsórios no Banco Central do Brasil

Os valores contábeis apresentados no balanço patrimonial consolidado no grupamento depósitos compulsórios no Banco Central do Brasil equivalem aproximadamente a seus valores justos.

c) Empréstimos a instituições financeiras e aplicações em operações compromissadas

O valor justo dos empréstimos a instituições financeiras e das aplicações em operações compromissadas com taxas pré-fixadas foi determinado mediante o desconto dos fluxos de caixa estimados adotando taxas de juros equivalentes às taxas atuais de contratação para operações similares. Esses ativos têm similares no mercado e as informações utilizadas para apuração do seu valor justo (taxas de juros de captação) podem ser comparadas às taxas praticadas por outras instituições do mercado financeiro. Para as operações pós-fixadas, os valores contábeis foram considerados aproximadamente equivalentes ao valor justo.

Por serem operações lastreadas por títulos, o apreamento das operações compromissadas não considera no seu valor justo quaisquer mensurações de risco de crédito.



d) Ativos e passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado, ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes e demais ativos financeiros ao custo amortizado

Essas contas são constituídas basicamente por instrumentos de dívida e patrimônio e derivativos. Considerando o conceito de valor justo, caso não exista preço cotado em um mercado ativo disponível para um instrumento financeiro e também não seja possível identificar operações recentes com instrumento financeiro similar, o Banco define o valor justo de instrumentos financeiros com base em metodologias de avaliação normalmente utilizadas pelo mercado, como o método do valor presente obtido pelo fluxo de caixa descontado (para swaps, futuros e termo de moedas) e o modelo Black-Scholes (para opções).

De acordo com o método do valor presente de avaliação de instrumentos financeiros, os fluxos de caixa futuros projetados com base nos índices de rentabilidade dos instrumentos são descontados a valor presente considerando-se os prazos e curvas de desconto.

As curvas de rentabilidade consideradas dependem do ativo objeto da avaliação a valor justo, por exemplo: para títulos cuja rentabilidade é atrelada ao IPCA, utiliza-se a curva do IPCA mais o cupom praticado na data referente ao valor justo.

O modelo Black-Scholes é utilizado para avaliar as opções europeias. O preço da opção pode ser calculado a partir de uma fórmula 'fechada', sendo as variáveis de entrada diretamente observáveis em mercado.

O Banco do Brasil escolheu este modelo sem pagamento de dividendos para a obtenção tanto de prêmios de opções quanto das respectivas superfícies de volatilidade, devido a sua vasta utilização pelo mercado, e sendo frequentemente utilizado pelas bolsas de valores para o cálculo de preços de ajuste de opções europeias. Nas opções de compra que serão utilizadas para a obtenção da superfície, há equivalência entre os modelos americano e europeu, o que permite a utilização do modelo citado mesmo no caso de opções de compra do tipo americano.

As fontes primárias utilizadas para cada classe de ativos financeiros são as seguintes: títulos públicos (Anbima/Bacen), títulos privados (B3, SND – Sistema Nacional de Debêntures, Anbima e Cetip) e derivativos (B3, Broadcast e Reuters).

As fontes alternativas de informações (fontes secundárias) funcionam em regime de contingência, na hipótese de não haver disponibilidade de informação nas fontes primárias ou uma situação de crise sistêmica, na ocorrência de falta de liquidez para determinados ativos ou classe de ativos e diferenças significativas entre informações de provedores de mercado. Como fonte alternativa é utilizada a Bloomberg e, em casos críticos de ausência de informação, poderão ser utilizadas informações dos servidores primários do dia anterior.

e) Empréstimos a clientes

O valor justo dos empréstimos a clientes, para as operações pós-fixadas, em sua maioria, foi considerado como o próprio valor contábil, devido à equivalência entre eles. Para as operações remuneradas a taxas pré-fixadas de juros os fluxos de caixa futuros dos empréstimos a clientes são calculados com base nas taxas de juros contratuais e datas de pagamento, enquanto o valor justo é determinado mediante o desconto desses fluxos de caixa estimados, adotando taxas de juros equivalentes às taxas atuais de contratação para operações similares.

O spread de risco de crédito é calculado por uma metodologia baseada no índice de perda esperada ponderado pelo prazo da operação. Além de índices de perdas e severidade observados nas várias linhas de crédito, esta metodologia também considera as informações do cliente no momento da contratação da operação, como o segmento de negócios ao qual pertence e o risco de crédito a ele atribuído.

Esses ativos têm similares no mercado e as informações utilizadas para apuração do seu valor justo (taxas de juros) podem ser comparadas às taxas de juros praticadas por outras instituições do mercado financeiro. Essas taxas de juros embutem todos os custos e riscos (inclusive risco de crédito) inerentes ao ativo objeto do cálculo do valor justo, por exemplo: custo financeiro de captação de recursos, custos administrativos, impostos, perdas de crédito e ganho da instituição financeira.



Há também um grupo de produtos cujo valor contábil representa aproximadamente o seu valor justo. Esse grupo é composto por operações de crédito rotativo (por exemplo, cheque especial e crédito rotativo de cartões de crédito) ou com prazo igual ou inferior a um mês.

f) Recursos de clientes

O valor justo dos depósitos pré-fixados com vencimentos pré-estabelecidos é calculado mediante o desconto da diferença entre os fluxos de caixa contratuais e as taxas atualmente praticadas no mercado para instrumentos cujos prazos de vencimento são similares.

Esses passivos têm similares no mercado e as informações utilizadas para apuração do seu valor justo (taxas de juros de captação) podem ser comparadas às taxas praticadas por outras instituições do mercado financeiro. Essas taxas embutem todos os custos e riscos inerentes ao passivo objeto do cálculo do valor justo, por exemplo: custo financeiro de oportunidade, custos administrativos, impostos e ganho da instituição financeira.

Para os depósitos pós-fixados e com vencimentos até 30 dias, o valor contábil é considerado aproximadamente o equivalente ao valor justo.

g) Recursos de instituições financeiras

O valor justo das obrigações por operações compromissadas com taxas pré-fixadas é determinado mediante o desconto de fluxos de caixa estimados adotando taxas de juros equivalentes às taxas atuais de contratação para operações similares.

Esses passivos têm similares no mercado e as informações utilizadas para apuração do seu valor justo (taxas de juros de captação) podem ser comparadas às taxas praticadas por outras instituições do mercado financeiro.

Para as operações pós-fixadas, os valores contábeis são considerados aproximadamente equivalentes ao valor justo.

Por serem operações lastreadas em títulos, os preços dos contratos de recompra não considera qualquer medição de risco de crédito em seu valor justo.

h) Recursos de emissões de títulos e valores mobiliários

Essas obrigações têm seus valores justos atribuídos mediante cálculo do fluxo de caixa descontado, que considera as taxas de juros oferecidas no mercado para obrigações cujos vencimentos, riscos e prazos são similares.

i) Outros ativos e passivos financeiros

Os valores contábeis dos ativos e passivos financeiros apresentados no balanço patrimonial consolidado nos grupamentos outros ativos e outros passivos equivalem aproximadamente a seus valores justos.

j) Níveis de informação relativos a ativos e passivos financeiros

Conforme os níveis de informação na mensuração ao valor justo, as técnicas de avaliação utilizadas pelo Banco são as seguintes:

Nível 1 – são usados preços cotados em mercados ativos para instrumentos financeiros idênticos. Um instrumento financeiro é considerado como cotado em um mercado ativo se os preços cotados estiverem pronta e regularmente disponíveis, e se esses preços representarem transações de mercado reais e que ocorrem regularmente numa base em que não exista relacionamento entre as partes.



Nível 2 – são usadas outras informações disponíveis, exceto aquelas do Nível 1, incluindo os preços cotados em mercados não ativos para ativos e passivos similares, ou são usadas outras informações que estão disponíveis ou que podem ser corroboradas pelas informações observadas no mercado para suportar a avaliação dos ativos e passivos.

Nível 3 – são usadas informações na definição do valor justo que não estão disponíveis no mercado. Se o mercado para um instrumento financeiro não estiver ativo, o Banco estabelece o valor justo usando uma técnica de valorização que considera dados internos, mas que seja consistente com as metodologias econômicas aceitas para a precificação de instrumentos financeiros.

O Banco utiliza prioritariamente valores obtidos diretamente em mercado ativo, e, caso não haja tais dados, valores gerados com base em referência de mercado ou, em último caso, modelo que considera ativos semelhantes. Diariamente, o processo produtivo da geração de informações para marcação a mercado dos ativos financeiros do Banco é executado, sendo feita a verificação da existência ou não de preços transacionados em mercado para ativos em carteira.

Em referência à política de transferência entre níveis, para cada instrumento financeiro, analisa-se a liquidez de mercado e define-se o tipo de mensuração a valor justo (no caso, marcação a mercado ou a modelo). A política no momento do reconhecimento da transferência é a mesma para transferência entre os níveis.

O modelo utilizado tanto para a marcação a mercado quanto para a marcação a modelo de títulos privados é aplicado utilizando-se a hierarquia de dados de mercado, e todos estes instrumentos têm o seu modelo de avaliação definido a cada dia.

Caso um título privado apresente negócios em um determinado dia, o valor marcado a mercado será dado pelo preço de fechamento. Entretanto, se o título privado não apresentar negócios no dia, e houver preço indicativo divulgado pela Anbima, este preço é utilizado.

Caso não haja negócios e nem preços divulgados pela Anbima, é verificada a existência de negociação nos últimos 30 dias. Caso tenha havido, é aplicado o modelo matemático que considera a relação entre o último preço de negócio registrado e o valor atualizado para a data em questão.

Não satisfazendo nenhuma das condições acima, é aplicado o critério de agregação por rating. Este critério é subdividido em outros dois conforme abaixo e aplicados nesta ordem:

1º critério – Caso haja curva de risco de crédito divulgada pela Anbima para o rating do instrumento, são utilizados os spreads desta curva para a obtenção do valor marcado a modelo.

2º critério – Não havendo curva de crédito divulgada pela Anbima para o rating do instrumento, é utilizado modelo baseado em regressão linear, calculada utilizando-se painéis de 30 dias de preços indicativos e taxas de juros divulgados pela Anbima. As variáveis explicativas para tal modelo são os ratings, as durations e as taxas indicativas dos papéis da amostra.

Tendo em vista que o Banco do Brasil busca sempre o conservadorismo em seus preços marcados a mercado, os valores obtidos tanto por preços de mercado quanto por modelos matemáticos são comparados com os preços obtidos por meio da utilização dos spreads de risco de crédito fornecidos por nossa Diretoria de Gestão de Riscos, e o preço mais baixo é utilizado.

Desta forma, os critérios expostos acima (preço de mercado, preço indicativo, relação matemática de preços históricos e, por fim, modelo de agregação por rating), que são todos baseados em dados de mercado, podem resultar em preços superiores aos obtidos por meio do uso do nosso spread de crédito. Os preços obtidos por estes spreads são comparados com os demais preços obtidos e o de valor mais baixo é utilizado.



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

	Saldo em 31/12/2023	Distribuição por nível		
		Nível 1	Nível 2	Nível 3
Ativos e passivos financeiros mensurados a valor justo no balanço patrimonial de forma recorrente				
Ativo	418.062.242	355.946.071	59.600.211	2.515.960
Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado	14.173.304	7.626.935	6.519.512	26.857
Instrumentos de dívida e patrimônio	12.199.618	7.626.935	4.545.826	26.857
Títulos públicos	7.399.824	7.399.824	--	--
Títulos privados	4.799.794	227.111	4.545.826	26.857
Derivativos	1.973.686	--	1.973.686	--
Swaps	1.218.228	--	1.218.228	--
Operações a termo	618.963	--	618.963	--
Opções	110.154	--	110.154	--
Outros instrumentos financeiros derivativos	26.341	--	26.341	--
Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes	401.442.335	348.319.136	50.683.762	2.439.437
Títulos públicos	344.530.659	344.489.473	41.186	--
Títulos privados	56.911.676	3.829.663	50.642.576	2.439.437
Ativos financeiros ao custo amortizado (objeto de hedge)	2.446.603	--	2.396.937	49.666
Empréstimos a instituições financeiras	2.396.937	--	2.396.937	--
Empréstimos a clientes	49.666	--	--	49.666
Passivo	4.600.102	--	4.600.102	--
Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado	2.509.742	--	2.509.742	--
Derivativos	2.509.742	--	2.509.742	--
Swaps	1.098.468	--	1.098.468	--
Operações a termo	821.815	--	821.815	--
Opções	470.930	--	470.930	--
Outros instrumentos financeiros derivativos	118.529	--	118.529	--
Passivos financeiros ao custo amortizado (objeto de hedge)	2.090.360	--	2.090.360	--
Recursos de emissões de títulos e valores mobiliários	2.090.360	--	2.090.360	--
Ativos e passivos financeiros não mensurados a valor justo no balanço patrimonial				
Ativo	1.448.057.510	11.639.711	38.824.010	1.397.593.789
Ativos financeiros ao custo amortizado líquidos	1.448.057.510	11.639.711	38.824.010	1.397.593.789
Empréstimos a instituições financeiras	439.386.703	--	--	439.386.703
Empréstimos a clientes	905.073.857	--	--	905.073.857
Títulos e valores mobiliários	52.932.272	11.639.711	38.824.010	2.468.551
Outros ativos financeiros	50.664.678	--	--	50.664.678
Passivo	1.882.544.814	--	--	1.882.544.814
Passivos financeiros ao custo amortizado	1.882.544.814	--	--	1.882.544.814
Recursos de clientes	811.903.547	--	--	811.903.547
Recursos de instituições financeiras	651.460.774	--	--	651.460.774
Recursos de emissões de títulos e valores mobiliários	282.065.947	--	--	282.065.947
Outros passivos financeiros	137.114.546	--	--	137.114.546



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

	Saldo em 31/12/2022	Distribuição por nível		
		Nível 1	Nível 2	Nível 3
Ativos e passivos financeiros mensurados a valor justo no balanço patrimonial de forma recorrente				
Ativo	384.458.400	321.952.749	59.745.907	2.759.744
Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado	12.078.012	2.554.362	9.419.109	104.541
Instrumentos de dívida e patrimônio	10.439.943	2.554.362	7.781.040	104.541
Títulos públicos	2.258.875	2.258.875	--	--
Títulos privados	8.181.068	295.487	7.781.040	104.541
Derivativos	1.638.069	--	1.638.069	--
Swaps	1.134.779	--	1.134.779	--
Operações a termo	395.025	--	395.025	--
Opções	89.042	--	89.042	--
Outros instrumentos financeiros derivativos	19.223	--	19.223	--
Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes	369.770.754	319.398.387	47.763.208	2.609.159
Títulos públicos	315.329.345	315.277.702	51.643	--
Títulos privados	54.441.409	4.120.685	47.711.565	2.609.159
Ativos financeiros ao custo amortizado (objeto de hedge)	2.609.634	--	2.563.590	46.044
Empréstimos a instituições financeiras	2.563.590	--	2.563.590	--
Empréstimos a clientes	46.044	--	--	46.044
Passivo	4.581.778	--	4.581.778	--
Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado	2.764.797	--	2.764.797	--
Derivativos	2.764.797	--	2.764.797	--
Operações a termo	1.073.427	--	1.073.427	--
Swaps	1.024.936	--	1.024.936	--
Opções	525.576	--	525.576	--
Outros instrumentos financeiros derivativos	140.858	--	140.858	--
Passivos financeiros ao custo amortizado (objeto de hedge)	1.816.981	--	1.816.981	--
Recursos de emissões de títulos e valores mobiliários	1.816.981	--	1.816.981	--
Ativos e passivos financeiros não mensurados a valor justo no balanço patrimonial				
Ativo	1.325.279.125	17.317.473	27.332.705	1.280.628.947
Ativos financeiros ao custo amortizado líquidos	1.325.279.125	17.317.473	27.332.705	1.280.628.947
Empréstimos a instituições financeiras	421.061.249	--	--	421.061.249
Empréstimos a clientes	808.053.971	--	--	808.053.971
Títulos e valores mobiliários	47.422.379	17.317.473	27.332.705	2.772.201
Outros ativos financeiros	48.741.526	--	--	48.741.526
Passivo	1.753.194.787	--	--	1.753.194.787
Passivos financeiros ao custo amortizado	1.753.194.787	--	--	1.753.194.787
Recursos de clientes	753.309.420	--	--	753.309.420
Recursos de instituições financeiras	654.686.121	--	--	654.686.121
Recursos de emissões de títulos e valores mobiliários	227.928.983	--	--	227.928.983
Outros passivos financeiros	117.270.263	--	--	117.270.263



33– Garantias financeiras e outros compromissos

	31/12/2023	31/12/2022
Créditos contratados a liberar	196.313.674	188.489.507
Garantias prestadas	11.462.562	11.775.904
Créditos abertos para importação contratados	1.013.011	1.047.202
Créditos de exportação confirmados	675.244	621.031

Os créditos contratados a liberar destinam-se ao registro do saldo de valores a liberar de empréstimos a clientes e de arrendamento mercantil, tais como cheque especial, crédito rotativo e assemelhados. Garantias prestadas, tais como as cartas de crédito em aberto ("standby") e as garantias financeiras por avais e fianças, são compromissos condicionais, geralmente para garantir o desempenho de um cliente perante um terceiro em contratos de empréstimo. As informações referentes as práticas de gerenciamento de risco e exposição máxima estão descritas na Nota 35.

Nos instrumentos financeiros relacionados a crédito, o montante contratual do instrumento financeiro representa o potencial máximo de risco de crédito no caso de a contraparte não cumprir os termos do contrato. A maioria desses compromissos vence sem que sejam sacados. Como resultado, o montante contratual total não é representativo da efetiva exposição futura a riscos de crédito ou necessidades de liquidez oriundas desses compromissos. Para diminuir o risco de crédito, o Banco requer que o contratado entregue como garantia, recursos em dinheiro, valores mobiliários ou outros bens para caucionar a abertura de crédito, semelhantes à caução exigida para as operações de crédito.

Para suportar perdas decorrentes da eventual necessidade de honrar obrigações oriundas de contratos das espécies acima especificadas, o Banco constituiu provisão para perdas esperadas com garantias financeiras prestadas e compromissos de empréstimos.

a) Provisões para perdas esperadas classificadas por estágios

	31/12/2023			
	Estágio 1	Estágio 2	Estágio 3	Total
Provisões para perdas esperadas com				
Garantias financeiras prestadas	(136.983)	(1.974)	(315.914)	(454.871)
Compromissos de empréstimos	(2.519.433)	(87.056)	--	(2.606.489)
Total	(2.656.416)	(89.030)	(315.914)	(3.061.360)

	31/12/2022			
	Estágio 1	Estágio 2	Estágio 3	Total
Provisões para perdas esperadas com				
Garantias financeiras prestadas	(158.677)	(17.167)	(138.334)	(314.178)
Compromissos de empréstimos	(2.987.401)	(283.299)	--	(3.270.700)
Total	(3.146.078)	(300.466)	(138.334)	(3.584.878)



b) Movimentação das provisões para perdas esperadas

As provisões para perdas esperadas com garantias financeiras prestadas e compromissos de empréstimos, são registradas na Demonstração Consolidada do Resultado, em “(Perda)/reversão líquida esperada com outros instrumentos financeiros”.

	31/12/2022	(Constituição)/ reversão	Outros	31/12/2023
Provisões para perdas esperadas com				
Garantias financeiras prestadas	(314.178)	(134.084)	(6.609)	(454.871)
Compromissos de empréstimos	(3.270.700)	664.211	--	(2.606.489)
Total	(3.584.878)	530.127	(6.609)	(3.061.360)

	31/12/2021	(Constituição)/ reversão	Outros	31/12/2022
Provisões para perdas esperadas com				
Garantias financeiras prestadas	(517.123)	204.673	(1.728)	(314.178)
Compromissos de empréstimos	(2.245.158)	(1.025.542)	--	(3.270.700)
Total	(2.762.281)	(820.869)	(1.728)	(3.584.878)

34- Capital regulatório e limite de imobilização

a) Gerenciamento de capital

Objetivos e políticas

A Resolução CMN nº 4.557/2017, define o escopo e os requisitos da estrutura de gerenciamento de riscos e da estrutura de gerenciamento de capital para as instituições financeiras.

Em cumprimento à Resolução, o Conselho de Administração (CA) do Banco instituiu o Comitê de Riscos e de Capital (Coris) e definiu o Vice-presidente de Controles Internos e Gestão de Riscos como o Chief Risk Officer (CRO), sendo responsável pelo gerenciamento de riscos e de capital.

A gestão de capital visa assegurar a solvência futura da Instituição concomitante à implementação das estratégias de negócios.

O gerenciamento de capital é realizado por meio de estrutura organizacional adequada à natureza das operações, à complexidade dos negócios e à dimensão da exposição aos riscos relevantes.

São definidas e documentadas estratégias para o gerenciamento de capital que estabelecem mecanismos e procedimentos destinados a manter o capital compatível com a Declaração de Apetite e Tolerância a Riscos (RAS).

Além disso, o Banco conta com políticas específicas, aprovadas pelo CA, que visam orientar o desenvolvimento de funções ou comportamentos, por meio de direcionadores estratégicos que norteiam as ações de gerenciamento de capital. Essas políticas específicas aplicam-se a todos os negócios que envolvam riscos e capital no Banco.



Elementos compreendidos pela gestão do capital:

Os planos estratégicos, as metas negociais e os orçamentos respeitam o apetite e tolerância a riscos e os indicadores de adequação de capital e de retorno ajustado a risco.

O Plano de Capital é elaborado de forma consistente com a estratégia negocial, buscando manter os indicadores de capital em níveis adequados. Esse Plano evidencia o planejamento de capital do Banco do Brasil e a avaliação prospectiva de eventual necessidade de aporte de capital.

A elaboração do Plano de Capital é referenciada nos direcionadores e limites constantes da Declaração de Apetite e Tolerância a Riscos (RAS) e do Orçamento do Conglomerado Banco do Brasil (Orçamento BB), considerando que este representa a materialização das diretrizes da ECBB, do Plano Diretor (PD) e do Plano de Investimentos Fixos.

Os valores orçados devem corresponder às metas e objetivos definidos pela Alta Administração para o Conglomerado Banco do Brasil. Desta forma, premissas como o crescimento dos negócios, o crescimento do crédito em operações de maior rentabilidade, as restrições da atuação em segmentos de menor rentabilidade, entre outros, estão contidas no Orçamento BB.

Além disso, o Orçamento BB considera o cenário macroeconômico elaborado pela Unidade Tesouraria Global (Tesou) e a legislação aplicada ao Sistema Financeiro Nacional (SFN).

A revisão da ECBB e do PD resulta da aplicação de um conjunto de metodologias de planejamento estratégico, observadas as melhores práticas de mercado. Destaca-se que a revisão da ECBB e do PD ocorre de forma integrada ao processo orçamentário, à RAS e aos demais documentos da arquitetura estratégica, o que garante o alinhamento entre tais documentos, dando maior consistência interna ao processo de planejamento estratégico.

O Orçamento BB segue as diretrizes definidas na ECBB, respeita a RAS e visa atender aos pisos e tetos definidos nos indicadores aprovados no PD. O Orçamento BB possibilita a quantificação em valores financeiros dos objetivos estratégicos definidos na ECBB.

A RAS é o documento estratégico que orienta o planejamento da estratégia de negócios, direcionando orçamento e capital para uma alocação sustentável e otimizada, de acordo com a capacidade da Instituição de assunção a riscos e de seus objetivos estratégicos, além de promover o entendimento e disseminação da cultura de riscos.

Esta declaração é aplicada ao Banco e considera potenciais impactos no capital do Conglomerado Prudencial Banco do Brasil. Espera-se que as Entidades Ligadas ao Banco do Brasil (ELBB) definam seus direcionadores a partir dessas orientações considerando necessidades específicas e aspectos legais e regulamentares a que estão sujeitas.

De acordo com o definido na RAS, o apetite a riscos é o nível máximo de risco que a Instituição aceita incorrer para atingir seus objetivos, materializado por indicadores que definam uma visão agregada da exposição a riscos. A tolerância, por sua vez, induz a gestão de riscos de forma mais granular, considerando o apetite definido.

A RAS define limites mínimos prudenciais que têm o objetivo de perpetuar a estratégia de reforço da estrutura de capital do Banco. Esses limites são estabelecidos acima do mínimo regulatório, representam o apetite a riscos do Banco e tem vigência a partir de janeiro de cada ano.

A meta de capital é o nível de capital desejado pelo Banco, por isso suas ações de gestão devem nortear-se por esse direcionador. As metas distinguem-se da tolerância e do apetite a riscos pelo fato de este último definir o nível a partir do qual a Instituição não aceita operar, devendo tomar medidas tempestivas para readequação, podendo acionar as medidas de contingência.



Integração:

Adotando postura prospectiva, o Banco avalia o estado de capital, incluindo a razão de alavancagem, classificado em Crítico, Alerta ou de Vigilância, em função do horizonte temporal que antecede ao prazo projetado para início do descumprimento dos limites mínimos prudenciais definidos pela Alta Administração e detalhados na RAS, conforme figura a seguir:

Indicadores de Capital e de Alavancagem		Quando as projeções indicarem prazo de descumprimento dos limites (em meses)					
		0 a 6	7 a 12	13 a 18	19 a 24	25 a 30	acima de 31
Meta ¹	ICP	ALERTA			VIGILÂNCIA		
Apetite ²	ICP Prudencial	CRÍTICO			ALERTA		VIGILÂNCIA
	ICN1 Prudencial	CRÍTICO		ALERTA		VIGILÂNCIA	
	IB Prudencial	CRÍTICO	ALERTA		VIGILÂNCIA		
	RA Prudencial	CRÍTICO		ALERTA		VIGILÂNCIA	

¹ nível de capital desejado pela Instituição

² nível máximo de risco que a Instituição aceita incorrer para atingir seus objetivos

A identificação dos estados de capital e alavancagem do Banco é de responsabilidade do Fórum de Capital e ocorre por meio do controle do Índice de Capital Principal (ICP), do Índice de Capital Nível I (ICN I), do Índice de Basileia Prudencial (IBP) e da Razão de Alavancagem (RA) projetados para o horizonte temporal de, no mínimo, 36 meses. Quando as projeções indicarem potencial descumprimento dos limites mínimos prudenciais (Apetite a Riscos), a Instituição terá tempo suficiente para promover alterações estratégicas que evitem a extrapolação, de acordo com os prazos definidos para cada indicador.

A avaliação da suficiência do capital mantido pelo Banco contempla horizonte temporal de 3 anos e considera (i) os tipos de riscos e respectivos níveis a que a Instituição está exposta e disposta a assumir; (ii) a capacidade de a Instituição gerenciar riscos de forma efetiva e prudente; (iii) os objetivos estratégicos da Instituição; e (iv) as condições de competitividade e o ambiente regulatório em que atua.

Em observância ao disposto na Circular Bacen nº 3.846/2017, essa análise também faz parte do Processo Interno de Avaliação da Adequação de Capital (Icaap) e deve abranger, no mínimo:

I – a avaliação e a mensuração da necessidade de capital para cobertura dos riscos de crédito (inclui o risco de concentração e de crédito da contraparte), de mercado, de variação das taxas de juros para os instrumentos classificados na carteira bancária (IRRBB) e operacional;

II – a avaliação da necessidade de capital para cobertura dos demais riscos relevantes a que a Instituição está exposta, considerando, no mínimo, os riscos de estratégia, de reputação e socioambiental;

III – a avaliação da necessidade de capital em função dos resultados do programa de testes de estresse; e

IV – a descrição das metodologias e premissas utilizadas na avaliação e mensuração da necessidade de capital.

O Icaap, implementado no Banco do Brasil em 30/06/2013, segue o disposto na Resolução CMN nº 4.557/2017. No Banco, a responsabilidade pela coordenação do Icaap foi atribuída à Diretoria Gestão de Riscos. Por sua vez, a Diretoria de Controles Internos é a responsável institucional pela validação do Icaap. Por fim, a Auditoria Interna detém a responsabilidade institucional por avaliar anualmente o processo de gerenciamento de capital.



Processos:

O gerenciamento de capital é um processo contínuo de planejamento, avaliação, controle e monitoramento do capital. Subsidia a Alta Administração na tomada de decisões que levam a Instituição a adotar postura capaz de absorver eventuais perdas decorrentes dos riscos nos negócios ou de alterações no ambiente financeiro.

São realizadas simulações de capital, integrando os resultados dos testes de estresse de riscos e de negócios, baseados em cenários macroeconômicos e/ou idiossincráticos. Os testes de estresse são realizados periodicamente e seus impactos são avaliados sob a ótica de capital.

É realizado acompanhamento mensal das variáveis utilizadas na elaboração do Plano de Capital decorrente da revisão do comportamento projetado na elaboração do Orçamento BB, com base nos números observados, nas expectativas de mercado e na dinâmica dos negócios. Os desvios relevantes são apresentados e discutidos, pelas diretorias participantes do processo, nas reuniões mensais do Fórum de Capital.

Os relatórios gerenciais de adequação de capital são reportados para as áreas e para os comitês estratégicos intervenientes, constituindo-se em subsídio para o processo de tomada de decisão pela Alta Administração do Banco.

A adoção de postura prospectiva, mediante a realização de avaliações contínuas da necessidade de capital, viabiliza a identificação, de forma proativa, de eventos com probabilidade não nula de ocorrência ou de mudanças nas condições do mercado que possam exercer efeito adverso sobre a adequação de capital, inclusive em cenários de estresse.

b) Índice de Basileia

O Índice de Basileia foi apurado segundo os critérios estabelecidos pelas Resoluções CMN nº 4.955/2021 e nº 4.958/2021, que tratam do cálculo do Patrimônio de Referência (PR) e do Patrimônio de Referência Mínimo Requerido (PRMR) em relação aos Ativos Ponderados pelo Risco (RWA).

O conjunto normativo referente às recomendações do Comitê de Supervisão Bancária de Basileia relativas à estrutura de capital de instituições financeiras é conhecido por Basileia III.

O capital regulamentar é dividido nos Níveis I e II, sendo o Nível I composto pelo Capital Principal (deduzido dos ajustes prudenciais) e Capital Complementar.

Para a apuração da exigência de manutenção de capital, são exigidos requerimentos mínimos de PR, de Nível I, de Capital Principal e de Adicional de Capital Principal (ACP).

Seguem os ajustes prudenciais considerados na apuração do Capital Principal:

- ágios pagos na aquisição de investimentos com fundamento em expectativa de rentabilidade futura;
- ativos intangíveis;
- ativos atuariais relacionados a fundos de pensão de benefício definido líquidos de passivos fiscais diferidos a eles associados;
- investimentos significativos (superiores a 10% do capital social) em: entidades assemelhadas a instituições financeiras, não consolidadas; sociedades seguradoras, resseguradoras, sociedades de



- capitalização e entidades abertas de previdência complementar; e instituições autorizadas a funcionar pelo Bacen que não componham o Conglomerado Prudencial;
- participação de não controladores;
- créditos tributários decorrentes de diferenças temporárias que dependam de geração de lucros ou receitas tributárias futuras para sua realização;
- créditos tributários decorrentes de prejuízos fiscais e de base negativa de contribuição social sobre o lucro líquido;
- valor da diferença a menor entre o valor provisionado e o montante dos ajustes resultantes da avaliação prevista na Resolução CMN nº 4.277/2013.

Em 28/08/2014, o Instrumento Híbrido de Capital e Dívida no valor atual de R\$ 6.100.000 mil (R\$ 7.100.000 mil até junho/2023), foi autorizado pelo Banco Central do Brasil a integrar o Capital Principal, na condição de elemento patrimonial, conforme descrito na Nota Explicativa 31.c.

De acordo com as Resoluções CMN nº 4.955/2021 e nº 4.958/2021, a apuração do PR e do montante do RWA deve ser elaborada em bases consolidadas do Conglomerado Prudencial.

	31/12/2023	31/12/2022
PR – Patrimônio de Referência	174.033.091	178.688.546
Nível I	156.430.952	158.152.718
Capital Principal (CP)	136.356.255	128.802.520
Patrimônio líquido	163.827.386	153.962.689
Instrumento elegível a capital principal	6.100.000	7.100.000
Ajustes prudenciais	(33.571.131)	(32.260.169)
Capital Complementar	20.074.697	29.350.198
Bônus perpétuos	14.886.697	27.001.598
Letra financeira subordinada perpétua	5.188.000	2.348.600
Nível II	17.602.139	20.535.828
Dívidas subordinadas elegíveis a capital	17.602.139	20.535.828
Dívidas subordinadas autorizadas segundo normas anteriores a Basileia III	17.602.139	20.535.828
Recursos captados do FCO ¹	17.602.139	20.535.828
Ativos ponderados pelo risco (RWA)	1.124.754.293	1.072.894.044
Risco de crédito (RWA _{CPAD})	938.286.509	917.091.564
Risco de mercado (RWA _{MPAD})	28.285.378	26.975.097
Risco operacional (RWA _{OPAD})	158.182.406	128.827.383
Patrimônio de referência mínimo requerido (PRMR) ²	89.980.343	85.831.524
Margem sobre o patrimônio de referência mínimo requerido (PR-PRMR) ³	84.052.748	92.857.022
Índice de capital Nível I (Nível I / RWA) ³	13,91%	14,74%
Índice de capital principal (CP / RWA) ³	12,12%	12,01%
Índice de Basileia (PR / RWA) ³	15,47%	16,65%

1 - Em cumprimento ao disposto no artigo 31 da Resolução CMN n.º 4.955/2021, os saldos do FCO correspondem à aplicação do limitador de 60% (70% em 2022) ao montante computado no Nível II em 30/06/2018.

2 - Em conformidade com a Resolução CMN n.º 4.958/2021, corresponde à aplicação do fator "F" ao montante de RWA, sendo "F" igual a 8%.

3 - Valores oriundos do DLO (Demonstrativo de Limites Operacionais).



Ajustes prudenciais deduzidos do Capital Principal:

	31/12/2023	31/12/2022
Ativos atuariais relacionados a fundos de pensão de benefício definido líquidos de passivos fiscais diferidos a eles associados	(12.962.189)	(15.548.609)
Ativos intangíveis	(10.787.014)	(11.066.608)
Investimentos significativos e créditos tributários decorrentes de diferenças temporárias que dependam da geração de lucros (excesso dos 15%)	(4.687.150)	(116.376)
Créditos tributários decorrentes de prejuízos fiscais e de base negativa de contribuição social sobre o lucro líquido	(2.663.255)	(3.598.043)
Investimentos significativos (excesso dos 10%) ¹	(2.345.383)	(1.692.539)
Participação de não controladores ²	(121.206)	(223.666)
Valor da diferença a menor entre o valor provisionado e o montante dos ajustes resultantes da avaliação prevista na Resolução CMN nº 4.277/2013	(2.870)	(1.968)
Ágios pagos na aquisição de investimentos com fundamento em expectativa de rentabilidade futura	(2.064)	(12.360)
Total	(33.571.131)	(32.260.169)

1 - Refere-se, principalmente, a investimentos significativos em assemblhadas a instituições financeiras e em instituições autorizadas a funcionar pelo Bacen, não consolidadas, em sociedades seguradoras, resseguradoras, sociedades de capitalização e entidades abertas de previdência complementar.

2 - A dedução da participação dos acionistas não controladores corresponde à aplicação do §1º, artigo 10 da Resolução CMN nº 4.955/2021.

c) Limite de imobilização e margem

	31/12/2023	31/12/2022
Situação do limite de imobilização	16,36%	15,88%
Margem em relação ao limite de imobilização	58.550.324	60.960.991

Conforme definido pelo Bacen, a situação do limite de imobilização indica o percentual de comprometimento do Patrimônio de Referência com o ativo permanente ajustado. O limite é de 50%, conforme determina a Resolução CMN nº 4.957/2021.

A margem se refere à diferença entre o limite de 50% do Patrimônio de Referência e o total de imobilizações.

d) Indicadores regulatórios versus indicadores observados

A exigência mínima regulatória, conforme determinado pela Resolução CMN nº 4.958/2021, para os indicadores de capital, bem como os valores observados no Banco, constam no quadro a seguir:

	Regulatório	31/12/2023
Índice de Capital Principal (ICP) ¹	8,00%	12,12%
Índice de Capital Nível 1 (ICN1) ¹	9,50%	13,91%
Índice de Basileia (IB) ¹	11,50%	15,47%
Situação do limite de imobilização	Até 50%	16,36%

1 - Inclui os adicionais de capital principal de conservação, contracíclico e sistêmico.

Em 31/12/2023, observa-se o cumprimento dos indicadores regulatórios. O Banco, por meio das estratégias de gerenciamento de capital já elencadas, visa superar os indicadores mínimos regulatórios, mantendo-os em patamares capazes de perpetuar a estratégia de reforço da estrutura de capital do Banco. Dessa forma, o Banco define os limites mínimos prudenciais de indicadores de capital e a meta de capital principal a serem atingidos em cada período.



e) Instrumentos elegíveis a capital

Os instrumentos elegíveis a capital estão descritos nas Notas Explicativas 28 e 31.

Para as letras financeiras subordinadas vigentes até a presente data, existem as seguintes possibilidades, conforme definido em suas emissões:

- 1) na modalidade perpétua, há opção de recompra ou resgate, atentando para os seguintes requisitos:
 - a. intervalo mínimo de cinco anos entre a data da emissão e a primeira data de exercício de opção de recompra ou resgate;
 - b. o exercício de opção de recompra ou resgate está condicionado, na data do exercício, à autorização do Banco Central do Brasil;
 - c. inexistência de características que acarretem a expectativa de que a opção de recompra ou resgate será exercida, constituindo-se faculdade da Emitente; e
 - d. o intervalo entre as datas de exercício das opções deve ser de, no mínimo, 180 dias.

Para os títulos emitidos no exterior não há, até o momento, possibilidade de o detentor do título solicitar a recompra ou o resgate, total ou parcial. Os fluxos de caixa esperados ocorrerão quando do pagamento de cupom ou no exercício da opção de recompra pelo Banco, conforme aplicável.

O Instrumento elegível ao Capital Principal não possui data de vencimento e poderá ser liquidado apenas em situações de dissolução da instituição emissora ou de recompras autorizadas pelo Banco Central do Brasil. Os fluxos de caixa esperados ocorrem apenas pelo pagamento dos juros remuneratórios anuais ou na eventual devolução do principal.

Conforme Comunicados ao Mercado, de 08 de abril de 2021 e de 16 de dezembro de 2021, o cronograma para devolução do referido instrumento estabeleceu sete parcelas anuais de R\$ 1 bilhão e uma parcela final de R\$ 1,1 bilhão, entre julho/2022 e julho/2029. Dessa forma, em cumprimento ao cronograma e com base em autorização do Bacen e despacho da Secretaria Especial do Tesouro e Orçamento, o Banco procedeu à devolução da segunda parcela de R\$ 1 bilhão à União, em julho/2023, remanescendo o saldo de R\$ 6,1 bilhões.

Em relação à dinâmica do FCO, os fluxos mensais contemplam, de um lado, as entradas/origens, como os repasses do Tesouro Nacional decorrentes da arrecadação de impostos (efetuados a cada decêndio do mês), retornos originários de pagamentos de operações de crédito e remuneração sobre os recursos disponíveis e, de outro lado, as saídas, como os ressarcimentos de bônus de adimplência/rebate, as despesas de auditoria, de del credere e de provisão. A utilização dos recursos do FCO como instrumento elegível a capital obedece aos limites estabelecidos no art. 31 da Resolução CMN nº 4.955/2021.

35– Gestão de riscos

a) Governança dos riscos e capital

O modelo de governança definido para o gerenciamento integrado de riscos e de capital do Banco envolve estrutura de Comitês Estratégicos, com a participação de diversas áreas do Banco, e contempla os seguintes aspectos:

- (i) segregação de funções: negócio versus risco;
- (ii) estrutura específica de gestão de riscos e capital;
- (iii) processo de gestão definido;
- (iv) decisões em diversos níveis hierárquicos;
- (v) normas claras e estrutura de competências e alçadas; e
- (vi) referência às melhores práticas de gestão.



Todas as decisões relacionadas à gestão e/ou assunção de riscos são tomadas de forma colegiada e de acordo com as diretrizes e normas internas do Banco do Brasil. Em conformidade com a Resolução Bacen n.º 54/2020, o Banco do Brasil divulga as informações referentes à gestão de riscos alinhadas às diretrizes do Pilar 3 de Basileia II. O relatório pode ser visualizado no site www.bb.com.br/ri.

O Banco promove, continuamente, a avaliação da estrutura, da governança, dos processos, dos sistemas e das metodologias aplicadas ao gerenciamento de riscos e de capital. Essa avaliação, que objetiva identificar oportunidades de melhoria, pode resultar em modificações na estrutura de governança presente, com vistas ao aprimoramento da gestão.

O gerenciamento de riscos e capital se orienta pelo Modelo Referencial de linhas de Defesa – MRLD. Nele, a gestão dos riscos e dos controles necessários à sua mitigação é realizada com base em três linhas de defesa. O modelo permite a integração dos processos de gestão corporativa de riscos e controles, com papéis bem definidos, conferindo maior assertividade no gerenciamento de riscos e de capital.

A diretoria de gestão de riscos (Diris), vinculada à vice-presidência de controles internos e gestão de riscos (VICRI) é a área do Banco responsável pela regulação e supervisão corporativa da gestão de riscos, ou seja, responde pela gestão de todos os riscos relevantes, em 2ª linha de defesa, incluindo aqueles que forem definidos relevantes no futuro. À diretoria de controles internos (Dicoi) cabe a regulação e supervisão do sistema de controles internos e compliance.

A auditoria interna (Audit) efetua avaliações periódicas nos processos de gerenciamento dos riscos, com a finalidade de verificar se estão de acordo com as orientações estratégicas, as políticas específicas e as normas internas e regulatórias.

A gestão do capital do Banco consiste em processo contínuo de planejamento, avaliação, controle e monitoramento do capital necessário para fazer frente aos riscos relevantes, para suportar os requerimentos de capital exigidos pelo regulador e para alcançar os objetivos estratégicos e orçamentários definidos internamente com objetivo de otimizar a alocação de capital.

b) Processo de gestão de riscos e de capital

O Banco considera a gestão integrada de riscos e de capital como um instrumento fundamental para a sustentabilidade do sistema bancário. Os métodos de identificação, mensuração, avaliação, monitoramento, reporte, controle, mitigação e aprimoramento dos riscos salvaguardam as instituições financeiras em momentos adversos e proporcionam suporte para a geração de resultados positivos e recorrentes ao longo do tempo.

O processo de gerenciamento integrado de riscos e capital atende aos aspectos e padrões previstos nas normas emitidas pelo Conselho Monetário Nacional (CMN) e pelo Banco Central do Brasil (Bacen). É realizado com base nas políticas e estratégias da Alta Administração do Banco e permeia diversas áreas, em diferentes níveis de governança do Banco, compreendendo o Conselho de Administração (CA) e seus comitês de assessoramento, o Conselho Diretor (CD), Comitês Estratégicos, Diretorias e os Fóruns.

O gerenciamento corporativo de riscos e de capital do Banco do Brasil baseia-se em processo de avaliação capaz de identificar os riscos que representam oportunidades ou ameaças ao atingimento dos objetivos estratégicos do Banco, compreendendo, sob visão abrangente, a identificação e gestão dos riscos relevantes, a definição do apetite e tolerância a riscos e a avaliação da suficiência de capital.

Identificação e gestão dos riscos relevantes

O Banco possui processo para identificação dos riscos que devem fazer parte do inventário de riscos e para a definição do conjunto corporativo de riscos relevantes. Este processo tem elevada importância para a gestão de



riscos e de capital, bem como para a gestão dos negócios.

A avaliação da relevância dos riscos considera critérios quantitativos (perdas diretas) e qualitativos (perdas indiretas e fatores ou causas dos riscos) que resultam na matriz de relevância dos riscos.

Definição do apetite e da tolerância a riscos

A Declaração de apetite e tolerância a riscos - RAS (Risk Appetite Statement), é o documento estratégico, revisado anualmente e aprovado pelo Conselho de Administração (CA), em caráter ordinário, e a qualquer tempo, em caráter extraordinário, por meio do qual é definido o nível máximo de risco que o banco aceita incorrer para atingir seus objetivos estratégicos. A RAS atua como importante instrumento de indução prospectivo na busca pela geração orgânica de resultados e fortalecimento da estrutura de capital do Banco, uma vez que os níveis de apetite e métricas definidos são direcionadores da estratégia de negócios, do orçamento e do capital, objetivando uma alocação sustentável, além de promover a disseminação da cultura de riscos.

Para a definição dos limites da RAS, são utilizados indicadores de gestão, que possibilitam uma visão agregada da exposição a riscos. A tolerância, por sua vez, induz a gestão de riscos de forma mais granular, considerando o apetite definido.

Para o estabelecimento dos limites, são consideradas informações relevantes, como por exemplo, premissas internas, possíveis cenários internos, externos e idiossincráticos, com suas probabilidades de ocorrência, além dos objetivos estratégicos do Banco, desempenho de concorrentes de mesmo porte, orientações do controlador, expectativa de resultados, cenários corporativos (inclusive de estresse), inter-relação entre os riscos relevantes do Banco e a relação risco x retorno dos portfólios.

Política de gerenciamento de riscos e de capital

A política de gestão de riscos orienta o gerenciamento de riscos e de capital no Conglomerado Prudencial do Banco. Têm por objetivo estabelecer as diretrizes relacionadas ao gerenciamento contínuo e integrado de riscos e de capital e de divulgação das informações sobre esses temas.

A política específica voltada para o gerenciamento de riscos e de capital aplica-se a todos os negócios que envolvam riscos e capital e visam orientar o desenvolvimento de funções ou comportamentos, por meio de direcionamentos estratégicos que norteiam as ações de gerenciamento dos riscos e do capital.

c) Risco de mercado e risco de taxa de juros na carteira bancária (IRRBB)

O risco de mercado reflete a possibilidade de perdas que podem ser ocasionadas por mudanças no comportamento das taxas de juros, de câmbio, dos preços das ações e dos preços de commodities.

O risco de taxa de juros na carteira bancária é conceituado como o risco, atual ou prospectivo, do impacto de movimentos adversos das taxas de juros no capital e nos resultados da instituição financeira, para os instrumentos classificados na carteira bancária.

Políticas

As políticas de riscos de mercado, risco de taxa de juros da carteira bancária, utilização de instrumentos financeiros derivativos e de classificação e reclassificação de operações na carteira de negociação, aprovadas pelo Conselho de Administração, compõem os documentos estratégicos relativos à gestão do risco de mercado e IRRBB do Banco.



Esses documentos estabelecem as diretrizes a serem seguidas nas decisões negociais do Banco. Eles envolvem a avaliação de riscos, tratando tanto de aspectos quantitativos, tais como métricas utilizadas, quanto de aspectos qualitativos, tais como abrangência da gestão e segregação de funções.

No âmbito das políticas e estratégias de gestão dos riscos de mercado e IRRBB, adota-se como princípio geral que o modelo de gestão tem por objetivo identificar, mensurar, avaliar, monitorar, reportar, controlar, mitigar o risco de mercado, bem como, aprimorar a gestão no âmbito do Conglomerado Prudencial e das respectivas instituições integrantes, individualmente, bem como identificar e acompanhar o risco de mercado das demais empresas controladas por integrantes do Conglomerado Prudencial.

No que tange à utilização de instrumentos financeiros derivativos, o Banco estipula, entre as suas políticas e estratégias, que são realizadas operações para atendimento das necessidades de seus clientes e para o gerenciamento de posições próprias, considerando as diversas categorias de riscos e adotando visão consolidada dos diferentes fatores de riscos.

Destaca-se, ainda, que a negociação com instrumentos financeiros derivativos é condicionada à prévia avaliação da natureza e da dimensão dos riscos envolvidos.

Sistemas de mensuração e metodologias para avaliação dos riscos

O Banco utiliza métodos estatísticos e de simulação para mensurar os riscos de mercado das suas exposições. Entre as métricas resultantes da aplicação destes métodos, destacam-se: sensibilidade, valor em risco (VaR) e estresse.

Por meio das métricas de sensibilidade são simulados os efeitos no valor das exposições resultantes de variações no patamar dos fatores de risco de mercado.

O desempenho da métrica de VaR é avaliado periodicamente mediante a aplicação de testes de aderência (backtests).

O risco de taxa de juros na carteira bancária (IRRBB) compreende todas as operações não classificadas na carteira de negociação. O escopo de abrangência do IRRBB é composto, majoritariamente, por operações de crédito, captações de varejo e títulos e valores mobiliários (TVM) e apresenta como principal característica a intenção de manter as respectivas operações até o vencimento, à exceção de alguns títulos que, mesmo compondo a carteira bancária, podem apresentar oportunidades de negociação.

A gestão do IRRBB compartilha das metodologias de construção de curvas e marcação a mercado utilizadas na gestão do risco de mercado.

A gestão do IRRBB tem como principais componentes as posições ativas em instrumentos prefixados, que agregadas ao conjunto das demais exposições, formam o montante sujeito ao risco de taxas de juros.

Um importante aspecto na gestão do IRRBB é a incorporação do risco de opcionalidades no cálculo das métricas de risco. As opcionalidades presentes em um instrumento podem ser classificadas como explícitas ou embutidas e são subdivididas em:

- a) opções automáticas: de bolsa, balcão ou explícitas em produtos, permitem ao Banco alterar a taxa ofertada dos produtos; e
- b) opções comportamentais: permitem ao cliente o direito de efetuar resgates antecipados e pré-pagamentos.



(i) Análise de sensibilidade

Método e objetivo da análise

O Banco realiza, trimestralmente, a análise de sensibilidade das exposições ao risco de taxas de juros de suas posições próprias, utilizando como método a aplicação de choques paralelos nas curvas de mercado dos fatores de risco mais relevantes. Tal método tem como objetivo simular os efeitos no resultado do Banco diante de cenários eventuais, os quais consideram possíveis oscilações nas taxas de juros praticadas no mercado.

Pressupostos e limitações do método

A aplicação de choques paralelos nas curvas de mercado tem como pressuposto que os movimentos de alta ou de baixa nas taxas de juros ocorrem de forma idêntica, tanto para prazos curtos quanto para prazos mais longos. Como nem sempre os movimentos de mercado apresentam tal comportamento, este método pode apresentar pequenos desvios nos valores simulados.

Escopo, cenários de aplicação do método e implicações no resultado

O processo de análise de sensibilidade é realizado considerando o seguinte escopo:

- (i) operações classificadas na carteira de negociação, composta basicamente por títulos públicos mensurados a valor justo e instrumentos financeiros derivativos, sendo que os efeitos, positivos ou negativos, decorrentes dos possíveis movimentos nas taxas de juros praticadas no mercado geram impacto direto no resultado do Banco ou no seu patrimônio líquido; e
- (ii) operações classificadas na carteira de não negociação, na qual os efeitos, positivos ou negativos, decorrentes de mudanças nas taxas de juros praticadas no mercado, não afetam diretamente o resultado do Banco, tendo em vista que a referida carteira é composta, majoritariamente, por operações contratadas com a intenção de manutenção até os respectivos vencimentos – empréstimos a clientes, captações no varejo, e títulos públicos mensurados ao custo amortizado – e cujo registro contábil é realizado com base nas taxas contratadas.

Para realização da análise de sensibilidade são considerados os cenários:

Cenário I: Choque de 100 *basis points* (+/- 1 ponto percentual), sendo considerada a maior perda por fator de risco.

Cenário II: Choque de +25% e -25%, sendo considerada a maior perda por fator de risco.

Cenário III: Choque de +50% e -50%, sendo considerada a maior perda por fator de risco.

Resultados da análise de sensibilidade

As tabelas abaixo apresentam os resultados obtidos para a carteira de negociação e para o conjunto de operações registradas nas carteiras de negociação e de não negociação.



Análise de sensibilidade para a carteira de negociação e para a carteira de negociação e bancária

Fatores de risco / Exposição	31/12/2023			31/12/2022		
	Cenário I	Cenário II	Cenário III	Cenário I	Cenário II	Cenário III
Carteira de negociação						
Taxa pré-fixada	(36.529)	(95.707)	(212.816)	(4)	(16)	(50)
Cupons de taxas de juros	(11.872)	(259)	(518)	(2.321)	(455)	(910)
Cupons de índices de preços	(306.701)	(391.514)	(740.582)	(418.639)	(604.520)	(1.134.951)
Cupons de moedas estrangeiras	(158.376)	(189.337)	(398.177)	(13.819)	(15.175)	(29.809)
Total	(513.478)	(676.817)	(1.352.093)	(434.783)	(620.166)	(1.165.720)
Carteira de negociação e bancária						
Taxa pré-fixada	(12.657.515)	(29.315.468)	(56.110.520)	(8.159.424)	(25.235.622)	(47.994.780)
Cupons de taxas de juros	(11.489.079)	(22.102.323)	(46.674.809)	(6.412.350)	(22.980.508)	(49.931.838)
Cupons de índices de preços	(457.960)	(528.871)	(1.011.996)	(545.442)	(719.616)	(1.364.325)
Cupons de moedas estrangeiras	(2.810.805)	(720.280)	(1.481.739)	(2.909.671)	(679.352)	(1.385.770)
Total	(27.415.359)	(52.666.942)	(105.279.064)	(18.026.887)	(49.615.098)	(100.676.713)

(ii) Valor em Risco (VaR)

Metodologia

Para mensuração do VaR Total, o Banco adota a técnica de Simulação Histórica, com os seguintes parâmetros:

a) VaR Total: (VaR + VaR Estressado) x Multiplicador, onde:

- i. VaR: a perda potencial esperada utilizando-se série histórica de choques com 252 dias úteis, nível de confiança de 99% e holding period de 10 dias (Circular Bacen n.º 3.646/2013);
- ii. VaR Estressado (SVaR): a perda potencial esperada utilizando-se série histórica de choques diários contidos em 12 meses de estresse da carteira, a partir de 02/01/2004, nível de confiança de 99% e holding period de 10 dias; e
- iii. Multiplicador: M=3

O método de simulação histórica assume como relevante a possibilidade de ocorrência futura de eventos registrados na série histórica (cenários retrospectivos). Logo, cada cenário retrospectivo corresponde a um possível "estado do mercado" sob o horizonte temporal de simulação. Uma das grandes vantagens do método de VaR por simulação histórica reside no fato de se mitigar o risco de modelagem, haja vista que a utilização da distribuição empírica de retornos torna desnecessária a assunção da hipótese de normalidade para a série temporal de retornos, comumente assumida por outros métodos, tais como o paramétrico.

Os fatores de riscos utilizados para mensuração da métrica do VaR das exposições sujeitas a riscos de mercado são classificados nas seguintes categorias: (i) taxas de juros: risco da variação dos cupons de taxas de juros praticados no mercado. Exemplo: prefixado, cupom de dólar, cupom de IPCA (Índice de preços ao consumidor amplo), cupom de TR (taxa referencial); (ii) taxas de câmbio: risco da variação das taxas de câmbio praticadas no mercado. Exemplo: real versus dólar, real versus euro, real versus iene; (iii) preços de ações: risco da variação dos preços de ações praticados no mercado. Exemplo: PETR4 (Petrobras-PN), VALES (Vale-PNA); e (iv) preços de mercadorias (commodities): risco da variação dos preços de mercadorias no mercado. Exemplo: boi gordo, soja, milho.



Processo de Monitoramento Contínuo (PMC)

Para fins de gestão do risco de modelo, os modelos empregados na gestão de riscos do Banco devem possuir, em primeira linha de defesa, processo de acompanhamento periódico de seu desempenho, com intuito de avaliar seu nível de atingimento do objetivo para qual o modelo foi desenvolvido, auxiliando o processo de tomada de decisão.

No escopo das atualizações sobre a gestão de risco de modelo cabe ao gestor do modelo monitorá-lo continuamente de forma a garantir a qualidade das estimativas realizadas. Como segunda linha de defesa, é executada validação independente dos modelos submetidos para análise, e pelo teste de aderência (backtesting) dos modelos em uso pelo Banco.

Em razão da natureza e forma do modelo VaR, aplica-se como metodologia do PMC o Teste de Basileia (Traffic Lights), também pela sua implementação direta e compreensão intuitiva. O PMC tem por prerrogativa a apuração da quantidade de extrapolações observadas e, de acordo com este valor, atesta-se o nível de acurácia do modelo.

Considerando as especificidades e a volatilidade das parcelas do modelo VaR, a apuração do monitoramento contínuo é feita trimestralmente, considerando o horizonte temporal de 250 dias úteis históricos para análise.

Processo de backtesting

O backtesting, executado anualmente, por unidade segregada, em atendimento ao disposto no artigo 9º da Resolução CMN nº 4.557/17, buscou avaliar a calibragem do modelo de VaR utilizado na verificação da adequação de capital para cobertura do Risco de Mercado.

A metodologia utilizada consiste em analisar se as extrapolações (quantidade de vezes em que os retornos negativos excederam as perdas estimadas pelo VaR) estão compatíveis com previsto pelo modelo (sob o ponto de vista estatístico). Para tanto, foram aplicados os testes de Basileia, de Cobertura Incondicional de Kupiec, de Cristoffersen e de Cobertura Condicional.

Constatou-se a manutenção da acurácia do modelo, uma vez que nos testes realizados os resultados adversos (quantidade de extrapolações) ficaram dentro dos limites estabelecidos pelos testes estatísticos.

(iii) Teste de estresse

O Banco utiliza métricas de estresse resultantes de simulações de suas exposições ao risco de mercado sob condições extremas, tais como crises financeiras e choques econômicos. Esses testes objetivam simular o tamanho dos impactos nos requerimentos de capital regulatório e econômico, MtM, resultado e no Patrimônio Líquido de eventos plausíveis, improváveis de ocorrer.

O programa de testes de estresse do Banco do Brasil tem os seguintes objetivos:

- (i) estar integrado à estrutura de gerenciamento de riscos do Banco;
- (ii) associar potenciais perdas a eventos plausíveis;
- (iii) ser considerado no desenvolvimento das estratégias de mitigação de riscos e nos planos de contingência;
- (iv) ser realizado individualmente por fator de risco e de forma conjunta; e
- (v) considerar a concentração em determinados fatores de risco os instrumentos não lineares e a quebra das premissas do modelo de VaR.



Para exigência de capital, impacto no MtM, resultado e no Patrimônio Líquido, o programa de testes de estresse de risco de mercado faz uso de métodos de avaliação baseados em:

- (i) Testes retrospectivos – carteira de negociação, para as parcelas RWAjurs (1, 2, 3 e 4) e RWAacs, bem como, para risco cambial e risco de commodities da carteira de negociação e carteira bancária do Conglomerado Prudencial;
- (ii) Testes prospectivos – realizado tendo como escopo os Títulos e Valores Mobiliários, Categorias 1 e 2 e Derivativos, no âmbito do Teste de Estresse Integrado; e
- (iii) Testes de análise de sensibilidade – mesmo escopo dos testes retrospectivos.

Teste retrospectivo – carteira de negociação

O método do teste retrospectivo de estresse estima o percentual da variação do valor de mercado das exposições, mediante a aplicação de choques compatíveis com cenários específicos capazes de reproduzir períodos históricos de estresse do mercado ou de maiores perdas do Banco, considerando os seguintes parâmetros:

- (i) métricas: mínimo (pior perda) e máximo (maior ganho) da série histórica de retornos diários da carteira de negociação;
- (ii) extensão da série histórica: de 1º de fevereiro de 2000 até a data-base;
- (iii) período de manutenção: um mês (21 dias úteis); e
- (iv) periodicidade do teste: mensal.

O controle, o monitoramento e o acompanhamento diário dos limites de estresse para a carteira de negociação do Banco e para os seus grupos e livros são realizados com base nas métricas do teste retrospectivo de estresse.

Os resultados dos testes retrospectivos de estresse objetivam avaliar a capacidade de absorção de grandes perdas e identificar eventuais medidas para redução dos riscos do Banco. Seguem os resultados dos testes retrospectivos de estresse da carteira de negociação de acordo com o programa de teste de estresse de risco de mercado do Banco.

Estimativas de perdas e ganhos do teste retrospectivo de estresse

Fator de risco	31/12/2023		31/12/2022	
	Exposição líquida	Estresse	Exposição líquida	Estresse
Perdas				
Taxas de juros	18.084.733	(12.190.702)	1.444.592	(5.208.152)
Moedas estrangeiras	3.107.785	(43.638.141)	6.766.871	(11.860.280)
Commodities	(5.720)	(579.957)	(58.153)	(322.744)
Ações	(2.236)	(22.010)	--	--
Total	21.184.562	(56.430.810)	8.153.310	(17.391.176)
Impacto sobre o Capital Principal	(41,39%)		(13,71%)	
Ganhos				
Taxas de juros	18.084.733	9.676.648	1.444.592	4.848.798
Moedas estrangeiras	3.107.785	58.212.625	6.766.871	15.334.111
Commodities	(5.720)	645.824	(58.153)	120.287
Ações	(2.236)	6.243	--	--
Total	21.184.562	68.541.340	8.153.310	20.303.196
Impacto sobre o Capital Principal	50,27%		16,01%	



Destaques:

Fator de risco	Piores perdas	Cenário histórico	Maiores ganhos	Cenário histórico
Moedas estrangeiras				
ARS	(41.377.763)	28/10/2008	55.845.643	22/04/2003
USD	(1.140.953)	01/08/2002	1.118.831	18/05/2017
Taxas de juros				
Cupom USD	(7.175.730)	08/10/2008	5.496.532	02/08/2002
Cupom IPCA	(2.379.323)	05/02/2010	2.106.300	07/07/2010

A coluna "Exposição líquida" é o resultado líquido das exposições ativas e passivas em valor presente, consideradas no cálculo da exigência de capital de risco de mercado, apresentado na tabela abaixo por fator de risco:

Detalhamento das exposições líquidas e das perdas e ganhos para o teste de estresse retrospectivo

Fator de risco	31/12/2023			31/12/2022		
	Exposição líquida	Perdas	Ganhos	Exposição líquida	Perdas	Ganhos
Moeda estrangeira	3.107.785	(43.638.141)	58.212.625	6.766.871	(11.860.280)	15.334.111
CHF	4.794	(2.006)	2.789	(114.097)	(73.208)	52.626
CAD	883	(249)	228	3.656	(965)	874
EUR	(2.128.338)	(500.696)	549.828	326.130	(84.814)	70.579
GBP	(1.294.976)	(483.617)	541.824	159.319	(70.630)	62.485
JPY	188.806	(77.846)	67.607	932.812	(357.702)	309.851
USD	4.328.077	(1.140.953)	1.118.831	3.171.053	(775.638)	760.599
XAU	32.395	(8.540)	8.374	30.220	(7.392)	7.248
Outras moedas	1.976.144	(41.424.234)	55.923.144	2.257.778	(10.489.931)	14.069.849
Commodities	(5.720)	(579.957)	645.824	(58.153)	(322.744)	120.287
Commodities	(5.720)	(579.957)	645.824	(58.153)	(322.744)	120.287
Ações	(2.236)	(22.010)	6.243	--	--	--
Ações	(2.236)	(22.010)	6.243	--	--	--
Taxas de juros	18.084.733	(12.190.702)	9.676.648	1.444.592	(5.208.152)	4.848.798
Prefixado	1.613.487	(2.634.425)	2.072.651	1.036.520	(770.904)	870.432
Cupom de índices de preço	785.388	(2.379.323)	2.106.300	92.310	(3.853.057)	3.410.808
Cupom de moeda estrangeira	15.685.858	(7.176.954)	5.497.697	315.762	(584.191)	567.558
Total	21.184.562	(56.430.810)	68.541.340	8.153.310	(17.391.176)	20.303.196

Dentre os instrumentos que formam os valores das exposições líquidas acima estão: títulos emitidos pelo governo brasileiro, títulos emitidos por empresas privadas e instrumentos financeiros derivativos. Os testes de estresse são aplicados para todos os instrumentos da carteira de negociação, conforme exigido pelo Banco Central do Brasil. Portanto, todos os instrumentos sensíveis ao risco de mercado incluídos em nossa carteira de negociação estão dentro do escopo do teste de estresse para risco de mercado.

As piores perdas e os maiores ganhos calculados por metodologia retrospectiva referem-se a perdas e ganhos calculados por simulações históricas. Neste tipo de metodologia, obtemos os resultados para cada fator de risco (posições curtas ou longas) de acordo com as mudanças históricas positivas ou negativas nas curvas corporativas utilizadas para testes de estresse.

Conseqüentemente, no pior cenário de perdas, calculamos as piores perdas obtidas com a simulação histórica para



cada fator de risco, independentemente de sua exposição líquida curta ou longa, e de forma semelhante para os maiores ganhos. Há o impacto de um período de retenção de 21 dias sobre os resultados no cenário de estresse, que representa a multiplicação do ganho ou perda diária por raiz quadrada de 21, conforme definido por nossa alta administração. A tabela acima mostra os ganhos e perdas por fator de risco, computados por simulação histórica com dados a partir de 1º de fevereiro de 2000 e observando o período de manutenção de 21 dias.

A partir da análise da tabela anterior, conclui-se que o cálculo de ganhos e perdas em condições de estresse, obtido por meio da simulação histórica de exposições curtas e longas que compõem a exposição líquida, pode gerar valores superiores à exposição líquida real.

Teste prospectivo – Carteira de negociação

O método de teste de estresse prospectivo estima a variação no valor de mercado resultante da aplicação de choques correspondentes a fatores de risco de mercado atrelados aos Títulos e Valores Mobiliários (ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado e ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes) e Derivativos. Esses choques são estimados com base em cenários de estresse gerados por nossos departamentos de estratégia e organização e finanças.

Os testes prospectivos de estresse buscam simular adversidades com base nas características de nosso portfólio e no ambiente macroeconômico, em condições severas e plausíveis. Existem dois cenários macroeconômicos que consideram os seguintes pressupostos:

- Cenário 1: Ambiente global de estagflação; e
- Cenário 2: Desaceleração da Atividade Econômica Chinesa.

Exposição cambial e exposição ao ouro

O Banco adota política de gerenciar a exposição cambial de forma a minimizar seus efeitos sobre o resultado do Banco.

A exposição cambial líquida, para 31/12/2023, é ativa no valor de US\$ 496,6 milhões e, para o período de 31/12/2022, é ativa no valor de US\$ 947,4 milhões.

Balanco em moedas estrangeiras e ouro

Moeda	31/12/2023							Posição líquida
	Contas patrimoniais		Derivativos		Total			
	Ativo	Passivo	Comprado	Vendido	Ativo	Passivo		
USD	186.090.198	202.951.105	51.779.403	31.137.534	237.869.601	234.088.639	3.780.962	
EUR	15.548.988	10.016.853	1.376.183	9.115.412	16.925.171	19.132.265	(2.207.094)	
GBP	448.524	2.149.456	344.838	10.497	793.362	2.159.953	(1.366.591)	
JPY	1.920.424	2.299.012	631.268	74.091	2.551.692	2.373.103	178.589	
CHF	13.342	8.528	--	--	13.342	8.528	4.814	
CAD	16.968	16.085	--	--	16.968	16.085	883	
Ouro	32.395	--	--	--	32.395	--	32.395	
Demais moedas	5.522.027	5.154.125	1.612.584	--	7.134.611	5.154.125	1.980.486	
Total	209.592.866	222.595.164	55.744.276	40.337.534	265.337.142	262.932.698	2.404.444	
Posição líquida total		13.002.298	15.406.742		2.404.444			
Posição líquida total - em US\$					496.653			



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

Moeda	31/12/2022						
	Contas patrimoniais		Derivativos		Total		Posição líquida
	Ativo	Passivo	Comprado	Vendido	Ativo	Passivo	
USD	209.136.236	214.507.601	43.920.024	35.895.791	253.056.260	250.403.392	2.652.868
EUR	17.035.552	11.072.786	2.964.228	8.681.191	19.999.780	19.753.977	245.803
GBP	192.082	206.134	293.126	181.670	485.208	387.804	97.404
JPY	4.079.189	4.734.647	877.933	456.249	4.957.122	5.190.896	(233.774)
CHF	4.233	118.601	--	--	4.233	118.601	(114.368)
CAD	8.475	4.809	140.702	140.712	149.177	145.521	3.656
Ouro	30.220	--	--	--	30.220	--	30.220
Demais moedas	11.265.403	10.173.213	1.169.369	--	12.434.772	10.173.213	2.261.559
Total	241.751.390	240.817.791	49.365.382	45.355.613	291.116.772	286.173.404	4.943.368
Posição líquida total	933.599		4.009.769		4.943.368		
Posição líquida total - em US\$					947.423		

d) Risco de liquidez

O risco de liquidez é a possibilidade de a instituição não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas. Para fins de gestão de risco de liquidez, avaliamos o comportamento prospectivo de nossas carteiras de acordo com nossa composição de ativos e passivos.

Este risco assume duas formas: risco de liquidez de mercado e risco de liquidez de fluxo de caixa. O primeiro corresponde à possibilidade de perda decorrente da incapacidade de realizar uma transação em tempo razoável e sem perda significativa de valor. O segundo está associado à possibilidade de falta de recursos para honrar os compromissos assumidos em função do descasamento entre os pagamentos e recebimentos.

Gestão do risco de liquidez

A gestão do risco de liquidez do Banco segregava a liquidez em moeda nacional da liquidez em moedas estrangeiras. As visões gerenciais para gestão do risco de liquidez contribuem para a gestão adequada do risco nas jurisdições onde o Banco opera e nas moedas para as quais há exposição. Para tanto, são utilizados os seguintes instrumentos:

- projeções de liquidez: as projeções de liquidez em cenário base e de estresse permitem a avaliação prospectiva, em um horizonte temporal de 90 dias, do efeito do descasamento entre captações e aplicações, com objetivo de identificar situações que possam comprometer a liquidez do Banco. Adicionalmente cabe mencionar que a projeção de liquidez em cenário base é utilizada como indicador no plano de recuperação do Banco;
- teste de estresse: o teste de estresse é realizado mensalmente a partir da projeção de liquidez, em cenário base e de estresse, frente à reserva de liquidez, avaliando se o volume potencial de medidas de contingência de liquidez (MCL) atende às necessidades de liquidez, quando a projeção em qualquer cenário ficar abaixo da reserva de liquidez;
- indicador de Exigência Máxima de Liquidez Intradia - EMLI (apenas para liquidez em moeda nacional): a EMLI é a maior diferença, ocorrida durante um dia útil, entre o valor dos pagamentos e recebimentos em qualquer momento do dia; e



- d) limites de risco: utilizados para garantir a manutenção do nível de exposição ao risco de liquidez nos patamares desejados pelo Banco. Os indicadores utilizados no processo de gestão de risco de liquidez são:
- Indicador de Liquidez de Curto Prazo (LCR);
 - Indicador de Liquidez de Médio e Longo Prazo (NSFR);
 - Reserva de Liquidez;
 - Colchão de Liquidez;
 - Indicador de Disponibilidade de Recursos Livres (DRL); e
 - Indicador de Concentração de Captações.

O Banco possui Plano de Contingência de Liquidez – PCL, que consiste em um conjunto de procedimentos, estratégias e responsabilidades para identificar, administrar e reportar estado de estresse de liquidez do Banco, de forma a assegurar a manutenção do fluxo de caixa e restaurar o nível de liquidez ao patamar desejado.

Os estados de estresse de liquidez são utilizados como parâmetro para acionamento do PCL e podem ocorrer quando a liquidez observada ficar abaixo da reserva de liquidez ou quando o indicador LCR ficar abaixo do limite estabelecido pela RAS (Risk Appetite Statement) vigente.

A estratégia para enfrentar o estado de estresse de liquidez consiste no acionamento das Medidas de Contingência de Liquidez (MCL), visando reestabelecer a Reserva de Liquidez ou o limite do indicador LCR.

Os instrumentos utilizados na gestão do risco de liquidez são reportados periodicamente ao Comitê Executivo de Gestão de Riscos, Controles Internos, Ativos, Passivos, Liquidez e Capital (CEGRC) e ao Conselho de Administração do Banco.

Análise do risco de liquidez

Os limites de risco de liquidez são utilizados para monitorar o nível de exposição ao risco de liquidez do Banco. O controle desses limites, que atuam de forma complementar na gestão do risco de liquidez de curto, médio e longo prazos do Banco, permitiu situação favorável da liquidez no período, sem necessidade de acionamento do plano de contingência de liquidez ou implementação de ações emergenciais no planejamento orçamentário que visem a adequação da liquidez estrutural.

Gerenciamento das captações

Ao longo de 2023 foram realizados aprimoramentos na captura e segregação das informações, que redundaram em ajustes na apresentação da tabela deste período em relação aos anos anteriores.

Os passivos passam a ser apresentados a partir das linhas de produtos, tornando o quadro mais intuitivo quanto à origem das fontes de recursos. Já a segregação em prazos foi alterada, levando-se em consideração a significância de valores e os critérios de distribuição e esgotamento de saldos no tempo, refletindo a metodologia interna, tornando a informação mais aderente à realidade observada para os instrumentos em questão.

A composição das captações representadas em saldos, a partir de uma ampla base de clientes, constitui elemento importante na gestão do risco de liquidez do Banco do Brasil.

As captações com maturidade definida que fazem parte da composição das fontes comerciais, representadas pelas emissões de Letras de Crédito do Agronegócio (LCA) e de Letras de Crédito Imobiliário (LCI), independentemente do período de carência de 90 dias, têm disponibilidade diária para o poupador. Nesse caso, foi observado o comportamento de se respeitar os prazos contratuais, procedimento análogo ao adotado para os Depósitos a Prazo.

Já as operações compromissadas lastreadas em títulos e captações efetuadas pela Tesouraria do Banco são



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

realizadas para a gestão de curto prazo da liquidez, enquanto que, para a implementação de estratégias de mercado de capitais, as captações têm características de médio e longo prazos.

Por fim, não obstante para os produtos Depósitos à Vista, Depósitos Judiciais e Poupança observar-se permanência mais longa na composição de captações do BB, em função de atendimento aos critérios trazidos pelo IFRS 7, seus saldos foram alocados no primeiro vértice, conforme tabela a seguir.

Composição das captações

Passivo	31/12/2023						Total	Part %
	Até 1 mês	1 a 6 meses	6 a 12 meses	1 a 5 anos	Acima de 5 anos			
Dep. Prazo	1.159.948	14.459.560	8.673.872	156.052.750	3.031	180.349.161	11,0%	
LCA	6.899.506	45.526.060	30.344.254	100.961.113	--	183.730.933	11,2%	
LCI	234.878	1.420.620	1.504.293	11.612.371	--	14.772.162	0,9%	
Poupança	206.076.195	--	--	--	--	206.076.195	12,6%	
Dep. Vista	93.363.980	--	--	--	--	93.363.980	5,7%	
Dep. Judicial	279.407.549	--	--	--	--	279.407.549	17,0%	
Captações de Tesouraria	23.063.275	614.066	1.989.043	3.169.240	7.041.920	35.877.544	2,2%	
Dep. Prazo fixo	2.698.821	707.860	399.415	9.083.365	--	12.889.461	0,8%	
Outras captações comerciais	8.977.044	47.242	--	--	--	9.024.286	0,6%	
Captações Comerciais ME	8.699.452	25.845.719	2.778.884	20.659.719	92.885	58.076.659	3,5%	
Compromissadas	518.254.853	31.476.505	6.067.417	9.494.812	--	565.293.587	34,5%	
Total	1.148.835.501	120.097.632	51.757.178	311.033.370	7.137.836	1.638.861.517	100,0%	

Passivo	31/12/2022						Total	Part %
	Até 1 mês	1 a 6 meses	6 a 12 meses	1 a 5 anos	Acima de 5 anos			
Dep. Prazo	1.411.209	14.465.933	5.048.428	139.638.746	4.279	160.568.595	9,9%	
LCA	7.045.501	50.806.629	45.295.303	109.603.650	--	212.751.083	13,1%	
LCI	220.690	1.046.767	1.424.783	9.508.797	--	12.201.037	0,7%	
Poupança	211.644.090	--	--	--	--	211.644.090	13,0%	
Dep. Vista	107.014.231	--	--	--	--	107.014.231	6,6%	
Dep. Judicial	213.485.758	--	--	--	--	213.485.758	13,1%	
Captações de Tesouraria	18.751.753	87.766	363.702	5.106.552	8.711.375	33.021.148	2,0%	
Dep. Prazo fixo	4.001.350	734.227	1.188.566	7.018.977	55.717	12.998.837	0,8%	
Outras captações comerciais	17.508.274	71.010	39.730	199.921	851.570	18.670.505	1,1%	
Captações Comerciais ME	4.871.164	12.656.552	6.137.530	18.355.387	38.105.584	80.126.217	4,9%	
Compromissadas	510.600.242	28.779.683	10.750.885	14.322.789	--	564.453.599	34,7%	
Total	1.096.554.262	108.648.567	70.248.927	303.754.819	47.728.525	1.626.935.100	100,0%	

Contratos de garantias financeiras

Os contratos de garantias financeiras são compromissos condicionais de crédito emitidos pelo Banco para garantir o desempenho de clientes pessoas físicas, pessoas jurídicas e outras instituições financeiras perante terceiros.

A natureza contingente desses passivos é considerada para fins de gestão do risco de liquidez do Banco na composição dos cenários utilizados no teste de estresse de liquidez realizado mensalmente, bem como no cálculo do LCR e NSFR.



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

Seguem quadros com a distribuição dos vencimentos contratuais dos contratos de garantias financeiras realizados pelo Banco, posição de 31/12/2023 e 31/12/2022:

Descrição	31/12/2023				31/12/2022			
	Avais e fianças	Coobrigações em cessões de crédito	Demais coobrigações	Total	Avais e fianças	Coobrigações em cessões de crédito	Demais coobrigações	Total
1 a 6 meses	4.488.892	--	361.824	4.850.716	4.129.729	--	400.420	4.530.149
6 a 12 meses	2.543.752	--	--	2.543.752	2.857.444	--	--	2.857.444
1 a 5 anos	5.296.627	730	--	5.297.357	4.214.480	902	--	4.215.382
Acima de 5 anos	106.492	--	--	106.492	172.929	--	--	172.929
Total	12.435.763	730	361.824	12.798.317	11.374.582	902	400.420	11.775.904

Compromisso de empréstimos

O Banco oferece linhas de crédito que impactam a mensuração do risco de liquidez, cheque especial e o limite do cartão de crédito.

Nessas linhas o Banco mantém limite de crédito aprovado destinado a clientes com conta corrente e pode ser utilizado sempre que houver necessidade.

A seguir os quadros representam a distribuição dos vencimentos contratuais dos compromissos de empréstimos realizados pelo Banco, posição de 31/12/2023 e 31/12/2022:

Passivo		31/12/2023				31/12/2022			
		1 a 6 meses	6 a 12 meses	Acima de 1 ano	Total	1 a 6 meses	6 a 12 meses	Acima de 1 ano	Total
Cheque especial	Utilizado	1.655.120	1.218.228	--	2.873.348	1.339.466	1.283.218	--	2.622.684
	Não utilizado	13.051.748	11.479.156	--	24.530.904	11.059.364	13.483.946	--	24.543.310
Cartão de crédito	Utilizado	33.173.014	29.735.494	--	62.908.508	36.709.946	27.377.137	--	64.087.083
	Não utilizado	66.459.068	32.164.838	--	98.623.906	65.463.154	31.773.276	--	97.236.430
Total		114.338.950	74.597.716	--	188.936.666	114.571.930	73.917.577	--	188.489.507

Instrumentos financeiros derivativos

O Banco realiza operações com instrumentos financeiros derivativos para hedge de posições próprias, para atendimento de necessidades de nossos clientes e para tomada de posições intencionais. A estratégia de hedge está em consonância com a política de risco de mercado e de liquidez e com a política de utilização de instrumentos financeiros derivativos aprovadas pelo Conselho de Administração.

O Banco conta com ferramentas e sistemas adequados ao gerenciamento dos instrumentos financeiros derivativos e utiliza metodologias estatísticas e de simulação para mensurar os riscos de suas posições, por meio de modelos de Valor em Risco, de análise de sensibilidade e de teste de estresse.

As operações com derivativos financeiros, com destaque para aqueles sujeitos a chamadas de margem e ajustes diários, são consideradas na mensuração dos limites de riscos de liquidez adotados no Banco e na composição dos cenários utilizados nos testes de estresse de liquidez realizados mensalmente.



e) Risco de crédito

O gerenciamento do risco de crédito do Banco é realizado com base nas melhores práticas de mercado e segue as normas de supervisão e de regulação bancária do Bacen. Sua estrutura tem por objetivo identificar, mensurar, avaliar, monitorar, reportar, controlar e mitigar o risco das exposições, além de garantir o aprimoramento contínuo da gestão.

A gestão do risco de crédito inclui o risco de crédito de contraparte (RCC), o risco país, o risco soberano, o risco de transferência, o risco de concentração de crédito e a efetividade de instrumentos mitigadores ou de transferência de riscos utilizados nas exposições que geram os riscos designados.

Política de crédito

A política específica de crédito do Banco contém orientações de caráter estratégico que norteiam as ações de gerenciamento do crédito e do risco de crédito no Conglomerado. É aprovada pelo Conselho de Administração, revisada anualmente, aplicando-se a todos os negócios que envolvam risco de crédito e encontra-se disponível para todos os funcionários. Espera-se que as empresas controladas, coligadas e participações definam seus direcionamentos a partir dessas orientações, considerando as necessidades específicas e os aspectos legais e regulamentares a que estão sujeitas.

A política específica de crédito orienta sobre o gerenciamento contínuo, integrado e prospectivo do risco de crédito, compreende todas as etapas do processo de crédito, a gestão dos ativos sujeitos a esse risco, assim como o processo de cobrança e recuperação de créditos, inclusive daqueles realizados por conta e risco de terceiros.

Mecanismos de mitigação do risco de crédito

A utilização de instrumentos mitigadores do risco de crédito está declarada na política de crédito, presente nas decisões estratégicas e formalizada nas normas de crédito, atingindo todos os níveis da organização e abrangendo todas as etapas do gerenciamento do risco de crédito.

Na realização de qualquer negócio sujeito ao risco de crédito, o Banco adota, como regra geral, a vinculação de mecanismo que proporcione cobertura total ou parcial do risco incorrido. No gerenciamento do risco de crédito em nível agregado, para manter as exposições dentro dos níveis de risco estabelecidos pela Alta Administração, o Banco tem a prerrogativa de transferir ou compartilhar o risco de crédito.

As normas de crédito orientam as unidades operacionais de forma clara e abrangente, abordando, entre outros aspectos, a classificação, exigência, escolha, avaliação, formalização, controle e reforço de garantias, assegurando a adequação e suficiência do mitigador durante todo o ciclo da operação.

Sistemas de mensuração

A quantidade e a natureza das operações, a diversidade e a complexidade dos produtos e serviços e o volume exposto ao risco de crédito exigem que a mensuração do risco de crédito no Banco seja realizada de forma sistematizada. O Banco possui infraestrutura de bases de dados e de sistemas corporativos para efetuar a mensuração do risco de crédito de forma abrangente, avaliando, de forma prospectiva, o comportamento do portfólio sujeito ao risco de crédito considerado em diversos cenários, corporativamente definidos, inclusive estresse.

No Banco as estimativas de perda esperada (PE), associadas ao risco de crédito, consideram o ambiente macroeconômico, a probabilidade de que a exposição seja caracterizada como ativo problemático e a recuperação do crédito, incluindo concessões de vantagens, custos de execução e prazos. O processo de avaliação da carteira



envolve diversas estimativas e julgamentos, com a observância de fatores que evidenciem uma alteração do perfil de risco do cliente, do instrumento de crédito e da qualidade das garantias que resultem em redução da estimativa de recebimento dos fluxos de caixa futuros.

O modelo adotado para o cálculo da redução ao valor recuperável de ativos financeiros é baseado no conceito de perda esperada de crédito, assim, todas as operações possuem perda esperada desde a sua origem, sendo acompanhadas à medida que a situação de risco de crédito se altera.

Deterioração do crédito

A perda esperada busca identificar as perdas que acontecerão nos próximos 12 meses ou que ocorrerão durante a vida da operação, considerando a visão prospectiva. Os instrumentos financeiros são avaliados em 3 estágios e sujeitos a análises quantitativas e qualitativas.

O estágio de enquadramento dos ativos é revisto sistematicamente e considera os processos de sensoriamento de risco do Banco, a fim de capturar mudanças nas características dos instrumentos e nas suas garantias que venham impactar a capacidade financeira do cliente.

A migração dos ativos financeiros entre estágios é sensibilizada após análises que resultem em agravamento ou atenuação do risco de crédito. Essas estimativas são baseadas em pressupostos de uma série de fatores e, por essa razão, os resultados reais podem variar, gerando futuros reforços ou reversões de perdas.

Outras informações sobre a metodologia de cálculo e premissas utilizadas pelo Banco para avaliação de perdas por redução ao valor recuperável nos ativos financeiros, assim como os valores quantitativos registrados a título de perda esperada para créditos de liquidação duvidosa, podem ser obtidas nas Notas 3.h, 17, 18, 20, 22, 23, 24 e 33.

Cenários econômicos

A perda esperada busca identificar a expectativa das perdas em crédito, ao longo de um dado horizonte de tempo, que influenciam o valor dos seus ativos, numa visão prospectiva, para que a instituição constitua provisões para fazer frente a essas perdas. No cálculo das provisões de crédito para instrumentos financeiros, de acordo com a perda esperada, o Banco relaciona variáveis de risco sistêmico (variáveis macroeconômicas). A relação dessas variáveis torna a estimação da perda esperada mais dinâmica, principalmente quando considera as condições macroeconômicas atuais.

Exposição máxima ao risco de crédito

	31/12/2023	31/12/2022
Ativos financeiros ao custo amortizado líquidos	1.457.710.873	1.352.904.935
Empréstimos a instituições financeiras	442.666.500	423.228.428
Empréstimos a clientes	911.281.198	832.938.557
Títulos e valores mobiliários	53.098.497	47.996.424
Outros ativos financeiros	50.664.678	48.741.526
Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado	14.173.304	12.078.012
Instrumentos de dívida e patrimônio	12.199.618	10.439.943
Derivativos	1.973.686	1.638.069
Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes	401.442.335	369.770.754
Itens não registrados no balanço	209.464.490	201.933.644



Itens não registrados no balanço patrimonial

As operações não registradas no balanço patrimonial seguem os mesmos critérios de classificação de risco para operações de crédito típicas, impactam o limite de crédito dos clientes e se referem aos limites de crédito, ao crédito a liberar e às garantias prestadas.

Os limites de crédito são limites disponibilizados aos clientes, tais como cartão de crédito e cheque especial. Créditos a liberar são os desembolsos futuros relativos às operações de crédito contratadas, independentemente de serem ou não condicionados ao cumprimento pelo devedor de condições pré-especificadas.

As garantias prestadas são operações de aval ou fiança bancária, ou outra forma de garantia fidejussória, normalmente contratadas com clientes classificados como de baixo risco, cujo desembolso só é efetivado na ocorrência de eventual inadimplência do cliente junto ao seu credor, convertendo-se a exposição em operação de crédito.

Ativos recebidos em garantia

Tipo de Operações	31/12/2023		31/12/2022	
	Valor dos Ativos	Valor Justo das Garantias	Valor dos Ativos	Valor Justo das Garantias
Contratadas com Garantias	636.900.909	602.527.144	574.782.961	418.644.837
Produtor Rural	315.627.081	292.936.306	278.947.533	219.299.736
Pessoa Física	54.109.052	53.453.705	52.516.891	51.393.563
Financiamento de Veículos	3.225.126	3.103.502	3.393.344	3.301.607
Financiamento Imobiliário	45.659.623	45.459.614	45.515.588	45.276.177
Demais	5.224.303	4.890.589	3.607.959	2.815.779
Pessoa Jurídica	267.164.776	256.137.133	243.318.537	147.951.538
Atacado	111.735.392	107.397.051	110.325.613	50.957.669
Varejo/MPE	155.429.384	148.740.081	132.992.924	96.993.869
Contratadas sem garantias	176.448.101	não se aplica	164.590.802	não se aplica
Contratadas com outros mitigadores	150.694.205	não se aplica	143.752.543	não se aplica
Total	964.043.215		883.126.306	

As garantias vinculadas aos empréstimos a clientes são apresentadas abaixo:

- (i) imóveis rurais (terrenos e edificações);
- (ii) imóveis urbanos – imóveis localizados em área urbana (casas, apartamentos, armazéns, galpões, edifícios comerciais ou industriais, lotes urbanos, lojas etc.);
- (iii) lavouras – colheita pendente dos produtos financiados (colheita de abacate, colheita de arroz, colheita de feijão etc.); quando se trata de produto perecível (hortaliças, frutas, flores etc.) são exigidas garantias complementares;
- (iv) móveis – bens que possam ser facilmente movidos ou removidos, e, caso fixados no solo, possam ser removidos sem qualquer dano à sua integridade material ou ao imóvel onde estão instalados (máquinas, equipamentos, veículos etc.);
- (v) recursos internalizados no Banco do Brasil – aplicações financeiras existentes no Banco (poupança, Certificado de Depósito Bancário - CDB, fundos de renda fixa etc.);
- (vi) pessoais – garantias fidejussórias (aval ou fiança, inclusive de fundos de aval a exemplo do Fundo de Garantia de Operações – FGO, Fundo de Aval às Micro e Pequenas Empresas – Fampe, Fundo de Aval para Geração de Emprego e Renda – Funproger etc.);
- (vii) produtos agropecuário-extrativos – produto agropecuário-extrativo, tais como: abacaxi, açaí, arroz, café, cacau, uva etc.;
- (viii) produtos industrializados – matéria-prima, mercadorias ou produtos industrializados (bobinas de aço, calçados, chapa de aço inox etc.);
- (ix) recebíveis – recebíveis representados por cartão de crédito, cobrança ou cheque custodiado;
- (x) semoventes – animais de rebanho (bovinos, suínos, ovinos, caprinos, equinos etc.);



- (xi) títulos e direitos – títulos de crédito ou direitos em garantia (Cédulas de Crédito Comercial – CCC, Cédulas de Crédito Industrial – CCI, Cédulas de Crédito à Exportação – CCE, Cédulas do Produtor Rural – CPR, cédulas rurais, recursos internalizados no Banco, recebíveis e outros documentos de crédito representativos de direitos creditórios decorrentes de serviços já prestados ou mercadorias entregues); e
- (xii) seguros de crédito – Seguradora Brasileira de Crédito à Exportação – SBCE, Seguradora de Crédito do Brasil – Secreb etc.

Nos empréstimos a clientes, é dada preferência às garantias que ofereçam alta liquidez à operação.

O valor justo das garantias corresponde ao valor efetivamente considerado para efeito de cobertura do saldo devedor da operação, após aplicação de determinado percentual de adiantamento sobre o valor do referido bem ou direito, conforme tabela a seguir:

Percentual de adiantamento de cobertura dos ativos recebidos em garantia

Ativo	% de cobertura
Direitos creditórios	
Recibo de depósito bancário	100%
Certificado de depósito bancário ¹	100%
Poupança	100%
Fundo de investimento de renda fixa	100%
Pledge Agreement – cash collateral ²	100%
Carta de crédito standby	100%
Outros direitos creditórios	80%
Fundos de aval	
Fundo de aval para geração de emprego e renda	100%
Fundo de aval às micro e pequenas empresas	100%
Fundo de garantia de operações	100%
Fundo garantidor para investimento	100%
Outros	100%
Fiança ou aval ³	100%
Seguro de crédito	100%
Pledge Agreement – securities ⁴	77%
Fundos offshore – BB Fund ⁵	77%
Semoventes bovinos ⁶	70%
Pledge Agreement – cash collateral ⁷	70%
Demais garantias ⁸	50%

(1) Exceto os que possuam contrato de swap.

(2) Mesma moeda da operação.

(3) Prestado por estabelecimento bancário que possua limite de crédito no Banco, com margem suficiente para amparar a coobrigação.

(4) Contrato de caução/cessão de recursos de clientes em títulos e papéis.

(5) Exclusivo ou varejo.

(6) Exceto em operações de Cédula do Produtor Rural (CPR).

(7) Celebrado em moeda diversa à das operações a serem amparadas e que não disponha de mecanismo de hedge cambial.

(8) Em função de determinadas características, imóveis, veículos, máquinas e equipamentos podem ser recebidos com percentuais de garantia mais elevados.

As garantias de direitos creditórios representadas por aplicações financeiras devem ser internalizadas no Banco e são bloqueadas pela Instituição, permanecendo assim até a liquidação da operação. O Banco poderá, por ocasião do vencimento da aplicação financeira, lançar mão da garantia para quitação dos saldos referentes às parcelas vencidas, independentemente de aviso ou notificação ao cedente/financiado.

Além de cláusulas de cessão de crédito ou cessão dos direitos creditórios, para vinculação dos mitigadores, o instrumento de crédito contém cláusula de reforço da garantia, para assegurar o percentual de cobertura pactuado



na contratação da operação, durante todo o prazo da operação.

Concentração

As estratégias de gerenciamento do risco de crédito orientam as ações em nível operacional. As decisões estratégicas compreendem, entre outros aspectos, a materialização do apetite e tolerância ao risco do Banco do Brasil e o estabelecimento de limites de risco e de concentração. São considerados também os limites de concentração impostos pelo Banco Central do Brasil.

O Banco possui sistemática de gerenciamento do risco de concentração da carteira de crédito. Além do acompanhamento dos indicadores de níveis de concentração de diferentes segmentos da carteira, apurados com base no Índice de Herfindahl-Hirshman, é avaliado o impacto da concentração na alocação de capital para o risco de crédito.

Empréstimos a clientes – Exposições por região geográfica

	31/12/2023	31/12/2022
Mercado interno	926.869.802	845.605.208
Sudeste	358.914.891	338.528.795
Sul	170.459.455	161.020.600
Centro-Oeste	189.779.286	168.130.285
Nordeste	139.311.216	120.350.530
Norte	68.404.954	57.574.998
Mercado externo	37.173.413	37.521.098
Total	964.043.215	883.126.306

Empréstimos a clientes – Concentração das operações de crédito

A tabela a seguir apresenta o nível de concentração dos clientes e grupos empresariais com os quais o Banco se relaciona em relação à carteira de crédito interna e externa:

	31/12/2023	31/12/2022
Maior cliente	0,9%	1,1%
2º ao 20º	6,5%	6,9%
21º ao 100º	6,1%	6,2%
100 Maiores clientes	13,5%	14,2%

As informações relativas às exposições por atividade econômica foram incluídas na Nota 19 – Empréstimos a clientes.

Operações de crédito renegociadas

Operações de crédito renegociadas são aquelas com evidências de problemas de recuperabilidade do crédito, por dificuldade financeira significativa do devedor, que tenham sido compostas ou renegociadas e com alteração das condições originalmente pactuadas.

Essas operações visam fornecer ao cliente uma situação de viabilidade financeira ao longo do tempo, adaptando o reembolso do empréstimo junto ao Banco, à nova situação de geração de fundos do cliente.



As renegociações são realizadas de acordo a viabilidade das operações com base na disposição e capacidade de pagamento do cliente, para esse fim é realizada uma análise atualizada de sua situação econômico-financeira e capacidade de gerar receitas.

Ativos que o Banco adquiriu na liquidação de operações de crédito

	31/12/2023	31/12/2022
Imóveis	276.133	516.771
Máquinas e equipamentos	243	249
Veículos e afins	309	336
Outros	10.283	800
Total	286.968	518.156

Os bens móveis e imóveis obtidos em razão da recuperação de créditos inadimplidos são periodicamente ofertados ao mercado, por meio de processos licitatórios, na modalidade de leilão, não sendo política do Banco sua utilização para obtenção de receita financeira ou no desempenho de sua atividade fim.

f) Risco operacional

É definido como a possibilidade de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos. Inclui o risco legal associado à inadequação ou deficiência em contratos firmados, bem como a sanções em razão do descumprimento de dispositivos legais e a indenizações por danos a terceiros decorrentes das atividades desenvolvidas pelo Banco.

Com o objetivo de melhorar a eficiência na gestão dos riscos não financeiros, o risco operacional é composto pelas seguintes categorias gerenciais: risco de terceiros, risco legal, risco de conformidade, risco de segurança, risco de modelo, risco de conduta, risco cibernético e risco de TI. Esta composição permite a convergência de instrumentos de gestão como taxonomia e base de perdas, entre outros.

As categorias regulatórias do risco operacional (práticas inadequadas, práticas trabalhistas, fraudes e roubos externos, falhas de processos, interrupção das atividades, danos a ativos e pessoas, fraudes e roubos internos, falhas de sistemas e tecnologia) são constantemente acompanhados, monitorados e seus resultados reportados à Alta Administração do Banco.

Política Específica de Gerenciamento de Riscos e Capital

O Banco define a política específica de gerenciamento de riscos e de capital, abrangendo direcionadores aplicáveis ao Risco Operacional, com objetivo de estabelecer as diretrizes relacionadas ao gerenciamento contínuo e integrado de riscos e de capital e de divulgação das informações sobre esses temas para o Conglomerado Prudencial, resguardadas aquelas de natureza confidencial e proprietária. A definição da referida política observa a legislação e regulamentações aplicáveis e está baseada em melhores práticas de governança.

Em aderência aos requisitos da Resolução CMN n.º 4.557/2017 a política permeia as atividades relacionadas ao gerenciamento do risco operacional, com objetivo de identificar, mensurar, avaliar, mitigar, controlar, monitorar, reportar e aprimorar o risco associado ao Conglomerado Prudencial e a cada instituição individualmente, bem como identificar e acompanhar os riscos associados às demais entidades controladas por seus integrantes ou das quais estes participem.



Ferramentas de Gestão e Monitoramento

O gerenciamento do risco operacional do Banco busca manter abordagem estruturada para o funcionamento de todas as atividades necessárias para que o risco se mantenha em níveis adequados à rentabilidade esperada dos negócios. Isso requer que os processos sejam revisados e atualizados regularmente, o que significa aprimorar continuamente a gestão.

Em relação as ferramentas de gestão do risco operacional, destaca-se a ferramenta SIM – Solução Imediata de Reclamações que tem agilizado a solução das reclamações de clientes, uma vez que o procedimento de análise e contestação é realizado em ambiente único, com emissão automatizada de Termo de Compromisso preenchido, e crédito efetivado na conta do cliente imediatamente após o despacho para determinados valores.

Ademais, o acompanhamento sistemático dos eventos de perda operacional é realizado por intermédio da análise das informações constantes do Painel de Riscos, dentre elas o acompanhamento dos limites global e específicos e decisões do Comitê Executivo de Gestão de Riscos, Controles Internos, Ativos, Passivos, Liquidez e Capital – CEGRC. A partir do monitoramento dos limites estabelecidos, os gestores responsáveis pelo processo, produto ou serviço poderão ser acionados para esclarecer os motivos da extrapolação e propor ações de mitigação dos riscos.

O monitoramento das perdas operacionais, para produção dos devidos reportes, ocorre por intermédio da ferramenta Painel de Perdas Operacionais, o qual é acompanhado também pelas áreas gestoras de processos, sistemas, produtos ou serviços, com apuração mensal dos valores das perdas de acordo com o limite global de perdas operacionais e limites específicos de perdas operacionais.

36– Transferência de ativos financeiros

No curso de suas atividades, o Banco efetua transações que resultam na transferência de ativos financeiros, representados principalmente por instrumentos de dívida, instrumentos de patrimônio e empréstimos a clientes. Ao aplicar a prática contábil para a transferência de ativos financeiros, o Banco avalia o nível de envolvimento contínuo com os ativos transferidos para determinar se continua o seu reconhecimento na totalidade, na extensão da continuidade do seu envolvimento ou se realiza a baixa do ativo financeiro transferido.

As transações de transferências de ativos financeiros realizadas pelo Banco são representadas principalmente pela venda de títulos e valores mobiliários com compromisso de recompra e pela cessão de carteiras de empréstimos a clientes com retenção substancial de riscos e benefícios, cujos passivos associados estão registrados em Recursos de instituições financeiras.

Ativos financeiros transferidos e ainda reconhecidos no balanço patrimonial e seus respectivos passivos associados

	31/12/2023		31/12/2022	
	Ativos financeiros transferidos	Passivos associados	Ativos financeiros transferidos	Passivos associados
Ativos financeiros vinculados ao compromisso de recompra				
Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado	4.259.632	5.183.315	--	--
Ativos financeiros ao custo amortizado – Títulos e valores mobiliários	2.487.810	2.504.630	3.354.740	5.420.304
Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes	269.653.535	259.607.174	205.713.059	136.063.836
Total	276.400.977	267.295.119	209.067.799	141.484.140



Ativos financeiros transferidos e ainda reconhecidos no balanço patrimonial cujos passivos associados são recursos apenas para os ativos transferidos

	31/12/2023		31/12/2022	
	Valor contábil	Valor Justo	Valor contábil	Valor Justo
Operações de crédito cedidas com coobrigação ¹				
Ativos financeiros transferidos	132.112	132.112	161.803	161.803
Passivos financeiros associados	132.331	132.331	161.571	161.571
Posição líquida	(219)	(219)	232	232

¹ Os ativos financeiros transferidos e os passivos financeiros associados às operações de crédito cedidas com coobrigação são reconhecidos no balanço patrimonial consolidado nos grupamentos "Empréstimos a clientes" e "Recursos de instituições financeiras", respectivamente.

Venda com compromisso de recompra

Vendas com compromisso de recompra são transações nas quais o Banco vende um título, em sua maioria de emissão pública, e simultaneamente se compromete a comprar esse mesmo título com preço fixo, em data futura. O Banco continua reconhecendo o título em sua totalidade no balanço patrimonial porque os riscos e benefícios dos títulos foram substancialmente retidos, isto é, qualquer mudança de valor de mercado e os rendimentos que o título oferece são de inteira responsabilidade do Banco.

A contrapartida recebida em caixa é reconhecida como um ativo financeiro e um passivo financeiro é reconhecido como uma obrigação a pagar pelo preço de recompra. Como o Banco vende os direitos contratuais dos fluxos de caixa dos títulos, ele não tem a possibilidade de utilizar os ativos transferidos durante a vigência do acordo.

Cessão de crédito com retenção substancial de riscos e benefícios

O Banco transfere o direito de receber o fluxo financeiro futuro dos ativos financeiros classificados como empréstimos e recebíveis, ao cessionário, mediante recebimento de uma quantia em caixa, calculada na data da transferência. Contudo, o Banco continua reconhecendo em seu balanço patrimonial os saldos dos ativos financeiros em rubricas destacadas, porque os riscos e benefícios dos títulos foram substancialmente retidos, isto é, qualquer situação de inadimplência ocorrida nos recebíveis transferidos é de inteira responsabilidade do Banco.

A contrapartida recebida em caixa é reconhecida como um ativo financeiro e um passivo financeiro é reconhecido como Recursos de instituições financeiras. Como o Banco vende os direitos contratuais dos fluxos de caixa dos empréstimos, ele não tem a possibilidade de utilizar os ativos transferidos durante a vigência do acordo.

37- Compensação de ativos e passivos financeiros

O Banco apresenta ativos e passivos financeiros que aparecem de forma líquida no balanço patrimonial consolidado ou que estão sujeitos a um contrato máster de compensação executável ou acordos similares, independentemente de serem apresentados de forma líquida no balanço patrimonial consolidado.

Os acordos similares incluem os contratos globais de derivativos: contratos CGD e ISDA (International Swap and Derivatives Agreement), no Brasil e no exterior, respectivamente e que contemplam cláusulas de compensação e os contratos globais de operações compromissadas: contratos máster de compensação GMRA (Global Master Repurchase Agreement) com cláusulas de compensação similares àquelas dos contratos CGD/ISDA.

A compensação de ativos e passivos financeiros firmados por meio de acordos máster de compensação e acordos similares pode ocorrer no curso normal das operações (netting of payments ou multiple transaction payment netting) e em caso de inadimplência, insolvência ou falência de quaisquer das contrapartes (set off).



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

Ativos financeiros sujeitos a compensação, acordos principais de compensação executável ou acordos similares

31/12/2023	Efeitos da compensação no balanço patrimonial consolidado			Valores relacionados não compensados			Valores não sujeitos a acordos de compensação ³	Saldo contábil	
	Valores brutos ¹	Valores brutos compensados	Valores líquidos	Impactos dos acordos de compensação	Garantias financeiras recebidas ²				Valores líquidos
					Caixa	Títulos			
Derivativos	1.808.410	(280.108)	1.528.302	(263.920)	--	--	1.264.382	445.384	1.973.686
Aplicações em operações compromissadas	778.490	--	778.490	--	--	(717.492)	60.998	393.004.094	393.782.584
Total	2.586.900	(280.108)	2.306.792	(263.920)	--	(717.492)	1.325.380	393.449.478	395.756.270

31/12/2022	Efeitos da compensação no balanço patrimonial consolidado			Valores relacionados não compensados			Valores não sujeitos a acordos de compensação ³	Saldo contábil	
	Valores brutos ¹	Valores brutos compensados	Valores líquidos	Impactos dos acordos de compensação	Garantias financeiras recebidas ²				Valores líquidos
					Caixa	Títulos			
Derivativos	694.343	(276.811)	417.532	(55.363)	--	--	362.169	1.220.537	1.638.069
Aplicações em operações compromissadas	1.476.068	--	1.476.068	--	--	(1.331.896)	144.172	359.144.406	360.620.474
Total	2.170.411	(276.811)	1.893.600	(55.363)	--	(1.331.896)	506.341	360.364.943	362.258.543

1 - Inclui o montante das operações com acordos máster de compensação e similares executáveis.

2 - Incluem depósitos em dinheiro e/ou instrumentos financeiros reconhecidos como de alta liquidez, sujeitos a condições normais de mercado. Títulos recebidos como garantia podem ser oferecidos como garantia ou vendidos durante o prazo da operação, com a obrigação de serem devolvidos no vencimento. As garantias somente serão exercidas em caso de inadimplência, insolvência ou falência de quaisquer das contrapartes e poderão ser utilizadas para abater saldo devedor ao final da operação, tanto para os contratos de operações compromissadas quanto para os contratos com derivativos.

3 - Inclui o total das operações sem vinculação a acordos máster de compensação.



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

Passivos financeiros sujeitos a compensação, acordos principais de compensação executável ou acordos similares

31/12/2023	Efeitos da compensação no balanço patrimonial consolidado			Valores relacionados não compensados			Valores não sujeitos a acordos de compensação ³	Saldo contábil	
	Valores brutos ¹	Valores brutos compensados	Valores líquidos	Impactos dos acordos de compensação	Garantias financeiras recebidas ²				Valores líquidos
					Caixa	Títulos			
Derivativos	(2.159.489)	280.108	(1.879.381)	244.894	--	--	(1.634.487)	(630.361)	(2.509.742)
Obrigações por operações compromissadas	(4.860.692)	--	(4.860.692)	--	--	4.105.895	(754.797)	(646.330.032)	(651.190.724)
Total	(7.020.181)	280.108	(6.740.073)	244.894	--	4.105.895	(2.389.284)	(646.960.393)	(653.700.466)

31/12/2022	Efeitos da compensação no balanço patrimonial consolidado			Valores relacionados não compensados			Valores não sujeitos a acordos de compensação ³	Saldo contábil	
	Valores brutos ¹	Valores brutos compensados	Valores líquidos	Impactos dos acordos de compensação	Garantias financeiras recebidas ²				Valores líquidos
					Caixa	Títulos			
Derivativos	(1.898.345)	276.811	(1.621.534)	59.317	--	--	(1.562.217)	(1.143.263)	(2.764.797)
Obrigações por operações compromissadas	(5.615.437)	--	(5.615.437)	--	--	4.825.097	(790.340)	(558.838.162)	(652.922.721)
Total	(7.513.782)	276.811	(7.236.971)	59.317	--	4.825.097	(2.352.557)	(559.981.425)	(655.687.518)

1 - Inclui o montante das operações com acordos máster de compensação e similares executáveis.

2 - Incluem depósitos em dinheiro e/ou instrumentos financeiros reconhecidos como de alta liquidez, sujeitos a condições normais de mercado. Títulos recebidos como garantia podem ser oferecidos como garantia ou vendidos durante o prazo da operação, com a obrigação de serem devolvidos no vencimento. As garantias somente serão exercidas em caso de inadimplência, insolvência ou falência de quaisquer das contrapartes e poderão ser utilizadas para abater saldo devedor ao final da operação, tanto para os contratos de operações compromissadas quanto para os contratos com derivativos.

3 - Inclui o total das operações sem vinculação a acordos máster de compensação.



38– Benefícios a empregados

O Banco do Brasil é patrocinador das seguintes entidades de previdência privada e de saúde complementar, que asseguram a complementação de benefícios de aposentadoria e assistência médica a seus funcionários:

	Planos	Benefícios	Classificação
Previ – Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil	Previ Futuro	Aposentadoria e pensão	Contribuição definida
	Plano de Benefícios 1	Aposentadoria e pensão	Benefício definido
	Plano Informal	Aposentadoria e pensão	Benefício definido
Cassi – Caixa de Assistência dos Funcionários do Banco do Brasil	Plano de Associados	Assistência médica	Benefício definido
Economus – Instituto de Seguridade Social	Prevmais	Aposentadoria e pensão	Contribuição variável
	Regulamento Geral	Aposentadoria e pensão	Benefício definido
	Regulamento Complementar 1	Aposentadoria e pensão	Benefício definido
	Grupo B'	Aposentadoria e pensão	Benefício definido
	Plano Unificado de Saúde – PLUS	Assistência médica	Benefício definido
	Plano Unificado de Saúde – PLUS II	Assistência médica	Benefício definido
	Plano de Assistência Médica Complementar – PAMC	Assistência médica	Benefício definido
Fusesc – Fundação Codesc de Seguridade Social	Multifuturo I	Aposentadoria e pensão	Contribuição variável
	Plano de Benefícios I	Aposentadoria e pensão	Benefício definido
SIM – Caixa de Assistência dos Empregados dos Sistemas Besc e Codesc, do Badesc e da Fusesc	Plano de Saúde	Assistência médica	Contribuição definida
Prevbep – Caixa de Previdência Social	Plano BEP	Aposentadoria e pensão	Benefício definido

Número de participantes abrangidos pelos planos de benefícios patrocinados pelo Banco

	31/12/2023			31/12/2022		
	N.º de participantes			N.º de participantes		
	Ativos	Assistidos	Total	Ativos	Assistidos	Total
Planos de aposentadoria e pensão	87.633	122.428	210.061	87.342	123.024	210.366
Plano de Benefícios 1 – Previ	3.111	99.991	103.102	3.500	100.458	103.958
Plano Previ Futuro	74.259	4.123	78.382	73.413	3.680	77.093
Plano Informal	--	1.916	1.916	--	2.045	2.045
Outros Planos	10.263	16.398	26.661	10.429	16.841	27.270
Planos de assistência médica	89.336	106.502	195.838	89.007	107.329	196.336
Cassi	80.681	101.054	181.735	80.236	101.619	181.855
Outros Planos	8.655	5.448	14.103	8.771	5.710	14.481



Contribuições do Banco para os planos de benefícios

	Exercício/2023	Exercício/2022
Planos de aposentadoria e pensão	2.099.626	1.968.892
Plano de Benefícios 1 – Previ ¹	660.535	638.270
Plano Previ Futuro	1.011.300	914.262
Plano Informal	134.995	140.985
Outros Planos	292.796	275.375
Planos de assistência médica	2.147.840	2.001.926
Cassi	1.908.758	1.804.709
Outros Planos	239.082	197.217
Total	4.247.466	3.970.818

1 - Refere-se às contribuições relativas aos participantes amparados pelo Contrato 97 e ao Plano 1, sendo que essas contribuições ocorreram respectivamente através da realização do Fundo Paridade até 2018 e do Fundo de Utilização (Nota 38.f). O Contrato 97 tem por objeto disciplinar a forma do custeio necessário à constituição de parte equivalente a 53,7% do valor garantidor do pagamento do complemento de aposentadoria devido aos participantes admitidos no Banco até 14.04.1967 que tivessem se aposentado ou viessem a se aposentar após essa data, exceto aqueles participantes que fazem parte do Plano Informal.

As contribuições do Banco para os planos de benefício definido (pós-emprego) foram estimadas em R\$ 972.899 mil para os próximos 6 meses e R\$ 2.075.329 mil para os próximos 12 meses.

Valores reconhecidos no resultado

	Exercício/2023	Exercício/2022
Planos de aposentadoria e pensão	1.634.233	1.757.884
Plano de Benefícios 1 – Previ	2.880.308	2.869.928
Plano Previ Futuro	(1.011.300)	(914.262)
Plano Informal	(107.170)	(104.157)
Outros Planos	(127.605)	(93.625)
Planos de assistência médica	(2.342.250)	(2.176.829)
Cassi	(2.120.045)	(1.989.431)
Outros Planos	(222.205)	(187.398)
Total	(708.017)	(418.945)

Informações detalhadas em relação aos planos de benefício definido constam na Nota 38.d.4.

a) Planos de aposentadoria e pensão

Previ Futuro (Previ)

Plano destinado aos funcionários do Banco admitidos na empresa a partir de 24/12/1997. Os participantes ativos contribuem com 7% a 17% do salário de participação na Previ. Os percentuais de participação variam em função do tempo de empresa e do nível do salário de participação. Não há contribuição para participantes inativos. O patrocinador contribui com montantes idênticos aos dos participantes, limitado a 14% da folha de salários de participação desses participantes.

Plano de Benefícios 1 (Previ)

Participam os funcionários do Banco que nele se inscreveram até 23/12/1997. Os participantes, tanto os ativos quanto os aposentados, contribuem com um percentual entre 1,8% e 7,8% do salário de participação ou dos



complementos de aposentadoria.

Plano Informal (Previ)

É de responsabilidade exclusiva do Banco do Brasil, cujas obrigações contratuais incluem:

- a) pagamento de aposentadoria dos participantes fundadores e dos beneficiários dos participantes falecidos até 14/04/1967;
- b) pagamento da complementação de aposentadoria aos demais participantes que se aposentaram até 14/04/1967 ou que, na mesma data, já reuniam condições de se aposentar por tempo de serviço e contavam com pelo menos 20 anos de serviço efetivo no Banco do Brasil; e
- c) aumento no valor dos proventos de aposentadoria e das pensões além do previsto no plano de benefícios da Previ, decorrente de decisões judiciais e de decisões administrativas em função de reestruturação do plano de cargos e salários e de incentivos criados pelo Banco.

Prevmais (Economus)

Participam desse plano os funcionários oriundos do Banco Nossa Caixa (incorporado pelo Banco do Brasil em 30/11/2009) inscritos a partir de 01/08/2006 e os participantes anteriormente vinculados ao plano de benefícios do Regulamento Geral que optaram pelo saldamento. O custeio para os benefícios de renda é paritário, limitado a 8% dos salários dos participantes. O plano oferece também benefícios de risco – suplementação de auxílio-doença/acidente de trabalho, invalidez e pensão por morte.

Regulamento Geral (Economus)

Plano do qual fazem parte os funcionários oriundos do Banco Nossa Caixa inscritos até 31/07/2006. Plano fechado para novas adesões. Funcionários e patrocinadora contribuem paritariamente sobre o salário de participação.

Regulamento Complementar 1 (Economus)

Destinado aos funcionários oriundos do Banco Nossa Caixa. Oferece os benefícios de complementação do auxílio-doença e pecúlios por morte e por invalidez. O custeio do plano é de responsabilidade da patrocinadora, dos participantes e dos assistidos.

Grupo B' (Economus)

Grupo de funcionários e aposentados oriundos do Banco Nossa Caixa admitidos no período de 22/01 a 13/05/1974 e seus assistidos.

Plano Multifuturo I (Fusesc)

Participam desse plano os funcionários oriundos do Banco do Estado de Santa Catarina – Besc (incorporado pelo Banco do Brasil em 30/09/2008) inscritos a partir de 12/01/2003 e os participantes anteriormente vinculados ao Plano de Benefícios I da Fusesc que optaram por este plano. Funcionários e patrocinadora contribuem paritariamente entre 2% a 7% do salário de participação, conforme decisão contributiva de cada participante.

Plano de Benefícios I (Fusesc)

Voltado aos funcionários oriundos do Besc inscritos até 11/01/2003. Plano fechado para novas adesões. Funcionários e patrocinadora contribuem paritariamente sobre o salário de participação.



Plano BEP (Prevbep)

Participam os funcionários oriundos do Banco do Estado do Piauí – BEP (incorporado pelo Banco do Brasil em 30/11/2008). Funcionários e patrocinadora contribuem paritariamente sobre o salário de participação.

b) Planos de assistência médica

Plano de Associados (Cassi)

O Banco é contribuinte do plano de saúde administrado pela Cassi, que tem como principal objetivo conceder auxílio para cobertura de despesas com a promoção, proteção, recuperação e reabilitação da saúde do associado e seus beneficiários inscritos. O Banco contribui mensalmente com importância equivalente a 4,5% do valor dos proventos gerais ou do valor total do benefício de aposentadoria ou pensão, além de 3% por dependente de funcionário da ativa (até três dependentes).

A contribuição mensal dos associados e beneficiários de pensão é de 4% do valor dos proventos gerais ou do valor total do benefício de aposentadoria ou pensão, coparticipação em alguns procedimentos, além de contribuição por dependente, seguindo as regras previstas no Estatuto da Cassi e no regulamento do plano.

Plano Unificado de Saúde – PLUS (Economus)

Plano dos funcionários oriundos do Banco Nossa Caixa, inscritos até 31/12/2000. A participação no plano se dá por meio de contribuição de 1,5% do salário bruto, sem limites, para a cobertura do titular e seus dependentes preferenciais, descontados em folha de pagamento do titular e 10% a título de coparticipação no custeio de cada consulta e exames de baixo custo, realizados pelo titular e seus dependentes (preferenciais e não preferenciais).

Plano Unificado de Saúde – PLUS II (Economus)

Destinado aos funcionários oriundos do Banco Nossa Caixa, inscritos a partir de 01/01/2001. A participação no plano se dá por meio de contribuição de 1,5% do salário bruto, sem limites, para a cobertura do titular e seus dependentes preferenciais, descontados em folha de pagamento do titular e 10% a título de coparticipação no custeio de cada consulta e exames de baixo custo, realizados pelo titular e seus dependentes preferenciais e filhos maiores. O plano não prevê a inclusão de dependentes não preferenciais.

Plano de Assistência Médica Complementar – PAMC (Economus)

Voltado para os funcionários oriundos do Banco Nossa Caixa lotados no Estado de São Paulo. São titulares do plano os empregados aposentados por invalidez dos Grupos “B” (Regulamento Complementar 1) e “C” (Regulamento Geral) e os seus dependentes, que participam do custeio na medida de sua utilização e de acordo com tabela progressiva e faixa salarial.

Plano SIM Saúde (SIM)

Participam desse plano os funcionários oriundos do Besc, além dos vinculados a outros patrocinadores (Badesc, Bescor, Fusc e a própria SIM). A contribuição mensal dos beneficiários titulares ativos é variável em função da faixa etária do beneficiário, devida por si e por seus dependentes, e a dos patrocinadores, em relação aos ativos e aos seus respectivos dependentes, também é variável em função da faixa etária. O plano prevê ainda, coparticipação sobre consultas, exames e atendimentos domiciliares, seguindo as regras previstas no regulamento do plano.



c) Fatores de risco

O Banco pode ser requerido a efetuar contribuições extraordinárias para as entidades patrocinadas, o que pode afetar negativamente o resultado das operações e o patrimônio líquido do Banco.

Do ponto de vista do ativo, o risco atuarial está associado à possibilidade de perdas resultantes da flutuação (redução) no valor justo dos ativos do plano. Do ponto de vista do passivo atuarial, por sua vez, o risco está associado à possibilidade de perdas decorrentes da flutuação (aumento) no valor presente das obrigações atuariais dos planos da categoria Benefício Definido.

Os critérios utilizados para apuração da obrigação do Banco com o conjunto de Planos destas Entidades Patrocinadas incorporam estimativas e premissas de natureza atuarial e financeira de longo prazo, bem como aplicação e interpretação de normas regulamentares vigentes. Assim, as imprecisões inerentes ao processo de utilização de estimativas e premissas podem resultar em divergências entre o valor registrado e o efetivamente realizado, resultando em impactos negativos ao resultado das operações do Banco.



d) Avaliações atuariais

As avaliações atuariais são elaboradas semestralmente e as informações constantes nos quadros a seguir referem-se àquelas efetuadas nas datas base de 31/12/2023 e 31/12/2022.

d.1) Mudanças no valor presente das obrigações atuariais de benefício definido

	Plano 1 – Previ		Plano Informal – Previ		Plano de Associados – Cassi		Outros planos	
	Exercício/2023	Exercício/2022	Exercício/2023	Exercício/2022	Exercício/2023	Exercício/2022	Exercício/2023	Exercício/2022
Saldo inicial	(140.726.703)	(152.404.722)	(752.171)	(846.025)	(8.808.892)	(9.212.441)	(8.352.609)	(8.975.214)
Custo de juros	(16.592.450)	(15.969.282)	(81.290)	(84.665)	(1.054.064)	(989.853)	(981.052)	(948.961)
Custo do serviço corrente	(45.096)	(68.644)	--	--	(83.398)	(79.866)	(3.671)	(4.578)
Custo do serviço passado	--	--	(25.880)	(19.492)	--	--	--	--
Benefícios pagos utilizando os ativos do plano	16.101.165	15.311.473	134.995	140.986	926.175	884.995	916.460	865.173
Remensurações de ganhos/(perdas) atuariais	(28.921.336)	12.404.472	(91.617)	57.025	(1.892.492)	588.273	(1.587.747)	710.971
Ajuste de experiência	(1.197.402)	(4.970.461)	637	(7.543)	(189.334)	(335.656)	(55.461)	(268.829)
Alterações premissas biométricas/demográficas	38	--	--	--	1.411	--	284	17.932
Alterações premissas financeiras	(27.723.972)	17.374.933	(92.254)	64.568	(1.704.569)	923.929	(1.532.570)	961.868
Saldo final	(170.184.420)	(140.726.703)	(815.963)	(752.171)	(10.912.671)	(8.808.892)	(10.008.619)	(8.352.609)
Valor presente das obrigações atuariais com cobertura	(170.184.420)	(140.726.703)	--	--	--	--	(8.065.338)	(7.476.638)
Valor presente das obrigações atuariais a descoberto		--	(815.963)	(752.171)	(10.912.671)	(8.808.892)	(1.943.281)	(875.971)



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

d.2) Mudanças no valor justo dos ativos do plano

	Plano 1 – Previ		Plano Informal – Previ		Plano de Associados – Cassi		Outros planos ¹	
	Exercício/2023	Exercício/2022	Exercício/2023	Exercício/2022	Exercício/2023	Exercício/2022	Exercício/2023	Exercício/2022
Saldo inicial	197.539.033	192.870.833	--	--	--	--	7.476.638	7.590.710
Receita de juros	22.398.163	21.777.783	--	--	--	--	867.019	873.990
Contribuições recebidas	1.321.070	1.276.540	134.995	140.986	926.175	884.995	482.664	459.151
Participantes	660.535	638.270	--	--	--	--	185.238	173.101
Empregador	660.535	638.270	134.995	140.986	926.175	884.995	297.426	286.050
Benefícios pagos utilizando os ativos do plano	(16.101.165)	(15.311.473)	(134.995)	(140.986)	(926.175)	(884.995)	(916.460)	(865.173)
Ganho/(perda) atuarial sobre os ativos do plano	12.069.130	(3.074.650)	--	--	--	--	155.477	(582.040)
Saldo final	217.226.231	197.539.033	--	--	--	--	8.065.338	7.476.638

1- Refere-se aos seguintes planos: Regulamento Geral (Economus), Prevmias (Economus), Regulamento Complementar 1 (Economus), Multifuturo I (Fusesc), Plano I (Fusesc) e Plano BEP (Prevbep).

d.3) Valores reconhecidos no balanço patrimonial

	Plano 1 – Previ		Plano Informal – Previ		Plano de Associados – Cassi		Outros planos	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
1) Valor justo dos ativos do plano	217.226.231	197.539.033	--	--	--	--	8.065.338	7.476.638
2) Valor presente das obrigações atuariais	(170.184.420)	(140.726.703)	(815.963)	(752.171)	(10.912.671)	(8.808.892)	(10.008.619)	(8.352.609)
3) Superávit/(déficit) (1+2)	47.041.811	56.812.330	(815.963)	(752.171)	(10.912.671)	(8.808.892)	(1.943.281)	(875.971)
4) Ativo/(Passivo) Atuarial Líquido Registrado ¹	23.520.905	28.406.165	(815.963)	(752.171)	(10.912.671)	(8.808.892)	(1.527.327)	(910.551)

1- Refere-se à parcela do patrocinador no superávit/(déficit).



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

d.4) Detalhamento dos valores reconhecidos no resultado relativos aos planos de benefício definido

	Plano 1 – Previ		Plano Informal – Previ		Plano de Associados – Cassi		Outros planos	
	Exercício/2023	Exercício/2022	Exercício/2023	Exercício/2022	Exercício/2023	Exercício/2022	Exercício/2023	Exercício/2022
Custo do serviço corrente	(22.548)	(34.322)	--	--	(83.398)	(79.865)	(1.835)	(2.290)
Custo dos juros	(8.296.225)	(7.984.642)	(81.291)	(84.665)	(1.054.063)	(989.853)	(542.034)	(525.258)
Rendimento esperado sobre os ativos do plano	11.199.081	10.888.892	--	--	--	--	432.118	435.673
Custo do serviço passado não reconhecido	--	--	(25.879)	(19.492)	--	--	--	--
Despesa com funcionários da ativa	--	--	--	--	(982.584)	(919.713)	(241.712)	(191.800)
Outros ajustes/reversão	--	--	--	--	--	--	3.653	2.652
(Despesa)/receita reconhecida na DRE	2.880.308	2.869.928	(107.170)	(104.157)	(2.120.045)	(1.989.431)	(349.810)	(281.023)

d.5) Valores reconhecidos no patrimônio líquido

	Plano 1 – Previ		Plano Informal – Previ		Plano de Associados – Cassi		Outros planos	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Saldo inicial	(789.156)	(3.235.552)	(105.295)	(136.659)	(638.989)	(962.540)	(312.637)	(364.321)
Ajustes de avaliação patrimonial	(8.426.102)	4.664.911	(91.617)	57.026	(1.892.492)	588.273	(802.450)	94.999
Efeitos fiscais	4.007.243	(2.218.515)	41.228	(25.662)	851.621	(264.722)	364.646	(43.315)
Saldo final	(5.208.015)	(789.156)	(155.684)	(105.295)	(1.679.860)	(638.989)	(750.441)	(312.637)



d.6) Perfil de vencimento das obrigações atuariais de benefício definido

	Duration ¹	Pagamentos de benefícios esperados ²				
		Até 1 ano	1 a 2 anos	2 a 3 anos	Acima 3 anos	Total
Plano 1 (Previ)	8,78	16.141.448	15.936.021	15.716.242	315.652.441	363.446.152
Plano Informal (Previ)	5,80	131.715	118.312	106.241	944.209	1.300.477
Plano de Associados (Cassi)	9,73	1.018.377	998.880	983.732	24.992.325	27.993.314
Regulamento Geral (Economus)	8,63	707.531	705.626	700.035	13.757.286	15.870.478
Regulamento Complementar 1 (Economus)	10,59	3.640	3.824	4.023	137.472	148.959
Plus I e II (Economus)	12,22	47.316	49.251	51.147	2.485.951	2.633.665
Grupo B' (Economus)	7,53	24.618	24.307	23.959	361.348	434.232
Prevmais (Economus)	9,79	32.889	32.852	32.848	857.375	955.964
Multifuturo I (Fusesc)	9,73	8.669	8.684	8.697	223.329	249.379
Plano I (Fusesc)	7,33	52.549	51.445	50.240	711.857	866.091
Plano BEP (Prevbep)	9,09	8.013	7.966	7.913	171.864	195.756

1- Duração média ponderada, em anos, da obrigação atuarial de benefício definido.

2- Valores considerados sem descontar a valor presente.

d.7) Composição dos ativos dos planos

	Plano 1 – Previ		Outros planos	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Renda fixa	127.077.345	115.877.631	7.276.657	6.582.918
Renda variável ¹	70.598.525	64.138.045	294.801	389.605
Investimentos imobiliários	12.142.946	10.765.877	221.915	221.068
Empréstimos e financiamentos	5.669.605	5.215.030	156.858	151.513
Outros	1.737.810	1.542.450	115.107	131.534
Total	217.226.231	197.539.033	8.065.338	7.476.638
Montantes incluídos no valor justo dos ativos do plano				
Em instrumentos financeiros próprios da entidade	9.384.173	6.894.112	--	43.050
Em propriedades ou outros ativos utilizados pela entidade	1.390.248	1.264.250	35.153	31.239

1- No Plano 1 – Previ, inclui o valor de R\$ 5.586.966 mil (R\$ 6.432.248 mil em 31/12/2022), referente a ativos não cotados em mercado ativo.

d.8) Principais premissas atuariais adotadas em cada período

	Plano 1 – Previ		Plano Informal – Previ		Plano de Associados – Cassi		Outros planos	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Taxa de inflação (a.a.)	3,55%	3,45%	3,57%	3,58%	3,55%	3,42%	3,55%	3,45%
Taxa real de desconto (a.a.)	6,81%	8,94%	6,64%	8,79%	6,86%	8,98%	6,80%	8,94%
Taxa nominal de retorno dos investimentos (a.a.)	10,60%	12,70%	--	--	--	--	10,59%	12,69%
Taxa real de crescimento salarial esperado (a.a.)	0,77%	0,67%	--	--	--	--	0,91%	0,91%
Tábua de sobrevivência	BR-EMSsb-2015		BR-EMSsb-2015		BR-EMSsb-2015		AT-2000 / AT-2012 / AT-83 / RP 2000	
Regime de capitalização	Crédito Unitário Projetado		Crédito Unitário Projetado		Crédito Unitário Projetado		Crédito Unitário Projetado	

O Banco, para definição dos valores relativos aos planos de benefício definido, utiliza métodos e premissas diferentes daqueles apresentados pelas entidades patrocinadas.



A norma internacional IAS 19 e a interpretação IFRIC 14 detalham a questão da contabilização assim como os efeitos ocorridos ou a ocorrer nas empresas patrocinadoras de planos de benefícios a empregados. Por sua vez, as entidades patrocinadas obedecem às normas emanadas do Ministério da Previdência Social, por intermédio do Conselho Nacional de Previdência Complementar - CNPC e da Superintendência Nacional de Previdência Complementar- Previc. As diferenças mais relevantes concentram-se na definição dos valores relativos ao Plano 1 – Previ.

d.9) Análise de sensibilidade

As análises de sensibilidade são baseadas na mudança em uma das premissas, mantendo todas as outras constantes. Na prática, isso é pouco provável de ocorrer, e as mudanças em algumas das premissas podem ser correlacionadas.

Os métodos utilizados na elaboração da análise de sensibilidade não se alteraram em relação ao período anterior, sendo observadas as atualizações nos parâmetros de taxa de desconto.

A tabela abaixo apresenta a análise de sensibilidade das premissas atuariais mais relevantes, demonstrando o aumento/(redução) nas obrigações dos benefícios definidos, com as variações razoavelmente possíveis para 31/12/2023.

	Taxa de Desconto		Expectativa de Vida		Crescimento Salarial	
	+0,25%	-0,25%	+1 ano	-1 ano	+0,25%	-0,25%
Plano 1 (Previ)	(3.504.675)	3.644.230	2.882.631	(2.933.490)	6.428	(6.409)
Plano Informal (Previ)	(11.110)	11.437	23.930	(23.667)	--	--
Plano de Associados (Cassi)	(211.965)	221.049	149.512	(151.193)	766	(749)
Regulamento Geral (Economus)	(156.865)	162.833	136.848	(140.621)	--	--
Regulamento Complementar 1 (Economus)	(1.621)	1.686	(1.904)	1.944	--	--
Plus I e II (Economus)	(23.035)	24.253	26.373	(25.634)	--	--
Grupo B' (Economus)	(4.375)	4.522	5.618	(5.786)	--	--
Prevmais (Economus)	(8.977)	9.368	2.370	(2.339)	1.154	(1.145)
Multifuturo I (Fusesc)	(3.162)	3.207	1.162	(1.192)	761	(866)
Plano I (Fusesc)	(8.116)	8.382	10.462	(10.583)	--	--
Plano BEP (Prevbep)	(1.944)	2.023	1.366	(1.411)	--	--



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

e) Resumo dos ativos/(passivos) atuariais registrados no Banco

	Ativo atuarial		Passivo atuarial	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Plano 1 (Previ)	23.520.905	28.406.165	--	--
Plano Informal (Previ)	--	--	(815.963)	(752.171)
Plano de Associados (Cassi)	--	--	(10.912.671)	(8.808.892)
Regulamento Geral (Economus)	--	--	(816.905)	(565.077)
Regulamento Complementar 1 (Economus)	7.928	9.576	--	--
Plus I e II (Economus)	--	--	(802.397)	(563.390)
Grupo B' (Economus)	--	--	(238.803)	(206.165)
Prevmias (Economus)	133.637	147.230	--	--
Multifuturo I (Fusesc)	69.919	119.869	--	--
Plano I (Fusesc)	96.072	115.868	--	--
Plano BEP (Prevbep)	23.222	31.538	--	--
Total	23.851.683	28.830.246	(13.586.739)	(10.895.695)

f) Destinações do Superávit do Plano 1 – Previ

	Exercício/2023	Exercício/2022
Fundo de Utilização ¹		
Saldo inicial	11.315.371	10.795.343
Contribuição ao Plano 1	(660.535)	(638.270)
Atualização	954.017	1.158.298
Saldo final	11.608.853	11.315.371

1- Constituído por recursos transferidos do Fundo de Destinação (oriundo do superávit do plano). Pode ser utilizado pelo Banco, como forma de reembolso ou como redução nas contribuições futuras, após cumpridas as exigências estabelecidas pela legislação aplicável. É corrigido pela meta atuarial (INPC + 4,75% a.a.).



39– Partes relacionadas

a) Pessoal-chave da administração

Custos com remuneração e outros benefícios atribuídos ao pessoal-chave da administração do Banco do Brasil, formado pelos membros do Conselho de Administração e Diretoria Executiva:

	Exercício/2023	Exercício/2022
Benefícios de curto prazo	51.435	52.004
Honorários e encargos sociais	31.866	30.754
Diretoria Executiva	31.443	30.666
Conselho de Administração	423	88
Remuneração variável (pecúnia) e encargos sociais	13.503	14.093
Outros ¹	6.066	7.157
Benefícios motivados pela cessação do exercício do cargo	3.503	52
Remuneração baseada em ações	8.595	7.523
Total	63.533	59.579

1 - Inclui a remuneração dos membros dos Comitês de Auditoria e de Riscos e de Capital que integram o Conselho de Administração, bem como contribuições patronais aos planos de saúde e previdência complementar, auxílio moradia, vantagens de remoção, seguro de vida em grupo, entre outros.

De acordo com a política de remuneração variável do Banco do Brasil, estabelecida em conformidade com a Resolução CMN nº 3.921/2010, parte da remuneração variável da Diretoria Executiva é paga em ações (Nota 31.L).

O Banco não oferece benefícios pós-emprego ao pessoal-chave da administração, com exceção daqueles que fazem parte do quadro funcional do Banco.

b) Transações com partes relacionadas

O Banco possui política de transações com partes relacionadas aprovada pelo Conselho de Administração e divulgada ao mercado. A política visa estabelecer regras para assegurar que todas as decisões, especialmente aquelas envolvendo partes relacionadas e outras situações com potencial conflito de interesse, sejam tomadas observando os interesses do Banco e de seus acionistas. A política se aplica a todos os colaboradores e administradores do Banco.

Dentre outras orientações, a política veda a realização de transações com partes relacionadas em condições diversas às de mercado ou que possam prejudicar os interesses da instituição. Sendo assim, as transações são praticadas em condições e taxas compatíveis com as praticadas com terceiros quando aplicável e não envolvem riscos anormais de recebimento, conforme informações constantes em outras notas explicativas.

Os saldos de contas referentes às transações entre as empresas consolidadas do Banco são eliminados nas demonstrações contábeis consolidadas.

Dentre as transações realizadas pelo Banco com suas partes relacionadas, destacamos:

- transações bancárias, tais como aplicações em depósitos interfinanceiros, títulos e valores mobiliários, operações de crédito, depósitos em conta corrente (não remunerados), depósitos remunerados, captações no mercado aberto, obrigações por empréstimos e repasses, prestação de serviços e de garantias, avais ou fianças;
- valores a receber do Tesouro Nacional referentes à equalização de taxa de juros de programas incentivados pelo Governo Federal, na forma da Lei nº 8.427/1992. A equalização de taxas, modalidade de subvenção econômica, representa o diferencial de taxas entre o custo de captação de recursos, acréscimo dos custos administrativos e tributários e os encargos cobrados do tomador final do crédito rural. O valor da



equalização é atualizado pela Taxa Média Selic desde a sua apuração até o pagamento pelo Tesouro Nacional, que é realizado segundo programação orçamentária daquele Órgão, conforme estabelece a Legislação, preservando assim a adequada remuneração ao Banco;

- disponibilização dos sistemas internos para a Previ, para votações, processos seletivos e acesso a normas internas de interesse comum, o que gera uma economia de custos para ambas as partes envolvidas;
- contratos de comodato, onde o Banco figura basicamente como cessionário, utilizando-se dos espaços, principalmente, para instalação de terminais de autoatendimento, de postos de atendimento bancário e de agências, não representando volume significativo, uma vez que os contratos dessa natureza são realizados na maior parte com terceiros;
- disponibilização de estrutura para controladas e entidades patrocinadas, para desempenho de atividades operacionais mediante o ressarcimento dos custos e despesas apurados devido à utilização dos recursos humanos, materiais, tecnológicos e administrativos. O compartilhamento de estrutura visa obter ganho de eficiência operacional para o Conglomerado. No Exercício/2023, foram ressarcidos custos e despesas provenientes do compartilhamento de estrutura no valor de R\$ 361.500 mil (R\$ 384.294 mil no Exercício/2022). No Exercício/2023, o banco foi ressarcido em R\$ 618.628 mil (R\$ 551.499 mil no Exercício/2022), referente aos custos com empregados cedidos sem ônus;
- aluguéis de imóveis de propriedade de entidades patrocinadas para desempenho das atividades do Banco;
- aquisição de carteiras de operações de crédito cedidas pelo Banco Votorantim;
- cessão de créditos oriundos de operações baixadas como prejuízos para a Ativos S.A.;
- contratação de serviços especializados da BB Tecnologia S.A. (BBTS) para assistência técnica especializada, digitalização e reprodução de documentos, telemarketing, cobrança extrajudicial, suporte e apoio a processos de negócios financeiros e não financeiros, monitoramento, supervisão e execução de atividades inerentes a equipamentos e ambientes, desenvolvimento, sustentação e teste de *software*, suporte e operação em data center, gerenciamento de mensagens eletrônicas de telefonia celular, *outsourcing* e monitoria de sistemas de segurança física e *outsourcing* de telefonia;
- valores a receber decorrente das honras solicitadas pelo Banco aos Fundos Garantidores, nos quais a União detém participação, conforme prazos e condições estabelecidos pelo regulamento de cada programa de garantia. Os Fundos Garantidores são instrumentos de natureza pública ou privada destinados a garantir projetos e operações de crédito, com a finalidade, dentre outras, de viabilizar empreendimentos estruturados do Poder Público e auxiliar a inclusão de pessoas físicas e jurídicas no mercado de crédito; e
- garantias recebidas e prestadas e outras coobrigações, dentre elas o contrato de abertura de linha de crédito interbancário rotativo a liberar com o Banco Votorantim.

Para 2023, o Banco e a Caixa Econômica Federal (CEF) assinaram contrato de abertura de crédito destinado à contratação de operações de crédito, no âmbito das áreas de habitação popular e demais operações habitacionais, no valor de até R\$ 1.650.000 mil (de até R\$ 1.176.794 mil em 2022).

As transações acima que envolvam valores são demonstradas adiante no quadro “Sumário das transações com partes relacionadas”, segregados por natureza e categoria de entidades relacionadas.

Algumas transações constam em outras notas explicativas: os recursos aplicados em títulos públicos federais, estão relacionados nas Notas 16, 17 e 18; as informações referentes aos fundos públicos estão relacionadas nas Notas 25 e 27; e as informações referentes aos repasses e demais transações com entidades patrocinadas estão relacionadas na Nota 38.

O Banco instituiu a Fundação Banco do Brasil (FBB) que tem por objetivo promover, apoiar, incentivar e patrocinar ações nos campos da educação, cultura, saúde, assistência social, recreação e desporto, ciência e tecnologia e assistência a comunidades urbano-rurais. No Exercício/2023, o Banco e suas subsidiárias realizaram contribuições para a FBB no valor de R\$ 85.119 mil (R\$ 118.849 mil no Exercício/2022).

c) Aquisição de carteiras de operações de crédito cedidas pelo Banco Votorantim

	Exercício/2023	Exercício/2022
Cessão com retenção substancial de riscos e benefícios (com coobrigação)	9.426.648	4.881.162



d) Sumário das transações com partes relacionadas

Apresentamos as transações realizadas com as partes relacionadas, segregadas nas seguintes categorias:

- Controlador: União (Tesouro Nacional e órgãos da administração direta do Governo Federal);
- Coligadas e controladas em conjunto: Referem-se, principalmente, ao Banco Votorantim, Cielo, BB Mapfre Participações, Brasilprev, Brasilcap, Alelo, Cateno e Tecban;
- Pessoal-chave da administração: Conselho de Administração e Diretoria Executiva; e
- Outras partes relacionadas: Empresas públicas e sociedades de economia mista controladas pelo Governo Federal, tais como: Petrobras, CEF e BNDES. Fundos do Governo: Fundo de Amparo ao Trabalhador – FAT e Fundo de Aval para Geração de Emprego e Renda – Funproger. Além dessas, entidades vinculadas aos funcionários e entidades patrocinadas: Cassi, Previ e outras.

	Controlador	Coligadas e joint ventures	Pessoal-chave da administração	Outras partes relacionadas	31/12/2023
Ativos	2.218.804	14.639.113	5.744	8.672.109	25.535.770
Empréstimos a instituições financeiras	--	12.803.632	--	2.024.499	14.828.131
Ativos financeiros	--	172.092	--	750.827	922.919
Empréstimos a clientes ¹	--	512.817	5.744	5.598.011	6.116.572
Outros ativos ²	2.218.804	1.150.572	--	298.772	3.668.148
Passivos	5.232.256	18.923.689	24.240	64.201.350	88.381.535
Recursos de clientes	3.339.754	476.907	1.574	17.437.737	21.255.972
Recursos de instituições financeiras	139.308	100.039	--	45.220.590	45.459.937
Outros passivos ³	1.753.194	18.346.743	22.666	1.543.023	21.665.626
Garantias prestadas e outras coobrigações	293.040	5.000.023	--	30.864	5.323.927
Demonstração do Resultado Consolidado			Exercício/2023		
Receitas de juros	5.016.441	1.781.577	700	596.808	7.395.526
Despesas de juros	(189.136)	(40.631)	(2.316)	(4.078.899)	(4.310.982)
Receitas de prestação de serviços	141.352	6.346.319	45	761.627	7.249.343
Outras receitas	29.295	862.970	--	17.216	909.481
Outras despesas	(1.073.172)	(761.973)	--	(1.474.574)	(3.309.719)

1 - Os empréstimos a clientes possuem R\$ 43 mil de perdas esperadas. Houve reforço de provisão de R\$ 4 mil no Exercício/2023.

2 - As transações com o Controlador referem-se, principalmente, à equalização de taxas – safra agrícola e títulos e créditos a receber do Tesouro Nacional.

3 - Referem-se, principalmente, a outros instrumentos financeiros e letras financeiras. Os saldos evidenciados na coluna "coligadas e joint ventures" referem-se, principalmente, aos valores a pagar à Cielo relativos as transações realizadas com cartões de crédito e de débito emitidos pelo Banco a serem repassados pela Cielo aos estabelecimentos credenciados.



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

	Controlador	Coligadas e joint ventures	Pessoal-chave da administração	Outras partes relacionadas	31/12/2022
Ativos	2.580.362	12.902.253	6.147	6.299.651	21.788.413
Empréstimos a instituições financeiras	--	8.410.124	--	2.901.626	11.311.750
Ativos financeiros	--	3.694.921	--	498.019	4.192.940
Empréstimos a clientes ¹	--	1.211	6.147	2.587.860	2.595.218
Outros ativos ²	2.580.362	795.997	--	312.146	3.688.505
Passivos	4.642.909	17.773.448	25.875	57.931.685	80.373.917
Recursos de clientes	2.747.266	570.117	1.741	11.074.351	14.393.475
Recursos de instituições financeiras	132.828	100.043	--	45.689.386	45.922.257
Outros passivos ³	1.762.815	17.103.288	24.134	1.167.948	20.058.185
Garantias recebidas	--	20	--	--	20
Garantias prestadas e outras coobrigações	344.592	5.004.909	--	33.985	5.383.486
Demonstração do Resultado Consolidado	Exercício/2022				
Receitas de juros	5.744.487	1.141.864	810	541.636	7.428.797
Despesas de juros	(152.927)	(47.406)	(2.192)	(4.080.080)	(4.282.605)
Receitas de prestação de serviços	165.872	6.011.385	14	750.321	6.927.592
Outras receitas	113.535	881.363	--	17.229	1.012.127
Outras despesas	(973.196)	(1.384.821)	--	(797.182)	(3.155.199)

1 - Os empréstimos a clientes possuem R\$ 39 mil de perdas esperadas. Houve reversão de provisão de R\$ 8 mil no Exercício/2022.

2 - As transações com o Controlador referem-se, principalmente, à equalização de taxas – safra agrícola e títulos e créditos a receber do Tesouro Nacional.

3 - Referem-se, principalmente, a outros instrumentos financeiros e letras financeiras. Os saldos evidenciados na coluna "coligadas e joint ventures" referem-se, principalmente, aos valores a pagar à Cielo relativos as transações realizadas com cartões de crédito e de débito emitidos pelo Banco a serem repassados pela Cielo aos estabelecimentos credenciados.



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

40- Ativos e passivos circulantes e não circulantes

	31/12/2023		
	Até 1 ano	Após 1 ano	Total
Ativo			
Caixa e depósitos bancários	17.327.745	--	17.327.745
Depósitos compulsórios no Banco Central do Brasil	101.805.900	--	101.805.900
Ativos financeiros ao custo amortizado líquidos	875.175.112	582.535.761	1.457.710.873
Empréstimos a instituições financeiras	433.281.394	9.385.106	442.666.500
Empréstimos a clientes	394.830.350	516.450.848	911.281.198
Títulos e valores mobiliários	25.980.924	27.117.573	53.098.497
Outros ativos financeiros	21.082.444	29.582.234	50.664.678
Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado	14.173.304	--	14.173.304
Instrumentos de dívida e patrimônio	12.199.618	--	12.199.618
Derivativos	1.973.686	--	1.973.686
Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes	22.758.369	378.683.966	401.442.335
Ativos não circulantes mantidos para venda	134.755	--	134.755
Investimentos em coligadas e joint ventures	--	22.215.047	22.215.047
Ativo imobilizado	--	14.118.006	14.118.006
De uso	--	10.299.022	10.299.022
De direito de uso	--	3.818.984	3.818.984
Ativos intangíveis	--	10.801.929	10.801.929
Ativos fiscais	9.630.569	61.091.547	70.722.116
Correntes	9.630.569	--	9.630.569
Diferidos	--	61.091.547	61.091.547
Outros ativos	18.070.490	25.355.952	43.426.442
Total do ativo	1.059.076.244	1.094.802.208	2.153.878.452
Passivo			
Passivos financeiros ao custo amortizado	1.482.719.779	401.685.601	1.884.405.380
Recursos de clientes	650.934.045	161.009.758	811.943.803
Recursos de instituições financeiras	615.311.496	35.879.228	651.190.724
Recursos de emissões de títulos e valores mobiliários	117.993.784	166.162.523	284.156.307
Outros passivos financeiros	98.480.454	38.634.092	137.114.546
Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado	2.509.742	--	2.509.742
Provisões trabalhistas, fiscais e cíveis	8.260.843	10.464.834	18.725.677
Provisões para perdas esperadas com garantias prestadas e compromissos de empréstimos	2.656.416	404.944	3.061.360
Passivos fiscais	4.889.032	12.876.428	17.765.460
Correntes	4.889.032	--	4.889.032
Diferidos	--	12.876.428	12.876.428
Outros passivos	36.503.356	17.337.151	53.840.507
Patrimônio líquido	--	173.570.326	173.570.326
Total do passivo e patrimônio líquido	1.537.539.168	616.339.284	2.153.878.452



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

	31/12/2022		
	Até 1 ano	Após 1 ano	Total
Ativo			
Caixa e depósitos bancários	18.310.546	--	18.310.546
Depósitos compulsórios no Banco Central do Brasil	95.119.085	--	95.119.085
Ativos financeiros ao custo amortizado líquidos	825.013.347	527.891.588	1.352.904.935
Empréstimos a instituições financeiras	415.659.872	7.568.556	423.228.428
Empréstimos a clientes	372.512.511	460.426.046	832.938.557
Títulos e valores mobiliários	18.833.235	29.163.189	47.996.424
Outros ativos financeiros	18.007.729	30.733.797	48.741.526
Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado	12.078.012	--	12.078.012
Instrumentos de dívida e patrimônio	10.439.943	--	10.439.943
Derivativos	1.638.069	--	1.638.069
Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes	44.800.309	324.970.445	369.770.754
Ativos não circulantes mantidos para venda	203.473	--	203.473
Investimentos em coligadas e joint ventures	--	20.214.061	20.214.061
Ativo imobilizado	--	13.200.128	13.200.128
De uso	--	9.194.568	9.194.568
De direito de uso	--	4.005.560	4.005.560
Ativos intangíveis	--	11.030.985	11.030.985
Ativos fiscais	9.914.030	57.327.950	67.241.980
Correntes	9.914.030	--	9.914.030
Diferidos	--	57.327.950	57.327.950
Outros ativos	17.768.738	30.325.909	48.094.647
Total do ativo	1.023.207.540	984.961.066	2.008.168.606
Passivo			
Passivos financeiros ao custo amortizado	1.394.795.485	358.406.510	1.753.201.995
Recursos de clientes	593.072.021	160.191.026	753.263.047
Recursos de instituições financeiras	616.608.090	36.314.631	652.922.721
Recursos de emissões de títulos e valores mobiliários	72.864.685	156.881.279	229.745.964
Outros passivos financeiros	112.250.689	5.019.574	117.270.263
Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado	2.764.797	--	2.764.797
Provisões trabalhistas, fiscais e cíveis	6.363.934	12.008.771	18.372.705
Provisões para perdas esperadas com garantias prestadas e compromissos de empréstimos	3.146.078	438.800	3.584.878
Passivos fiscais	4.625.471	13.566.618	18.192.089
Correntes	4.625.471	--	4.625.471
Diferidos	--	13.566.618	13.566.618
Outros passivos	45.591.895	2.942.495	48.534.390
Patrimônio líquido	--	163.517.752	163.517.752
Total do passivo e patrimônio líquido	1.457.287.660	550.880.946	2.008.168.606



41– Outras informações

a) Emissão de social bond pelo Banco do Brasil

Em 11/01/2022, o Banco do Brasil S.A. informou em Comunicado ao Mercado que, por meio de sua Agência de Grand Cayman, precificou, em 06/01/2022, captação internacional sustentável de dívida sênior, do tipo social bond, no montante de US\$ 500 milhões, com vencimento em 11/01/2029 e cupom de 4,875% a.a. A liquidação financeira da operação ocorreu em 11/01/2022. Este foi o primeiro social bond emitido pelo Banco do Brasil.

A emissão aconteceu no escopo do Framework de Finanças Sustentáveis do Banco que está alinhado com padrões e taxonomias internacionais, como os Social Bond Principles 2021 da International Capital Market Association (ICMA), e as melhores práticas mundiais como os Objetivos de Desenvolvimento Sustentáveis (ODS) da Organização das Nações Unidas (ONU).

b) Conflitos no leste europeu e oriente médio

O Banco do Brasil e suas subsidiárias, no Brasil e no exterior, não possuem exposição direta aos conflitos haja vista as regiões não serem áreas de atuação e não haver operações relevantes com os governos e empresas oriundas dos países envolvidos. Inevitavelmente, o impacto das guerras na economia mundial traz efeitos sistêmicos à indústria financeira no Brasil, que por hora não ensejam reflexos em nossos Demonstrativos Contábeis. O Banco continua monitorando atentamente o desenrolar dos fatos, com vistas a mitigar potenciais impactos financeiros sobre suas operações.

c) Alteração no tratamento tributário aplicável a perdas incorridas

Em 16/11/2022, a Medida Provisória nº 1.128/2022 foi convertida na Lei nº 14.467/2022, que promoveu alterações no tratamento tributário aplicável às perdas incorridas nos recebimentos de créditos decorrentes das atividades das instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, exceto administradoras de consórcio e instituições de pagamento.

O Banco está avaliando os possíveis impactos decorrentes da norma, que produzirá efeitos a partir de 01/01/2025.

42– Eventos subsequentes

a) Desdobramento das ações do Banco do Brasil (BBAS3)

Em 02/02/2024, a Assembleia Geral Extraordinária do Banco do Brasil aprovou o desdobramento (split) de 100% das ações do BB (BBAS3), atribuindo-se, dessa forma, 01 (uma) nova ação para cada ação emitida.

A alteração estatutária decorrente do split está sujeita à aprovação pelo Banco Central do Brasil. O Banco manterá seus acionistas e o mercado em geral informados sobre a data-base na qual as ações passarão a ser negociadas já considerando o desdobramento.

b) Oferta Pública de Aquisição de Ações (OPA) da Cielo S.A.

Em 05/02/2024, o Conselho de Administração do Banco do Brasil autorizou a aquisição de até a totalidade das ações em circulação da Cielo S.A. – Instituição de Pagamento (“Cielo” ou “Companhia”), via realização de Oferta Pública de Aquisição de Ações (“OPA”) e consequente aumento de participação acionária indireta do Banco, por meio da BB Elo Cartões Participações S.A. (“BB Elo”) e Elo Participações Ltda. (“Elo Participações”) na Cielo, para até 49,99%.



Nesta mesma data, a BB Elo e Quixaba Empreendimentos e Participações Ltda. (“Quixaba” e, em conjunto com BB Elo, “Acionistas Controladores” da Cielo) encaminharam comunicado à Cielo, informando-lhe a decisão de realizarem, juntamente com o Grupo Elopap, uma oferta pública unificada de aquisição de ações ordinárias da Companhia para (i) conversão de registro de companhia aberta na CVM, da categoria “A” para “B” e (ii) para saída do Novo Mercado da B3 S.A., de acordo com a legislação aplicável e o estatuto social da Cielo. O pedido de registro da OPA na CVM será realizado no prazo previsto na regulamentação vigente.

A OPA será lançada pelos (i) Acionistas Controladores, (ii) Elo Participações, (iii) Alelo Instituição de Pagamento S.A. e (iv) Livel S.A., qualificados em conjunto como “Ofertantes” para aquisição de até a totalidade de ações ordinárias de emissão da Companhia, exceto aquelas detidas pelos próprios Ofertantes, pessoas a eles vinculadas e as mantidas em tesouraria. O preço ofertado de cada ação objeto da OPA será de R\$ 5,35.

A Elo Participações contratou empresa avaliadora independente para elaborar o laudo de avaliação da Companhia. A data base considerada para avaliação da Companhia foi 31 de dezembro de 2023.

A operação está sujeita ao cumprimento de determinadas condições, incluindo as aprovações legais e regulatórias aplicáveis das autoridades governamentais competentes. Os demais termos e condições da OPA serão oportunamente disponibilizados ao mercado, de acordo com as normas aplicáveis.

43– Conciliação do patrimônio líquido e do resultado

	Referência	31/12/2023	31/12/2022
Patrimônio líquido atribuível ao controlador em BRGAAP		169.365.702	160.571.076
Ajustes de IFRS		(130.423)	(913.882)
Diferimento de tarifas e comissões para ajuste ao método da taxa efetiva de juros	(a)	(766.703)	(743.174)
Combinações de negócios e reorganizações societárias	(b)	1.478.647	1.571.298
Perdas esperadas em instrumentos financeiros	(c)	294.466	(2.967.816)
Outros ajustes		(485.576)	603.670
Imposto de renda e contribuição social sobre ajustes IFRS	(d)	(651.257)	622.140
Patrimônio líquido atribuível ao controlador em IFRS		169.235.279	159.657.194
Participações de acionistas não controladores		4.335.047	3.860.558
Patrimônio líquido apurado em conformidade com as IFRS		173.570.326	163.517.752

	Referência	Exercício/2023	Exercício/2022
Resultado atribuível ao controlador em BRGAAP		33.818.951	31.112.242
Ajustes de IFRS		(3.957.986)	(3.381.080)
Diferimento de tarifas e comissões para ajuste ao método da taxa efetiva de juros	(a)	(23.529)	51.610
Combinações de negócios e reorganizações societárias	(b)	(92.651)	(5.536)
Perdas esperadas em instrumentos financeiros	(c)	3.262.282	(1.890.317)
Outros ajustes ¹		(5.830.691)	(2.388.686)
Imposto de renda e contribuição social sobre ajustes IFRS	(d)	(1.273.397)	851.849
Resultado atribuível ao controlador em IFRS		29.860.965	27.731.162
Participações de acionistas não controladores		3.304.626	2.270.017
Resultado apurado em conformidade com as IFRS		33.165.591	30.001.179

1 - Refere-se principalmente aos ajustes de hiperinflação na Argentina, conforme IAS 29.



a) Diferimento de tarifas e comissões para ajuste ao método da taxa efetiva de juros

Segundo as práticas contábeis adotadas pelas instituições financeiras no Brasil, as tarifas cobradas e comissões pagas pela originação de empréstimos a clientes são reconhecidos no resultado no ato do recebimento e pagamento.

De acordo com as IFRS, em consonância com a IFRS 9, as tarifas e comissões que integram o cálculo da taxa efetiva de juros, diretamente atribuíveis aos instrumentos financeiros classificados ao custo amortizado, devem ser amortizadas ao longo da vida esperada dos contratos.

Os ajustes apresentados nestas demonstrações contábeis consolidadas refletem o diferimento linear dessas receitas e despesas em função do prazo apurado para cada instrumento sujeito ao método da taxa efetiva de juros.

b) Combinações de negócios e reorganizações societárias

Segundo as práticas contábeis adotadas pelas instituições financeiras no Brasil até 2022, o montante do ágio ou deságio resultante da aquisição de controle de uma companhia decorre da diferença entre o valor da contraprestação paga e o valor patrimonial das ações, o qual é amortizado, caso ele seja baseado em expectativa de rentabilidade futura.

Em conformidade com a IFRS 3, o ágio pago por expectativa de rentabilidade futura (goodwill) é representado pela diferença positiva entre o valor da contraprestação e o montante líquido proporcional adquirido do valor justo dos ativos e passivos da adquirida. O montante registrado como ágio não sofre amortização, todavia é avaliado no mínimo anualmente para fins de determinar se ele está em imparidade.

Os ajustes classificados como “Combinações de Negócios” referem-se à reversão da amortização de ágio efetuada segundo as práticas contábeis adotadas pelas instituições financeiras no Brasil, a amortização da parcela de valor justo dos ativos e passivos adquiridos/assumidos, a amortização dos ativos intangíveis de vida útil definida identificados na aquisição da participação societária e o deságio apurado na aquisição de participação societária, efetuados em conformidade com a IFRS 3.

c) Perdas esperadas com empréstimos a clientes, garantias prestadas, compromissos por empréstimos e demais ativos financeiros ao custo amortizado

Segundo as práticas contábeis adotadas pelas instituições financeiras no Brasil, os empréstimos a clientes devem ser classificados em ordem crescente de níveis de risco, que variam do risco AA ao risco H. A classificação da operação no nível de risco correspondente é de responsabilidade da instituição detentora do crédito e deve ser efetuada com base em critérios consistentes e verificáveis, amparada por informações internas e externas.

Os principais critérios observados pelas instituições financeiras quando da classificação dos empréstimos a clientes em níveis de risco são relacionados a:

- (i) situação econômico-financeira do devedor;
- (ii) grau de endividamento;
- (iii) capacidade de geração de resultados;
- (iv) fluxo de caixa;
- (v) pontualidade e atrasos nos pagamentos;
- (vi) limite de crédito;
- (vii) natureza e finalidade da transação; características das garantias, particularmente quanto à suficiência e liquidez; e
- (viii) valor da operação.



A classificação dos empréstimos a clientes em níveis de risco é revista mensalmente, em função de atraso verificado no pagamento de parcela de principal ou de encargos.

A provisão para fazer face às perdas em empréstimos a clientes, conforme as práticas contábeis adotadas pelas instituições financeiras no Brasil, deve ser constituída mensalmente, não podendo ser inferior ao somatório decorrente da aplicação de percentuais mínimos, os quais variam de 0% (zero por cento) para as operações de nível AA a 100% para as operações classificadas no nível H. Apesar de o modelo utilizado determinar um percentual mínimo de provisão para cada nível de risco, uma entidade pode, ao seu próprio critério, determinar um adicional de provisão.

Esta prática de provisionamento de perdas associada ao risco de crédito é baseada em um modelo de perdas esperadas, com a utilização de limites regulatórios, conforme Resolução CMN nº 2.682/1999.

Embora tanto as práticas contábeis internacionais e as brasileiras utilizem o conceito de perda esperada, o modelo internacional apresenta diferenças em relação a norma brasileira. O modelo adotado pelo banco, baseado na IFRS 9, considera a inadimplência e a alteração significativa do nível de risco de crédito, com a revisão periódica do enquadramento desses ativos, mediante a projeção de cenários econômicos. O banco avalia suas operações em três estágios: Estágio 1 – Operações em normalidade, Estágio 2 – Operações com aumento significativo de risco, e Estágio 3 – Operações em descumprimento. As operações podem migrar entre os estágios de acordo com a melhora ou o agravamento do risco de crédito da operação.

Ainda de acordo com a IFRS 9, o banco reconhece provisão para perdas esperadas com títulos e valores mobiliários ao custo amortizado, empréstimos a instituições financeiras, aplicações em operações compromissadas, bem como para as exposições off-balance, como compromissos de empréstimos e garantias prestadas, com base em modelos internos (a provisão para perdas com garantias prestadas, segundo as práticas aplicáveis à instituições financeiras no Brasil, segue normas específicas, com a utilização de limites regulatórios definidos pelo Banco Central do Brasil, assim como a provisão para perdas com empréstimos a clientes).

d) Imposto de renda e contribuição social sobre os ajustes de IFRS

Esse ajuste decorre da aplicação das alíquotas de imposto de renda e contribuição social sobre os ajustes de conversão das demonstrações contábeis consolidadas elaboradas em conformidade com as práticas contábeis adotadas pelas instituições financeiras no Brasil para as demonstrações contábeis consolidadas em conformidade com as IFRS.



Resumo do Relatório do Comitê de Auditoria Demonstrações Financeiras Consolidadas do Banco do Brasil em IFRS Segundo semestre de 2023

Apresentação

O Comitê de Auditoria (Coaud), órgão estatutário, tem suas atribuições definidas pela Lei nº 13.303/2016 (Lei das Estatais), Decreto nº 8.945/2016, Resolução CMN nº 4.910/2021, Estatuto Social do Banco do Brasil S.A. (BB) e seu Regimento Interno, assessora o Conselho de Administração (CA) em caráter permanente e com independência no exercício de suas atribuições.

O Coaud avalia e monitora as exposições de risco mediante interação e atuação conjunta com o Comitê de Riscos e de Capital (Coris), em consonância com a Resolução CMN nº 4.557/2017.

Os administradores do Banco do Brasil e de suas subsidiárias são responsáveis por elaborar e garantir a integridade das demonstrações contábeis, gerir os riscos, manter sistema de controles internos efetivo e zelar pela conformidade das atividades às leis e regulamentos.

A Auditoria Interna (Audit) responde pela realização de trabalhos periódicos, com foco nos principais riscos a que o Conglomerado está exposto, avaliando, com independência, a efetividade dos processos de gestão de riscos, de controles internos, contábeis e de governança.

A Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes Ltda. (Deloitte) é responsável pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas do BB e das subsidiárias abrangidas pelo Coaud. Avalia, também, no contexto desse trabalho, a qualidade e suficiência dos controles internos para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis.

Atividades do Período

As atividades desenvolvidas pelo Coaud, conforme Plano Anual de Trabalho 2023, aprovado pelo CA do Banco do Brasil em 08/12/2022, estão registradas em atas de reuniões e cobriram o conjunto de responsabilidades do Comitê. As referidas atas foram encaminhadas ao Conselho de Administração, disponibilizadas ao Conselho Fiscal e à Auditoria Independente, e estão publicadas, na forma de extratos, no endereço eletrônico www.bb.com.br/ri.

No período, realizou reuniões com representantes da Administração do BB e de empresas do Conglomerado, assim como com seus respectivos Conselhos de Administração e Fiscal, Coris, Conselho Diretor, Auditorias Interna e Independente e Banco Central do Brasil (Bacen), além de reuniões entre os membros do Coaud.

Nessas reuniões, abordou os temas sob seu acompanhamento, sintetizados nos seguintes eixos temáticos: sistema de controles internos, auditoria interna, auditoria independente, transações com partes relacionadas, atuarial, exposições de risco e contabilidade.

O Comitê apresentou informes periódicos de suas atividades e pareceres relativos aos temas abrangidos no escopo de sua atuação. Emitiu recomendações à gestão e à Auditoria Interna envolvendo os principais temas relacionados às suas atividades. As recomendações, após discutidas, foram acatadas e suas implementações acompanhadas pelo Coaud.

Não chegou ao conhecimento do Coaud a existência e/ou evidência de fraudes ou inobservância de normas legais e regulamentares que pudessem colocar em risco a continuidade da instituição.

Não foi reportada ao Coaud a existência de divergências entre a auditoria independente e a administração relacionadas às demonstrações contábeis.



Conclusões

Com base nas atividades desenvolvidas e tendo presente as atribuições e limitações inerentes ao escopo de sua atuação, o Coaud concluiu que:

- a) o Sistema de Controles Internos (SCI) é adequado ao porte e à complexidade dos negócios do Conglomerado e é objeto de permanente atenção por parte da Administração;
- b) a Auditoria Interna é efetiva, dispõe de estrutura e orçamento suficientes ao desempenho de suas funções e atua com independência, objetividade e qualidade;
- c) a Deloitte atua com efetividade e independência;
- d) os processos relativos a transações com partes relacionadas encontram-se em conformidade com a política específica do BB e com a legislação aplicável;
- e) os parâmetros dos cálculos e os resultados atuariais dos planos de benefícios dos fundos de pensão patrocinados estão adequadamente refletidos nas demonstrações contábeis;
- f) as exposições de risco vêm sendo gerenciadas adequadamente pela Administração;
- g) as demonstrações financeiras consolidadas no padrão IFRS relativas a 31/12/2023 foram elaboradas em conformidade com as normas internacionais de relatório financeiro (International Financial Reporting Standards), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), e refletem, em seus aspectos relevantes, a situação patrimonial e financeira naquela data.

Brasília-DF, 07 de fevereiro de 2024.

Egidio Otmar Ames
(Coordenador)

Aramis Sá de Andrade
Rachel de Oliveira Maia

Marcelo Gasparino Da Silva
Vera Lucia de Almeida Pereira Elias



Declaração dos membros do Conselho Diretor sobre as Demonstrações Financeiras

Em conformidade com o artigo 27, § 1º, inciso VI, da Resolução CVM nº 80, de 29/03/2022, declaramos que revisamos as Demonstrações Financeiras do Banco do Brasil S.A. relativas ao período findo em 31 de dezembro de 2023 e, baseados nas discussões subsequentes, concordamos que tais Demonstrações refletem adequadamente, em todos os aspectos relevantes, as posições patrimoniais e financeiras correspondentes aos períodos apresentados.

Brasília (DF), 06 de fevereiro de 2024.

Tarciana Paula Gomes Medeiros
Presidente

Ana Cristina Rosa Garcia
Vice-Presidência Corporativo

Felipe Guimaraes Geissler Prince
Vice-Presidência de Controles Internos e Gestão de Riscos

José Ricardo Sasseron
Vice-Presidência de Negócios Governo e Sustentabilidade Empresarial

Marco Geovanne Tobias da Silva
Vice-Presidência de Gestão Financeira e Relações com Investidores

Carla Nesi
Vice-Presidência de Negócios de Varejo

Francisco Augusto Lassalvia
Vice-Presidência de Negócios de Atacado

Luiz Gustavo Braz Lage
Vice-Presidência de Agronegócios e Agricultura Familiar

Marisa Reghini Ferreira Mattos
Vice-Presidência de Negócios Digitais e Tecnologia



Declaração dos membros do Conselho Diretor sobre o Relatório dos Auditores Independentes

Em conformidade com o artigo 27, §1º, inciso V, da Resolução CVM nº 80, de 29/03/2022, declaramos que, baseados em nosso conhecimento, no planejamento apresentado pelos auditores e nas discussões subsequentes sobre os trabalhos realizados, concordamos com as opiniões/conclusões expressas no relatório da Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes Ltda., não havendo qualquer discordância.

Brasília (DF), 06 de fevereiro de 2024.

Tarciana Paula Gomes Medeiros
Presidente

Ana Cristina Rosa Garcia
Vice-Presidência Corporativo

Felipe Guimaraes Geissler Prince
Vice-Presidência de Controles Internos e Gestão
de Riscos

José Ricardo Sasseron
Vice-Presidência de Negócios Governo e
Sustentabilidade Empresarial

Marco Geovanne Tobias da Silva
Vice-Presidência de Gestão Financeira e Relações
com Investidores

Carla Nesi
Vice-Presidência de Negócios de Varejo

Francisco Augusto Lassalvia
Vice-Presidência de Negócios de Atacado

Luiz Gustavo Braz Lage
Vice-Presidência de Agronegócios e
Agricultura Familiar

Marisa Reghini Ferreira Mattos
Vice-Presidência de Negócios Digitais e
Tecnologia



Membros da administração

PRESIDENTE

Tarciana Paula Gomes Medeiros

VICE-PRESIDENTES

Ana Cristina Rosa Garcia
Carla Nesi
Felipe Guimarães Geissler Prince
Francisco Augusto Lassalvia
José Ricardo Sasseron
Luiz Gustavo Braz Lage
Marco Geovanne Tobias da Silva
Marisa Reghini Ferreira Mattos

DIRETORES

Alan Carlos Guedes de Oliveira
Alberto Martinhago Vieira
Antonio Carlos Wagner Chiarello
Carlos Eduardo Guedes Pinto
Eduardo Cesar Pasa
Euler Antonio Luz Mathias
João Francisco Fruet Júnior
João Vagnes de Moura Silva
Julio César Vezzano
Kamillo Tononi Oliveira Silva
Larissa da Silva Novais Vieira
Luciano Matarazzo Regno
Lucinéia Possar
Mariana Pires Dias
Neudson Peres de Freitas
Paula Sayão Carvalho Araujo
Pedro Bramont
Rafael Machado Giovanella
Rodrigo Costa Vasconcelos
Rodrigo Mulinari
Rosiane Barbosa Laviola
Thiago Affonso Borsari

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Anelize Lenzi Ruas de Almeida
Dario Carnevalli Durigan
Elisa Vieira Leonel
Kelly Tatiane Martins Quirino
Marcelo Gasparino da Silva
Paulo Roberto Simão Bijos
Robert Juenemann
Tarciana Paula Gomes Medeiros

CONSELHO FISCAL

Bernard Appy
Fernando Florêncio Campos
Gileno Gurjão Barreto
Renato da Motta Andrade Neto
Tatiana Rosito

COMITÊ DE AUDITORIA

Aramis Sá de Andrade
Egídio Otmar Ames
Marcelo Gasparino da Silva
Rachel de Oliveira Maia
Vera Lucia de Almeida Pereira Elias

CONTADORIA

Eduardo Cesar Pasa
Contador Geral
Contador CRC-DF 017601/O-5
CPF 541.035.920-87

Pedro Henrique Duarte Oliveira
Contador CRC-DF 023407/O-3
CPF 955.476.143-00